

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 08, Nº 18 | Jan/Abril 2020

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2019-2021)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Leonardo Damasceno de Sá, UFCE
Lorena Cândido Fleury, UFRGS
Marcelo Alario Ennes, UFS
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Conselho Fiscal
Cristiano Fonseca Monteiro, UFF
Josimar Jorge Ventura de Morais, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais
Adelia Maria Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo

Editores Adjuntos
Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais
Mariana Miggiolaro Chaguri, Universidade Estadual de Campinas
Marcelo Alario Ennes, Universidade Federal de Sergipe

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Caroline Barbosa Lima
Diagramação: Adilma Menezes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 08, n. 18 (jan./abr. 2020)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Quadrimestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

5 **A Sociologia Contemporânea na República Tcheca: O Caso da Universidade de Hradec Králové**
Contemporary sociology in the Czech Republic: The Case of the University of Hradec Králo
Amurabi Oliveira, Carolina Monteiro de Castro Nascimento

29 **El Diablo Negro: Un Nuevo Pacto de Energía en México**
O Diabo Negro: Um Novo Pacto Energético no México
The Black Devil: A New Energy Pact in Mexico
Luis Alberto Luna Gómez; José Javier de la Rosa Rodríguez; María Antonieta Andrade Vallejo

52 **Idiossincrasias do Sistema Sesmarial no Semiárido Nordestino: Visões, (Di)visões e Conformações da Estrutura Agrária e Social**
Idiosyncrasies of the Allotment System in the Brazilian Northeastern Semiarid: Visions, (Di)visions and Shaping of the Agrarian and Social Structure
Kaliane Freitas Maia, Ramonildes Alves Gomes, Aldo Manoel Branquinho Nunes

83 **Além da Forma-movimento: Compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores**
Beyond Movement-form: Compilations of the Small Farmers Movement
Priscila Delgado de Carvalho

107 **Associations Between Performance on the Entrance Exam and Subsequent Academic Performance at the Federal University of Minas Gerais**
Associações entre Desempenho no Vestibular e Desempenho Acadêmico Subsequente na Universidade Federal de Minas Gerais
André Braz Golgher

138 **Características Demográficas do Centro Histórico de São Luís**
Demographic Characteristics of the Historic Center of São Luís
João Ricardo Costa Silva, José Odval Alcântara Júnior

161 **Evocações e Disputas sobre o "Clima da Abertura" Durante o Período de Transição no Brasil (1974-1985)**
Evocations and Disputes About the "Climate of Openness" During the Transitional Period in Brazil (1974-1985)
Paulo Gajanigo

183 **Juventude e Políticas Ambientais: A Percepção e os Discursos de Jovens Brasileiros**
Youth and Environmental Policies: The Perception and the Discourses of Brazilians young
Antonio Teixeira de Barros

212 **As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma Análise Discursiva do Processo de Construção do Território da Tradição**
The Paneleiras of Goiabeiras Velha: A discursive Analysis of the Process of Construction of the Territory of Tradition
Marcelo de Souza Marques

239 **Biografias Necessárias: Vida e Lida de Adolescentes com Trajetória Infracional em Belo Horizonte**
Requested Biographies: Life and Work of Adolescents With an Infraction Trajectory in Belo Horizonte
Cynthia Maria Santos Águido, Rita de Cássia Fazzi

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.549

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A Sociologia Contemporânea na República Tcheca: O Caso da Universidade de Hradec Králové*

Amurabi Oliveira**
Carolina Monteiro de Castro Nascimento***

RESUMO

O presente trabalho visa a analisar a formação de sociólogos no contexto do pós-socialismo na República Tcheca, considerando as configurações que a Sociologia passa a assumir neste contexto nacional. Partimos de um caso empírico a partir da formação de sociólogos oferecida na Universidade de Hradec Králové, no qual analisaremos o perfil curricular do curso de Sociologia, articulando esses dados a entrevistas realizadas com professores da referida universidade, que visa compreender os sentidos os quais a formação de sociólogos assume na sociedade tcheca em período recente, dentro do contexto do pós-socialismo da Europa Central.
Palavras-chaves: Sociologia na Europa Central; Sociologia Tcheca; Formação de sociólogos.

* A presente pesquisa contou com o financiamento do projeto Erasmus + UFSC/UHK, do qual ambos os autores deste artigo foram bolsistas na condição de docente e discente, respectivamente.
** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do CNPq.
E-mail: amurabi_cs@hotmail.com
*** Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC). Bolsista Capes e Erasmus + UFSC/UHK.
E-mail: cah.castro@gmail.com.

ABSTRACT

CONTEMPORARY SOCIOLOGY IN THE CZECH REPUBLIC:
THE CASE OF THE UNIVERSITY OF HRADEC KRÁLOVÉ

This paper aims to analyze the formation of sociologists in the post-socialism context in Czech Republic, considering that the configurations that sociology takes on in this national context. We start from an empirical case based on the formation of sociologists offered by the University of Hradec Králové, in which we will analyze the curricular profile of the sociology course, articulating these data with interviews made with professors of the aforementioned university that aimed to understand the meanings of the formation of sociologists in the Czech society in recent period, within the context of the post-socialism in Central Europe.
Keywords: Sociology in Central Europe; Czech Sociology; Formation of Sociologists.

Introdução

As Ciências Sociais têm passado por um movimento complexo de revisita intensa de seus projetos originários, problematizando-se cada vez mais como as hierarquias acadêmicas produzem determinadas visibilidades e invisibilidades dentro de uma geopolítica do conhecimento. Esse processo (de produção de hierarquias) tem como uma das consequências mais imediatas um profundo desconhecimento acerca de como se desenvolvem as diferentes tradições nacionais das Ciências Sociais, especialmente aquelas situadas fora das tradições hegemônicas.

Por outro lado, há certo movimento que tenta dar visibilidade a essa pluralidade de experiências de ensino e pesquisa no campo das Ciências Sociais, o que tem ocorrido de forma relativamente heterogênea dentro das distintas ciências. No caso da Antropologia, alguns acadêmicos têm chamado a atenção para o que tem sido denominado de "antropologias mundiais". Ribeiro (2006, p. 148), ao realizar esse exercício, parte de uma concepção de antropologia como cosmopolítica, que tem como uma de suas implicações relevantes:

> [...] ver a antropologia como uma cosmopolítica é a compreensão de que a história da antropologia acadêmica do Atlântico Norte não é suficiente para dar conta da história do conhecimento antropológico em escala global. Isso decorre não apenas das especificidades das histórias

> das antropologias em cenários nacionais diferentes, mas também do fato de que outras cosmopolíticas se desenvolveram em outras regiões do mundo e configuraram uma variedade de conhecimentos parecidos com o que depois seria conhecido como antropologia, a "disciplina acadêmica que teve seu primeiro aparecimento na região do Atlântico Norte" (DANDA, 1995, p. 23).

No campo da Sociologia, isso também tem sido visibilizado a partir do que tem sido denominado de "sociologias emergentes". Ambos os movimentos, na Antropologia e na Sociologia, dialogam e, com um amplo leque de abordagens, confluem dentro de um movimento crítico nas Ciências Sociais, tais como os estudos subalternos, feministas, *queer*, teorias do sul, crítica pós-colonial, teorias decoloniais, entre outros.

Essas questões têm sido relevantes também no debate contemporâneo da formação de sociólogos, uma vez que é axial considerar a pluralidade de modelos formativos que existem e como esses modelos estão conectados com as diferentes tradições nacionais e os debates emergentes no campo das Ciências Sociais. Isso significa reconhecer que algumas linhas globais existem na formação de sociólogos, mas, por outro lado, os contextos locais ainda são relevantes para compreender esses modelos e suas consequências.

No presente artigo, reconhecemos que, no Sul Global, a Sociologia tem produzido diferentes diálogos, se articulando de forma idiossincrática com as Ciências Sociais, nas quais as tradições nacionais produzem diferentes *backgrounds* para os sociólogos. Ademais, pode-se reconhecer que a Sociologia no Sul Global tem uma temporalidade diferente. O desenvolvimento dela aconteceu em um tempo diferente em comparação ao Norte Global, e graças a isso, a Sociologia no Sul Global lidou com outros debates em sua formação.

Realizaremos, portanto, um exercício de aproximação com uma Sociologia não hegemônica europeia, situada na Europa central, ou de forma ainda mais precisa, na República Tcheca. Interessa-nos, por meio do debate sobre a formação de sociólogos na Universidade de Hradec Králové (UHK), realizar um diálogo ao Sul, visando compreender como a Sociologia vai se configurando dentro de diferentes contextos acadêmicos e sociopolíticos.

Interessante situar desde já que a UHK, longe de ser uma universidade central na República Tcheca, é uma instituição periférica, por isso, estamos nos referindo a um contexto que também desvela as hierarquias internas

existentes no Sul Global. Como bem nos aponta Scott (2014), há um duplo movimento na constituição das periferias, uma vez que há também a elaboração de periferias internas, dentro de um movimento de supressão da própria pluralidade interna existente nas Ciências Sociais nacionais.

Os dados preliminares aqui apresentados originam-se de entrevistas realizadas junto a docentes de Sociologia da instituição, nas quais se buscou compreender os sentidos que a formação de sociólogos assume naquela instituição no contexto do pós-socialismo, um dos temas recorrentes entre os cursos ofertados pela instituição. É de extrema importância ressaltar que não é o objetivo ou a intenção do presente trabalho realizar generalizações a partir do estudo de caso. Ainda assim, está no escopo do artigo propor algumas reflexões acerca da miríade de caminhos e formas que a Sociologia assume de acordo com o contexto apresentado, mesmo se comparado com a trajetória da disciplina em países que pertencem à mesma categoria de Sul Global, como será discutido adiante. Também foge ao objetivo deste artigo realizar comparações com o caso brasileiro, embora possamos realizar alguns breves apontamentos que possibilitem ao leitor brasileiro compreender de forma relacional a realidade empiricamente analisada aqui.

Os debates ao Sul: sociologias mundiais em movimento

Como já indicamos, há todo um movimento de repensar as Ciências Sociais. Isso inclui um crescente questionamento acerca do lugar das teorias hegemônicas neste campo. Tais questões implicam no próprio reconhecimento de que teoria passa a ser sintetizada como o que se produz no Norte Global, secundarizando-se a produção do conhecimento em outras latitudes (CONNELL, 2012).

Esse movimento ganhou força na América Latina, Ásia, África e também em muitos países da Europa que não são hegemônicos na produção de conhecimento. Nesse sentido, reconhecemos uma ampla fronteira em termos do que o Sul Global representa. É possível afirmar que até acadêmicos os quais são de e estão localizados em países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, e outros, podem ser parte do Sul Global, como intelectuais negros e negras, indígenas, trans, por exemplo.

Nesta direção, é interessante destacar as questões propostas por Chakrabarty (2000) sobre sua concepção de provincializar a Europa. Todavia, de-

vemos ressaltar o que se compreende por provincializar neste projeto intelectual:

> Como já deveria estar esclarecido, provincializar a Europa não é um projeto de rejeitar ou descartar o pensamento europeu. Relacionar-se a um corpo de pensamento no qual um detém em grande parte a existência intelectual do outro não pode ser exatamente aquilo que Leela Gandhi apropriadamente chamou de "vingança pós-colonial". O pensamento europeu é, ao mesmo tempo, indispensável e inadequado a nos ajudar a pensar por experiências da modernidade política em nações não ocidentais, e provincializar a Europa se torna uma tarefa de explorar como esse pensamento – que agora é herança de e afeta a todos – pode ser renovado e para as margens.
>
> Mas, é claro, as margens são tão plurais e diversas como os centros. A Europa aparece diferente quando vista de dentro das experiências de colonização ou inferiorização em partes específicas do mundo. Acadêmicos pós-coloniais, a partir de suas diferentes geografias do colonialismo, falaram de diferentes europas. Os recentes estudos críticos dos latino-americanos ou afro-caribenhos e outros apontam para o imperialismo da Espanha e de Portugal - triunfante na época do Renascimento e em declínio como poderes políticos no final do Iluminismo. A questão do pós-colonialismo em si é dada em locais múltiplos e contestados nas obras daqueles que estudam o Sudeste Asiático, o Leste da Ásia, a África e o Pacífico. No entanto, por mais múltiplos que sejam os loci da Europa e por mais variados que sejam os colonialismos, o problema de ir além das histórias eurocêntricas continua sendo um problema comum entre fronteiras geográficas (CHAKRABARTY, 2000, p. 16-17, tradução nossa)[1].

1 "As should be clear by now, provincializing Europe is not a project of rejecting or discarding European thought. Relating to a body of thought to which one largely owes one's intellectual existence cannot be a matter of exacting what Leela Gandhi has aptly called "postcolonial revenge". European thought is at once both indispensable and inadequate in helping us to think through the experiences of political modernity in non-Western nations, and provincializing Europe becomes the task of exploring how this thought — which is now everybody's heritage and which affect us all — may be renewed from and for the margins. But, of course, the margins are as plural and diverse as the centers. Europe appears different when seen from within the experiences of colonization or inferiorization in specific parts of the world. Postcolonial scholars, speaking from their different geographies of colonialism, have spoken of different Europes. The recent critical scholarship of Latin Americanists or Afro-Caribbeanists and others points to the imperialism of Spain and Portugal—triumphant at the time of the Renaissance and in decline as political powers by the end of the Enlightenment. The question of postcolonialism itself is given multiple and contested locations in the works of those studying Southeast Asia, East Asia, Africa, and the Pacific. Yet, however multiple the loci of Europe and however varied colonialisms are, the problem of getting beyond Eurocentric histories remains a shared problem across geographical boundaries" (CHAKRABARTY, 2000, p. 16-17).

Notadamente, pode-se estranhar a utilização recursiva desses autores para analisarmos o caso da Sociologia na República Tcheca, porém, deve-se ter em mente que a ideia de Norte e Sul Global nos possibilita complexificar a Europa, ponderando que nem todos os países situados neste continente integram o Norte Global, ou mesmo se pensarmos de forma ainda mais profunda, nem mesmo todos os intelectuais de países como França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros, integram o Norte Global, uma vez que devemos considerar ainda que majoritariamente o que compreendemos por Sociologia fora constituída a partir de um conjunto de homens (brancos) de certa burguesia metropolitana liberal (CONNELL, 2007).

Incluímos assim a Sociologia produzida na República Tcheca no chamado Sul Global, assim como poderia ser considerada parte significativa daquela produzida no contexto dos países comunistas e no pós-comunismo.

Os autores do presente artigo são da América Latina, mais especificamente do Brasil. Nesse sentido, estamos tentando produzir um diálogo entre diferentes sociologias situadas no Sul Global. Nossa ideia, neste momento, não é produzir uma comparação entre a Sociologia na América Latina e a Sociologia na Europa Central, pois elas constituem diferentes realidades e, para esse exercício, seria necessário mais tempo e espaço para o desenvolvimento de nossos argumentos. Ainda assim, o objetivo é refletir sobre e a partir do Sul Global.

Como nos indica Bourdieu (2004), o maior grau de autonomia de uma ciência pode ser mensurado pela sua capacidade de refratar a influência de outros campos, de tal modo que Sociologia possuiria um baixo grau de autonomia, tendo em vista as implicações de outros campos no funcionamento no campo sociológico. Tanto no contexto brasileiro quanto no tcheco, observou-se – ainda que a partir de regimes políticos distintos – impactos diretos sobre a produção do conhecimento sociológico em ambos os países, com perseguição política e ideológica. Todavia, chama a atenção o fato de que, no caso brasileiro, houve também um crescimento significativo no número de cursos de graduação de Ciências Sociais durante o regime militar, além do desenvolvimento e da consolidação do sistema de pós-graduação (LIEDKE FILHO, 2005), o que aponta para uma singularidade nos processos contraditórios de desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

Breve contextualização da Sociologia na República Tcheca

Segundo Keen e Mucha (1994), alguns elementos são relevantes para compreendermos o desenvolvimento da Sociologia na região. O primeiro deles é que esta é uma região formada por diferentes grupos étnicos, religiosos e marcada por uma história intensa de conflitos entre eles, de tal modo que o desenvolvimento das Ciências Sociais, já na passagem do século XIX para o XX, assume como grande tema as questões ligadas à identidade nacional, à tradição, à língua, à religião, ao folclore, e outros. Nesse sentido, o autor pondera que a Sociologia da Cultura foi ao mesmo tempo uma Sociologia Política.

Ainda é interessante perceber que, diferentemente do que ocorreu em outros contextos, como o latino-americano, as universidades não foram o principal espaço de rotinização do conhecimento sociológico inicialmente.

> As ciências sociais na Europa oriental não se desenvolveram em universidades. Ao final do século XIX, muitas universidades já existiam, mas, por uma variedade de razões, não estavam interessadas neste tipo de estudos. Intelectuais social e cientificamente inclinados não possuíam recurso, senão organizarem-se em outras instituições privadas. Em muitos países eslavos, surgiram as "Maticas", instituições que consistem em uma combinação de museus de cultura popular, bibliotecas, centros de pesquisa, centros educacionais e editoras. Seu papel como veículos de pesquisa, registro e disseminação da cultura nacional e no incentivo aos processos de construção nacional não pode ser superestimado (KEEN E MUCHA, 1994, p. 5, tradução nossa)[2].

Esse desenvolvimento das Ciências Sociais possui implicações específicas sobre esta realidade, ao qual se somam à própria predominância do marxismo-leninismo no contexto pós-Segunda Guerra nesses países. Nessa

2 "The social science in Eastern Europe did not develop in the universities. By the end of the 19th century, many universities already existed, but for a variety, reasons were not interested in this kind of scholarship. Social scientifically inclined intellectuals had no recourse but to organize other, private institutions. In many Slavic countries, the "Maticas", institutions consisting of a combination of folk culture museums, libraries, research centers, educational centers, and publishing houses, emerged. Their role as vehicles researching, recording, and dissemination of national culture, and in encouraging of national-building processes, cannot be overestimated" (KEEN E MUCHA, 1994, p. 5).

direção, são válidas as questões postas por Voříšek (2008, p. 86, grifos do autor, tradução nossa):

> A literatura sobre Sociologia do pós-guerra na Europa Soviética não é exatamente volumosa, e muitas vezes sofre, até onde sei, incerteza sobre como avaliar seu assunto. Com algum esforço, pode-se extrair duas narrativas emergentes dos comentários dispersos. A primeira narrativa percebe a Sociologia na Europa soviética como um antagonista da Sociologia burguesa ocidental - uma alternativa política, ideológica e, opcionalmente, também científica ao oeste. Existem bons argumentos a favor dessa visão. O marxismo, que dominava o cenário intelectual da Europa soviética, baseava-se em diferentes pressupostos ontológicos e epistemológicos que as principais ciências sociais ocidentais. Além disso, a Sociologia estava fadada a descrever um sistema social diferente - o do socialismo de estado. Por último, mas não menos importante, uma variedade de sociólogos locais, de stalinistas rígidos a revisionistas no limite da perseguição, criticou a Sociologia burguesa e enfatizou que seus trabalhos representavam uma alternativa.
>
> O outro tipo de narrativa entende o período soviético não como uma alternativa significativa, mas como um desvio da maneira desejável de se fazer Sociologia. Costuma-se invocar que os regimes do tipo soviético não puderam suportar o verdadeiro conhecimento do social e, portanto, perseguiam a Sociologia. Grande parte da produção oficial supostamente sociológica foi apenas um blefe ideológico. Somente os eventos de 1989-1990 cancelariam esse estado não natural, permitindo que a Sociologia florescesse novamente. Mais uma vez, existem boas razões para não descartar essa interpretação. O marxismo havia sido imposto por meio de força na Europa Soviética, seus possíveis concorrentes - incluindo a Sociologia pré-guerra - sendo eliminados. Até alguns sociólogos marxistas foram perseguidos pelos regimes comunistas. Depois que o comunismo desmoronou em 1989-1990, os sociólogos locais adotaram ansiosamente a bolsa de estudos ocidental; o paradigma marxista quase nunca mais foi referido. Muitos dos escritos anteriores a 1989 podem ser interpretados como uma distanciação do regime: por exemplo, o interesse crítico na Sociologia ocidental pode ser interpretado como uma declaração de proximidade e não de estranhamento[3].

3 "The literature on post-war sociology in Soviet Europe is not exactly voluminous, and it often suffers, to my knowledge, from uncertainty about how to evaluate its subject. With some effort, one could extract two narratives emerging from the dispersed comments. The first narrative perceives sociology in Soviet Europe as an *antagonist* of western bourgeois sociology – a political, ideological, and optionally also scientific alternative to the west.

Deve-se ainda atentar para as singularidades existentes no contexto da República Tcheca, uma vez que houve um percurso bastante idiossincrático em sua institucionalização. Tomáš Garrigue Masaryk (1850-1937), o primeiro presidente da República da Tchecoslováquia, foi o responsável pelo primeiro movimento de institucionalização da Sociologia em 1918, com a criação de cursos universitários, periódicos e da Associação Nacional de Sociologia. Masaryk chega a completar um estudo sobre o suicídio ainda em 1878, bem antes de Durkheim (URBÁNEK, 1994). A disciplina tinha como missão guiar a construção da nova nação, recém-liberta da Áustria-Hungria pós-Primeira Guerra Mundial, seguindo a perspectiva de Masaryk, que percebia a Sociologia como uma "filosofia prática".

A concepção da Sociologia como a práxis filosófica está intimamente ligada ao que Burawoy (2005) explica sobre a chamada Sociologia Pública, ou seja, aquela que atua promovendo uma aproximação entre a Sociologia e o público, extrapolando os limites da academia. A Sociologia Pública tradicional concede visibilidade ao público antes invisível, mas não os inclui necessariamente como uma voz ativa. Um exemplo do uso da Sociologia Pública tradicional é quando pesquisas sociológicas são publicadas em jornais com uma linguagem acessível. Existe também a Sociologia Pública Orgânica que, complementarmente, se concretiza no trabalho integrado com os movimentos e as organizações sociais, no trabalho prático que promove mudanças sociais. Destarte, Skovajsa e Balon (2017) explicam que, antes de o político

There are good arguments in favor of this view. Marxism, which dominated the intellectual landscape of Soviet Europe, was based on different ontological and epistemological presuppositions than the mainstream western social sciences. Furthermore, sociology there was bound to describe a different social system – that of state socialism. Last but not least, a variety of local sociologists, from hard-core Stalinists to the revisionists on the very edge of persecution, criticized the bourgeois sociology and emphasized that their works represented an alternative".

"The other kind of narrative understands the Soviet period not as a meaningful alternative, but as a *deviation* from the desirable way of doing sociology. It is often invoked that the Soviet-type regimes could not stand true knowledge of the social, and therefore persecuted sociology. Much of the allegedly *sociological* official production was just an ideological bluff. Only the events of 1989-1990 would cancel this unnatural state, allowing sociology to flourish again. Again, there are good reasons not to discard such an account. Marxism had been imposed by force in Soviet Europe, its possible competitors – including the pre-war sociology – being eliminated. Even some Marxist sociologists were prosecuted by the communist regimes. Once communism had crumbled in 1989-1990, the local sociologists eagerly adopted western scholarship; the Marxist paradigm has hardly ever been referred to any more. Many of the pre-1989 writings can be interpreted as a distanciation from the regime: e.g., the «critical» interest in western sociology might be interpreted as a declaration of proximity and not of estrangement" (VOŘÍŠŠEK, 2008, p. 86, grifos do autor).

Masaryk existir, ele era um sociólogo público tradicional e orgânico, o que definitivamente influenciou a forma como a Sociologia e o ensino superior se desenvolveram no país.

Até 1948, a Tchecoslováquia presenciou uma expansão e fortificação da Sociologia, progredindo e conquistando espaços e liberdade em sua institucionalização, tendo sido criados os primeiros departamentos em Praga, na Universidade de Charles, em Brno e em Bratislava (atual Eslováquia). Porém, após a Segunda Guerra Mundial, sob o período comunista, a recente tradição da Sociologia passou a responder à agenda governamental, limitando-se aos interesses do regime, como descrevem Skovajsa e Balon (2017, p. 41-42, tradução nossa):

> […] Enquanto os currículos foram, em certa medida, inspirados nos programas americanos de ciências sociais, a nomeação de professores seguiu uma fórmula estritamente política que dava o maior peso ao Partido Comunista, o qual promovia candidatos comunistas que ensinavam marxismo-leninismo. Além disso, o corpo discente era predominantemente comunista. […] Os estudantes comunistas, radicalizados por seus professores marxista-leninistas, bem como pelo poderoso aparato do Partido Comunista, expulsaram dezenas de acadêmicos e milhares de estudantes por não estarem em conformidade com a nova ideologia oficial[4].

Os autores ainda explicam que, após o golpe comunista, a Sociologia se tornou um alvo de repressão política, pois o estudo das estruturas e dinâmicas sociais era visto como um perigo para a manutenção ideológica do governo. Em 1950, a Sociologia deixa de ser uma disciplina acadêmica, com o preceito de que é uma ciência burguesa que atendia aos interesses capitalistas, e os sociólogos de maior destaque da época se exilaram em outros países. Em 1956, em um processo de maior flexibilização e moderação do governo comunista, a Sociologia foi aos poucos reaparecendo e se reestruturando. Essa abertura não foi dada de forma natural, mas, sim, fruto de um es-

4 "[…] while the curricula were to some extent inspired by the American social science programs, the appointment of professors followed a strictly political formula that gave the strongest weight to the Communist Party, which promoted communist candidates who taught Marxism-Leninism. Also, the student body was prevailingly communist. […] The communist students, radicalized by their Marxist–Leninist professors as well as by the powerful Communist Party apparatus, expelled dozens of academics and thousands of students for not being in conformity with the new official" (SKOVAJSA; BALON, 2017, p. 41-42).

força coletivo dos acadêmicos de convencimento do valor e da importância da Sociologia. Em 1964-1965, foram criados os institutos de Sociologia em Praga, Brno e Bratislava, além da criação do Jornal Nacional de Sociologia – grandes conquistas para a área.

Um passo importante nesse processo foi a criação do Instituto Sociológico na Academia de Ciências da Tchecoslováquia. No mesmo ano, são criados os primeiros cursos nas universidades de Charles e de Masaryk, ainda que o número de sociólogos no país fosse bastante restrito (URBÁNEK, 1994). Esse processo também foi narrado por um dos professores entrevistados ao tratar de sua própria trajetória como estudante de Sociologia nas décadas de 1960 e 1970:

> Havia uma seleção muito severa de estudantes para Sociologia, éramos realmente muito poucos. Na Tchecoslováquia, na década de 1960, quando eu comecei a estudar Sociologia, o estudo da Sociologia só era possível em três universidades, em Praga, Brno e Bratislava, nada mais, e em cada universidade não havia mais de 20 estudantes por ano. E, francamente falando, também [havia] uma comparação muito profunda entre alunos e professores, porque, na história da Sociologia da Tchecoslováquia, há um período em que a Sociologia era proibida por razões ideológicas, como entre o final da década de 1940 e a metade da década de 1960, cerca de 20 anos. Então, depois desses vinte anos, até mesmo os professores começaram seus trabalhos com a Sociologia. Eles não eram muito educados no campo e eram como os colegas mais velhos. Então, nós estudamos Sociologia junto aos nossos professores, era uma situação realmente muito interessante naqueles tempos (ENTREVISTADO A, tradução nossa)[5].

Reconhece-se aqui que o contexto político da chamada "cortina de ferro" teve implicações diretas sobre o desenvolvimento da Sociologia nesse país,

5 "It was a very severe selection of students for sociology, we were really very few. In Czechoslovakia, in 1960s when I started with… to study sociology, the study of sociology was possible only at three universities, in Prague, Brno and Bratislava, nothing more, and at each university there were not more than 20 students each year. And frankly speaking, also [there was a] very deep comparation [sic] between students and professors, teachers. Because, in history of Czechoslovakia sociology, there is a period when sociology was for ideological reasons forbidden, like from the end of 1940s to half of 1960s, some maybe 20 years. So, after those twenty years, even teachers started their work with sociology. They were not very educated in the field, so they were like something like our older colleagues. So we went to the studies of sociology together with our teachers, it was a really very interesting situation in those times" (ENTREVISTADO A).

filtrando as diversas influências no desenvolvimento teórico das Ciências Sociais como um todo. Mlynář (2015, p. 451, tradução nossa) indica que:

> Na antiga Tchecoslováquia, a tradição interacionista foi retida pelas circunstâncias políticas do período de 1948 a 1989. Além de um curto período de liberalização em meados da década de 1960 (até o outono de 1968), as ciências sociais sofreram limitações causadas pelo regime não-democrático. De fato, todas as interpretações públicas da sociologia ocidental deveriam ser enquadradas de maneira ideologicamente aceitável: como os escritos de Eduard Urbánek (1979, 1989), que estava entre os primeiros estudiosos tchecos(eslovacos) que refletiam sistematicamente as tendências e os desenvolvimentos qualitativos anglo-saxões, particularmente a sociologia fenomenológica desta época. Embora ele tivesse que adotar o discurso politicamente aceitável das décadas de 1970 e 1980, Urbánek conseguiu apresentar os pensamentos de Mead, Schutz, Strauss, Garkelkel, Goffman, Berger, Luckmann, Blumer e outros que estavam mudando a face da Sociologia anglo-saxã na época. Não é de surpreender que a literatura acadêmica russa tenha sido traduzida e distribuída mais amplamente[6].

Contudo, em 1968, um movimento neostalinista, que deu origem à Era da Normalização, se instaurou na Tchecoslováquia, controlando ideologicamente as Ciências Sociais novamente, exilando sociólogos e subordinando a disciplina à teoria marxista-leninista. Paradoxalmente, apesar da coerção sofrida, a disciplina conseguiu se reproduzir, mantendo a produção do período anterior a partir do treinamento de novas gerações.

Urbánek (1970) aponta para as perdas expressivas que ocorrem com as descontinuidades da Sociologia no contexto da então Tchecoslováquia, indicando que, ainda na década de 1970, parte expressiva daqueles que atuavam com sociólogos não possuía formação específica na área, indicando ainda a

6 "In the former Czechoslovakia, the interactionist tradition has been held back by political circumstances of the 1948 to 1989 period. Apart from a short period of liberalization in the mid-1960s (until the autumn of 1968), social sciences suffered from limitations caused by the nondemocratic regime. Virtually all public interpretations of the Western sociology ought to be framed in the ideologically acceptable way: like writings of Eduard Urbánek (1979, 1989), who was among the first Czech(oslovak) scholars systematically reflecting trends and developments of the Anglo-Saxon qualitative, particularly phenomenological based sociology of this era. Although he had to adopt the politically acceptable discourse of 1970s and 1980s, Urbánek man- aged to present the thoughts of Mead, Schutz, Strauss, Garfinkel, Goffman, Berger, Luckmann, Blumer, and others, who have been changing the face of Anglo-Saxon sociology at the time. Not surprisingly, Russian scholarly literature was translated and distributed more widely" (MLYNÁŘ, 2015, p. 451).

importância que a Sociologia polaca teve nesse contexto, tanto em termos de formação de quadros quanto de disseminação de autores e obras.

Em 1989, com a mudança de regime, a Sociologia tcheca passou por uma reformulação identitária e pela construção de uma nova agenda, tornando-se relevante para além de suas fronteiras geográficas. Ainda que possamos indicar que a Sociologia tcheca está situada dentro do "Sul Global", uma vez que não é hegemônica em termos de composição do pensamento ou de uma agenda internacional, é interessante destacar essa ruptura que passa a ocorrer no contexto de saída do comunista, algo semelhante com o que ocorreu nos países latino-americanos no contexto da redemocratização ao longo dos anos de 1980.

A Universidade de Hradec Králové e o curso de Sociologia

A UHK é considerada uma jovem universidade, cujas primeiras faculdades surgem apenas em 1959, mas que somente assume o presente nome em 2001. Trata-se, por outro lado, de uma instituição profundamente internacionalizada, parceira de mais de 200 universidades[7] ao redor do mundo, com inúmeros cursos lecionados apenas em língua inglesa, o que aponta para seu dinamismo acadêmico, além de afinidade com um conjunto de transformações ocorridas no contexto do ensino superior europeu pós Tratado de Bolonha. Tratando-se especificamente do campo da Sociologia, é interessante ressaltar que a parte mais substancial da cooperação internacional da universidade é com países da Europa central, tais como Polônia, Áustria e Eslováquia. Não obstante, o Departamento de Sociologia da UHK firmou parcerias com instituições francesas e italianas, para estudos acerca da América Latina e África (UNIVERSIDADE DE HRADEC KRÁLOVÉ, 2014).

Os cursos regulares, oferecidos em tcheco, são gratuitos e o acesso se dá a partir de um exame de acesso ao ensino superior. A universidade atualmente se divide em quatro faculdades e um instituto, a saber: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Educação, Faculdade de Informática e Administração, Faculdade de Ciência e Instituto de Serviço Social (que se vincula à Faculdade de Filosofia). Somados os números de todas as faculdades, a universidade

7 Para além de diversos países europeus, a UHK possui acordos bilaterais com universidades do Brasil, Bolívia, Argentina, México, Chile, Venezuela, Gana, Etiópia, Cabo Verde, China, entre outras.

recebe por volta de 9.000 alunos por ano. Estão na Faculdade de Filosofia os cursos de Sociologia, Arqueologia, Arquivologia, História, Filosofia e Ciência Política (com especialização em estudos latino-americanos, africanos e da Europa Central nos níveis de Mestrado e Doutorado).

O Departamento de Sociologia foi criado somente em 2008, pelo professor doutor Brokl Lubomír. Apesar de ser considerado um departamento novo, ele tem aumentado cada vez mais seu status diante da Sociologia do país. O departamento é parceiro de muitos institutos tchecos relevantes, tais como a Academia de Ciências da República Tcheca (*Academy of Sciences of Czech Republic*) e a Agência de Estatística Tcheca (*Czech Statistical Office*). É também pertinente destacar que um dos professores do departamento foi parte do Conselho da Associação Sociológica Tcheca (*Czech Sociological Association* – CSA) no período de 2015-2018, e que o Departamento de Sociologia da UHK realizou um dos mais importantes eventos da Sociologia do país, em 2018, a Conferência da CSA, o que reforça a relevância da instituição dentro do contexto do país.

Atualmente, há apenas a opção de bacharelado, que possui duração de três anos. No fluxo, o(a) aluno(a) deverá cursar disciplinas de quatro cadeias, totalizando 180 créditos (ECTS)[8]. A primeira cadeia é composta por 23 disciplinas obrigatórias, que vagam pelos estudos teóricos e metodológicos do campo. Na parte teórica, os alunos devem cursar disciplinas como Introdução à Sociologia; Sociologia Geral 1 e 2; Teoria e História da Sociologia 1, 2 e 3; Antropologia Social e Cultural, entre outras. Há, ainda, nesta cadeia, as disciplinas: Métodos de Pesquisa Sociológica 1, 2 e 3; Análise de Dados do Auxiliar SPSS e suas Interpretações; Atividades de Pesquisa; Estatística para Sociologia; Pesquisa da Sociologia Tcheca e Mundial; Prática de Pesquisa Quantitativa 1 e 2; e Prática de Pesquisa Qualitativa 1 e 2. Observa-se, portanto, um caráter instrumental desse grupo de disciplinas que, com maior destaque para os estudos metodológicos, tem ênfase na pesquisa.

A segunda cadeia de disciplinas corresponde às ramificações da Sociologia Geral, como, por exemplo, Sociologia Familiar, Sociologia Visual, Sociologia Urbana, Sociologia Política, Sociologia do Pós-Socialismo, Sociologia da Religião e outras. O aluno deverá completar, no mínimo, 34 créditos (em

8 ECTS corresponde a European Credit Transfer System ou Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos.

torno de seis disciplinas). A terceira cadeia é mais diversa e o aluno deverá fazer 20 créditos (mais ou menos quatro matérias). Entre as disciplinas, estão: Lógica, Ética Profissional, Serviço Social para Sociólogos, e outras mais. Por fim, na quarta e última cadeia, o(a) estudante deverá escolher um ou mais idiomas a cursar. As opções são inglês, francês e alemão.

Para concluir o curso, o(a) aluno(a) deverá entregar um Trabalho de Conclusão de Curso, correspondente ao TCC das universidades brasileiras, que deverá ser defendido em banca. Ademais, deverá realizar um exame final com os conteúdos a) Sociologia Geral, b) Teoria e História da Sociologia e c) Sociologia Empírica, Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociológica.

No website da instituição (UHK, 2020), é possível acessar os autores e as questões que são cobrados no teste. Todos os autores da lista são europeus ou estadunidenses, sendo a maioria de nacionalidade tcheca. Pode-se considerar relevante que ainda que a teoria sociológica clássica esteja nos conteúdos cobrados - com efeito, é demandado que o(a) estudante saiba as teorias de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim –, esses autores não estão presentes na bibliografia recomendada. Os clássicos, portanto, são estudados por meio de seus intérpretes, como Anthony Giddens, Heine Andersen, Lars Bo Kaspersen e outros acadêmicos que realizaram o esforço de sintetizar o pensamento sociológico clássico e moderno.

A partir do que foi revisado, é possível concluir que embora a parte teórica não seja de forma alguma negligenciada, a estrutura do curso se inclina de forma mais proeminente para a formação de pesquisadores, o que parece estar respondendo a uma demanda do mercado de trabalho. O currículo da formação de sociólogos da UHK revela sua disposição a servir a tendência global do mercado de usar pessoas com formação em cursos da humanidade, como sociólogos, como pesquisadores de big data, que são frequentemente contratados por grandes corporações em uma miríade de áreas do conhecimento, conforme o artigo irá discutir mais a diante.

O ofício do sociólogo no pós-socialismo: entrevistas com os professores da UHK

Com o objetivo de compreender o sentido que a formação de sociólogos assume na sociedade tcheca em período recente, foram realizadas entrevistas semiabertas com professores do Departamento de Sociologia da UHK. A

pesquisa ainda se encontra em andamento, e dos seis professores do departamento, somente três foram entrevistados. A primeira dificuldade que se impôs foi a barreira linguística. Apenas dois dos entrevistados sentiram-se confortáveis para realizar a entrevista oralmente em inglês. Outros três solicitaram que a entrevista fosse respondida por escrito, em inglês. E um dos professores solicitou a tradução do roteiro para tcheco.

Ainda que a pesquisa esteja em processo, pode-se, desde já, analisar e refletir a partir das falas dos entrevistados. Para que fosse capturada mais do que uma resposta direta das percepções dos docentes, e com a intenção de formar um arcabouço de todas as experiências e trajetórias que os levaram a um representação coletiva dos sentidos da Sociologia e da formação de sociólogos da República Tcheca, o roteiro foi dividido em três partes. A primeira parte é dedicada à trajetória educacional do entrevistado, e o propósito dela é compreender as condições, decisões e interesses que o levaram a se tornar sociólogo. A segunda parte é relacionada à trajetória profissional, uma vez que é relevante compreender se e como as suas experiências profissionais transformaram suas percepções acerca do mercado de trabalho dos sociólogos, além de fornecer dados a respeito das mudanças no campo da Sociologia tcheca das últimas décadas. A terceira e última parte é dedicada às percepções e aos sentidos atribuídos à formação de sociólogos no contexto da República Tcheca.

Quanto ao *background* acadêmico – as razões e interesses que os motivaram a escolher a Sociologia – os três professores entrevistados narraram trajetórias bem distintas. O entrevistado A expressou que seu interesse pela Sociologia iniciou após sua Graduação em um curso técnico e, mais especificamente, após ler um livro sobre cibernética e sociedade. Ele disse que estava dividido entre Psicologia e Sociologia, mas, em suas palavras, "Sociologia parecia ser algo muito mais desconhecido, sabe, algo que você poderia usar mais a sua imaginação do que na Psicologia"[9]. Assim, ele cursou o bacharelado e Mestrado em Sociologia durante as décadas de 1960 e 1970, na atual Polônia. Ao terminar o Mestrado, decidiu sair da academia e mudar de área por causa do contexto político, como explica (tradução nossa):

9 "Sociology seems to be much more unknown, you know, like something you could use much more imagination than in psychology" (ENTREVISTADO A).

> Na década de 1970, na Tchecoslováquia, havia um problema muito forte criado pela ocupação da Tchecoslováquia pelo exército da União Soviética e uma pressão política muito séria, e a Sociologia era tomada como um campo ideológico de pensamento. Como não pude ficar sob essa pressão ideológica, mudei de local de trabalho e fui para o Instituto de Economia e Organização da Construção, em Bratislava, onde trabalhava na pesquisa de recursos humanos para a indústria da construção e assim por diante[10].

Somente na década de 1990, após a decadência e o fim do regime comunista, o entrevistado A retornou à Sociologia para fazer o Doutorado na cidade de Bratislava (atual Eslováquia).

A entrevistada B, em uma resposta muito mais breve e evasiva, disse que sua maior motivação para escolher a Sociologia foi seu interesse pelo funcionamento da sociedade. Ela concluiu sua Graduação em Demografia e Sociologia no ano 2001, seus Mestrados em Demografia e Sociologia nos anos 2003 e 2005, respectivamente, e Doutorado em Demografia, em 2011. Percebe-se a diferença do contexto pós-socialista na formação desses dois professores ao analisarmos a ausência da narrativa da entrevistada B acerca do contexto político que circunscrevia seus estudos. Não foi declarada nenhuma dificuldade ou nem ao mesmo foi feita menção à situação política da época, diferentemente do relato do entrevistado A, que tem como base de sua narrativa o contexto da ocupação comunista em toda a Europa Central e as consequências que esse regime político trouxe para a sua formação acadêmica.

O entrevistado C terminou o bacharelado no início da década de 1990 e o Mestrado em teoria cultural no início dos anos 2000. Seus estudos, à vista disso, foram balizados em uma época de profundas transformações da Europa Central, perpassando, inclusive, pela separação e independência da República Tcheca e da Eslováquia. O entrevistado C relata que sua formação foi guiada por estudos que buscavam compreender a modernidade em um sentido global, focando a análise no funcionamento da sociedade no início

10 "In the 1970s, in Czechoslovakia, there was a very strong problem created by the occupation of Czechoslovakia by the Soviet Union Army and a very serious political pressure, and sociology was taken like an ideological field of thinking. So I was not able to stay under that ideological pressure, so I changed my working place and I went to the Institute for building Economy and Organization, in Bratislava, where I was working in the field of human resources research for construction industry and so on" (ENTREVISTADO A).

do pós-socialismo, mas não se limitando a esse contexto, o que revela um valor cosmopolita. Por outro lado, e como ele criticou de maneira eufêmica, a Sociologia tcheca de sua época respondia a uma agenda do Norte Global e não estava necessariamente preocupada com sua própria realidade. Como ele explica enquanto descrevia seu curso de Graduação:

> [Era] algo como "sociedade dos últimos tempos"; tempos atrasados ... não sei como traduzi-lo... foi como período tardio ou algo assim. [...] Que foi articulado com o pós-socialismo, mas era global... principalmente sobre democracias liberais ocidentais. Foi muito etnocêntrico [risos] (ENTREVISTADO C)[11].

Assim, os entrevistados, principalmente por terem estudado em diferentes épocas e contextos, tiveram experiências singulares em suas graduações. Por outro lado, ao serem questionados sobre o curso de Sociologia oferecido pela UHK e sobre a inserção do sociólogo na sociedade tcheca, as respostas foram semelhantes, o que pode significar que, ao compartilharem de uma posição profissional, dividem também perspectivas coletivas acerca de realidades próximas (DURKHEIM, 2007). Os três professores avaliaram o curso da UHK como um curso com grande envolvimento dos alunos nas atividades de pesquisa. Além disso, destacaram que é um curso o qual, apesar de os alunos não trabalharem diretamente com a Sociologia, oferece uma capacidade analítica e uma leitura de mundo ímpar, que são valorizados no mercado de trabalho tcheco e global. Essas afirmativas vão ao encontro do que foi apresentado e concluído por meio da análise do escopo do currículo do curso.

Os três professores parecem concordar que o mercado de trabalho tcheco está absorvendo seus estudantes[12], relatando que isso está ocorrendo principalmente na área de análise de mercado e comércio, conforme as falas:

11 "[It was] something like "society of late times"; late times... I don't how to translate it... it was like late period or something like this. (...) Which was articulated with the post-socialism but it was about global... mostly about western liberal democracies. It was very ethnocentric [laughs]" (ENTREVISTADO C).

12 É interessante destacar que a taxa de desemprego na República Tcheca atualmente está abaixo de 3%, sendo a menor da União Europeia e, portanto, do mundo (KRATOCHVÍL, SYCHRA, 2019).

> Eu tive uma ótima experiência com o trabalho de estudantes em agências de mercado. Pesquisa de mercado, graças a sua capacidade de conhecimento analítico (ENTREVISTADO A, tradução nossa)[13].

> Nossos graduados se candidatam ao governo autônomo do município, agências de pesquisa comercial, mídia, etc. Eles usam principalmente habilidades de processamento de dados. Eles são especialmente valorizados por serem capazes de combinar uma visão qualitativa dos problemas sociais com o uso de dados quantitativos e sua análise. [...] É relativamente fácil encontrar empregos, por exemplo, em agências de pesquisa comercial (ENTREVISTADO B, tradução nossa)[14].

> [Ao ser perguntado sobre as mudanças no mercado de trabalho] Isso muda, alguns estudantes que estavam envolvidos na etnografia de bancos agora estão trabalhando em agências de *marketing,* [fazendo] etnografia de produtos (ENTREVISTADO C, tradução nossa)[15].

Observa-se ainda que, apesar de terem vivenciado processos formativos distintos, os respectivos professores confluem na avaliação que realizam acerca da atual inserção dos egressos do curso de Sociologia da UHK no mercado de trabalho. Notadamente, essa avaliação reflete, por um lado, a situação específica em termos de mercado de trabalho da República Tcheca nesse momento, marcado por baixas taxas de desemprego. Por outro, revela o tipo de formação específica que é oferecida nesse curso e que está em alta consonância com o que o mercado de trabalho está demandando dos sociólogos atualmente.

A respeito disso, é pertinente destacar uma frase da entrevista C. Ao falar sobre seus interesses e o tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, o entrevistado disse a seguinte sentença: "Eu estava mais atraído em etnografia, então eu não sou um desses "sociólogos qualitativos padrões" [risos]" (tradução nossa)[16]. Ao colocar os "sociólogos quantitativos" como o

13 "I have a very nice experience with the work of our students in market agencies. Market research due to their capacity of analytical knowledge" (ENTREVISTADO A).
14 "Our graduates apply to municipality self-government, commercial research agencies, media, etc. They mainly use data processing skills. They are especially valued for being able to combine a qualitative view of social problems with the use of quantitative data and their analysis. (...) It is relatively easy to find jobs for example in commercial research agencies" (ENTREVISTADO B).
15 "It changes, some students which were involved in ethnography of bank are now working in marketing agencies, [doing] ethnography of products" (ENTREVISTADO C).
16 "I was more attracted to ethnography, so I'm not a 'standard quantitative sociologist' [laughs]" (ENTREVISTADO C).

normativo, uma hierarquia é formada, o que revela como, ao menos atualmente, sociólogos que trabalham com dados quantitativos e pesquisa com *big data* são mais valorizados em seu ponto de vista. Cabe também afirmar que, ainda que o método etnográfico esteja mais comumente ligado ao campo da antropologia, é possível inferir que há sempre certo diálogo entre as Ciências Sociais.

Logo, o currículo analisado na seção anterior, juntamente à representação coletiva dos professores de Sociologia da UHK acerca do mercado de trabalho da área, converge para um laudo dos sentidos que os sociólogos assumem na atual sociedade tcheca, assim como seu *status*. Com um curso caracterizado por sua função instrumentalista e técnica, os egressos de Sociologia da UHK, e de maneira mais geral no contexto tcheco, atuam principalmente em corporações e empresas privadas. Nesse sentido, são pertinentes as colocações de Pinto (2013, p. 31) acerca da aplicação da Sociologia, e das Ciências Sociais em geral, nesses âmbitos:

> A Ciência Social é vista, nestes espaços, enquanto uma tecnologia, que ora avalia os impactos que irão causar os grandes projetos e ora é chamada a gerenciar os conflitos resultantes desses impactos. Configura-se um processo pelo qual a ciência social é compreendida como elemento integrante da cadeia produtiva de valor nessas empresas ao ser chamada a promover a estabilização política do território em que a empresa está situada.

Aqui, podemos, também, recuperar o que já foi escrito sobre o desenvolvimento do ensino superior e da Sociologia no contexto da República Tcheca, pensando que o cenário atual é um inevitável reflexo de sua história. Masaryk iniciou o processo de institucionalização da Sociologia, pensando nela como uma filosofia prática, ou seja, uma ciência que servisse ao público. Em termos de Burawoy (2005), a Sociologia tcheca emerge e se desenvolve como uma Sociologia Pública. Além disso, a história da constituição do ensino superior e da Sociologia acadêmica nacional é marcada por rupturas, controle e heteronomia, o que, consequentemente, determinou como as carreiras acadêmicas não possuem o mesmo prestígio que outras profissões.

Ainda que não tenha sido nosso objetivo aprofundar essa questão, deve-se considerar uma questão bastante objetiva com relação à estruturação do campo acadêmico tcheco: as universidades são formadas por pequenos de-

partamentos, com poucos professores contratados em regime de dedicação integral. Aparentemente, a inserção profissional por meio de um perfil mais "técnico", atuando como sociólogo profissional, e não como acadêmico, parece ser uma opção de inserção profissional objetivamente mais evidente para os egressos do curso de Sociologia da UHK, o que também reflete uma tendência mais global de diversificação da inserção profissional de sociólogos (BLOIS, OLIVEIRA, 2019).

Pode-se inferir que esse é um fenômeno global no campo da Sociologia, mas o que é relevante neste artigo é como esse fenômeno global assume certas características de acordo com o contexto local. Ainda que haja certa perda de prestígio acadêmico, a inserção de sociólogos em outros campos pode ser vista como uma legitimação dessa ciência por um público mais vasto. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no contexto da UHK, essa inserção é um tipo de Sociologia Pública que torna possível o diálogo entre a disciplina e a sociedade tcheca.

Considerações finais

Ainda que não seja a intenção deste trabalho, pois fugiria de seu foco e escopo, é inevitável trazermos elementos comparativos com a realidade latino-americana e, mais especificamente, com a realidade brasileira. Ainda que possamos perceber que, em alguns casos, como na Argentina, encontramos um relativo sucesso de inserção profissional de sociólogos no mercado de trabalho, observa-se que as hierarquias acadêmicas persistem (BLOIS, 2018), de modo que continua-se a valorizar de forma mais efetiva a trajetória via pós-graduação e reprodução do *corpus* universitário.

No caso brasileiro, a regulamentação da profissão de sociólogo data dos anos de 1980, porém, a carreira acadêmica persiste mais prestigiosa, o que também se relaciona ao robusto sistema de Pós-graduação no país, que se consolidou com a Reforma Universitária de 1968. Atualmente, há, no Brasil, mais de 50 programas de Pós-graduação em sociologia/Ciências Sociais, que são distribuídos por todas as regiões do país. Também é relevante destacar que, no Brasil, os(as) estudantes podem escolher entre dois tipos diferentes de grau, o bacharelado ou a licenciatura em Ciências Sociais, e somente aqueles que possuem o grau de bacharelado são legalmente considerados sociólogos.

A formação acadêmica em Sociologia na República Tcheca, apesar das descontinuidades vivenciadas, parece ter encontrado um caminho por meio da sólida formação metodológica, distanciando-se de uma tradição mais teórica, como encontramos de forma recorrente no caso dos países latino-americanos. Isso se conectaria com o tipo de legitimação que a Sociologia tem em cada país, entrando na esfera pública, por meio do mercado de trabalho, como um campo relevante para os sociólogos tchecos. Esse conceito, como se pode perceber pelas entrevistas, tem sido desenvolvido nos últimos anos e está mais presente nas gerações mais novas.

Podemos inferir que talvez haja diferenças entre a Sociologia produzida na periferia da República Tcheca daquela produzida em regiões mais centrais, como na Universidade de Charles, em Praga, nas quais há possibilidade mais efetivas de continuação das formação acadêmica e sua posterior inserção profissional por meio do ensino superior (Mestrado e Doutorado). No contexto contemporâneo, não se pode ignorar a inserção do alunato tcheco em um sistema educacional mais amplo formado pela União Europeia, o que significa que a UHK é uma periferia dentro de outra periferia. Com isso, queremos reconhecer que a Sociologia produzida no Sul Global, e em suas periferias internas, encontra um caminho próprio de desenvolvimento que, por vezes, dista daquele existente em países e em regiões centrais, tradicionalmente atrelados à formação estritamente acadêmica.

À guisa de conclusão, ainda que sejam apresentados aqui apenas dados iniciais de uma pesquisa ainda não finalizada, acreditamos que esses dados nos ajudam a visibilizar a pluralidade de histórias, formação e atuação profissional da Sociologia no contexto do Sul Global, compreendendo a miríade de opções abertas àqueles que desejarem seguir uma carreira na Sociologia no século XXI.

Referências

BLOIS, Juan Pedro (2018), *Medio siglo de Sociología en la Argentina*. Ciencia, profesión y política (1957- 2007). EUDEBA: Buenos Aires.

BLOIS, Juan Pedro; OLIVEIRA, Amurabi (2019), "La sociología como profesión. Formación, organización y prácticas de las sociólogas y los sociólogos en um escenario de cambio". *Temas Sociológicos* n. 25, pp. 9-24.

BOURDIEU, Pierre (2004), *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP.

BURAWOY, Michael (2005), "For Public Sociology". *American Sociological Review* 70, pp. 4-28.

CHAKRABARTY, Dipesh (2000), *Provincializing Europe:* postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University.

CONNELL, Raewyn (2007), *South Theory:* the global dynamics of knowledge in social sciences. Cambridge: Polity Press.

DURKHEIM, Émile (2007 [1895]), *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.

EEN, Mike; MUCHA, Janusz (1994), "Eastern Europe and Its Sociology". In: KEEN, Mike; MUCHA, Janusz (org.). *Eastern Europe in Transformations:* the impact on sociology. London: Greewoodpress.

KRATOCHVÍL Petr; SYCHRA, Zdeněk (2019), "Czech Republic: A Paradise for Eurosceptics?" In: KAEDING Michael; POLLAK Johannes; SCHMIDT, Paul (org.). *The Future of Europe*. Palgrave Macmillan.

LIEDKE FILHO, Enno (2005), "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios". *Sociologias* n. 14, pp. 376-437.

MLYNAR, Jakub (2015), "Speaking of Interaction: The Case of the Czech Republic". *Symbolic Interaction* n. 38, pp. 451–454.

PINTO, Raquel Giffoni (2013), *As ciências sociais e a profissionalização da gestão empresarial do "risco social".* Buenos Aires: CLACSO.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2006), "Antropologias Mundiais: Para um novo cenário global na antropologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 60, pp. 147-165.

SCOTT, Parry (2014), "Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais". In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo.*Recife: Ed. UFPE.

SKOVAJSA, Marek; BALON, Jan (2017), *Sociology in the Czech Republic*: between East and West. London: Palgrave Macmillan Publishers.

UHK (2020). *Státní Závěrečné Zkoušky*. Disponível em: https://www.uhk.cz/cs/filozoficka-fakulta/ff-1/katedry-a-pracoviste/katedra-sociologie/student/szz. Acesso em: 21 Mar. 2020.

UNIVERSITY OF HRADEC KRÁLOVÉ (2014), Philosophical Faculty Information Booklet. Disponível em: https://www19.uhk.cz/en-GB/UHK/O-univerzite/Styl.aspx Acesso em: 28 Ago. 2019.

URBÁNEK, Eduard (1970), Sociology in Czechsoslovakia. *Social Research* n. 37, pp. 129-146.

URBÁNEK, Eduard (1994), "Ups and Downs in Czech Republic". In: KEEN, Mike; MUCHA, Janusz (org.). *Eastern Europe in Transformations:* the impact on sociology. London: Greewoodpress.

URBÁNEK, Eduard (1995), "Sociology in Bohemia and Moravia 1956–1991". In: KLINGEMANN, Carsten; NEUMANN, Michael; REHBERG, Karl-Siegbert; SRUBAR, Ilja & STOLTING, Erhard (org). *Jahrbuch für Soziologiegeschichte 1993*. VS Verlag für Sozialwissenschaften: Wiesbaden.

VOŘÍŠEK, Michael (2008), "Antagonist, Type or deviation? A Comparative View on Sociology in Post-War Soviet Europe". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines* n. 18, pp. 85-113.

Submetido em 12 de julho de 2019
Aprovado em 10 de janeiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.553

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

El Diablo Negro: Un Nuevo Pacto de Energía en México

Luis Alberto Luna Gómez*
José Javier de la Rosa Rodríguez**
María Antonieta Andrade Vallejo***

RESUMEN

La Reforma Energética aprobada al final de 2013 es parte de la política de posicionamiento global del Estado para atraer inversiones de capital nacional y extranjero, siendo, no sólo promotor, sino también socio. Esa acción determina la producción del territorio en diferentes escalas, aquí se muestran las escalas nacional, local y regional. La renta de la tierra se refiere, en este análisis a la producción de Petróleos Mexicanos (Pemex), mismo antes de 2013, cuando la Constitución Mexicana fue alterada en sus artículos 25, 27 y 28, acerca de la titularidad de los recursos, denominando tal acción de Reforma Energética. La empresa nacional Petróleos Mexicanos (Pemex) destinaba una renta por el uso dado al territorio nacional, capturada por la Secretaria de Hacienda y Crédito Público (SHCP), variando entre 35% y 40%, que representan una fuerte cantidad para inversión en gasto social e infraestructura para el país.

Palabras clave: Reformas; Petróleos Mexicanos (Pemex); Diablo negro.

* Doctor en Geografía. Profesor del Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa. E-mail: luna@correo.cua.uam.mx
** Profesor del Departamento de Procesos Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana-Lerma. E-mail: jelarosa@yahoo.com
*** Profesora del Instituto Politécnico Nacional. ESCA. Santo Tomás. E-mail: mandradev@ipn.mx.

RESUMO

O DIABO NEGRO: UM NOVO PACTO ENERGÉTICO NO MÉXICO

A reforma de energia aprovada no final de 2013 faz parte da política de posicionamento global do Estado para atrair investimentos de capital nacional e estrangeiro, sendo não só o promotor, também parcero. Esta ação determina a produção do território em diferentes escalas, nacional, local e regional são mostradas. A renda da terra está em causa, nesta análise à produção de Petroleos Mexicanos (Pemex), mesmo antes de 2013, quando a Constituição Mexicana foi alterada nos artigos 25, 27 e 28, sobre a propriedade dos recursos, denominando tal ação da Reforma Energética. A companhia nacional de petróleo Petroleos Mexicanos (Pemex) renda destinada para o uso dado território nacional, capturado pelo Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP), variando entre 35% e 40%, o que representa uma boa quantidade de investimentos em gastos sociais e infra-estrutura para o país.
Palavras-chaves: Reformas; Petróleos Mexicanos (Pemex); Demônio negro.

ABSTRACT

THE BLACK DEVIL: A NEW ENERGY PACT IN MEXICO

The Energy Reform approved at the end of 2013 is part of the State's global positioning policy to attract domestic and foreign capital investments, being, not only promoter, but also partner. This action determines the production of the territory in different scales, here the national, local and regional scales are shown. Land rent refers, in this analysis, to the production of PetróleosMexicanos (Pemex), same before 2013, when the Mexican Constitution was altered in articles 25, 27 and 28, regarding the ownership of resources, denominating such action of Energy Reform. The national company Petróleos Mexicanos (Pemex) allocated an income for the use given to the national territory, captured by the Ministry of Finance and Public Credit (SHCP), varying between 35% and 40%, which represent a large amount for investment in social spending and infrastructure for the country.
Keywords: Reforms; Petróleos Mexicanos (Pemex); Black devil.

Método por escalas geográficas

La industria del petróleo es estratégica para el desarrollo del país y cómo señala Harvey en la acumulación por desposesión todo tiene que ver con el petróleo. Por tanto, anclada en la región Atitalaquia-Tula, Hidalgo, México, la refinería Miguel Hidalgo y el proyecto de la refinería Bicentenario hacen parte de ese sector económico clave.

Por un lado, el proyecto de la refinería Bicentenario se anunció en 2008, después de la crisis global, como acto semi-ilusorio, que tuvo algunos soportes materiales e institucionales, más no fue realizado, probando ser un gran acto de especulación por desposesión (MONREAL, 2014; LUNA, 2016D; HARVEY, 2003). Además de eso, la propuesta sirvió para apoyar la reforma de energía lanzada en 2013.

El discurso político, como discurso de interés económico, argumentó que Pemex estaba dejando de cumplir sus objetivos: producción, en términos de promover el desenvolvimiento, la industrialización, la capitalización nacional, el abastecimiento de energía barata para la economía y contribuir a la salud de las finanzas públicas, pretendiendo justificar la reforma de energía.

La concepción del Estado sobre la propiedad de territorio está basada en definirlo como un activo financiero puro. Todas las otras formas de propiedad de la tierra deben ser anuladas. “El espacio es un atributo material a todos los valores de uso” (HARVEY, 1990, p. 377; SACHER, 2015; INCLÁN, ET AL. 2012).

La renta es el concepto por el cual la economía política, enfrenta, tradicionalmente, el problema de la producción del espacio. La renta fortalece una base para varias formas de control social sobre la producción espacial y el desenvolvimiento del capitalismo. Eso es porque la tierra sirve, no sólo apenas como un medio de producción, más también como reserva de valor. El espacio es el componente necesario en toda la producción y actividad humana (HARVEY, 1990; LEFEBVRE, 1991; 2006; LUNA, 2017A; 2017C).

El crecimiento de los intercambios de mercancías, el incremento de las relaciones monetarias, el crecimiento del sistema de crédito, forman condiciones favorables para que se trate la “tierra cada vez más como un activo financiero” (HARVEY, 1990:351). Estos mismos factores, acrecientan nuestro desconocimiento espacial, considerando la geografía como una ciencia redundante y neutra (LUNA, DE LA ROSA Y RAMÍREZ, 2017; LACOSTE, 1977).

El derecho sobre la tierra se torna una forma de capital ficticio. “El elemento especulativo está siempre presente en el comercio de tierras” (Harvey, 1990, p. 370). La especulación en tierra puede ser necesaria para el capitalismo, más las orgias especulativas se tornan una fuente de destrucción para el propio capital (HARVEY, 1990:372).

Así, analizando el desarrollo del proyecto de la refinería Bicentenario, se entiende como se adecuaron la especulación y la deuda pública a la política de posicionamiento y no a la capacidad productiva de la compañía Petróleos Mexicanos, para reinversión de los beneficios y su distribución social. Las acciones sobre los territorios formulados por el Estado tuvieron como uno de los objetivos alterar los artículos de la propiedad territorial (Art. 25, 27 e 28 de la Constitución), a fin de atraer y retener las inversiones de capital privado nacional e internacional dentro de las fronteras nacionales (LUNA, 2014; 2016A; 2017C).

El diablo negro mexicano

En cuanto a la producción de petróleo, el diablo negro, los yacimientos en Cantarell, en la Península de Yucatán, sustentaron la producción durante varios años. La crisis colocaba una pauta política de recomposición de las reservas y los trabajos de exploración, la reutilización de campos antiguos y el desarrollo de nuevos.

El rápido decline de los yacimientos en Cantarell, paso de más 2,000,000 de barriles a 500,000 barriles, en 2012. No han sido identificados otros campos tan grandes para explorar. La intensificación del trabajo de recuperación e identificación de nuevos yacimientos tiene como objetivo inmediato compensar el agotamiento de Cantarell para sustentar el volumen de producción. Así aconteció con el principal yacimiento de Ku-Maloob-Zaap; de ahí el desarrollo de Chicontepec y, más tarde, la exploración de campos en aguas profundas. En cuanto eso, la extracción total de petróleo bruto tendió a estancar y, en seguida, disminuyó ligeramente en los últimos años. Desde 2002, la producción se estancó en torno a los 3,200,000 de barriles por día, a ser reducidos para los 200,000 barriles en 2007 (IBARRA, 2013; LUNA 2014).

La procuración incesante del petróleo pasa por la estructura axiomática que define la cosificación. La racionalidad del mercado sucumbió a su irracionalidad autoinducida y de las mercadurías, el petróleo gana vida con sentido humano (TAUSSIG, 1993; 2015). El giro está en que anteriormente se

consideraba al ser humano como cosa y hoy las cosas tienen personificación y representación humana (LUNA, DE LA ROSA Y RODRÍGUEZ, 2017).

Las formas sociales, economía y política, tienden a reducir o los hombres a números, más también transforman los recursos naturales, como el petróleo en demonios y dioses. La vida torcida, casquivana, con toda certeza, emerge de las cosas, transformando los productos sociales en seres animados, el petróleo en México es ese terrible diablo negro, el "Dios de los señores de la tierra", un ser animado del que se dice devora a los hombres productores que dan vida (TAUSSIG, 1993).

El pensamiento dialéctico latinoamericano percibe, refleja, piensa y sabe que la *Madre Tierra* todavía está de parte de los trabajadores y campesinos, ella lucha con ellos para preservar la vida nueva dentro del viejo sistema metafísico de dualidades dialécticas, donde el bien también implica mal. El temor de que los grupos sociales tienen al diablo, así como el contexto simbólico que éste ocupa, refiere la persistencia latinoamericana de la creencia, según la cual los seres humanos y la naturaleza son una sola cosa. A fin de preservar la fertilidad, productividad, ningún elemento, por sí sólo, como el dinero se transforma en capital, puede dar lucro a costa del resto, principalmente la relación de despojo del plusvalor, transformando la totalidad en un medio para algo diferente de sí mismo (TAUSSIG, 1993; 2015).

La religión de los oprimidos puede atemperar el despojo y desposesión, y hacer que la gente se adapte, al mismo tiempo, puede provocar resistencia. El significado social de fetiche capitalista no esconde las relaciones económicas en su papel de relaciones entre cosas en sí mismas. La realidad económica, la desigualdad y la inmensa diferencia de modos de vida, nunca llegan a enmascarar las realidades humanas. Los ritos de la figura del Diablo y de la Santa Muerte que se hacen en México y América Latina manifiestan el choque dialéctico. Son los jóvenes y trabajadores que están en la vanguardia de la lucha de clases (TAUSSIG, 1996).

1 Las mudanzas constitucionales

La crisis financiera de Pemex impidió aumentar la capacidad de refinación y de equilibrar las líneas internas de producción. Al final del año 2007, la importación de productos petrolíferos llegó a casi 500,000 barriles de gasolina y ultrapasó los 300.000 barriles por día. El valor total de ese cambio

sumara más de US $14,000.000.000 de dólares, dejando un déficit líquido de casi US $11,000.000.000 de dólares (ROUSSEAU, 2012; GONZÁLEZ, 2013; IBARRA, 2013). Sólo la importación de gasolina se elevó cerca de 40% del consumo nacional (IBARRA, 2013).

En términos de compras externas de petróleo que también se están expandiendo, requieren una inversión urgente en ductos, transporte y otros tipos de almacenamiento. La verdad, terminales marítimas deben modernizarse con quince o diez centros de almacenamiento, incluyendo las principales instalaciones (GONZÁLEZ, 2013; 2014).

La capacidad de refinación es de 1,500,000 barriles diarios, de los cuales apenas 39% son aceites pesados. Absorbiendo en refinerías nacionales sólo un porcentaje de petróleo pesado extraído, el resto es vendido directamente en el mercado externo o procesado por altos costos en instalaciones en el exterior. Existe, por tanto, un desfase entre las líneas de extracción y la capacidad de procesamiento de la empresa (IBARRA, 2013).

Frente a las disparidades técnicas, en 2004 se fue delineando entre peritos y políticos la necesidad de mudar el modus operandi de la compañía Petróleos Mexicanos (ROUSSEAU, 2012). Especialistas referían el costo político que lleva hacer una reforma en el tema de petróleo, debido a la importancia dada por la población, y un punto de referencia para la adquisición del estado de bienestar nacional, además de proporcionar recursos (MEIXUEIRO Y BACA, 2013).

Contra todas las anteriores consideraciones, el Gobierno Federal decidió retirar al Estado del control sobre sus recursos energéticos, que se venía consolidando históricamente, a través, de la resistencia al boicot internacional y de la lucha social que llevo a la constitución del *Leviatan mexicano*, o sea, del Estado como un príncipe investido de recursos que le permitieron algo de soberanía.

La nacionalización del petróleo tiene sus orígenes en 1938, después de la crisis nacional causada por el conflicto entre trabajadores y empresas de petróleo de origen extranjero; después de varias tentativas de mediación, fue decidido expropiar las empresas petroleras y crear una empresa de naturaleza pública (MEIXUEIRO Y BACA, 2013). Durante el tiempo recorrido, la industria petrolífera mexicana creció y se consolidó, hasta transformar nuestro país en uno de los principales productores de hidrocarburos en el mundo (NAVARRO, 2007). Podemos decir, también, que el conflicto entre empresas y gobiernos extranjeros contra el Estado

mexicano por el control de petróleo, se tornó un símbolo de gran fuerza en el imaginario colectivo que exalta el nacionalismo y la defesa de soberanía.

Más tarde, entre 1946 y 1958, dice González (2013), llama la atención las reformas que permitieron que empresas extranjeras hiciesen trabajos de exploración de nuevos yacimientos. Al final de ese período, las empresas estaban contribuyendo con 2% de la producción total de los hidrocarburos, más, en otras áreas de la cadena de producción, tales como la prestación de servicios, la participación fue mayor. Cerca del final del período del Presidente Adolfo Ruíz Cortines (1952-1958), propuso varias alteraciones para limitar el crecimiento de la presencia extranjera en el sector o promulgar una ley que reglamentara el Artículo 27 de la Constitución, en el sector de Petróleo.

El mismo artículo afirma que:

> Corresponde a la nación la propiedad directa, inalienable e imprescriptible de todos los hidrocarburos que están localizados en el territorio, incluyendo los mantos de la plataforma continental o depósitos, independientemente de su estado físico, incluyendo los estados intermedios y que componen el petróleo mineral bruto, acompañan o provienen de éste(Artículo 27 de la Constitución Mexicana).

Dos años después, el presidente Adolfo López Mateos (1958-1964) consolidó el monopolio estatal iniciado por Lázaro Cárdenas, en 1938. El sector de energía terminó por cerrarse para el capital privado (GONZÁLEZ, 2013).

El artículo 27 de la Constitución fue definido:

> [...] El caso del petróleo y los carburos sólidos, líquido e hidrógeno gaseosos, no serán concedidas concesiones y contratos, ni subsistirán los que hayan sido concedidos y que el país llevara la exploración de esos productos en los términos establecidos por la ley de reglamentación respectiva (Artículo 27 de la Constitución Mexicana).

En tanto, en el año 2013 se dejó la ventana abierta para que Pemex realizara con otros individuos o entidades la ejecución de obras y la prestación de servicios que se encuentra en el 6º artículo de la Ley de Reglamentación del Artículo Constitucional 27 en el sector petrolífero, siendo muy claro que los pagos serán en dinero y no serán concedidos por servicios prestados a los trabajos que son ejecutados, porcentajes en los productos o participación en los resultados de las operaciones (GONZÁLEZ, 2013; LUNA, ET AL. 2019).

Artículos 25, 27 y 28, las mudanzas realizadas (en negrito):

Artículo 25

Antes	Después
Corresponde al Estado la rectoría del desarrollo nacional para garantizar que éste sea integral y sustentable, que fortalezca la Soberanía de la Nación y su régimen democrático y que, mediante la competitividad, el fomento del crecimiento económico y el empleo y una más justa distribución del ingreso y la riqueza, permita el pleno ejercicio de la libertad y la dignidad de los individuos, grupos y clases sociales, cuya seguridad protege esta Constitución. La competitividad se entenderá como el conjunto de condiciones necesarias para generar un mayor crecimiento económico, promoviendo la inversión y la generación de empleo. … … El sector público tendrá a su cargo, de manera exclusiva, las áreas estratégicas que se señalan en el Artículo 28, párrafo cuarto de la Constitución, manteniendo siempre el Gobierno Federal la propiedad y el control sobre los organismos que en su caso se establezcan.	Corresponde al Estado la rectoría del desarrollo nacional para garantizar que éste sea integral y sustentable, que fortalezca la Soberanía de la Nación y su régimen democrático y que, mediante la competitividad, el fomento del crecimiento económico y el empleo y una más justa distribución del ingreso y la riqueza, permita el pleno ejercicio de la libertad y la dignidad de los individuos, grupos y clases sociales, cuya seguridad protege esta Constitución. La competitividad se entenderá como el conjunto de condiciones necesarias para generar un mayor crecimiento económico, promoviendo la inversión y la generación de empleo. … … El sector público tendrá a su cargo, de manera exclusiva, las áreas estratégicas que se señalan en el Artículo 28, párrafo cuarto de la Constitución, manteniendo siempre el Gobierno Federal la propiedad y el control sobre los organismos que en su caso se establezcan. Tratándose de la planeación y el control, del sistema eléctrico nacional y del servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, así como de la exploración y extracción de petróleo y demás hidrocarburos, la Nación llevará a cabo dichas actividades en términos de lo dispuesto por el párrafo sexto y séptimo del artículo 27 de esta Constitución. En las actividades citadas la ley establecerá las normas relativas a la administración, organización, funcionamiento, procedimiento de contratación y demás actos jurídicos que celebren las empresas productivas del Estado, así como el régimen de remuneraciones de su personal, para garantizar la eficacia, eficiencia, honestidad, productividad, transparencia y rendición de cuentas con base en las mejores prácticas y determinará las demás actividades que podrán realizar.

Artículo 27

Antes	Después
Tratándose del petróleo y de los carburos de hidrógeno sólidos, líquidos o gaseosos o de minerales radioactivos, no se otorgarán concesiones ni contratos, ni subsidiarán los que en su caso se hayan otorgado y la Nación llevará a cabo la explotación de esos productos, en los términos que señale la Ley Reglamentaria respectiva. Corresponde exclusivamente a la Nación generar, conducir, transformar, distribuir y abastecer energía eléctrica que tenga por objeto la prestación de servicio público. En esta materia no se otorgarán concesiones a los particulares y la Nación aprovechará los bienes y recursos naturales que se requieran para dichos fines. … … …	Tratándose de minerales radioactivos no se otorgarán concesiones. Corresponde exclusivamente a la Nación la planeación y el control del sistema eléctrico nacional, así como el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica; en estas actividades no se otorgarán concesiones, sin perjuicio de que el Estado pueda celebrar contratos con particulares en los términos que establezcan las leyes, mismas que determinarán la forma en que los particulares podrán participar en las demás actividades de la industria eléctrica. Tratándose del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, en el subsuelo, la propiedad de la Nación es inalienable e imprescriptible y no se otorgarán concesiones. Con el propósito de obtener ingresos que contribuyan al desarrollo de largo plazo de la Nación, ésta llevará a cabo las actividades de exploración y de extracción del petróleo y demás hidrocarburos mediante asignaciones a empresas productivas del Estado o a través de contratos con éstas o con particulares, en los términos de la Ley Reglamentaria. Para cumplir con el objeto de dichas asignaciones o contratos las empresas productivas del Estado podrán contratar con particulares. En cualquier caso, los hidrocarburos en el subsuelo son propiedad de la Nación y así deberá afirmarse en las asignaciones o contratos. … …

Artículo 28

Antes	Después
El Estado tendrá un banco central que será autónomo en el ejercicio de sus funciones y en su administración. Su objetivo prioritario será procurar la estabilidad del poder adquisitivo de la moneda nacional, fortaleciendo con ello la rectoría del desarrollo nacional que corresponde al Estado. Ninguna autoridad podrá ordenar al banco conceder financiamiento.	El Estado contará con un fideicomiso público denominado Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo, cuya Institución Fiduciaria será el banco central y tendrá por objeto, en los términos que establezca la ley, recibir, administrar y distribuir los ingresos derivados de las asignaciones y contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, con excepción de los impuestos. … El Poder Ejecutivo contará con los órganos reguladores coordinados en materia energética, denominados Comisión Nacional de Hidrocarburos y Comisión Reguladora de Energía, en los términos que determine la ley. … …

Del año 1978 al año 2004, Pemex experimentó un período de prosperidad. Después de ese período, hubo un decline en la producción, promovido por el agotamiento de Cantarell, lo mismo que mostró la necesidad de reformar Pemex (MEIXUEIRO Y BACA, 2013).

El expresidente Salinas de Gortari, en su Plan Nacional de Desarrollo, estableció la separación de varias empresas estatales, incluyendo la petroquímica secundaria para atraer la inversión privada nacional y extranjera, creando siete filiales petroquímicas: Cosoleacaque, Tula, Escolín, Camargo, La Cangrejera, Morelos y Pajaritos (Rousseau, 2012; Carreón y Grunstein, 2011). En tanto, en 2004, la Secretaría de Energía se dice sorprendida por los resultados obtenidos de la filial, no fueron los deseados, por causa de la falta de desarrollo en el sector privado. Esa participación supera los cinco mil millones de dólares (IMCO, 2013).

Se establecieron acuerdos internacionales envolviendo el tema de emisión de hidrocarburos nacionales y de participación privada de empresas de otros países en la industria del petróleo como el Acuerdo de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN). El tratado no proporciona el acceso a la inversión privada en casi todo el proceso de producción; en tanto, hay una cláusula de desempeño que establece que cada país envuelto en el Tratado debe permitir que sus empresas estatales negocien cláusulas de desempeño en sus contratos de servicio, por lo que Pemex puede negociar contratos de servicios con el sector privado nacional y extranjero. Un instrumento que torno posible la capacidad de inversión a los proyectos denominados de In-

fraestructura Productiva con Impacto Diferido en el Registro de Gasto, más conocido como Pidiregas. Se muestra, de esa forma, los modelos de participación de las empresas privadas en el sector de los hidrocarburos (IBARRA, 2013; GONZÁLEZ, 2013; 2014).

Durante su mandato, el expresidente Vicente Fox (2000-2006) lanzó la reforma y con una mayor fuerza y radicalidad Felipe Calderón (2006-2012) tomó decisiones con base en un documento elaborado por la Secretaría de Energía y Pemex, llamado *Diagnóstico: situación de Pemex,* por el cual Pemex demanda ser tratada como una empresa, tanto en su administración, gestión y autonomía interna. La respuesta inmediata de ese presidente fue insertar consejeros técnicos independientes, en vez de trabajadores del gobierno, a través, de concesiones, de ciertas libertades organizacionales y de deuda. Esa acción fue llamada presidencial, pues el nombramiento de directores y la creación de agencias estaban sujetas a la voluntad presidencial. En tanto, se debe considerar la correlación de fuerzas, por cuanto las legislaturas, había más presencia del PRI. (ROUSSEAU, 2012).

Petróleos Mexicanos es la tercera petrolera más rentable en el mundo, teniendo en cuenta el retorno sobre el capital invertido (GONZÁLEZ, 2014; 2013). Pemex vuelca su renta económica para el sector público a través de varios impuestos y tasas, por tanto, si esos fuesen incluidos en el cálculo de su tasa ROIC, la rentabilidad de Petróleos Mexicanos sería cero (GONZÁLEZ, 2014).Las rentas de Pemex son equivalentes a la suma de las cinco mayores empresas que operan en el país: América Móvil, Femsa, Wallmart, Alfa y Cemex (González, 2014).

La reforma también incentiva la participación privada en el sector de energía, en la exploración estratégica y la extracción de petróleo y gas natural. El Centro Nacional de Control de Gas Natural surge como órgano público descentralizado, responsable por la operación del transporte nacional, sistema de gasoductos y almacenamiento de combustible. (GONZÁLEZ, 2013).

2 Petróleo y desposesión: el poder de cooptación

El Estado definió las rentas del petróleo para fortalecer el poder del capital. Las políticas adoptadas por los diferentes Estados no han sido las mismas, por ejemplo, Argentina y Bolivia privatizaron, Brasil y Venezuela, abrieron al capital privado algunos segmentos de la industria; México per-

maneció, hasta el 2013, con el estatuto de empresa pública. Existe la idea de una privatización jurídica diferente de la propiedad pública, mismo cuando fueron mixturados los criterios económicos sobre los políticos en la gestión empresarial (GONZÁLEZ, 2014).

John M. Ackerman (2015) afirma como Meixueiro y Baca (2013) que la mayoría de la población está contra la privatización de la industria petrolera. La prioridad de las empresas no es la exploración directa de petróleo, más el control financiero sobre nuevas reservas, a fin de inflar su listado en la bolsa de valores. No es gratuito, por ejemplo, la quinta regla transitoria de la Reforma Energética, explícitamente que dice: "*aunque el petróleo mexicano continúe siendo propiedad de la nación, las empresas privadas son beneficiadas con nuevas licencias, lo que resultará en efectos contables y financieros*". Contrato pertinente y beneficios esperados.

Las compañías de petróleo son los principales establecimientos comerciales que procuran el beneficio de sus accionistas, lo que se refleja en el precio de las acciones de corto plazo en la bolsa de valores y la distribución de dividendos a largo plazo. Lo que importa es el posicionamiento estratégico dentro de la industria (RODRÍGUEZ, 2015; ACKERMAN, 2015).

Después de realizar sus nuevos contratos en Wall Street, las compañías mexicanas de petróleo no vacilarán en dirigir su capital fijo a las latitudes más rentables. El caso de Repsol en Argentina es un excelente ejemplo de las contradicciones que muchas veces son generadas en campo. En 2012, Christina Fernandez Kirchner fue tan lejos con el propósito de nacionalizar a la empresa en respuesta a lo que ella consideraba una política de vaciamiento, no hay producción y no hay exploración de las compañías petroleras (ACKERMAN, 2015).

Hay muchas dudas sobre la capacidad del Estado mexicano, y la voluntad del grupo dominante actual, para contener las necesidades de las compañías petroleras tan poderosas como la Exxon-Mobil, Shell y de Chevron. Días después de la promulgación de la reforma de petróleo, el presidente mexicano dio una clara señal de sumisión a esas empresas, curvándose a las presiones de las mayores empresas del país para firmar un decreto que las exenta de una serie de nuevos impuestos aprobadosapenas un par de meses anteriores (ACKERMAN, 2015).

Un escenario posible, dice Ackerman (2015) que, al negarse a recoger los impuestos necesarios, y mucho menos ser capaz de evitar daños graves al

medio ambiente derivados de la extracción de petróleo, un peligro latente, es cuando las técnicas del fraqueo son usadas[1].

Además de eso, en México, el Gobierno Federal, el Congreso y la Suprema Corte difícilmente podrían resistir a la presión de las compañías petroleras a tomar medidas semejantes. La impunidad que vienen disfrutado las empresas mineras canadienses en suelo mexicano es apenas una muestra de la ola de destrucción ambiental que podría surgir como resultado de la nueva reforma (Ackerman, 2015).

La reforma energética no pretendió reducir la emisión de gases de efecto invernadero, sino de incentivar la exploración de petróleo y gas. El gas natural encontrado en formaciones geológicas profundas y dispersas. Una vez que esas rocas tienen baja permeabilidad es necesario hidráulicamente fracturar la roca para permitir que el gas suba a la superficie. Son necesarios entre 11,000 y 19,000 litros de agua, mixturados con agentes tóxicos. Para remover el agua contaminada, ella es inyectada a varios kilómetros de profundidad. De acuerdo con el Departamento de Energía de los Estados Unidos, México tiene grandes reservas de gas, especialmente en las partes del norte del país: Coahuila, Chihuahua, Nuevo León, Tamaulipas, precisamente en la región donde hay escasez de agua (SHEINBAUM, 2015).

Claramente, la intención es desvalorizar a Pemex y la Comisión Federal de Electricidad para substituirlos por Chevron, Shell, Halliburtony las empresas corruptas de generación de energía eléctrica y defraudadoras como Enron (ACKERMAN, 2015). Mc Crunmen(2013) afirma, en un artículo publicado por el The Washington Post el 13 de agosto, que las empresas transnacionales incurrieron en prácticas laborales abusivas e ilegales sistemáticamente, como en 1938.

Para promover la Reforma Energética, el gobierno federal llego a anunciar la conclusión del proyecto de la refinería Bicentenario, de manera persuasiva, no informativa, con la intención de ganar el apoyo de la opinión pública y anticipar los argumentos nacionalistas,históricos y sociales de izquierda (MÁRQUEZ, 2015). La pieza central de la reforma fue eliminar al Estado de la

1 En Francia, el Consejo Constitucional apoya recientemente la técnica de prohibición de fracturas. En Estados Unidos, un grupo de ONG ha ganado recientemente un gran ensayo en el ámbito del medio ambiente contra la empresa Shell, planea parar la exploración y extracción de petróleo en el Ártico durante años. En Ecuador, el gobierno alcanzó una histórica victoria al imponer multas a Chevron por su polución ambiental agresiva e irresponsable del país (ACKERMAN, 2015).

exclusividad de abrir toda la cadena de producción nacional e internacional de petróleo y gas para el capital privado, induciendo esquemas de petróleo y gas semejante al de un contrato de concesión (SHEINBAUM, 2015).

La reforma energética fue una parte integral del vasto esquema de dislocamiento del complejo petroeléctrico articulado con la Secretaría de Finanzas, a través de empresas de consultoría Cambridge Energy Associates; McKinsey, Booz Allen Hamilton y fundaciones como Heritage, cuyos estudios, tres décadas atrás, *Petróleo y prosperidade: la reforma del monopolio de petróleo de México* son un programa de ajuste estructural para la desnacionalización de todas las actividades de *upstream*, exploración y producción bien profunda, refinado, petroquímica, distribución, comercialización, para las empresas ExxonMobil, Chevron/Texaco, Conoco/Phillips, BP-Amoco e Shell (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015; SACHER, 2015).

Saxe-Fernández (2015) sintetiza el análisis realizado por Fernando Siqueira, de la *Asociación de Ingenieros de Petrobras*, que observa la mudanza en la ley para Petrobras, es ruin para Brasil. Este país tenía el control del petróleo y paso a tener el 10%. Una vez abierto no tiene más control. La abertura tiende a crecer cada vez más, poderosas empresas presionan, de modo que la presión es difícil de controlar, cuya abertura es gradual, no existiendo control sobre ella.

Además, Saxe-Fernández (2015) presenta un análisis de Ildo Luís Sauer, ex-director de Petrobras (2003-2007): así que llegaron los leones, ellos entran al sistema y tendrán la fuerza para participar con mucho más poder que el sistema político y económico, dominar los medios de comunicación e infiltrarse en partidos políticos, a través de lobistas que están en el Congreso y en los salones de gobierno.

El exdirector de Petrobras acusó de espionaje a la Agencia de Seguridad Nacional (NSA) contra la presidente Dilma Rousseff y de Petrobras, una operación que él dice consiste en robar secretos comerciales, identificar los hilos flacos en la cadena de comando para saber dónde penetrar, con quién negociar (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

El discurso de privatizar a Pemex no es descartado fuera del país. Saxe-Fernández (2015b) indica que un integrante de la Secretaría de Energía anunció en el Wall Street Journal (18/06/13) que gustaría de tornar claramente en la Constitución mexicana cómo las empresas privadas pueden participar.

Las empresas quieren pagar los impuestos mínimos posibles y aprovechar la estabilidad fiscal, si los sistemas fiscales favorecen que sean dispensados de la obligación de abastecer el mercado interno, o por lo menos serán autorizados a vender a precio de mercado. Libre convertibilidad de moneda y libre repatriamento de capitales son dos de las condiciones irreductibles. Evaden cláusulas con implicaciones financieras significativas en temas que no son estrictamente petróleo, tales como el desenvolvimiento social, el cuidado ambiental y preservación de vida silvestre. No aceptan que la disputa sea realizada en diferentes tribunales internacionales (RODRÍGUEZ, 2015).

Galeano (1971) dice en su libro clásico *Las venas abiertas de América Latina:*

> Standard Oil y Shell remueven reyes y presidentes, financian conspiraciones y golpes de Estado, tienen generales, ministros e incontables espías. El Petróleo tiene impregnado presidentes y dictadores, enfatiza las deformaciones estructurales de la sociedad. Son las empresas las que deciden el mapa del mundo (p. 255).

VictorRodriguez (2015) preguntó, ante lo que afirma Eduardo Galeano, en el siglo XX (1971):

> ¿Las transnacionales fueron regeneradas después que perdieran sus concesiones en el Medio Oriente, Venezuela y en otros lugares? ¿Renunciaran a sus prácticas pasadas? ¿Ya se tornaron dignas y honradas? Su nombre aparece en muchas de las guerras, golpes, desastres ecológicos de los últimos 30 años en Angola, Yemen, Sudán, Somalia, Indonesia, Los Balcanes, el Golfo Pérsico, Afganistán, Colombia, Perú, Ecuador, Timor Occidental, Zaire (p. 246).

La ganancia por el petróleo y el gas natural representa la causa y el efecto de confrontación entre grupos, pueblos y países. Donde hay conflicto geopolítico, dicen Harvey (2004) y Rodríguez (2015), están las compañías petrolíferas. En África, los golpes frecuentes tienen olor al diablo negro. Las amenazas de guerra en Oriente Medio también huelen a petróleo. En Asia Central se creó una disputa feroz por el control de depósitos y rutas de evacuación (RODRÍGUEZ, 2015).

En Estados Unidos se consolida una visión energética continental. Fundamentalmente, la visión de energía del hemisferio occidental

es profundamente compleja e interrelacionada, con oportunidades espectaculares para generar puestos de trabajo en Estados Unidos, a sus intereses comerciales, su desarrollo económico y seguridad energética ligada a las perspectivas políticas de Canadá, México, Venezuela, Caribe y demás. Los mercados de energía del mundo son transformados, reflejando la propia revolución energética, Estados Unidos, dice, tiene mucho que compartir y mucho que ganar por hacer parte de esta visión.Esto es especialmente cierto en el hemisferio occidental. Desde la construcción de la seguridad energética de los Estados Unidos y en la formación de mercados de gas natural, para formar el camino para las negociaciones de transformación e innovación, Estados Unidos debe liderar para compartir las mejores prácticas y lecciones aprendidas, apoyando la transparencia y un piso liso, y dar a nuestras empresas e innovaciones acceso a los mercados de energía del mañana. Todas estas actividades son fundamentales para alcanzar nuestra propia seguridad energética y para lograr un mayor desarrollo económico, el acceso a la energía y la estabilidad para un futuro más fuerte, seguro y próspero para las Américas (PASCUAL, 2013).

Hay documentos muy importantes en los cuales el Senado de los Estados Unidos afirma, claramente, que precisa de México para continuar el envío 1,500,000 barriles de petróleo por día. Entre la corrupción de la élite mexicana y la presión de Estados Unidos empujó la reforma (BARLETT, 2015; MONREAL, 2014; GONZÁLEZ, 2014).

Los procesos de flexibilización económica no proporcionaron mejores productos y servicios a precios competitivos a nivel internacional. Estos procesos han herido a nuestra sociedad y contribuido a la formación de monopolios y oligopolios, que no sólo producen ineficiencias económicas y falta de competencia, sino que acaban acelerando la concentración de la riqueza y del rendimiento nacional (IBARRA, 2013).

Los verdaderos vencedores de la reforma energética son los bancos extranjeros que financiaron transnacionales y recibieron intereses de las rentas del petróleo; empresas extranjeras que irán a apropiarse una parte de las recetas del petróleo y de los mercados energéticos en México, o que irá a generar lucros para sus accionistas, venidos de recetas del petróleo; empresas de máquinas y tecnología, que reciben pagamentos más elevados de los pagos en otros países, los cuales seránefectuados con parte de las recetas del petróleo; gobiernos y ciudadanos extranjeros reciben impuestos

pagados por las empresas que operan en México; exfuncionarios mexicanos y un pequeño grupo de empresarios mexicanos se tornaran consultores, consejeros y accionistas de empresas nacionales y extranjeras, se beneficiaran de la reforma (CÁRDENAS, 2015).

3 Desvalorización para la acumulación

Desde la compra de las tierras a los campesinos de Atitalaquia y Tula, Hidalgo, la región se convirtió en blanco del capital financiero. El inicio de la especulación en Hidalgo, gradualmente, tiende a las orgías especulativas en las que el Estado es socio del capital.

Regionalmente, el engaño de la refinería Bicentenario permitió reforzar la política de posicionamiento. El proyecto involucró al menos US$ 11.000.000.000 de dólares en licitaciones internacionales y desposesión de tierras agrícolas campesinas.

El padrón de acumulación muestra una ventaja de diferenciación geográfica de competencia local sobre circunstancias específicas. La formulación de los proyectos se encuadra en un padrón de eficacia de los programas locales para la acumulación en diferentes escalas económicas y políticas (PECK, 2010; SACHER, 2015).

La acumulación incesante del capital es permanentemente posicionada a través de las reformas. El capital no es un producto físico, pero una relación social, que se basa en la destrucción de la propiedad privada ganada por sí mismo; en otras palabras, la "expropiación del trabajador" (HARVEY, 1990 p. 416).

Además de eso, las revoluciones en tecnología, medios de comunicación y transporte, la centralización y descentralización de capital (incluyendo el grado de integración vertical), en los arreglos de crédito e infraestructura física y social, afectan materialmente el equilibrio de las fuerzas en acción. Eso empuja al capital en fases que profundizan las configuraciones espaciales de las fuerzas productivas y las relaciones sociales (HARVEY, 1990, p. 421).

Con el capital fijo y servicios inmobiliarios, el capital está preso en un valor de uso específico, mientras que los otros factores son inalterados, el grado de fijación depende de la duración. El capital fijo empatado involucra el imperativo de la acumulación e impone otro imperativo: "Así, cuanto mayor sea la escala en que se desarrolla el capital fijo, más se convierte en la continuidad del proceso de producción y el constante flujo de producci-

ón una condición externamente atractiva para el modo de producción basado en capital" (HARVEY, 2014 p. 266, MARSTON, 2010, HIRSCH, 2011; INCLÁN et al. 2012).

El capitalismo es necesariamente caracterizado por un esfuerzo perpetuo para superar todos los obstáculos espaciales "aniquilando el espacio a través del tiempo". (HARVEY, 2014 p. 348). "El dinero es apenas un medio de movimiento, asume un poder independiente y externo en cuanto al cambio" (HARVEY, 1990 p. 249). Todo poder es social, tan determinado, limitado. No funciona, sin constituciones e instituciones, establecidas o mejoradas. Es el arte de usar las instituciones, manipular a las personas con las instituciones y manipular las propias instituciones; en suma, el poder político es el arte de gobernar. El Estado junto con el capital privado formó una asociación para gobernar sobre los territorios y sus recursos, incorporando la fuerza de trabajo existente dentro de las fronteras nacionales (HIRSCH, 2011; LACOSTE, 1977; LÓPEZ Y RAMÍREZ, 2010).

El crédito se utiliza para acelerar las inversiones, la producción y el consumo, simultáneamente. Como se evidenció con la deuda adquirida por los dos gobiernos, Hidalgo y Guanajuato, para la adquisición de terrenos para la refinería, estimuló los beneficios inmobiliarios de empresas como la ICA, Isolux y otras. El inmenso poder potencial reside en el sistema de crédito. La localización adecuada del crédito puede garantizar un equilibrio cuantitativo entre estos dos sectores, la producción y el consumo (HARVEY, 1990: 289).

La refinería Bicentenario fue un proyecto para superar la crisis a través de la acumulación por desposesión. Esa propuesta permitió la valorización del capital financiero para inversiones en capital productivo con base en la política de posicionamiento (TORTOSA, 2010; SACHER, 2015).

Las condiciones de instalación del proyecto de la refinería Bicentenario llevaron a una cuestión de conflicto territorial, perpetuando la crisis en el ámbito de la regulación, energía, social y territorial. Después de la compra de la tierra, conflictos familiares vinieron para incentivar asesinatos entre los miembros de las familias y asaltos a las personas.

Los ejidatarios de Atitalaquia y Tula vendieron cerca de 700 hectáreas, de una tierra que, en el pasado, había contribuido al cultivo de alfalfa, maíz, frijoles y chile. Se puede afirmar que la valorización por especulación fue concomitante con la devaluación del suelo rural y la caída de la productividad de las actividades agrícolas. Ver Foto 1.

Foto 1. La región y las mudanzas



Elaboración propia, 2009-2015. 1) Trabajando la tierra, 2) Cultivo de tierra, 3) Tierra sin uso, 4), 5), 6), 7), 8) Obras del proyecto.

La región Atitalaquia-Tula, Hidalgo es la síntesis de múltiples determinaciones históricas y espaciales (LUNA, 2016A; 2016B; 2016C; 2016d). Para observar estas determinaciones tenemos que conectar la escala regional, con otras escalas de influencia.

Las reformas en México, propuestas por el poder ejecutivo en 2013, formularon programas de asistencia social, activación de las condiciones de normalización y de socialización entre desempleados y pobres en el mercado de trabajo.

Conclusiones

Las reformas desencadenaron un proceso de especulación vinculado con todos los factores técnico-económicos y socioculturales. La delimitación que se realizó de la refinería no es puramente geográfica, como el espacio fue entendido, en forma de contenedor, sino para tener en cuenta aspectos

económicos, sociales, étnicos y políticos. De la misma forma, el territorio donde se encuentra no es homogéneo, muy al contrario, existen diferencias en las distintas áreas que lo componen. Las formas sociales tienden a reducir los hombres a números, pero también transforma los recursos naturales, como el petróleo en el demonio o dioses. La vida distorsionada, con toda certeza, emerge de las cosas, transformando los productos sociales en seres animados, el petróleo en México es ese terrible Diablo Negro, el "Dios de los señores de la tierra", un ser animado del que se dice devora a los hombres que le dan vida. La demanda incesante del petróleo pasa por la estructura axiomática que define la cosificación. La racionalidad del capital sucumbió a su irracionalidad autoinducida y de las mercancías como el petróleo que cobra vida con sentido humano.

La política de posicionamiento tiene una estrategia de crecimiento hacia fuera, hizo de la manufactura y los recursos naturales el principal sector de la economía. Trabajo barato y tributación privilegiada.

La economía nacional depende fuertemente de los ingresos del petróleo. El artículo 27 de la Constitución da un papel estratégico a la energía: reclama para la nación la propiedad de los recursos del subsuelo y entrega a Pemex el control de toda la cadena de producción, incluso antes de la reforma energética, logró abastecer durante 30 años el mercado nacional como una energía de bajo costo, promoviendo así el desarrollo industrial en algunos sectores clave de la economía: la agricultura con los fertilizantes, así como el transporte y ramales industriales: cemento, vidrio, industria de hierro y acero, etc.

La reforma energética fue una parte incondicional del vasto esquema de desplazamiento del complejo petroeléctrico articulado, un programa de ajuste estructural para la desnacionalización de todas las actividades de *upstream*, exploración y producción, así como aguas abajo, refinación, petroquímica, distribución, comercialización, para las empresas ExxonMobil, Chevron/Texaco,Conoco/ Phillips, BP-Amoco y Shell.

Los verdaderos vencedores de la reforma energética son los bancos, capitales financieros extranjeros.Quienes financiarán trasnacionales y recibirán intereses de los ingresos del petróleo; empresas extranjeras que se apropiarán una parte de los ingresos del petróleo y de los mercados energéticos en México. Empresas de maquinaria y tecnología, que reciben pagos más elevados que los pagados en otros países, los cuales se efectuarán con parte de los ingresos del petróleo; ex funcionarios mexicanos y un pequeño grupo de

empresarios mexicanos se convirtieron en consultores, consejeros y accionistas de empresas nacionales y extranjeras.

Así, el Estado actúa sobre los territorios para crear un modelo fijo de acumulación. Con la reforma energética participará el capital extranjero en la exploración de hidrocarburos en áreas rurales y costeras, que transforma áreas agrícolas en terrenos para uso de todo el proceso de producción de energía a partir de recursos naturales, desestimulando el campo para la producción agrícola.

Referencias

BARLETT, Manuel (2015), "Reforma energética". In: CÁRDENAS, Jaime (coord.). *Reforma Energética.* Análisis y consecuencias. México: UNAM.

CÁRDENAS, Jaime (2015), "La reforma constitucional en materia de energía". In: _____. *Reforma Energética. Análisis y consecuencias*. México: UNAM.

CARREÓN, Victor y GRUNSTEIN, Miriam (2011), "Pemex: ¿la no empresa de todos los mexicanos? Por qué Pemex no es una verdadera empresa pública y por qué debe serlo". *Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública*. Vol. 4, n. 8, julio-diciembre.

GALEANO, Eduardo (1971), *Las venas abiertas de América Latina*. México: Siglo XXI.

GONZÁLEZ, José (2013), *Refinerías en México.* Retos y posturas para una revisión en el ámbito legislativo. México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública.

GONZÁLEZ, José (2014), *Reforma Energética, refinerías y opinión pública*. México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública.

GRUNSTEIN, Miriam (2015), "Reforma petrolera: pasos y tropiezos del proceso de México". In: CÁRDENAS, Jaime (coord.). *Reforma Energética. Análisis y consecuencias*. México: UNAM.

HARVEY, David (1990), *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica.

HARVEY, David (2003), *The New Imperialism*. Oxford, New York.

HARVEY, David (2004), *La condición de la posmodernidad.* Investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu.

HARVEY, David (2014), *Espacios del capital.* Hacia una geografía crítica. México: Akal.

HIRSCH, Joachim; KANNANKULAM, John (2011), "The Spaces of Capital: The Political Form of Capitalism and the Internationalization of the State". *Antipode*. 43, 1, 12-37, Jan.

HIRSCH, Joachim (2001), *El Estado Nacional de Competencia. Estado democracia y política en el capitalismo global*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco.

IBARRA, David (2013), "Crisis y reformismo en México". *Configuraciones*, 35. México. p. 17.

IMCO (2013), *Nos cambiaron el mapa.* México ante la revolución energética del siglo XXI. México: Instituto Mexicano para la Competitividad.

INCLÁN, Daniel; MILLÁN, Márgara; LINSALATA, Lucia (2012). "Apuesta por el valor de uso: aproximación a la arquitectónica del pensamiento de Bolívar Echeverría". *Íconos.* Revista de Ciencias Sociales n. 42, mayo, pp. 19-32.

LACOSTE, Yves (1977), *La geografia*: un arma para la guerra. Barcelona: Editorial Anagrama.

LEFEBVRE, Henry (2006), *La presencia y la ausência.* Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica.

LEFEBVRE, Henry (1991), *The Production of Space*. New York: Blackwell Publishing.

LÓPEZ, Liliana; RAMÍREZ, Blanca (2010). *Pensar el espacio*: región, paisaje, territorio y lugar en las ciencias sociales. Mimeo.

LUNA, Luis; DE LA ROSA, Javier; RAMÍREZ, Judith (2017), "El poniente de la Ciudad de México: el secreto público". *Revista Vozes dos Vales*: Publicações Acadêmicas, 12(VI), pp.1-27.

LUNA, Luis (2014), "La estrategia de posicionamiento del Estado Nacional de Competencia: una visión de la condición rural en México". *Vozes dos Vales*, 06, pp. 1-17,

LUNA, Luis (2016a), "Escalas y determinaciones en la reforma a la propiedad de los energéticos: México". *Revista electrónica de estudios latino-americanos*, v. 14, pp. 41-55.

LUNA, Luis (2016b), "A Refinaria Bicentenario no estado de Hidalgo, México: espaço representado e desvalorizado", *GEOGRAFIA* (Londrina), 2, 25, pp. 40-59.

LUNA, Luis (2016c), "Representação da refinaria Bicentenário: Hidalgo, México". *Estudos Geográficos*, 14, pp. 62-78.

LUNA, Luis (2016d), "História de uma região para o refinação: Atitalaquia-Tula, México". *Revista Hominum*, 5, pp. 239-258.

LUNA, Luis (2017a), "Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre". *Revista Diaphonía*, 1, 3, pp. 21-32.

LUNA, Luis (2017b), "Subsunção dos atores sociais pela Refinaria Bicentenario: Hidalgo, Mexico". *Aceno*, 7(4), pp. 315-332.

LUNA, Luis (2017c), *Transiciones en el campo mexicano. Género, identidad y trabajo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Lerma, p. 245.

LUNA, Luis; ANDRADE, María; MORALES, Jesús (2019), *Despojo de la refinería Bicentenario*. México: Instituto Politécnico Nacional.

McCRUNMEN, Stephanie (2013), "Mexican oil workers fear Pemex proposal". *The Washigton Post*, 13 de Ago.

MARQUÉZ, Daniel (2015), "Modelos histórico-jurídicos de contratación en petróleos mexicanos". CÁRDENAS, Jaime (Coord.). *Reforma Energética*. Análisis y consecuencias. México: UNAM. 2015.

MARSTON, Sally (2000), "The social construction of scale". *Progress in Hunan Geography*. 24(2), pp. 219-225.

MEIXUEIRO, Gustavo; BACA, Arón (2013), *La reforma energética en la opinión pública*. México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, p. 29.

MONREAL, Ricardo (2014), *Privatización del petróleo.* El robo del siglo. México: D3 Ediciones S.A. de C.V.

PASCUAL, Carlos (2013), *Writen Testimony of Special Envoy and Cordinator for International Energy Affairs*. Subcommittee on the Western Hemisphere United States House of Representatives, Energy and the Western Hemisphere.

PECK, Jamie (2010), "Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescalares y workfare neoliberal". In: FERNÁNDEZ, Ramiro; BRANDAO, Carlos (coord.). *Escalas y políticas del desarrollo regional*. Argentina: Miño y Davila-Universidad de Litoral.

RODRÍGUEZ, Victor (2015), "Los riesgos de los contratos de riesgo". CÁRDENAS, Jaime (coord.). *Reforma Energética. Análisis y consecuencias*. México: UNAM.

ROUSSEAU, Isabel (2012), "Pemex y la política petrolera: los retos hacia el futuro". In: MÉNDEZ, José Luis. *Los grandes problemas de México. Políticas Públicas*. México: El Colegio de México.

SACHER, William (2015), "Megaminería y desposesión en el Sur: un análisis comparativo". *Íconos*. Revista de Ciencias Sociales núm. 51, Quito, Enero. pp. 99-116.

SAXE-FERNÁNDEZ, John (2015), *La compraventa de México.* Una interpretación histórica y estratégica de las relaciones México-Estados Unidos. México: UNAM y Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades.

SAXE-FERNÁNDEZ, John (2015b). "Flexibilización constitucional y reingreso a México de las petroleras nacionalizadas por Lázaro Cárdenas". CÁRDENAS, Jaime (coord.). *Reforma Energética.* Análisis y consecuencias. México: UNAM.

SHEINBAUN, Claudia (2015), "La Reforma Energética en el contexto internacional". CÁRDENAS, Jaime (Coord.). *Reforma Energética. Análisis y consecuencias*. México: UNAM.

TAUSSIG, Michael (1993), *El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica*. México: Nueva Imagen.

TAUSSIG, Michael (2015), *La magia del Estado*. México: Siglo XXI.

TORTOSA, José. (2010), "Las nuevas violencias en la crisis global. *Íconos.* Revista de ciencias Sociales, n. 36, enero, pp. 41-52.

Submetido em 30 de março 2019
Aprovado em 8 de janeiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.553

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Idiossincrasias do Sistema Sesmarial no Semiárido Nordestino: Visões, (Di)Visões e Conformações da Estrutura Agrária e Social

Kaliane de Freitas Maia*
Ramonildes Alves Gomes**
Aldo Manoel Branquinho Nunes***

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar narrativas que remetem a ocupação e ao povoamento dos Sertões nordestinos, utilizando evidências empíricas para problematizar um quadro teórico-metodológico tornado clássico na teoria social brasileira. Assumindo uma posição crítica em relação às visões que tomaram o "mito sesmarial pecuarista" como fundamento explicativo para as desigualdades sociais e a concentração de terras no Nordeste, construímos novas hipóteses e evidências amparadas na pesquisa empírica e documental, apoiadas em fontes como cartas de sesmarias, inventários *post mortem* dos proprietários de terras e história oral, tendo como recorte empírico a Serra do Teixeira, no Estado da Paraíba, a partir da qual se constata a presença de outros grupos, que, já no século XVIII, imprimiram formas diversas de ocupação da terra e de povoamento.

Palavras-chaves: Ocupação e Povoamento. Mito Sesmarial. Estrutura Agrária.

* Doutora em Ciências Sociais, bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado PNPD/CAPES no PPGCS/UFCG. E-mail:kalianemaia@yahoo.com.br

** Doutora em Sociologia, professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

*** Doutor em Ciências Sociais, professor e pesquisador da Faculdade Vale do Pajeú, funcionário do Corpo Técnico da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB. E-mail:varzeavermelha@bol.com.br

ABSTRACT

IDIOSYNCRASIES OF THE ALLOTMENT SYSTEM IN THE BRAZILIAN NORTHEASTERN SEMIARID: VISIONS, (DI)VISIONS AND SHAPING OF THE AGRARIAN AND SOCIAL STRUCTURE

The objective of this article is analyzing narratives which refer to the occupation settlement and of the Northeastern 'Sertões', using empirical evidence in order to problematize a methodological theoretical framework which became classic in Brazilian social theory. Assuming a critical position in relation to the views that took the "cattle-raising allotment myth" as an explanatory basis for social inequalities and land concentration in the Brazilian Northeast, we built new hypotheses and evidences from empirical and documentary research, supported by sources such as allotment's letters, 'post mortem' inventories of landowners and oral history, having as an empirical cutting the 'Serra do Teixeira', in the state of Paraiba Brazil. The Data indicate there were other groups in the mentioned region, which, in the Eighteenth Century, made up different forms of land occupation and settlement.
Keywords: Occupation and Settlement; Allotment Myth; Agrarian Structure

Introdução

A literatura histórica e sociológica, sistematizada com base em narrativas e crônicas dos viajantes sobre o processo de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos, influenciaram e continuam a influenciar teses, paradigmas, conceitos e categorias acerca dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que têm como pano de fundo a questão agrária e os desdobramentos sobre a estrutura social no Nordeste brasileiro.

Essa mesma literatura tem produzido consensos acerca da influência determinista do *mito sesmarial*[1] sobre a formação territorial e a constituição do latifúndio pecuarista na consolidação dos processos de ocupação e conformação da estrutura social, que serviram para legitimar, de forma quase inconteste, até o século XX, o construto teórico-ideológico da "ci-

1 O "Mito Sesmarial" refere-se à crítica elaborada por Nunes (2017) a respeito das narrativas, teses e concepções que interpretam o Nordeste Semiárido numa chave analítica que tem o latifúndio de origem sesmarial e a constituição da "civilização do couro" como elementos centrais e determinantes no processo de ocupação e povoamento dos *Sertões da Borborema* no interior do Nordeste.

vilização do couro", como demarcou Capistrano de Abreu[2] (1907/1982) a partir de Antonil.

O objetivo deste artigo é problematizar essa narrativa do povoamento e ocupação dos Sertões nordestinos, utilizando evidências empíricas que justificam a reformulação de um quadro teórico metodológico tornado clássico até recentemente pela teoria social brasileira, que se empenhou em analisar e explicar as desigualdades sociais e a concentração de terras no Nordeste, tendo o "mito sesmarial pecuarista" como fundamento. Essa tradição representada por autores como Caio Prado Junior, Roberto Simonsen, Celso Furtado e Djacir Menezes reproduziu um modelo analítico genérico e normativo, herdado das crônicas de viajantes naturalistas de origem europeia, que acabou invisibilizando dinâmicas sociais paralelas de ocupação da terra e de constituição territorial, protagonizadas por indivíduos e grupos sociais marginalizados pelos colonizadores portugueses e, consequentemente, pela história oficial do Brasil.

Na pesquisa realizada, foram encontrados, em fontes variadas – cartas de sesmarias, requerimentos de cartas de patente e inventários *post mortem* –, indícios historiográficos não percebidos por autores que estudaram o interior do Nordeste, os quais sugerem processos não lineares, tanto de povoamento e ocupação, quanto de dinâmicas antigas de fragmentação da terra, minifundização e conformação de uma sociedade diversificada, que, para além dos sesmeiros/fazendeiros e vaqueiros, contava com forte presença de escravizados, indígenas, negociantes, agentes da administração colonial e estratos de cultivadores livres e pobres, cujos descendentes, atualmente, enquadram-se na categoria ampla de "Agricultura Familiar".

Sem desmerecer a contribuição das narrativas de cunho sociológico, historiográfico e romancista, evocamos que estas apontam para uma visão do conjunto da paisagem rural socialmente construída pelos viajantes e colonizadores dos Sertões da Borborema. Todavia, as informações que os viajantes nos legaram necessitam e podem ser revisitadas, pois se tratam de narrativas plenas de heroísmos, maniqueístas acerca dos nativos (índios) e descrições fantasiosas sobre a realidade encontrada na época. Contudo, essas mesmas

2 A obra de Capistrano é considerada o elo entre a primeira historiografia brasileira, na figura de Vanhargen (que já tinha se apropriado dos escritos de alguns viajantes, em especial de Antonil) e a geração posterior de teóricos sociais brasileiros como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

narrativas revelam topônimos que demarcavam os lugares, as serras, os rios, riachos e, também, os territórios habitados e as atividades que asseguravam a sobrevivência dos distintos grupos sociais.

Destacaremos a importância da leitura e do exame detalhado das cartas de sesmarias, dos inventários *post mortem* dos proprietários de terras e do uso da história oral, no processo de desnaturalização das teses interpretativas, absolvidas por autores clássicos do pensamento social brasileiro. Para construir outras visões, hipóteses e questões de pesquisa, apoiamo-nos em farta documentação, com o intuito de iluminar as seguintes questões: *Por que se enraizou no Brasil a ideia de um marco zero na ocupação territorial e povoamento, simbolizados por uma verdade quase inconteste, a partir de uma narrativa hegemônica baseada na imagem do Sertão nordestino como terra de ninguém, terra desocupada, "dasaproveitada" e "devoluta"? Por que, quando trata do processo de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos, a historiografia tradicional faz referência apenas a fazendeiros e vaqueiros como protagonistas do processo de colonização, invisibilizando outros grupos de atores sociais que também fizeram parte desse processo, como indígenas, escravizados, cultivadores livres e negociantes? Será que não existiram? Será que não aparecem na documentação histórica? Ou será que essa documentação não foi suficientemente analisada, de modo a percebê-los?*

A tese sesmarial, latifundista/pecuarista desencadeou as primeiras conjecturas sobre o processo de ocupação territorial, os entraves para que a região Nordeste se incorporasse ao projeto de estado-nação e os obstáculos que se interpunham ao desenvolvimento econômico da região. Essas visões ganharam notoriedade a partir das contribuições do pensamento social brasileiro enunciado por: Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, entre outros.

Esse quadro analítico desenhado por alguns, ou pela totalidade destes autores, acomodou uma versão da história que, como já o dissemos, é de grande valor, mas experiências de pesquisa empírica têm aberto novas possibilidades e provocado novos questionamentos, hipóteses, e impulsionado outras visões sobre as trajetórias de ocupação e povoamento, que apontam os limites da tese do latifúndio/pecuarista como modelo explicativo (por muitos tido como único) para compreender a conformação da estrutura agrária e social do Sertão nordestino.

Os limites inerentes ao modo de fazer a pesquisa sociológica, em certo período, justificam as lacunas nas análises do processo de ocupação territorial, bem como nas chaves explicativas acerca da estrutura agrária do Nordeste, de maneira a visibilizar apenas certos grupos sociais, a exemplo dos proprietários sesmeiros, fazendeiros, criadores de gado, moradores e vaqueiros, bem como certas estratégias produtivas como a criação de gado e o plantio de algodão.

Assumindo uma posição crítica em relação a essa visão reducionista, construímos novas hipóteses e evidências amparadas na pesquisa empírica e documental que tem como recorte a microrregião da Serra do Teixeira, no Estado da Paraíba, a partir da qual constatamos a presença de outros grupos e estratos sociais – indígenas, "caboclos", escravizados e ex-escravizados, negociantes, tangerinos, lavradores livres, agentes da administração colonial e representantes da igreja –, os quais, já no século XVIII, imprimiram formas diversas de ocupação da terra e de povoamento.

Este artigo está organizado em três partes, além da introdução, as quais correspondem justamente a três conjuntos de ideias estruturadoras do argumento. Estabelecemos essa divisão perseguindo o material de pesquisa e as questões por ele suscitadas no sentido da produção de evidências. Assim, na primeira parte, estabelecemos uma dinâmica de reanálise dos Requerimentos de Sesmarias, nos quais identificamos fortes indícios de que as terras concedidas pela Coroa Portuguesa nem sempre eram desocupadas, despovoadas ou inaproveitadas; evidenciamos que os requerimentos dos pretensos senhores sesmeiros faziam referências às terras para cultivar lavouras, o que coloca em suspeição a assertiva de que as terras no Sertão eram destinadas exclusivamente para a criação de gado.

Na segunda parte, o material empírico utilizado foi composto pelos Inventários *post mortem,* a partir dos quais percebemos as múltiplas atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários de terras, destacando a forte presença destes como negociantes; constatamos que, além de grupos sociais possuidores e despossuídos, havia uma diversidade de segmentos intermediários, portadores de saberes e ofícios especializados que deram margem para o surgimento de povoações que viabilizavam o intercâmbio e trânsito constante entre indivíduos e grupos sociais diversos e exigiam também a presença de agentes da administração colonial.

E, por fim, na terceira parte, demonstramos, a partir da leitura dos inventários, a presença acentuada de escravizados no Sertão, o que exigiu uma

mudança no olhar sobre as narrativas que abordam a escravidão no Nordeste do Brasil, de uma perspectiva limitada, a qual associou por muito tempo o sistema escravista apenas às áreas de *plantation*, para uma visão que trata a escravidão como presente e de relevância central à conformação das estruturas social, agrária e econômica.

A alegórica colonização dos Sertões nordestinos: sesmarias e currais de gado

A visão enunciada por Capistrano de Abreu foi, posteriormente, apropriada e ressignificada por outros estudiosos que assumiram a explicação baseada na tese sesmarial, associada ao avanço das boiadas e dos currais de gado, ao longo dos rios para descrever os processos de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos. Em geral, os trabalhos[3] que tematizaram esses processos enfatizam pelo menos quatro aspectos:

a) Distribuição de terras pela Coroa portuguesa, através da concessão de sesmarias;
b) Processos de domesticação (por catequização ou extermínio) das populações autóctones – indígenas nativos e escravizados negros e acaboclados;
c) Introdução da pecuária bovina, com a formação de currais e fazendas de gado, após a proibição do criatório de animais na zona canavieira (através da Carta Régia de 1701);
d) Expansão capitalista e configuração do modelo latifúndio/pecuária/algodão, com a entrada do plantio e comercialização do algodão.

Essas sínteses, sem dúvidas, iluminaram muitas questões sobre a conformação da estrutura agrária e social da região Nordeste, contudo os caminhos da pesquisa empírica que temos perseguido, tendo como recorte os Sertões da Borborema, nos levam a novas visões sobre o processo de ocupação e povoamento, mais especificamente no território que compreende a Serra do Teixeira – PB.

3 A partir das narrativas dos viajantes-cronistas, como, por exemplo, Antonil, autores ligados ao campo do pensamento social brasileiro cristalizaram uma imagem geral e extrema do Semiárido brasileiro, como terra de latifúndio, economia baseada na civilização do couro, autoritarismo e desigualdades sociais. São concordantes e complementares autores, como: Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Francisco de Oliveira.

Reunimos um conjunto de indícios, constituído por documentos oficiais, como as cartas de sesmarias, que foram requeridas nessa localidade, o livro de registros paroquiais de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Guia da Vila de Patos[4], requerimentos de confirmação de carta de patente, requerimentos para a criação de comarcas e distritos judiciais, levantamento estatístico demográfico, escrituras públicas, livros de genealogias de famílias e inventários *pós mortem*, tudo isso acompanhado da história oral. O olhar e a análise minuciosa desses documentos, alinhados com os estudos recentes desenvolvidos por Nunes e Maia (2018) e Maia e Gomes (2018), revelaram que, a partir da década de 1960, as pequenas propriedades, de caráter familiar, predominam em número e área (de até 4 módulos fiscais ou 160 hectares). No censo Agropecuário de 2006, 97% do número de estabelecimentos rurais correspondem à pequena propriedade e 77% da área da microrregião da Serra do Teixeira está na agricultura familiar. Essas evidências documentais e estatísticas induziram ao questionamento a respeito da narrativa hegemônica do *mito sesmarial pecuarista nos Sertões da Borborema*, instigando a elaboração de uma visão que não generalizasse teses, narrativas e opiniões, e que levasse em consideração os vários grupos sociais que estiveram presentes na composição e conformação do espaço sertanejo.

Esses indícios permitiram compreender a existência de processos não lineares de povoamento, acompanhados de diferenciação social e dinâmicas antigas de fragmentação de grandes propriedades, assim como de um incipiente mercado de terras, consolidando a conformação de uma estrutura agrária e social diversificada que não era composta apenas pelos sesmeiros

4 A partir da lei de terras (LEI nº 601), sancionada em 18 de setembro de 1850 e regulamentada pelo Decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854, com nove capítulos e 108 artigos, o Regulamento procurou dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras. Para tanto, ordenou a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação. Também era de competência da Repartição propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas à colonização indígena e fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira. Cabia também à mesma Repartição realizar o registro das terras possuídas, propondo ao Governo a fórmula a ser seguida para a legitimação dessas terras e revalidação de títulos. O governo, mediante a lei, instituiu o "Registro Paroquial de Terras", que se tratava de um registro das terras possuídas, organizadas por Freguesias, através das declarações realizadas pelos próprios possuidores. O responsável por receber essas declarações era o vigário de cada Freguesia, mediante um prazo máximo de 2 anos, havendo um pagamento de multa caso esses proprietários não cumprissem com o decreto no prazo determinado. As declarações das terras possuídas deveriam conter: o nome do possuidor, a designação da freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites.

e vaqueiros, mas também por outros sujeitos sociais, alguns deles invisibilizados pela literatura, como: indígenas acaboclados, negros (escravizados e alforriados), comerciantes (tropeiros e tangerinos), agricultores e cultivadores pobres e livres.

Para dar conta dos questionamentos apontados na introdução deste artigo, revisitamos as cartas de sesmarias que foram concedidas na Serra da Borborema. É importante destacar que a ocupação dos Sertões nordestinos não ocorreu exclusivamente com a criação de gado ao longo das ribeiras, mas também com a produção de lavouras e culturas alimentares. Ao mesmo tempo, ressaltar o papel do comércio realizado entre o litoral e o Sertão nordestino, a partir da produção e da troca de bens primários e de subsistência, além do comércio do gado e do algodão.

Nas cartas de sesmarias, observamos que a demarcação das terras tinha como referência as confrontações definidas por topônimos, serras, rios e riachos, os quais foram de grande importância, nesse estudo de caso, para identificar as primeiras localidades que compunham a área que hoje conhecemos como Serra do Teixeira. Os primeiros topônimos que identificamos para localizar essas áreas foram: Serra da Borborema, Serra do Teixeira, Brejo do Monteiro ou Serra do Monteiro, Riacho das Cacimbas, Olho D'Água da Conceição, Sitio do Desterro, Riacho de Moças, Riacho dos Canudos, Olho D'Água do Espírito Santo, Mãe d'agua, Sertão do Cariri, Riacho da Mabanga, Riacho *Unebatucú,* entre outros.

Nos requerimentos de sesmarias do Sertão paraibano, aparece em vários registros a "Serra da Borborema" como confrontante, embora, sob outras denominações, quais sejam: *no pé da Serra da Borborema, no chão da Serra da Borborema, na barra da Serra da Borborema, no saco da Serra da Borborema*, *em cima da Serra da Borborema*, ou mesmo utilizando expressões mais vagas: "*de Norte a Sul, entre as Serras da Borborema*". Gostaria de ressaltar que o topônimo Serra da Borborema foi de grande importância para delimitarmos a localidade que estamos analisando, ou seja, a Serra do Teixeira. Todavia, nem todas as vezes que aparece nas Cartas de Sesmarias a expressão "Serra da Borborema", corresponde exatamente à localização da Serra do Teixeira, uma vez que a Serra da Borborema abrange uma extensão que vai dos limites dos Estados de Pernambuco e de Alagoas até os limites dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Horizontalmente, abrange uma extensão que vai do Agreste até o Sertão paraibano, nas ime-

diações da microrregião do Piancó, na velha ribeira do rio Piranhas, que hoje compõe a bacia hidrográfica dos rios Piranhas, Piancó e Açu, terminando na depressão sertaneja.

Consultando a obra de João de Lyra Tavares (1982), que trata das cartas de sesmarias da Paraíba, chegamos a identificar aproximadamente 36 registros de concessões de sesmarias no lugar que compreende a Serra da Borborema paraibana, em que 13 destas concessões localizam-se nas imediações da Serra do Teixeira, Serra do Monteiro, Serra da Massaranduba, Riacho de Moça, Riacho dos Canudos, Olho d'Água do Espírito Santo e adjacências. O lócus delimitado para essa pesquisa corresponde à área atualmente denominada de Microrregião da Serra do Teixeira.

Analisando a dinâmica de povoamento que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, as terras situadas nas áreas dos topônimos acima mencionados foram sendo fragmentadas em diversas *partes de terras* por processos variados, desde o apossamento, arrendamento, compra e venda de partes de terras, a partilhas por heranças e doações às ordens religiosas. Aos poucos, esse processo foi conformando uma sociedade constituída por vários sujeitos sociais, os quais desempenhavam atividades diversas e necessárias para a estrutura da sociedade colonial sertaneja.

O exercício analítico acerca da terminologia presente nas cartas de Concessão das Sesmarias ofereceu os pressupostos para problematizar o *marco zero* de ocupação do território sertanejo. Esses pressupostos são sistematizados nos seguintes marcadores linguísticos:

1. Terras desocupadas, devolutas e desaproveitadas;
2. Terras para criar gado e cultivar lavouras;
3. Combate aos *gentios*;
4. Recompensas pela participação em ações de conquista e defesa do território;
5. Legitimar a posse e/ou compra de terras;
6. Legitimar a transmissão do patrimônio;
7. Legitimar apossamentos sem questionamentos de opositor;
8. Pagar ou aumentar os *dízimos* da coroa.

Os marcadores acima elencados correspondem aos argumentos que justificavam os pedidos de sesmarias, que, por sua vez, eram diversos e quase sempre delimitados pelos elementos que compunham as paisagens naturais

e os topônimos. Nos requerimentos analisados, destacam-se que as terras requeridas não eram delimitadas com precisão, havendo apenas indicações através dos topônimos e/ou dos nomes dos confinantes, alguns deles sesmeiros ou descendentes de sesmeiros.

Nas passagens retiradas das cartas de sesmarias e que foram transcritas abaixo, assinala-se que a principal justificativa arrolada para o pedido de concessão era a afirmação de que as terras solicitadas eram "devolutas", "desaproveitadas" e "nunca ocupadas por pessoa alguma". Nesses casos, formalmente, o solicitante teria que precisar objetivamente a terra solicitada, já que supostamente tratava-se de uma "terra que não havia sido ocupada".

O fragmento da carta dos senhores Francisco Tavares de Mello, Capitão Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa e do ajudante Cosme Pinto pedia, em 8 de janeiro de 1703, uma sesmaria, alegando que:

> (...) não tendo terras para crear seus gados e tendo descoberto sobre a serra da Borburema, da estrada que seguia dos Cariris para as Piranhas para a parte do nascente um riacho chamado pela língua do gentio – *Unebatucú*, *cujas terras estão devolutas, e tão somente descobertas pelo gentio bravo, que antigamente parece, tiveram nella uma aldeia*, por dito riacho aguas necessárias queriam eles suplicantes fazerem benefícios para as represar (TAVARES, 1982, p. 50, grifo nosso).

Isso também se deu com o Capitão Antônio Dias Antunes, que, em 19 de novembro de 1762, pleiteou três léguas de comprido e uma de largura em cima da Serra da Borborema,

> (...) em um riacho que corre do poente para o nascente chamado riacho Escuro e pela língua do gentio Utrebetuquão, se achão *terras devolutas* e porque precisa delas pedia por sesmaria três léguas de comprido e uma de largo pegando de um olho d'água chamado Jatobá, légua e meia pelo riacho acima *até os vestígios que demostraram haver antigamente aldeia do gentio*, e do mesmo olho d'água para baixo, outra légua e meia, para fazer três e uma de largo, meia para outra banda, ficando o dito riacho em o meio (TAVARES, 1982, p. 309, grifo nosso).

As transcrições exemplificam a centralidade do argumento utilizado nos pedidos, ou seja, que se tratava de terras não ocupadas, ou sem nenhum proveito, todavia as narrativas apresentadas evidenciam sinais da presença

de aldeamentos, ou ainda de terras descobertas por *gentios bravos,* conforme *grifos nossos*, configurando um processo de expropriação, ou mesmo de *grilagem* de terras, a partir da imposição de uma narrativa que nega a ocupação dessas terras por grupos nativos, os quais resistiam bravamente as ameaças de senhores sesmeiros, tendo sido, em alguns casos, dizimados quando da chegada desses colonizadores.

Em outro requerimento de sesmaria, datado de 1761, constata-se a descrição de uma terra onde havia populações negras, provavelmente grupos aquilombados que se refugiavam em serras de difícil acesso, mas que, mesmo assim, foram requeridas em sesmarias.

> Sargento-mor Antônio Monteiro e seu irmão capitão Francisco Penna (Pereira) Monteiro, morador no Piancó, dizem que sobre a serra da Borburema descobriram um lugar de *cultivar lavouras onde dois escravos seus andavam fugidos e se refugiaram*, cujo logar parte para o nascente com terras de um Fulano Teixeira e pelo poente com um riacho e terras chamados Mãe d'água pelo norte e com terras do Cruz e pelo sul com terras e vertentes do Pagehú, com cujo logar querem três léguas de comprido e uma de largo ou como lhe convier, pedindo em sesmaria conforme as ordens de S. M. Foi feita a concessão, no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique (TAVARES, 1982, p. 300, grifo nosso).

Foram identificadas no requerimento dos irmãos Pereira Monteiro evidências da presença de escravizados, uma vez que, segundo este mesmo requerimento, os demandantes narram ter descoberto em cima da Serra da Borborema um *lugar de cultivar lavouras onde dois escravos seus andavam fugidos e se refugiaram*. De novo, observa-se neste fragmento a contradição entre a afirmação de que se tratava de uma terra *descoberta*, ao mesmo tempo que mencionam ser um lugar onde dois escravos seus estariam refugiados. Ora, se era uma terra descoberta, portanto não povoada, escondida, como podiam ter certeza de que seus escravos teriam encontrado refúgio? De certo, alguém, ou algum grupo, estaria dando cobertura, apoio, abrigo. Mais uma vez, encontramos evidências que demonstram a espoliação das terras já ocupadas por povos que habitavam essa região.

Podemos inferir que o processo histórico e secular de colonização e ocupação protagonizado por sesmeiros, mas não apenas por estes, reforçou a construção de uma poderosa narrativa retórica sobre a não ocupação das terras, a não presença de outros grupos sociais. Porém, essa narra-

tiva foi capaz de produzir e legitimar uma crença que impedia caboclos, lavradores, ex-escravizados, posseiros e trabalhadores livres e pobres do acesso à terra. Essa narrativa teve como consequência a consolidação de um processo que apagou da memória e da história o lugar social desses atores, particularmente, na construção econômica, social e demográfica do Nordeste brasileiro.

Destaca-se ainda no relato dos irmãos Pereira Monteiro a alegação da descoberta de *um lugar de cultivar lavouras*, motivação que aparece em outros tantos fragmentos de cartas de sesmarias, ainda que com outros termos, mas com o mesmo sentido, por exemplo, *que não tinham terras suficientes para plantar lavouras*, *terras capazes de plantar lavouras*, ainda que possuíssem os recursos para investir nessas atividades. Conforme fica demonstrado nos pedidos de concessão de sesmarias transcritos abaixo:

> Antônio de Araújo Frasão, *tendo à custa de sua diligência* descoberto sobre a serra da Borburema *terras devolutas capazes de plantar lavouras* e para o supplicante as poder possuir com justo título as pede por data três legoas de comprimento e uma de largura, meia para cada banda ou como melhor lhe convier, pegando o supplicante das vertentes que nascem da parte do poente, como correm para o riacho chamado das Moscas (?) *(Moças)* cujas terras contestão pela parte do poente com terras de Antônio Ferreira (Pereira Monteiro), pela parte do nascente com terras do sargente-mór Matheus Antônio (Brandão), ficando dentro da compreensão das três legoas o riacho dos *Canudo*s e todos os mais olhos d'agua (TAVARES, 1982, p. 199, grifo nosso).

> Capitão Antônio Dias Antunes, morador no sertão das Espinharas *diz que a troco de sua fazenda e disvello de sua pessoa*, descobriu em cima da serra da Borburema, três léguas de *terras devolutas e desaproveitadas*, correndo pelo rumo direto pela matta dos Cajueiros e o olho d'agua do pé da Serra da Maçaranduba para a parte do norte, aguas vertentes a Espinharas contestando com a data dos Oliveiras e para a parte do sul aguas vertentes ao Cariry de Fora, contestando com a data de Beraldo de Mello Monteiro e de seu tio Francisco de Mello para a parte do oeste com *terras devolutas* e para parte do leste com terras do dito Beraldo de Mello e seu tio Francisco de Mello *e porque as ditas terras posto não sejam capazes de crear gados e só lavouras com tudo sempre tem S. M. o lucro dos dízimos* pede que se lhe conceda as ditas três léguas de terra de comprido e uma de largo, na parte que acima tem confrontado visto *estarem devolutas e desa-*

> *proveitadas*. Foi feita a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo (TAVARES, 1982, p. 175/176, grifo nosso).

Nesses dois requerimentos, identificamos pelo menos quatro marcadores que comumente apareciam nas cartas de sesmarias solicitadas nos Sertões da Borborema. Primeiramente, tomam como elemento definidor o topônimo que faz referência à Serra da Borborema, nosso lócus de pesquisa empírica. Em segundo lugar, instituem como justificativa a questão de as terras serem devolutas e desaproveitadas, ou seja, áreas livres ou ainda não ocupadas por pessoa alguma. Uma terceira alegação refere-se à afirmação de terem descoberto as terras sem o auxílio financeiro do governo colonial, ou seja, as entradas e expedições foram empreendidas com recursos próprios, a *troco de sua fazenda e disvello de sua pessoa* ou *tendo à custa de sua diligência*. Esses termos expressavam certa advertência à Coroa Portuguesa, já que, não tendo usado recursos do governo e ainda empreendendo esforços que assegurariam a expansão e manutenção do domínio português, gerariam rendas com o desenvolvimento de atividades e o futuro pagamento dos dízimos.

O quarto marcador, talvez o que mais chama a atenção nesse momento da análise, é o apelo e ao mesmo tempo a ênfase na pretensão de obter terras também para cultivar lavouras, contradizendo a retórica imagética de que as terras no Sertão serviriam apenas ou quase exclusivamente para a criação de gado. Evidências desse tipo raramente foram apresentadas, corroborando a narrativa histórica da impossibilidade do cultivo de lavouras no Sertão nordestino. A maioria dos textos que descrevem o processo de ocupação se apoia unicamente na narrativa da civilização do couro e na expansão do latifúndio pecuarista para explicar a trajetória do desenvolvimento econômico e social do Sertão nordestino.

Outro caso curioso foi o do Tenente Vicente Ferreira Neves, que descobriu terras no local denominado Riacho das Moças, também na Serra da Borborema. No requerimento datado de 21 de janeiro de 1770, consta que:

> Tenente Vicente Ferreira Neves, diz que descobriu no chão da serra da Borburema *terras devolutas, com sufficiencia para plantar lavouras e crear gados* e porque dellas precisava pedia por sesmaria três léguas de comprido e uma de largo, fazendo peão em uma lagoa a que o suplicante poz o nome de Phanta (?) sendo o comprimento de sul a norte ficando na compreensão o olho d'agua Taborim e o riacho das Moças

> *onde se achão umas casas dos gentios que se acham dispersos de suas villas* ficando este da dita lagoa para a parte do norte, e se acha outro olho d'água para o sul, tudo na dita compreensão, confrontando-se pelo norte com a serra do Teixeira e a serra do Araújo, pelo nascente com o sitio da alagôa do coronel José da Costa Romeo, e terra do Caranacuqui; pelo poente com a serra do capitão Manoel Pereira Monteiro e pelo sul com o visinho que se acha mais perto (...) (TAVARES, 1982, p. 347/348, grifo nosso).

No requerimento acima, assim como em outros já analisados, o demandante alega que as terras são devolutas, mas se contradiz dizendo que, *se acham umas casas dos gentios*, isto é, admite que já havia grupos nessas terras. Destacamos a menção feita pelo demandante à presença de *olhos d'água ou riachos*, mais especificamente citando o riacho de Moças. Esse requerimento de sesmaria deixa claro que a localidade, identificada como Riacho de Moças, já havia sido ocupada por aldeamentos indígenas, caboclos e populações livres, que, por se tratar de um lugar de difícil acesso, apresenta uma linha de escarpa muito íngreme, com desníveis da ordem de até 500m na face voltada para o pediplano sertanejo, mas trata-se também de uma área de clima mais ameno e com uma topografia que facilita o represamento e o acúmulo das águas durante boa parte do ano.

Essas características físicas chamam a atenção para o fato de que havia condições naturais que propiciavam também o cultivo de lavouras, mas que não foram problematizadas e questionadas pela literatura. Por isso, reiteramos a necessidade de evitar as generalizações que explicam o processo de ocupação e povoamento decorrente apenas da expansão do criatório de animais, uma vez que os dados de pesquisa – as cartas de sesmarias e a bibliografia, analisadas, particularmente, sobre a região da Serra do Teixeira e Serra da Borborema – sugerem a possibilidade de outras explicações. E, ainda que se refiram a situações exemplares, é possível que outros Sertões nordestinos tenham experimentado processos semelhantes.

A região denominada Serra do Teixeira está situada no Sertão da Paraíba, numa formação geográfica denominada "Brejos de Altitude". Esses brejos são formações florestais úmidas, localizadas na vertente leste da Borborema, e estacionais, quando localizadas nos topos das serras no meio da caatinga. Temos indícios de que o Riacho de Moças, localidade que aparece em registros de sesmaria, datados de 1761, é uma localidade de ocupação muito an-

tiga, primeiro pela citação nas cartas de sesmarias, segundo porque era uma localidade onde havia água disponível, facilitando a permanência de grupos sociais que ali se arranjaram.

Conjecturamos que essa prerrogativa foi uma das características determinantes para o pouso e a permanência de vários grupos sociais, além dos sesmeiros, vaqueiros que os estudos históricos tratam de qualificar como os únicos, ou mesmo como os atores *sui generis* do processo de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos.

As ribeiras constituem lugares propícios ao povoamento. Os rios, riachos e olhos d'água serviam como caminhos, mas também como lugar de parada. Seguindo o curso da água, deslocavam-se os tangerinos e suas boiadas, os negociantes e suas mercadorias. Ao mesmo tempo, esses mesmos lugares eram locais de pouso e morada, onde eram construídos ranchos, casas, roçados e currais. Um elemento que chama a atenção nesse processo de ocupação dos Sertões é a água, visto que, na maioria dos requerimentos de sesmarias, além da alegação de terras devolutas e desaproveitadas, os suplicantes descreviam a presença de rios e riachos entrecortando essas terras, primeiro como forma de estabelecer os limites e a extensão das terras requeridas; depois, porque a presença da água era também um indicativo de que poderia haver grupos sociais sobrevivendo da caça ou da produção de alimentos, dado que também é mencionado pelos próprios sesmeiros nos seus requerimentos.

A partir da leitura do livro "Apontamentos para a história territorial da Parahyba", no qual João de Lyra Tavares transcreveu as cartas com pedidos de concessão de sesmarias da Paraíba, contabilizamos 36 requerimentos na Serra da Borborema. Em dez desses registros, localizamos como justificativa o argumento de que se tratavam *de terras devolutas capazes de plantar lavouras*, que estavam encravadas em localidades denominadas: Serra do Teixeira, Riacho dos Canudos, Serra do Monteiro, Riacho de Moças, Serra da Maçaranduba e suas adjacências. Além da busca por terras tidas como devolutas, também localizamos pedidos de sesmarias que apresentavam como justificativa para a demanda "terras para criar gados vacum e cavalar". No total, foram 26 registros de terras com essa finalidade. Alguns desses requerimentos já apontavam a instalação de currais e espaços de "vaqueijar" os animais, porém não exclusivas, evidência também registrada nos escritos clássicos.

Os requerimentos reiteram que as terras de sesmarias dispostas no Planalto da Borborema poderiam ser utilizadas tanto para o cultivo de lavouras, quanto para a criação de gado, não ficando restritas apenas à formação dos currais ao longo das ribeiras, como relatou Capistrano de Abreu ao demarcar a civilização do couro, constituída por grupos sociais como sesmeiros e vaqueiros, deixando à margem dessa sociedade que se formava os lavradores, escravizados, ex-escravizados e comerciantes, verdadeiros anônimos no processo de ocupação e povoamento.

Um marcador presente nos requerimentos e pouco explorado na bibliografia que trata do tema diz respeito aos sesmeiros ou descendentes, herdeiros de sesmeiros, que buscavam a confirmação da sesmaria adquirida anteriormente por compra. A suplicante Joanna Maia Martins, viúva do ajudante Pedro Velho Barreto, relata que seu marido havia comprado a casa da Torre, um sítio de terras. Alega ainda que, quanto aos vendedores:

> (...) diz que o seu defunto marido *comprou a casa da Torre, um sítio de terras de crear gados no sertão do Piancó, do qual não tinham os vendedores títulos mais do que a sua antiga e quase imemorial posse, e que para evitar duvidas para o tempo futuro* queria a supplicante haver por data de sesmaria o dito sitio a que chamão da Serra no qual estava a supplicante a muitos anos com situação de gados, casas e curraes o qual principiava no riacho chamado do Cavallo, onde fazia extrema com outros sítios dos filhos da supplicante na varra do riacho Emburana até extremar com o riacho dos saboens e com a várzea do Ovo, ficando-lhe da parte do nascente o dito sitio dos seos filhos, do poente o da Varzea do Ovo, do norte o serrote do Campo Comprido do Sacco onde extrema com a Serra Branca e fronteiro ao mesmo serrote com o olho d'água do Macaco e da parte do sul a contestar com a Serra da Borburema (...) (TAVARES, 1982, p. 246, grifo nosso).

A viúva e suplicante desejava assegurar, através do documento régio em conformidade das reais ordens, o registro que pudesse consagrar a transmissão do patrimônio oriundo do falecimento do seu esposo, para assim, em momentos futuros, repassar o patrimônio aos seus descendentes, filhos, entre outros.

De teor parecido, a preocupação do capitão Antônio Dias Antunes em solicitar a confirmação de uma sesmaria, em 7 de maio de 1763, deveu-se à necessidade de legitimar uma data de terra que obteve por herança do pai, o qual tinha comprado aos Oliveira Ledo.

> O capitão Antonio Dias Antunes sendo senhor e possuidor de um sítio de terras de crear gados na ribeira das Espinharas, chamado *Farinha* o qual tem o supplicante situado com gados e mais creações à muitos anos a esta parte, *cujo sitio de terras houve o supplicante por herança de seo pai* o tenente coronel Domingos Dias Antunes, *e esse por compra a João Pereira de Oliveira*, com a largura de seis legoas de terras para cada banda do rio das *Espinharas* na forma da data antiga dos *Oliveiras* concedidas por Alexandre de Souza Freire capitão general de mar e terra do Estado do Brasil em 4 de fevereiro de 1670, como consta do translado da mesma data junto e da *escriptura de compra* que também apresenta em que S. M. Fidelissima tem determinado por suas reaes ordens, que as sesmarias não excederão mais de três legoas de comprimento e uma de largura; nestes termos que o supplicante *por mais segurança de sua posse e domínio de seo sítio e terras compradas* tirar por sobras por nova data e mais terras que está possuindo o supplicante com curraes e logradouros, chamando – os mares – para melhor benefício e refrigério de seos gados (...) (TAVARES, 1982, p. 312, grifo nosso).

O caso dessa sesmaria é interessante porque as terras eram herança do pai, que as tinha obtido por compra aos descendentes da família Oliveira Ledo, tendo-as ocupado por quase um século; o herdeiro, por precaução e para garantir a posse e o domínio, decidiu assegurar legalmente as terras. Além disso, o suplicante recorre à Coroa para mais um pedido, que conceda as sobras de terras as quais estavam em seu entorno e que não possuíam donos algum, anunciando razões distintas para legalizar suas posses.

É evidente que, ainda no período de vigência do instituto das sesmarias, apesar das restrições legais, havia um já consolidado mercado de terras. Os Garcia D'Avila, detentores do domínio da Casa da Torre, e a Família dos Oliveira Ledo, beneficiária das maiores concessões de terras no Sertão do Piancó, Piranhas e Cariri Velho, desfaziam-se de partes de terras, fragmentando suas grandes concessões através de processos de arrendamentos e vendas de terra, mediante formas peculiares de negociação, muitas vezes por intermédio de acordos informais, escrituras particulares ou mesmo públicas, que serviam de prova em novos e subsequentes requerimentos de sesmarias. Esses são apenas dois exemplos que se consubstanciaram na Serra da Borborema, mas é sabido que grande parte do patrimônio dessas famílias foi sendo lentamente fragmentada, através da mercantilização das terras públicas, legalizando o ilegal.

Um Sertão além da civilização do couro: lavradores, criadores e negociantes

Os achados de pesquisa analisados no item anterior inspiraram o questionamento da tendência observada nas análises ao enquadramento dual de grupos sociais, sesmeiros/fazendeiros x vaqueiros, latifundiários x escravos, associando-os, quase sempre, à atividade da criação de gado. Essa mesma perspectiva negligenciou a existência de outros grupos sociais que desempenhavam atividades profissionais relacionadas com a agricultura, comércio, outros ofícios manuais (ferreiro, pedreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiros, seleiro, fiandeira, cozinheira e costureira) e com funções administrativas, militares e judiciais, de modo a obscurecer sua participação na conformação da estrutura social e também agrária.

Todavia, o recorte geográfico da Serra do Teixeira, que, como já dito, está localizada no Planalto da Borborema, destaca-a como uma das grandes unidades de relevo em que ocorre o predomínio da caatinga, mas, devido à altitude em algumas áreas, conserva exemplares de espécies da Mata Atlântica. A Serra da Borborema estende-se do Estado de Alagoas até o Rio Grande do Norte, compreendendo um vasto conjunto estrutural de maciços e blocos falhados, com superfícies elevadas que variam de 700 a quase 1.200 m, das quais emergem blocos residuais nos quais sobressaem a Serra de Triunfo (PE), com 1.185 m, e a Serra de Teixeira (PB), onde está localizado o Pico do Jabre, com 1.195 m. Essas regiões mais altas e expostas aos ventos são genericamente denominadas de “brejos”, e, no Semiárido, onde predominam o clima seco e altas temperaturas, os chamados brejos constituem verdadeiras ilhas, com umidade superior à média local. Essa maior umidade repercute não só sobre a vegetação, que assume uma aparência florestal, mas também favorecendo uma maior ocupação humana (PORTO, CABRAL e TABARELLI, 2004).

Tendo comprovado, através das cartas de sesmarias, que essa área teve uma ocupação antiga, a Serra do Teixeira era uma localidade onde foram identificados grupos sociais que desempenhavam funções e atividades diversificadas. Entre esses grupos, verifica-se a presença de trabalhadores livres. Esses eram proprietários de suas terras, portanto não podem ser conformados como moradores e parceiros. Em alguns casos, tratava-se de ex-escravizados, caboclos, lavradores, negociantes, caixeiros viajantes, tropeiros, agentes da administração colonial, como juízes de órfãos, escrivão, tabelião,

militares e agentes da administração religiosa. Compunham grupos sociais intermediários que não se rendiam à subordinação de uma classe senhorial, podendo, às vezes, até prestar serviços para os senhores e grandes proprietários, mas, não na condição de sujeitos, realizavam suas atividades produtivas, comerciais e administrativas, e alguns vendiam, esporadicamente, sua força de trabalho. Uma característica peculiar nesses grupos, mas pouco explorada, diz respeito ao caráter ativo destes como "negociantes", que exerciam um papel dinâmico no transporte de mercadorias e informações entre o Sertão e o Litoral.

Nos inventários *post mortem* que subsidiaram as análises, constatamos que as ligações entre as populações do Sertão e do Litoral se valiam do comércio do algodão, do gado, das culturas alimentares e também desse comércio de utensílios, ferramentas, fazendas secas, água de cheiro, entre outros, praticado pelos tropeiros e caixeiros viajantes que percorriam os caminhos com suas tropas carregadas de mercadorias entre os povoados que se localizavam entre as ribeiras do Sertão e os centros comerciais da época, levando e trazendo mercadorias. Esse comércio itinerante e florescente foi um dos elementos propulsores do povoamento do Nordeste Semiárido.

A partir da análise de alguns inventários *post mortem* de antigos moradores da Serra do Teixeira, identificamos a presença de lavradores que cultivavam algodão e culturas alimentares como milho, feijão e mandioca, ao mesmo tempo que eram criadores de gado vacum e cavalar. O momento histórico que estamos falando, do período sesmarial até a lei de Terras (1850), refere-se a um momento de corrida e disputa pelo acesso à terra, à produção e ao mercado. Mesmo diante das dificuldades do acesso à terra e ascensão por parte dos chamados trabalhadores livres, essa prática do comércio produzia um campo de possibilidades para adquirir terras, seja por meio de compra ou de trocas, apossamentos e ou arrendamentos.

Além das cartas de sesmarias e dos inventários *post mortem*, também localizamos documentos que subsidiaram a busca de dados e informações sobre o processo de ocupação e povoamento do Sertão, assim como dos estratos sociais que conformavam a sociedade sertaneja da época. O primeiro documento trata-se de um relatório de 1757, encaminhado ao Senado da Paraíba pelo Capitão-mor Clemente de Amorim e Souza, da Freguesia do Cariri de Fora, apresentando todos os sítios e fazendas, lugares e povoações que compunham a Ribeira do Rio Paraíba e de seus afluentes. O documento des-

creve todas as propriedades que estavam no percurso do que hoje se conhece como Rio Taperoá e faz referência a uma localidade denominada "Brejo do Monteiro", em que existiam "alguns moradores que plantam roças". Essa localidade se encontra hoje na microrregião da Serra do Teixeira.

> (...) daí três léguas está o sítio do Batalhão e daí uma légua está o sítio da Carnaúba (...) e tornando ao sítio da Carnaúba daí uma légua pelo Rio acima está o sítio do Bonito e daí uma légua está o sítio Piquio e daí duas léguas está o sítio da Pedra e daí uma légua está o sítio do Desterro que é o último deste Rio e daqui o seu nascimento serão quatro léguas donde também principia o nascimento do Rio chamado Pajeú que deságua para o Rio S. Francisco e do sítio do Desterro para a parte da mão direita em distância de três léguas em *cima da Serra da Borborema está um Brejo que chamam de Monteiro onde moram alguns moradores que plantam roças* (...) (Revista do IHGP 1953, p.10, grifo nosso).

Além dos requerimentos de sesmarias apresentados na primeira parte deste artigo, nos quais já aparecia, no conteúdo das solicitações, a referência ao cultivo de lavouras nas localidades da Serra da Borborema e, especificamente, na Serra do Teixeira e Brejo do Monteiro, esse é mais um documento que confirma a existência de aglomerados de pessoas residindo em determinadas localidades e desenvolvendo atividades desde o período sesmarial, como descrito no requerimento do Capitão-mor Clemente de Amorim e Souza ao senado.

Em outro requerimento, de 1802, localizado em documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, que foi encaminhado por Damazo Joaquim José de Carvalho ao príncipe regente D. João, havia a solicitação da confirmação da carta de patente no posto de capitão da Companhia do Distrito de Carnaúba até a Serra do Monteiro. Nessa solicitação, o requerente anexou documentos com justificativas para o recebimento da patente, um deles era um "Mapa da povoação da Serra do Monteiro e da Vila Real de São João[5]", ou seja, um recenseamento da população que habitava o distrito, sendo 389 habitantes só na povoação da Serra do Monteiro. Esse levantamento estatístico compunha um quadro argumentativo usado para legitimar a necessidade de um posto de Capitão para aquela povoação, com poderes

5 Documentos avulsos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2752.

acumuláveis para chefiar a Companhia do distrito ligado à Infantaria de Ordenança da Vila Real de São João; mediar os pedidos entre os habitantes da colônia e a Coroa; e, no caso de Damazo, exercer a função de juiz de órfãos. Esse documento é importante porque demonstra o crescimento populacional que ocorreu nessa localidade da Serra do Teixeira entre o final do século XVIII e início do século XIX.

Em outro documento desse mesmo período, identificamos evidências de que a Serra do Teixeira possuía condições físicas e climáticas favoráveis ao cultivo de lavouras. No relatório apresentado na Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, em 20 de setembro de 1858, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, consta que lhe foi trazida uma amostra de trigo colhido na Serra do Teixeira. Surpreso com a produção de trigo no Sertão Semiárido, mandou uma correspondência contendo alguns questionamentos para um desses lavradores, o senhor Manoel Dantas Correia de Góes. Em resposta ao questionário, o produtor confirma o cultivo do trigo na Serra do Teixeira (PB) e no termo da Ingazeira (PE), ambos localizados na Serra da Borborema. Diz-se que o cultivo do cereal na Serra do Teixeira acontecia desde a década de 1830, e começou de maneira curiosa e experimental. O primeiro lavrador a plantar o trigo pegou sementes aleatórias que vieram presas a palhas que acolchoavam um carregamento de louças vindo de Pernambuco. Depois da colheita, repassou a semente para outros lavradores e assim continuaram produzindo, todavia apenas para o consumo da família e dos escravizados, uma produção ainda rudimentar e sem técnica, com a utilização de pilão e moinhos improvisados para a manufatura do cereal. Para conferência, apresenta-se parte do questionário enviado pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan, ao senhor Manoel Dantas Correia de Góes.

> P. Se o trigo é aí sujeito a alguma moléstia, a que se dá vulgarmente o nome de ferrugem e se os cultivadores conhecem os meios de prevenir essa moléstia?
> R. Aquela primeira semente colhida pelo senhor Carvalho apresentou um princípio de moléstia, semelhante ao mofo do algodoeiro, porém de cor ferruginosa; está moléstia acabou com a primeira planta e até hoje não reapareceu.
> P. Qual o meio que se serve para reduzir o trigo à farinha? Haverá na Serra do Teixeira pedra própria para construção de moinhos?
> R. Os meios que se servem os plantadores para reduzir o trigo à farinha são todos mui grosseiros, são o pilão e o moinho, de que nos servimos

> para triturar o milho; moinho impróprios já pela qualidade grosseira da pedra e já pela sua pequena circunferência, de sorte que é necessário passar por muitas vezes o trigo e no fim de um dia apenas se tem obtido vinte e quatro libras de farinha grosseira.
> P. Qual o uso que fazem geralmente do trigo os habitantes tanto ricos como pobres dessa localidade?
> R. Sendo pouca a quantidade colhida, o uso tem sido reduzido a pão, bolos e uma comida grosseira para escravizados a que chamam angu.
> P. Conviria proteger-se essa indústria, enviando-se a essa localidade pessoa entendida que montasse moinho e fizesse conhecer o uso dos instrumentos próprios do trigo?
> R. O pensamento de Vossa Excelência, manifestado na presente pergunta é de muito alcance e dá bem a conhecer os desejos de Vossa Excelência, no que diz respeito a prosperidade da Província. A cultura de trigo na Serra do Teixeira é de um alcance incalculável; a sua produção é tão espantosa que admira como tenha ficado em esquecimento esta localidade da província, tão fértil pela natureza de seu solo, tão vantajosa pelo centro, pela sua posição topográfica. É de tão primeira intuição que no entender de todas aquelas pessoas que tem ensaiado a plantação de trigo, pode-se afirmar sem receio de errar que os esforços de Vossa Excelência serão aproveitados enviando pessoa entendida, que montasse moinho e fizesse conhecer o uso de instrumentos próprios a cultura de tão importante cereal.
> Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858. (Acesso em: 20/10/2019.)

A partir desse relatório, podemos inferir que as terras da Serra do Teixeira, conhecidas popularmente como os brejos da caatinga sertaneja, eram férteis e propícias a novas experiências de cultivo, confirmando o potencial destas para o plantio de lavouras, desmistificando o Sertão como um lugar vocacionado para a pecuária. O remetente da resposta à província dizia-se espantado com a produção do cereal e reportava que, com os devidos cuidados no trato da cultura e no beneficiamento, o cereal teria possibilidades de gerar riqueza para a região, todavia precisaria do incentivo, envio de sementes e de instrumentos próprios que pudessem triturar o trigo produzido, e isenção fiscal para os lavradores que produzissem exclusivamente o cereal, além do envio de profissionais da metrópole a fim de capacitar os lavradores para o trato com a cultura. Mesmo com os altos preços dos fretes pagos aos

almocreves para transportar o trigo até a Capital, acreditava-se que, tendo essas condições, seria possível fazer a cultura do trigo prosperar na Serra do Teixeira, pois a qualidade e a fertilidade das terras e o clima mais ameno característicos daquelas elevações do Planalto da Borborema se encaminhariam de alavancar a eminente cultura do trigo.

Ressalta-se que o trigo era utilizado para a confecção de pães, bolos e como alimento para os escravizados. Também se fala do transporte da produção através dos cacheiros viajantes e os possíveis lucros obtidos com a produção. A resposta era quase um apelo para que não se abandonasse a incipiente cultura do trigo na Serra do Teixeira, uma vez que se mostrava como uma atividade ainda experimental, mas promissora e alternativa às atividades já conhecidas, como a criação de animais e o cultivo do algodão e de lavouras alimentares.

Para analisar a presença de grupos sociais intermediários, os quais desenvolviam múltiplas atividades econômicas e que conformaram a sociedade sertaneja, tomaremos como evidências dois inventários *post mortem*, inicialmente, com o objetivo de descortinar narrativas que naturalizaram o Sertão como um lugar predestinado à criação de gado, tendo como protagonistas o sesmeiro e o vaqueiro.

No período colonial, nem todas as pessoas que morriam eram inventariadas, ou melhor, os inventários eram feitos apenas para aqueles que possuíam algum bem no período de sua morte. Os inventários se concretizavam a partir da morte, como um testemunho de tudo o que tinha sido construído em vida e que, após a morte, ficaria para os herdeiros.

Os inventários *post mortem* evidenciaram um fato curioso, ou seja, ainda que os possuidores de terras fossem sesmeiros ou descendentes de sesmeiros, cultivadores livres, negociantes ou agentes da administração colonial, independentemente da posição social, eram também donos de escravizados. Portanto, possuir escravizados no Sertão Semiárido não era um fato raro, tampouco um privilégio apenas de senhores ricos, ou um símbolo de opulência e status do fazendeiro.

Pesquisas utilizando documentos cartoriais, realizadas por Galliza (1979), corroboram a presença expressiva de escravizados no Sertão, fato registrado no recenseamento de 1872, quando 38,2% do total de escravizados da província da Paraíba estavam em municípios do Sertão, onde predominava a criação de gado. Os números expressos nesse registro aguçam a curiosidade acerca de dois aspectos: primeiro, o silenciamento, ou a pouca importância

dada por autores, como Capistrano de Abreu (1982), Irineu Joffily (1977), Celso Furtado (2007) e Simonsen (1977), à presença de escravizados na composição da estrutura social e econômica do Sertão Semiárido; o segundo aspecto, vinculado ao primeiro, está relacionado à aliança entre o escravo e a cana-de-açúcar. Ora, Galliza (1979) reitera que o escravo participou ativamente da atividade criatória, assim como serviu de suporte à agricultura, quer dizer, executava toda a sorte de serviços que assegurava a autossustentação das fazendas, quais sejam, trabalhando como vaqueiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, fiandeiras, cozinheiras, entre outros.

Como já dito, os estudos realizados por Diana de Galliza (1979) já alertavam para a presença de escravizados na conformação do espaço social, agrário e econômico do Sertão paraibano, todavia constatamos que a autora não consegue se desvincular da chave analítica que toma as atividades do criatório como exclusivas na economia sertaneja, reforçando o desinteresse em aprofundar a importância das atividades comerciais e da agricultura, que muito contribuíram para o processo de ocupação e povoamento.

O conteúdo presente nos inventários reforça a importância de outras fontes de renda, uma vez que permite enxergar a diversidade de bens que compõem o patrimônio dos inventariados, revelando dimensões da vida social e econômica, suas profissões, bens móveis, bens de raiz, peças em ouro, prata e cobre, artigos religiosos, ferramentas agrícolas e destinadas à lida com o gado, utensílios e mobiliário doméstico, como redes de dormir, bancos, jogos de malas, mesas, baús, caixas e caixotes, e outros mais.

No inventário *post mortem* de Miguel Francisco da Silva, que foi casado com Joana Evangelista, seus bens foram inventariados no dia 28 de janeiro de 1814. Entre os bens que figuravam no inventário, consta-se*:*

> (...) um sítio de terras de plantar, no lugar do Olho d'água do Espírito Santo, que houve por compra a Rita Maria do Sacramento, viúva de Francisco Xavier da Costa Calado e uma casa de residência coberta metade de telhas e metade por taipas (...) avaliada pela quantia de 450#000 réis. (Inventário de Miguel Francisco da Silva, registrado em 1814, documento localizado no arquivo do Fórum Judiciário do município de Teixeira/Paraíba).

Consta ainda neste inventário que a *data de terra* foi comprada, todavia, posteriormente, pede confirmação da terra em data de sesmaria à Coroa Por-

tuguesa. A dita terra está localizada na Serra do Monteiro, em cima da Serra da Borborema, a qual faz extremas ao nascente com o sítio do Riachão, ao norte com Mabanga, ao poente com terras que foram do Capitão Mor Matheus Antônio Brandão e ao sul com terras do Desterro.

No inventário, consta que o inventariado possuía também outra parte de terras de plantar lavouras em cima da Serra da Guarita, "que houve por troca que fez com José Soares de Matos, a qual se acha pro-indiviso com os herdeiros de Francisco Soares, no valor de 10#000 réis. Também inclui nos seus bens, um escravinho crioulo de apenas 4 anos de idade, avaliado em 40#000 réis, 162 arrobas de algodão, avaliada em 77#760 réis". Também constava no inventário, vacas, novilhas, garrotas, bezerras, bois, novilhos, garrotes, bezerros, cavalos, potros, bestas, cabras, bodes, cabritos, curral de caiçara (vara), bens em ouro, prata, cobre e instrumentos de trabalho, além de utensílios domésticos como: foices, enxadas, machado, espingardas, celas, guesa de madeira, estribo de ferro, serra braçal, rodas de fiar algodão, canastra, roda de mandioca em cobre, e algumas cangalhas.

O inventário acima descrito pertencia ao Sr. Miguel Francisco da Silva, cuja a origem não conseguimos desvendar. Provavelmente, tratava-se de um negociante, uma vez que realizou trocas comerciais, e em passagem pela Serra do Teixeira, adquire terras no lugar denominado "Serra do Monteiro", através de um processo de compra. Depois, como forma de assegurar a propriedade dessa terra, pede confirmação à Coroa Portuguesa em Carta de Sesmaria. Os bens inventariados indicam ao mesmo tempo que o Sr. Miguel era lavrador, criador e negociante, pois dispunha de uma grande quantidade de algodão, gado vacum, cavalar e criações miúdas. No inventário, também havia menção a dívidas passivas e ativas, ou melhor, dívidas a receber e a pagar, uma indicação de que o inventariado, possivelmente, era um negociante de gado e de algodão, já que também possuía uma grande quantidade de animais de carga e gangalhas.

Esse inventário, como estudo de caso, traz algumas revelações. Uma delas de que, já no período sesmarial, embora legalmente proibido, estava em curso um incipiente mercado de terras, em que os sesmeiros repassavam para terceiros as terras que tinham adquirido em regime de concessão de uso, ou seja, que não eram de sua propriedade nem, de fato, de direito. Depois, que há, sem dúvidas, menção a terras para o gado, mas ao mesmo tempo observa-se a presença de terras para o cultivo de lavouras alimentares e comerciais.

Por fim, a associação das atividades agrícolas e pecuárias com o comércio, sendo assim, um Sertão de senhores, lavradores, criadores e negociantes.

Em outro inventário *post mortem* de Antônio de Araújo Lima, a inventariante e meeira, Theodória Marques de Araújo, relaciona como bens no inventário do seu falecido marido:

> Um sítio de terras no Riacho das Moças, avaliado em 278#000 réis, uma casa de vivenda no dito sítio no valor de 20#000 réis, outra casa de morada, avaliada em 12#000, uma casa de farinha no valor de 12#000 réis, uma prensa de algodão no valor de 12#000, 50 arrobas de algodão avaliada em 32#000 réis (Inventário de Antônio de Araújo Lima, registrado em 1832, documento localizado no arquivo do Fórum Judiciário do município de Teixeira/Paraíba).

Além do mais, possuía títulos de gado, avaliados em 436#000 réis, 4 escravizados avaliados em 775#000 réis. Também foi inventariado bens em ouro, prata, cobre, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho como caixas, selas, foice, machado, enxada, entre outros bens.

O inventário de Antônio de Araújo Lima, feito em 1832, induz que este possuía bens diversos – casa de farinha, terra, gado, escravizados e metais preciosos –, que era certamente lavrador, criador de gado e negociante. Fica evidenciado que também possuía plantio de culturas alimentares, dado informado pela casa de farinha e pela citação de ferramentas de trabalho. Chama a atenção também o fato de o Sr. Antônio produzir e negociar com algodão, fato constatado pela propriedade de uma prensa de algodão (o que sugere que havia a necessidade de prensar grande quantidade para facilitar o transporte), podendo esse algodão ser comprado a outros lavradores, ou produzido em suas próprias terras, portanto caracterizando relações comerciais.

Verificamos que o Sr. Antônio não era apenas lavrador e negociante, ele ainda criava alguns animais, embora fosse um plantel pouco expressivo quantitativamente, reforçando a desmistificação da identificação do "Sertão como terra apenas para a criação de gado". Chama a atenção, na análise da relação dos bens do Sr. Antônio, a riqueza acumulada com a propriedade de escravizados, cujo o valor em termos monetários, citado no próprio inventário, era superior ao valor de bens como o gado e a terra. Como já o dissemos, é inegável a presença da pecuária no Sertão Semiárido, mas nas áreas denominadas *Brejos de Altitudes,* a agricultura acabou sendo a atividade

de responsável pela ocupação e fixação dos grupos humanos. Em princípio, as atividades de plantio estiveram voltadas para o consumo das famílias. Posteriormente, com o advento do algodão, as feiras de gado e a presença dos caixeiros viajantes, essa atividade adquiriu um caráter também comercial.

A partir do último quartel do século XVIII, a cultura do algodão ganha notoriedade e, com ela, um intenso fluxo migratório passou a atrair indivíduos e grupos sociais para o trabalho nas lavouras de algodão. Esse intenso movimento, além da diversificação dos grupos sociais que conformavam a sociedade sertaneja, contribuía para uma série de apossamentos, arrendamentos e/ou compra e venda de terras, favorecendo um processo de fragmentação das terras, ao mesmo tempo que se constituíam os pequenos povoados, freguesias e vilas. Avalia-se que as serras da caatinga sertaneja atraiam novos habitantes, especialmente vindos do Litoral e do Agreste, seja para plantar algodão ou culturas alimentares, seja pela necessidade de beneficiamento e comercialização e transporte do algodão, tudo quase sempre em parceria com a pecuária.

A partir do *boom* algodoeiro, passaram a adentrar o sertão os agentes estatais (polícia, justiça, correios, coletorias e igreja), enviados pela Coroa Portuguesa, ou pelos Governos Provinciais. Esses agentes tinham como função zelar pelos serviços públicos judiciais, militares, cartoriais, eclesiásticos e pela coleta de impostos. A posição assumida pelos agentes estatais levava ao favorecimento pessoal, criando facilidades para que estes pudessem se tornar proprietários, seja pelas mercês e vantagens que obtinham por estarem exercendo um cargo público, seja pela compra de terra abaixo do preço de mercado, muitas vezes utilizando os subsídios e favores que recebiam da Coroa ou de particulares, ou ainda adquiriam de forma criminosa, manipulando documentos que eles mesmos elaboravam no cumprimento de suas funções, processo que se configurou no que atualmente denomina-se por grilagem.

Como no inventário do Sr. Miguel Francisco da Silva, no do Sr. Antônio de Araújo Lima, comprova-se que ambos eram possuidores de escravizados, ainda que fossem poucos, 1 e 4 escravizados respectivamente. O fato é que não se pode negar a presença de escravizados no Sertão. Em outros inventários que fazem parte do nosso acervo de pesquisa, mas que ainda não conseguimos analisar em profundidade, fica evidente a presença expressiva de negros cativos e escravizados africanos vindos de Angola. Observamos

que, mesmo famílias que não possuíam muitos bens, ou seja, famílias consideradas como de poucas posses, ou de pequenos proprietários, possuíam escravizados. Ante aos fatos e achados, continuaremos debruçados sobre este material de pesquisa, entre outras questões, também para entender o porquê do silenciamento acerca da participação dos grupos de escravizados na conformação da população que protagonizou a ocupação, o povoamento e a construção econômica do Sertão nordestino.

Considerações finais

As evidências que foram expostas ao longo deste artigo reforçam a hipótese de que o processo de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos não seguiu apenas um padrão unilinear e genérico, apoiado na expansão do criatório de animais e no predomínio do latifúndio de origem sesmarial, que legitimava o construto teórico da "civilização do couro", e de sua estrutura social binária, restrita a dois grupos sociais, de um lado, sesmeiros/fazendeiros, e do outro, vaqueiros; mas sinaliza para a existência de grupos sociais intermediários em terras tidas como desocupadas e que o gado como única atividade produtiva nos Sertões, talvez, tenha sido uma mera estratégia das elites.

Após análise minuciosa do conteúdo das cartas de sesmarias e dos inventários *post mortem* de moradores da Serra do Teixeira (PB), identificamos uma variedade de situações que informam sobre um processo de ocupação e povoamento diferente do que a historiografia tradicional apontou para o Sertão nordestino de um modo geral. A pesquisa descortinou os seguintes processos: a) utilização do instituto das sesmarias para legitimar heranças de posses antigas, dinâmicas de compra/venda e expropriação das terras dos ocupantes originários (comunidades indígenas e quilombolas); b) destinação das terras à plantação de lavouras e não apenas para a criação de gado, o que se demonstrou através da referência, nos inventários, de produtos de origem agrícola, animais de tração e de ferramentas destinadas ao plantio e processamento de mandioca, cana-de-açúcar e algodão – enxadas , foices, machados, roda de moer mandioca, canastra de fiar algodão, bolandeiras, tachos e formas para o fabrico de rapadura, alambiques; c) diversificação das atividades econômicas, profissionais e investimento no comércio, indicada pela presença, nos inventários, de animais de carga e utensílios para

os transporte de mercadorias – cangalhas, selas, esporas, estribos, caixotes, caixas, "fazendas secas" (cortes de tecidos) –, além da existência de utensílios e ferramentas destinadas a atividades e ofícios manuais e artesanais, como carpintaria, marcenaria, costura – enxó, morsa, estrado, plaina, serras, serrotes, maço de madeira, fornões, plaina, esquadro, trena, martelo, marreta, prumo, tear, linhas e agulhas, etc.; d) monetarização das relações sociais e racionalização das atividades econômicas que se verificam pela existência de transações comerciais com fluxo de capitais e operações financeiras, representadas nos inventários, pelas dívidas ativas e passivas, obrigações a vencer e títulos de crédito; e) estratificação social baseada fortemente no escravismo, o que contraria visões clássicas representadas por Gilberto Freire, Capistrano de Abreu e Djacir Menezes, da pouca presença ou inexistência da escravidão nos Sertões nordestinos; f) nobilitação decorrente de dinâmicas de mobilidade social que se verifica por aquisição onerosa de títulos honoríficos (representada pelas patentes dos corpos de ordenanças, milícias auxiliares e da guarda nacional), e estratégias de entesouramento indicadas pela posse de joias e utensílios de luxo, feitos de metais preciosos como ouro (brincos, pulseiras, trancelins, argolas, broches) e prata (talheres e armas brancas).

As dinâmicas identificadas através da pesquisa exigem uma reinterpretação das visões sobre a conformação das estruturas social e agrária dos Sertões nordestinos, que – para além da leitura reducionista e simplificadora decorrente da transposição dos padrões de estratificação social do mundo ibérico para as Américas que implicou na visão dualista da sociedade sertaneja da "civilização do couro", dividida entre fazendeiros/sesmeiros e vaqueiros – deve, necessariamente, estar metodologicamente paramentada para visualizar e compreender processos de estruturação de classes em que a diferenciação social protagonizada por estratos intermediários (cultivadores livres, negociantes, escravizados e ex-escravizados, e tropeiros) compôs o processo de ocupação e povoamento dos Sertões nordestinos.

A dimensão regional que foi apresentada pretendeu recontar parte da história dos segmentos sociais que foram decretados "sem história". Os documentos comprovam a sua existência, todavia, entre os fatores que podem explicar a pouca atenção dos historiadores e teóricos do pensamento social brasileiro, estão as condições de predominância referentes à descrição das características da sociedade colonial e da construção de narrativas lineares e

normativas desenvolvidas a partir dos relatos feitos por viajantes/cronistas, como Antonil. Essas narrativas são posteriormente reproduzidas por autores no último quartel do século XIX e ao longo do século XX, que as tomaram como arquétipo para representar todo o Sertão, elaborando paradigmas que se cristalizaram.

Referências

ABREU, João Capistrano de (1982), *Capítulos de história colonial e caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB.

ANDRADE, Manuel Correia de (1998), *A terra e o homem no nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Ed. UFPE.

ANDRADE, Manuel Correia de (1979), *O processo de ocupação do espaço regional do nordeste*. 2ª ed. Recife: SUDENE- Coordenação de Planejamento Regional.

ANTONIL, André João (1982), Cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf. Acesso em: 20/09/2019.

FURTADO, Celso (2007), *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

GALLIZA, Diana Soares (1979), *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora UFPB.

JOFILLY, Irenêo (1977), *Notas sobre a Parahyba*. Brasília. 2ª ed. Teshaurus.

MAIA, Kaliane de Freitas; GOMES, Ramonildes Alves (2018), "Transformações na estrutura fundiária do semiárido nordestino: construindo possibilidades para novas narrativas". Anais do VIII encontro da Rede de estudos Rurais, Florianópolis. Encontro da Rede de Estudos Rurais.

MENEZES, Djacir (1970), *O outro nordeste*: ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª Edição refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho (2017), *Currais, cangalhas e vapores*: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos "Sertões da Borborema" (1780-1920), 429f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho; MAIA, Kaliane de Freitas (2018), *O sertão revisitado*: novos caminhos de pesquisa contra velhas narrativas sobre o mundo rural no semiárido nordestino. Anais do 42° Encontro Anual da Anpocs, 2018, Caxambu MG.

OLIVEIRA, Francisco de (1977), *Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PALACIOS, Guillermo (2004), *Campesinato e escravidão no Brasil* – agricultores livres e pobres na capitania de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. UnB, 380 pp.

PORTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P.; TABARELLI, Marcelo (org) (2004), *Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba*: história natural, ecologia e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 324 pp.

PRADO JÚNIOR, Caio (2008), *História Econômica do Brasil*. 48 ed. São Paulo: Brasiliense.

SIMONSEN, Roberto Cochrane (1977), *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª ed. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro.

TAVARES, João de Lyra (1982), *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Coleção Mossoroense.

PARAHYBA DO NORTE (1858), *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte*, em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa.

Submetido em 14 de dezembro de 2019
Aprovado em 10 de janeiro de 2020

(cc) BY

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.554

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Além da Forma-Movimento: Compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores

Priscila Delgado de Carvalho*

RESUMO

Criado em meados da década de 1990, o Movimento dos Pequenos Agricultores foi inicialmente conhecido por suas demandas por crédito e por habitação rural. Ao longo dos anos, o MPA propôs também debates sobre o campesinato no Brasil, formulou ou ressignificou conceitos como alimergia e sistemas camponeses de produção, engajou-se em debates sobre políticas públicas, criou cooperativas e estruturou um Plano Camponês que orienta sua ação. O artigo reúne elementos da trajetória do MPA argumentando que a forma-movimento é sua primeira face visível, mas o MPA também construiu outros modos de compilar. Entre eles, a produção de conceitos em estreito diálogo com a academia e com debates de origem transnacional e a estruturação de projetos produtivos.

Palavras-chaves: Movimento social; Camponeses; Soberania alimentar.

* Pesquisadora em estágio pós-doutoral no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Democracia e Democratização da Comunicação. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestra pela Universidade de Brasília, graduou-se em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

BEYOND MOVEMENT-FORM: COMPILATIONS OF THE SMALL FARMERS MOVEMENT

Created in the mid-1990s, the Small Farmers Movement was initially known for its demands for credit and rural housing. Over the years, MPA has also proposed debates on the peasantry, formulated or recreated concepts such as *alimergia* and peasant production systems, engaged in public policy debates, created cooperatives and structured a Peasant Plan that guides its activists' action. The article brings together elements of MPA's trajectory arguing that the movement-form is its most visible face, but MPA also constructed specific ways of acting, configuring other modes of gathering. Among them figure the production of concepts in dialogue with the academia and transnational debates and the structuring of productive projects.
Keywords: Social movement; Peasants; Food sovereignty.

Este artigo descreve a trajetória do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entre 1996 e 2015 argumentando que, tendo sido criado a partir da forma-movimento – um modo específico de apresentar-se publicamente e uma linguagem capaz de fazer demandas ao Estado – o MPA, imediatamente, passou a alterar essa linguagem, associando-lhe novos elementos. Anos mais tarde, o MPA reorganizou sua pauta política e, ao fazê-lo, articulou-se a outros temas e práticas que, novamente, o transformaram. Algumas dessas práticas produziram efeitos desejados, passaram a ser reproduzidas em outras situações e nelas foram, novamente, transformadas. Mais do que o relato da trajetória do movimento entendido como um coletivo estável, o que aqui se sugere é uma leitura de que o próprio movimento vai se transformando ao longo do tempo, como efeito de suas formulações e de suas interações com outros grupos – Estado, academia e outros movimentos, nacionais e internacionais.

Nos anos 1990, emergiu no Brasil uma literatura preocupada em compreender o que eram e como funcionavam as ocupações de terras promovidas por movimentos e sindicatos de trabalhadores rurais. No geral, a literatura do período, como apontaram Sigaud, Ernandez e Rosa (2010), concentrava-se na formação dos movimentos (FERNANDES, 2010; NAVARRO, 2005) ou no que ocorria nos assentamentos da reforma agrária (MEDEIROS; LEITE, 1999; MARTINS, 2003). Ainda, outros textos, de escopo mais amplo, estiveram atentos ao processo de organização de trabalha-

dores rurais com e sem terra inicialmente via sindicatos e, mais tarde, via movimentos (MEDEIROS, 1989).

O trabalho de Ligia Sigaud (2000), por sua vez, lançou luz sobre os acampamentos e apresentou padrões de organização que incluíam descrições de seu funcionamento, dos símbolos, das regras e do vocabulário próprio. Acampamentos eram promovidos e coordenados por grupos organizados, os movimentos (ou sindicatos, em alguns casos). A combinação de "aspectos modulares" que conformavam os acampamentos foi lida como "uma linguagem, um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada a fundar pretensões de legitimidade" (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010, p.12). Acampamentos ganharam repercussão à medida que essa linguagem foi compreendida por diferentes grupos – trabalhadores, proprietários rurais, políticos – e acolhida "como um pedido de redistribuição de terras" pelo Estado (ibid.).

A linha aberta por Sigaud desdobrou-se em outros trabalhos que se voltaram para o fenômeno da criação de diversos movimentos sociais rurais pelo país, com tamanhos e expressões políticas variadas, mas que mantinham o nome de movimentos e mimetizavam a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o que foi denominado forma-movimento. Afastando-se de explicações estruturais, Rosa (2011) leu a emergência dessas diversas organizações, muitas das quais de pequeno porte, a partir das possibilidades que abriam para o reconhecimento social dos indivíduos, que, criativamente, valeram-se de uma forma estabilizada de organização para mover "as velhas estruturas de significação social da sociedade brasileira por meio do estabelecimento de relações inéditas com o Estado e seus agentes" (ROSA, 2011, p.15). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi pioneiro em estabelecer essa nova linguagem de relação com o Estado, e a forma-movimento foi, em seguida, reproduzida por outros coletivos, rurais e urbanos, entre eles o Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA (ROSA, 2010).

Porém, acompanhando movimentos rurais no Brasil e na África por mais de uma década, aquele autor foi se dando conta de que nenhum dos coletivos que se associou à forma-movimento reproduziu-a exatamente da maneira como era performada pelo MST. A partir disso, em 2015, Rosa revisita o entendimento sobre sua forma-movimento. De "uma performance que havia se tornado para todos aqueles envolvidos em demandas por reforma agrária

no Brasil" – inspirada nos escritos de Durkheim e Mauss sobre formas sociais e de Weber sobre legitimidade – reinterpretou o conceito, abrindo-o à possibilidade de transformação e reconhecendo que sua apropriação por outros movimentos e sindicatos além do MST foi marcada por inventividade, não apenas pela reprodução de uma forma pré-determinada:

> Cada um deles leu o MST de acordo com a situação e conectou-o com outras "ferramentas", criando arranjos de acordo como que Law (2004) denomina "modos de compilar" (*modes of gathering*). De acordo com esse autor, todos os "modos de compilação" são parciais, circunstanciais e "conotam o processo de reunir, relacionar, escolher, encontrar, construir ou permitir fluxos" (LAW, 2004, p. 160). Tais modos, que podem facilmente ser considerados métodos de disputa (*contention*), são performativos no sentido que dão existência (*enact)* os temas que descrevem, trazendo-os, assim, dentro de certas fronteiras e limites. Em vez de simplesmente forçar pessoas a abraçar um modelo de disputa (*contention*) e negociação, a forma-movimento tornou-se um meio de transporte. Ela carregou ativistas pelo país e internacionalmente, de um movimento ao outro, levando agentes estatais para determinadas áreas rurais. Ademais, também permitiu a pesquisadores criar seus próprios conceitos, avançando e compreendendo a questão da terra muito além de um simples caso de pobreza e iniquidade em áreas rurais. (ROSA, 2015, p.53).

Duas ideias do texto acima são centrais para o presente artigo. Primeiro, a atenção ao trabalho dos atores sociais, de reunir, relacionar e construir fluxos. A percepção de que a ação passa pelo contínuo agenciamento[1] de elementos diversos vem ganhando espaço na teoria social desde Deleuze e Guattari (1995) e vem sendo trazida para estudos sobre movimentos rurais e suas interações com o Estado (PENNA, 2018) bem como para a análise dos movimentos feministas (ALVAREZ, 2019). O processo de reunir elementos e permitir fluxos cria disputas e dá existência aos temas – e, diria Latour (2005), aos próprios coletivos.

Em segundo lugar, interessa a afirmação de que a forma-movimento tornou-se um "meio de transporte", na medida em que possibilitou aos ato-

1 Também traduzido como *assemblage*. Prefere-se aqui o termo usado na tradução de *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), que enfatiza o ato de reunir os elementos diversos, não apenas a reunião, ou o que foi reunido.

res que se engajassem em determinados processos ou atividades. Essa é, entendemos, uma característica central dos modos de compilar. Além dos contínuos agenciamentos, há estabilizações temporárias, isto é, há articulações entre elementos que, por terem os efeitos desejados pelos atores, são reproduzidas por eles em outras situações, criando o que temos, provisoriamente, denominado de quase-estabilizações, nos diálogos do Laboratório de Sociologia Não Exemplar da Universidade de Brasília (UnB).[2] A forma-acampamento, a forma-movimento ou quaisquer outros agenciamentos quase-estabilizados podem ser lidos assim, como modos de articular elementos heterogêneos que são produzidos e reproduzidos pelos atores coletivos em busca de efeitos políticos. Por vezes, esses agenciamentos lhes permitem se engajar em novas disputas (e nesse sentido os transportam); nessas situações os agenciamentos são constantemente transformados na medida em que os colocam em relação com outros atores, temas, problemas e situações. No limite, modos de compilar são simultaneamente transportados pelos atores e os transportam, abrindo-lhes possibilidades de ação. Eles existem em constante tensão entre estabilidade e transformação.

O texto a seguir articula essas categorias analíticas para construir uma narrativa sobre o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Tendo partido da forma-movimento, sendo carregado por ela – que contribuiu para que suas ações ganhassem visibilidade pública – e carregando-a – para além dos debates estritamente sobre reforma agrária também para as disputas sobre política agrícola – o MPA construiu uma trajetória própria, em estreito diálogo com o MST tanto quanto com o novo sindicalismo e suas propostas de transformação do sindicalismo rural (PICOLOTTO, 2011)

O MPA recebeu atenção limitada da academia até recentemente. Foi estudado por Niemeyer (2014) e faz parte das análises de Picolotto (2011) que enfocavam a emergência da categoria agricultura familiar. Também foi objeto de artigos sobre ações específicas como moradia e projetos produtivos. Há, ainda, de publicações de seus militantes (GÖRGEN, 1998) e monografias e dissertações escritas por integrantes do movimento em cursos de especialização e mestrado (COSTA, 2014; CADONÁ, 2004). Além de fontes de informações e de sistematizações sobre a trajetória do MPA, trabalhos aca-

2 Sediado no Departamento de Sociologia da UnB e coordenado por Marcelo Carvalho Rosa. Mais informações em naoexemplar.com.

dêmicos dos militantes evidenciam uma das diversas maneiras pelas quais esse movimento se relaciona com a academia, fornecem pistas sobre esforço de formação dos ativistas, apoiado pelo conjunto do movimento, e sobre a recente abertura de cursos de pós-graduação à inserção de ativistas rurais. Por fim, foram fontes de dados documentos produzidos pelo MPA (pautas nacionais, cartilhas e livretos) e textos assinados por lideranças do movimento para circulação interna ou divulgação. As fontes documentais foram complementadas com entrevistas de 15 militantes do MPA realizadas entre 2015 e 2016, a maioria deles ocupantes ou que já haviam ocupado funções de direção nacional ou estadual. Houve ainda uma visita de campo a cooperativas e projetos produtivos do movimento em Santa Catarina. Entrevistas e visitas foram realizadas no contexto da produção de tese de doutorado. A análise dos dados ateve-se a uma abordagem preocupada simultaneamente com a materialidade das práticas e aos objetos a elas associados, assim como aos discursos (LATOUR, 2005; LAW, 2004).

Revisitar a trajetória do MPA contribui para adensar as narrativas sobre o que são e o que fazem os movimentos sociais rurais, superando as exemplaridades que a própria literatura acadêmica criou a partir dos estudos mais atentos ao MST. As lentes aqui adotadas contribuem, sobretudo, para pensar sobre como se transformam os coletivos.

Neste artigo estão separados, analiticamente, dois modos de compilar da trajetória do MPA. O primeiro engloba de sua formação ao ano de 2002 e, ali, aponta-se como a forma-movimento é empregada e alterada; o segundo tem início em 2003 quando um novo governo, potencialmente aliado das pautas dos pequenos agricultores, chega ao poder com a eleição de Lula, e formula-se o Plano Camponês. Argumenta-se que o Plano Camponês transforma a maneira como o movimento age e se apresenta e, a partir dali, modifica-se o modo de compilar via iniciativas de produção de conhecimento, formulação de projetos produtivos e um intercâmbio contínuo com debates internacionais.

Formação do MPA

No Brasil da década de 1990, as forças políticas dos trabalhadores rurais passavam por transformações. Havia disputas no interior do sindicalismo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) havia criado um departamento rural nacional e o vinha estruturando nos estados, mas, posteriormente, re-

formulou sua estratégia. Optou por uma composição política com os grupos e lideranças estabelecidos na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Sindicalistas cutistas, então, passaram a fazer parte das chapas que concorreram às eleições da Confederação. Um dos resultados dessa aproximação foi a afiliação da Contag à CUT (PICOLOTTO, 2011; FAVARETTO, 2006).[3] Simultaneamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, criado em 1984, transformava as formas de ação de trabalhadores rurais com acampamentos e ocupações de terra, renovando a gramática do diálogo entre essas populações e o poder público. Aliados como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também vinham contribuindo para reformulações nas maneiras de agir e de associar-se de pequenos proprietários e trabalhadores assalariados do campo. Valter Silva, um dos militantes do MPA que registra a trajetória do grupo, relaciona a origem do MPA a esses processos, assim como à seca que assolou o Sul do país em 1995:

> [...] Houve uma reunião entre lideranças de diversos estados brasileiros que já apontava para a necessidade da organização de um Movimento Camponês, tendo em vista que o sistema sindical não estava mais respondendo a esta necessidade. Esta reunião teria acontecido um ano antes do Acampamento da Seca no Rio Grande do Sul, nos bastidores da Plenária Nacional do Departamento dos Rurais da CUT em 1995 em SP. Participaram lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais, CPT, MST e chegam à conclusão de que deveríamos criar um outro movimento. Cerca de um ano depois, com a seca no Sul esta conversa inicial se converte em luta concreta e na sequência em organização política que articula aqueles que estavam se sentindo órfãos e que agora tinham para onde convergir suas inquietações. (SILVA, 2011, p.8)

Nos relatos do próprio movimento, o "Acampamento da Seca"[4], em 1996, é o evento que desencadeia a criação do MPA[5]. A causa imediata do acampa-

3 Entre os sindicatos rurais, essa decisão de extinguir os Departamentos Rurais não foi unânime. Em Rondônia, um grupo descontente com a decisão foi um dos primeiros a participar da construção do MPA (SILVA, 2011).

4 Encontrei mais de uma versão sobre os municípios onde houve acampamentos: Sarandi, Júlio de Castilhos, Sananduva, Encruzilhada do Sul, e Três Passos (MPA, 2005). Notícia do Jornal Sem Terra, do MST, informa que a mobilização "acabou se espalhando por várias regiões e, a partir do dia 15/01, o trevo de Sarandi estava tomado pelas barracas de lona preta que chegaram a reunir 16 mil pessoas. Depois, mais acampamentos surgiram, em Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Erechim, Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia" (MST, 1996).

5 Niemeyer (2014) chama esse acampamento de "mito de origem" do MPA.

mento foi a perda das lavouras de feijão e milho devido à seca. Participaram de sua criação agricultores em grave situação econômica, que não viam o êxodo rural como solução, em um momento de desvalorização dos produtos agrícolas que ocorreu no início do Plano Real[6] e de altas taxas de desemprego nas cidades (COSTA, 2014). Relatos variam entre a presença de 15 a 30 mil pessoas.

Apesar da gravidade da situação e da disposição dos agricultores e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) para a mobilização, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS) recua e tenta adiar protestos já marcados, preferindo estratégias de negociação; os dirigentes sindicais cutistas reagem e tomam a frente do processo, iniciando o acampamento (COSTA, 2014; NIEMEYER, 2014; SILVA, 2011). É interessante notar, aqui, não a ausência de conexões com sindicatos, mas os conflitos e a existência de associações com algumas vertentes sindicais.

De modo geral, o perfil dos agricultores familiares reunidos pela Fetag-RS é de famílias mais estabelecidas e não raro inseridas em cadeias agrícolas de produção. Ainda que isso não conte toda a história do sindicalismo rural no estado, ese perfil contribuiu para a percepção de pequenos proprietários sobre a necessidade de organização a partir de outras bases políticas e lançando mão de outras estratégias.

No Acampamento da Seca, as reivindicações eram por anistia das dívidas do custeio agrícola da safra 95/96, criação de linha de crédito subsidiado para recuperação da capacidade produtiva, liberação de sementes de milho para alimentação dos animais e anistia de sementes concedidas pelo governo do Estado.[7] A mobilização conseguiu uma "linha de crédito para auxiliar os pequenos agricultores, chamada de 'cheque- seca', no valor de R$ 400,00" (CADONÁ, 2004).

Além do acampamento, houve episódios de fechamento da BR-386 e, frente à negativa de negociação do então governador do RS, os agricultores foram a Porto Alegre e ocuparam a Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, onde enfrentaram repressão. O governo Federal respondeu liberando

6 Soja e milho foram vendidos quase pela metade do preço anterior ao real, segundo o Jornal Sem Terra (MST, 1996).

7 As pautas do MPA aqui citadas estão disponíveis em Valter Israel da Silva (2011) e sintetizadas em Maria José da Costa (2014). Agradeço a Silva pela disponibilização do documento, não publicado, que reúne depoimentos e materiais produzidos pelo MPA e vem sendo usado como base para pesquisadoras. Agradeço, igualmente, a Marciano Silva pela disponibilização de outros trabalhos sobre o MPA.

recursos com juros de 12% ao ano. Agricultores recusaram a taxa de juros, e a federação de prefeitos e governo do RS assumiram, cada um, 3% dos juros do financiamento (MST, 1996).

A linha de crédito solicitada seria semelhante à do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera) – havia, portanto, um conjunto de demandas por crédito no período. O tema, que estava também nas pautas do MST e da Contag, criava tensões com pequenos agricultores não assentados. Meses depois, em julho de 1996, foi lançado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Porém, sem se sentir atendidos com as condições do Pronaf, os pequenos agricultores do Sul voltam a mobilizar-se desde o início de 1997 por "crédito subsidiado, seguro agrícola e fim da política de exclusão dos pequenos produtores" (COSTA, 2014, p. 63). Em setembro de 1997, agricultores levaram suas ferramentas a protesto, que ficou conhecido como Ferramentaço. Dias depois, 11 militantes deram início a uma greve de fome que durou até dois de outubro e foi planejada para coincidir com a vinda do Papa ao Brasil – sinal inequívoco da proximidade do grupo com setores da Igreja Católica. Em audiências em Brasília com o Ministério da Fazenda, o grupo obteve crédito subsidiado por meio da criação de uma linha especial do Pronaf, apelidada Pronafinho, para financiamento de custeio com rebate (bônus de adimplência) de R$200,00, operacionalizada em 1998 (Ibid.). Nessas ações, pequenos produtores associam elementos à forma-movimento, carregando ferramentas, trazendo as greves de fome.

Em dezembro de 1996, realiza-se um encontro de agricultores de sete estados, que decidem "construir um Movimento Nacional de Luta dos Pequenos Agricultores" tendo como princípios "lutas de massa - organização de base - formação política, ideológica e técnica - bandeiras simples, claras e objetivas." (GÖRGEN, 1998, p. 63 apud SILVA, 2011, p. 13). Em julho de 1998, um segundo encontro reúne militantes do RS, ES, RO e MG e define formato e características do movimento[8]. Dali, o MPA apresenta uma pauta

8 Seria interessante trabalhar melhor a construção do movimento em cada estado, inclusive para pluralizar a narrativa de início no Sul do país. A partir de relatos de militantes do MPA reunidos por Silva (2011), sabe-se que em Rondônia a oposição sindical vinculada ao DNTR/CUT, descontente com o fim dessa instância e sem concordar com a estratégia da CUT de ocupar a Contag, buscou articulação em nível nacional. O primeiro contato com as articulações em curso no Sul do país teria acontecido por meio de uma cartilha encaminhada pelo gabinete do deputado Adão Preto. Depois da reunião nacional, os sindicatos de Rondônia passaram a fazer parte do MPA e suas comissões de base em RO acabaram por transformar-se em grupos de base do movimento. No Espírito Santo, as

nacional. Além das demandas por crédito e anistia de dívidas e sementes de 1996 e 1997, inclui seguro agrícola subsidiado e preços agrícolas que viabilizem a produção. A pauta começa a trazer elementos da visão de mundo do movimento, pois fala da "agricultura familiar[9] como base para a produção de alimentos para o povo brasileiro" e de um "Projeto Alternativo de Desenvolvimento para o Brasil" que garanta emprego, terra, moradia e educação. Os termos evidenciam a proximidade ao DNTR/CUT. O MPA posiciona-se contra a política econômica do governo, pede aumento do poder aquisitivo do povo e reforma agrária.

Em 1999, o movimento segue pressionando pela renegociação de dívidas relativas a financiamentos para agricultura com ocupação de agências bancárias e bloqueios de rodovias. Em maio de 2000, é realizado o 1º Encontro Nacional do MPA na cidade de Ronda Alta, RS, tendo como tema Organizar, produzir e alimentar. Reúnem-se 272 delegados (27 mulheres e 245 homens), 60 convidados, dos estados de RS, SC, RP, ES e RO (SILVA, 2011).

Moradia foi mencionada como condição para viver bem no campo desde a primeira pauta nacional do MPA, em 1998, como identificou Costa (2014). Mais tarde, tornou-se uma das mais evidentes conquistas do coletivo. Em 1998, o MPA foi "chamado de vendedor de ilusões porque defendia um crédito subsidiado para a construção de casas para as famílias camponesas" (COSTA, 2014, p.136). Naquele momento, pequenos agricultores não se encaixavam nas condições exigidas para programas habitacionais urbanos. Na pauta de 1999, seguia presente a demanda por crédito para moradia (SILVA, 2011). A partir de 2001, o MPA– que passa a ter um Setor de Habitação – estrutura um projeto piloto, o Programa Moradia Campo-

conexões também começaram nos encontros do DNTR e a primeira atividade dos grupos já sob o nome de MPA ocorreu em janeiro de 1998 e em maio foram realizadas ações públicas, como ocupações de bancos na luta por crédito do Pronaf. No Paraná, os primeiros contatos com militantes do Rio Grande do Sul, no sentido de estruturar o novo movimento, aconteceram em 1997. Em 2000, o MPA realiza sua primeira mobilização no estado, usando uma trilhadeira quebrada como símbolo das dificuldades enfrentadas para a produção de alimentos (CADONÁ, 2004). Em Sergipe, o MPA estruturou-se em 1999, no Semiárido e no Noroeste do estado (SANTOS E CONCEIÇÃO, 2013)

9 Niemeyer (2014) relaciona o uso inicial do termo "pequeno agricultor" com os debates promovidos pelo governo Federal no contexto da criação do Mercosul, ao tempo que "agricultor familiar" foi o termo que emergiu em meados na década de 1990 em meio aos debates por crédito diferenciado e foi adotado pela Contag (NIEMEYER, 2014, p. 193). Como veremos a seguir, após 2003 o MPA passa a trabalhar com o termo "camponês". Para debates teóricos sobre o sentido e o uso dos termos no Brasil, ver Neves, 2005; Picolotto, 2007.

nesa[10], no RS, que então iniciava uma política estadual para a área. Foram construídas 2032 casas com mão-de-obra dos militantes e acesso a financiamento público (CARLOTO; ATIYEL, 2014). Pressionado por grupos como o MPA e a Fetraf-Sul, o governo Federal cria em 2003 o Programa Nacional de Habitação Rural, que depois passa a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida (BOLTER, 2013). Até 2011, o MPA, por meio de cooperativas, envolveu-se na construção de 10.218 casas, em nove estados (CARLOTO; ATIYEL, 2014).

No início de 2001, durante o 1º Fórum Social Mundial, o MPA participa das atividades da Via Campesina (DESMARAIS, 2013). Ali, tem papel proeminente na ocupação da área de experimentos da transnacional Monsanto, fabricante de agrotóxicos e sementes *terminator* e de soja transgênica, considerada "símbolo do projeto das elites para a agricultura"[11] (MST, 2001). Já em 2001, a pauta nacional do movimento inclui a rejeição a sementes transgênicas e o conceito de soberania alimentar – uma das principais bandeiras de luta da Via Campesina, que entra nas formulações da rede transnacional em 1996. O MPA conecta o termo que tem origem na Via Campesina com as demandas ao governo nacional: "exigir do governo um amplo programa de estímulo à produção que garanta a Soberania Alimentar do Povo Brasileiro". Nesse período, intensifica-se a demanda de "defesa da agricultura familiar" com demanda de "uso de instrumentos legais internacionais para proteção", pois havia preocupação com a entrada de produtos subsidiados e demandas por compensação, regras sanitárias e aumento de tarifas (MPA, 2001, apud SILVA, 2011).

Quando entrou na cena pública brasileira, o MPA ficou conhecido como um movimento de demanda por crédito (ROSA, 2010). De fato, crédito foi tema onipresente nas pautas apresentadas pelo movimento ao governo Federal – em 11 delas, entre 1996 e 2013, só esteve ausente na de 2012. Porém, desde os primeiros anos, muitos outros temas estiveram presentes. Como

10 O Programa envolve a Caixa Econômica Federal, Secretaria de Habitação do RS, Agência Gaúcha de Fomento e Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Sarandi – RS, e contando com recursos do Orçamento da União – Programa de Subsídio para Habitação de Interesse Social e do FGTS.

11 De acordo com o militante do MPA Marciano Silva (entrevista à autora, fev. 2015), o Fórum Social Mundial foi o momento de aproximação do MPA com a Via Campesina. Niemeyer (2014) afirma que o movimento se filiou à Via em 1998. No 2º Fórum, em 2002, o MPA esteve no acampamento Internacional da Via Campesina, que tratou de temas como Reforma Agrária, Água, Soberania Alimentar, transgênicos, socialismo e dívida externa.

vimos, entre 1996 e 2003, destacam-se questões relativas a dívidas e crédito e, a partir de 1998, o tema da habitação. Nas pautas do movimento no período figuram também seguro agrícola, reforma agrária, saúde, previdência, controle de preços e, inclusive, menções à agricultura ecológica, alimentos saudáveis e mudança do modelo tecnológico, ao lado das questões internacionais já mencionadas. A menção a sementes também começava a ganhar destaque, com preocupações em torno de anistia das sementes cedidas pelo poder público, após a seca, em 1998, mas também com o apoio à Campanha Brasil Livre de Transgênicos, em 2002. Em síntese, no início dos anos 2000, o MPA podia ser entendido como um movimento que articulava esse conjunto de temas e de ações a eles vinculadas e que, tendo se valido da forma-movimento para se estruturar, rapidamente agregou outros elementos às suas práticas, transformando-as.

A construção do Plano Camponês

Em fevereiro de 2003, o MPA realizou seu 2º Encontro Nacional, em Ouro Preto do Oeste, RO. Ali, começava a ser construído, pelo conjunto do movimento, o Plano Camponês, pensado como uma proposta para a organização do campesinato e para o desenvolvimento do país (COSTA, 2014, p.92). O Plano sistematiza questões já abordadas pelo MPA e passa a organizar suas atividades em dois pilares: 1) condições para viver bem no campo e 2) condições para produzir. É dividido entre os itens produção, educação/formação, vida de qualidade, comunidade camponesa, soberania e contradições. Traz uma mudança relevante no discurso do MPA que é a identificação não mais como pequenos agricultores ou agricultores familiares, mas como "camponeses", o que, no entender do grupo, refere-se à possibilidade de continuar produzindo comida sem, necessariamente, integrar-se subordinadamente ao modelo capitalista. A agricultura camponesa diferencia-se da agricultura familiar justamente por não pretender integração subordinada ao modelo capitalista. Na esteira dessa mudança, o MPA passou a discutir o que significa ser camponês e camponesa no Brasil, em diálogo com a Via Campesina e com pesquisadores da área (GUZMÁN E MOLINA, 2005; CARVALHO, MOTTA, ZARTH, 2008).

Vinculados ao Plano Camponês, estão um conjunto de conceitos que passaram a orientar a atuação do movimento, cunhados pelo MPA e seus apoia-

dores e parceiros, ou adaptados por seus militantes, e em constante debate e transformação. Ali está a soberania alimentar da Via Campesina, mas também soberanias energética, genética e hídrica – desdobramentos originais do conceito. Ali são associados temas como alimergia, sistemas camponeses de produção, agroecologia, terra e território, serviços socioambientais camponeses e cultura camponesa (para detalhes de cada um, ver MPA, 2015).

O argumento, aqui, é que a marca do MPA passa por articular esses temas e a partir deles produzir disputas políticas, em geral partindo de esforços de formulação conceitual, articulando elementos de debates nacionais e internacionais e promovendo iniciativas produtivas. A reunião dessas práticas sobre diferentes temas é, parece-me, algo que singulariza o MPA a partir dos anos 2000, sendo um modo de compilar que é transportado pelo movimento e o transporta a diversas outras disputas e locais. Não é possível, neste texto, dar conta das diversas situações em que esse modo de reunir coisas se performatiza, mas apontar essa articulação em algumas delas.

Em 2003, ativistas brasileiros encararam uma mudança conjuntural relevante. Luiz Inácio Lula da Silva assumia a presidência da República. A chegada do PT, antigo aliado das lutas políticas, ao governo Federal, e o lançamento do programa Fome Zero, aumentaram as expectativas sobre a melhoria da vida no campo, reforma agrária e crédito. A construção do Plano Camponês esteve, evidentemente, conectada a essas expectativas, que serviram como estímulo para repensar as pautas do movimento. Porém, nada disso veio automaticamente. Já em 2003, o MPA organizou cartilhas, debates com sua base, uma jornada de lutas, e procurou se posicionar "na condição de produtor de alimentos para dar respostas às demandas do programa fome zero". Além disso, apresentaram proposta de crédito sistêmico, que financiaria um conjunto de atividades e que, argumentavam, seria mais bem adaptado às pequenas propriedades camponesas. As propostas, porém, foram rejeitadas pelos interlocutores no governo Federal, o que levou o MPA a começar "um estudo mais aprofundado sobre o tema".[12].

Os estudos sobre o tema tiveram como resultado o livro *O Campesinato no Século XXI,* coordenado por Horácio de Martins de Carvalho, a convite do MPA (CARVALHO, 2005). O autor articulou cerca de 70 intelectuais e pesquisadores e os textos reunidos foram avaliados e debatidos pelo movi-

12 Valter Israel da Silva, militante do MPA, entrevista à autora, fev.2015.

mento. Alguns deles passaram a balizar o trabalho do MPA. Pouco depois, iniciou-se a preparação da coleção História Social do Campesinato Brasileiro, que terminou sendo composta por nove livros em cinco tomos e publicada pela editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CARVALHO, MOTTA, ZARTH, 2008). Em 2013, o livro *Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos* foi organizado por Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (NEVES; MEDEIROS, 2013).

De forma geral, a construção do Plano desencadeou debates com intelectuais e no interior do MPA, desde a coordenação nacional até seus grupos de base. No relato de Silva: "Entramos em um processo de estudos, reflexões, pesquisas apoiadas por intelectuais e construção de conceitos e de propostas para políticas públicas. Este conjunto de argumentos, conceitos e propostas é o que chamamos de Plano Camponês".[13] A profusão de publicações embasa a afirmação do cuidado do MPA com a formulação de conceitos e com o diálogo com a academia.

O trabalho da liderança Maria José Costa (2014) permite entrever como algumas das discussões inauguradas em 2003 estendem-se pelos anos seguintes, enfatizando o sentido de ruptura na adoção da identidade camponesa e a continuidade das demandas por políticas públicas, com cuja construção interagem, seja por meio de debates, seja por meio de protestos e mobilizações:

> Foi neste ano [2003] que o MPA apresentou a pauta de um Crédito de Reestruturação da Agricultura Camponesa, o que levou a grandes disputas com o governo que dava continuidade à implantação do projeto da Agricultura Familiar. A proposta do crédito de reestruturação da Agricultura Camponesa era bombástica, pois ela por si só representava uma negação das políticas públicas propostas pelo governo para a agricultura camponesa e uma negação da identidade de agricultor familiar que tentavam nos impor.
>
> No ano de 2008, portanto 5 anos mais tarde, o governo lançou o PRONAF Sistêmico, que respondia em parte a esta demanda e depois, com a crise alimentar virou o PRONAF Mais Alimento. (COSTA, 2014, p. 140).

13 Valter Israel da Silva, militante do MPA, entrevista à autora, fev. 2016.

A partir de 2003, então, o MPA mantém o conjunto de temas com os quais já trabalhava e incorpora novos itens em suas pautas nacionais, tais como agroecologia, agroindústria, energia, regras sanitárias, serviços ambientais, acesso à internet, juventude e condições para sua permanência no campo, agrotóxicos (tema no qual a atuação das mulheres foi determinante). Também fazem referência a diversas políticas públicas como o Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação Institucional, Programa Fome Zero, Luz Para Todos. Um tema de questionamento constante é o da educação – a partir de 2012, uma pauta recorrente é a crítica à política de fechamento de escolas do campo. A Reforma Agrária, nesse período, volta a figurar entre os temas, ao lado de demandas por mudanças na estrutura fundiária do país.

Foge ao escopo deste texto uma avaliação pormenorizada da relação do MPA com o governo Lula. Esse movimento não se afasta do padrão de interação identificado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), mas creio ser importante ressaltar que sua leitura das possibilidades e limites de um governo de esquerda é informada por uma análise de conjuntura que ressalta a dominação do capital sobre o Estado. Houve, nos governos petistas, convergências na criação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que multiplicou o mercado para pequenos agricultores, bem como um fluxo inédito de recursos para projetos produtivos. Houve, em paralelo, temas de embate, como a liberação de culturas transgênicas apesar dos questionamentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), do qual o MPA fazia parte. Em linhas gerais, e tendo como base texto de dirigentes do MPA de 2015, pode-se afirmar que, após o fim da ditadura militar e como resposta à pressão dos movimentos sociais, o Estado brasileiro criou um conjunto de políticas públicas destinadas às populações do campo, e que o governo Lula as "ampliou e intensificou":

> Algumas delas são instrumentos importantes para a construção de políticas de Estado realmente estratégicas, como o seguro agrícola, a assistência técnica, a garantia de preços e a comercialização de alimentos e as compras governamentais. Mas todas enfrentam limites provocados pelo aumento das demandas e pela política de prioridades do Estado, na qual os camponeses constam subalternamente e, principalmente, em consequência das políticas macroeconômicas do Estado, capturadas pelos interesses do capital financeiro e do seu braço agroindustrial. (LEAL; GÖRGEN, 2015, p.87-88)

Para além das pautas nacionais, nessa primeira década dos anos 2000, organiza-se o debate sobre educação, juventude e igualdade de gênero[14]. Coletivos de mulheres e de juventude organizam-se. Em 2003, o MPA realiza o 1° Encontro Nacional sobre Relações de Gênero, Poder e Classe. A questão da presença das mulheres em cargos de coordenação entra definitivamente na pauta do movimento. As mulheres propuseram a Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos, depois assumida por uma extensa rede de movimentos e organizações no Brasil e pela Via Campesina, o que aponta para sua capacidade de influenciar debates na rede transnacional de camponeses e antecipa o aprofundamento de sua influência sobre concepções e enquadramentos do MPA – que em 2014 assumiu a coordenação da Via Campesina Brasil.[15]

É nesse momento também que o MPA articula um discurso próprio sobre produção para os camponeses e estabelece um conjunto de estruturas produtivas que, como já afirmei, é uma das particularidades da forma de agir do MPA.

Projetos estruturantes: sistemas camponeses de produção, alimergia e agroindústrias

Nos documentos do movimento, a produção agrícola vem associada à capacidade de os pequenos agricultores produzirem alimentos saudáveis e de qualidade, para garantir a alimentação e a soberania alimentar do povo brasileiro, em contraponto a uma agricultura capitalista descrita como contaminada por agrotóxicos, com impactos negativos sobre o ambiente e ameaçadora da sobrevivência do modo de vida camponês. No Plano Camponês, o desafio de produção de alimentos saudáveis depende de um "arranjo econômico que permita não só aos camponeses ampliar sua produção em bases cada vez mais agroecológicas, mas também controlar essa produção permitindo fazer esse alimento chegar nos pratos dos trabalhadores do Brasil todo."[16]

14 O material preparatório para o 1o. Congresso do MPA traz rica síntese dos debates sobre esses três temas (MPA, 2015). Juventude e gênero foram objetos de assembleia e de mesas de debate durante o Congresso.

15 Para mais informações sobre as conexões entre o MPA e a Via Campesina, ver Niemeyer (2014) e Carvalho (2018).

16 Depoimento de Marcelo Leal, agrônomo e militante do MPA, ao vídeo I Congresso Nacional do MPA, em 2015: O salto qualitativo na organicidade do MPA https://www.youtube.com/watch?v=B8wMQyC-s0c.

Em 2007, o MPA realiza seu 1º Seminário Nacional de Produção, com o nome de *Estratégias para a implementação do Plano Camponês*. Nele, discutem-se os Sistemas Camponeses de Produção que virão a orientar as práticas do coletivo – com base na diversificação e na agroecologia, mas em busca de ampliar as escalas de produção (SILVA, 2011, p.65). Mais tarde, chegam ao conceito de alimergia, que busca reunir alimentos, meio ambiente e energia. Trata-se segundo o MPA, de conceito que visa a articular agricultura, pecuária e floresta para desenvolver formatos produtivos que integrem de maneira sinérgica a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental - os resíduos de um ciclo se tornam insumos para outro (MPA, 2013, p.57). A agroecologia se torna elemento central dessas propostas.

Cabe notar, aqui, como a soberania alimentar – e seu desdobramento em soberania energética – é novamente central para a formulação do movimento. Um termo originado em uma organização transnacional, a Via Campesina, passa a fazer parte do discurso nacional com tal importância que torna difícil manter uma separação explícita entre "nacional" e "transnacional", ao menos no campo da circulação de ideias.

Os Sistemas Camponeses de Produção, por sua vez, tornam-se a "lógica produtiva" do movimento, contrapondo-se ao conceito de cadeia produtiva e definidos como:

> um complexo arranjo de cultivos, árvores, animais e solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercialização vira alimento dos animais que, por sua vez, produzem alimentos para a família, para o mercado, para o solo e para outros animais. Para que esse conjunto funcione é necessário um conjunto de pequenas agroindústrias caseiras como a farinheira, o engenho, o moinho, o pilão, o monjolo, a queijaria, os tachos para fazer doces, o forne forno e o fogão a lenha, entre outros. (MPA, 2013, p.43)

A partir desses conceitos, o MPA passou a atuar para organizar "projetos estruturantes" - projetos produtivos com o objetivo de promover a diversificação da produção e de criar agroindústrias, agregando valor e facilitando a permanência das famílias no campo sem que precisem subordinar-se ao modelo hegemônico de produção, nem focar em uma só cultura que os mantenham dependentes de empresas compradoras, e sem abrir mão de suas formas de vida e economia (o que associam à agricultura familiar). A alter-

nativa apresentada pelo movimento é uma mistura entre a vida do camponês contemporâneo, seus desafios, as práticas alternativas ao modelo vigente – capitalista, de integração a grandes cadeias econômicas – e um vir a ser desejado, sintetizado na adoção de práticas produtivas camponesas que passam pela agroecologia. Esses já eram, como vimos, temas do MPA, mas sua articulação torna-se mais evidente a partir do Plano Camponês.

Os projetos ganham perfis específicos em cada estado ou região em que o movimento atua. Para citar alguns: no Piauí, desenvolvem experiência de agroindústria de suco. No Espírito Santo, buscando sair da monocultura cafeeira, o trabalho é da consolidação de mercados para venda de frutas e hortaliças agroecológicas. Em Rondônia, produtores de café, grãos e frutas passam a produzir também álcool – inicialmente para autoconsumo – açúcar mascavo, melado e outros subprodutos para manejo.[17]

Em Santa Catarina, a cooperativa Oestebio tem como proposta coordenar a produção de sementes crioulas pelos agricultores, distribuindo-as para os próprios camponeses e para comercialização ao poder público. Com isso, cria condições para o resgate, manutenção e multiplicação de sementes crioulas de milho, feijão, aveia, trigo, além de soja, que passam pela gigantesca Unidade de Beneficiamento de Sementes antes de ser distribuídas para BA, SE, SC, PR, RS, AL, PI, RO, ES, CE, RN, PE, MG e AC. Nos primeiros anos da década corrente, a OESTEBIO fortaleceu-se com o fornecimento de sementes para programas de compras públicas e manteve cooperações com a Embrapa e com a Universidade Federal de Santa Catarina, entre outras. Mais recentemente, a diminuição de recursos federais para tais programas vem transformando a intensidade do trabalho. Essa cooperativa vendeu sementes para a Venezuela, onde o MPA foi convidado a desenvolver um projeto de cooperação.

Em Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, instalou-se em 2005 um grande projeto com foco na produção de biocombustíveis, realizado pela Cooperbio – Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda. A proposta respondeu ao Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), incentivando sua produção a partir de diferentes fontes oleaginosas nas várias regiões do país, como alternativa sustentável aos combustíveis fósseis. Naquele momento, organi-

17 Marciano Toledo da Silva, militante do MPA, entrevista à autora, fev. 2016.

zações da Via Campesina questionaram a política por reproduzir a lógica do agronegócio, incentivando a monocultura de conhecidos impactos sociais e ambientais, inclusive pela ênfase na produção de soja. O MPA engajou-se no questionamento, mas também buscou aproveitar o debate instalado para propor um modelo que combinaria "produção de alimentos e de energia com proteção ao meio ambiente, por meio de uma produção diversificada e consorciada" (CAMACHO, 2013, p.86). O tema foi controverso, gerou seminários e publicações na Via Campesina e alianças com setores sindicais da área, sobretudo petroleiros. Divergências sobre a produção de insumos para bioenergia pelos camponeses chegaram a causar uma cisma no próprio MPA, contribuindo para a saída de militantes do Goiás que, em 2008, criaram nova organização, o Movimento Camponês Popular (MCP). Insere-se nessas controvérsias o esforço do MPA em conceituar alimergia e realizar experiências produtivas integrando produção de energia em sistemas.

Criada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Petrobrás, a Cooperbio, instalou micro destilarias capazes de produzir álcool de cana, açúcar, melado, cachaça, doces, vinhoto e álcool de milho. Cada destilaria serviria a um conjunto de famílias, que se organizaria autonomamente e poderiam agregar valor à produção, mantendo as práticas de diversas culturas nas propriedades. A cooperativa seria um centro local de cooperação contribuindo para formação, suporte, processamento e comércio (LEAL; GÖRGEN, 2015). A experiência despertou interesse de pesquisadores de diversas áreas (ORTIZ, 2007; CAVALETT, LEAL, RYDBERG, 2010; ODERICH, 2014). O projeto teve altos e baixos e o debate das cooperativas entre os movimentos e sindicatos é antigo, porém, importa aqui perceber como o MPA formula e implementa suas práticas que, mais uma vez, inserem-se nos debates sobre políticas agrícolas em diálogo com o poder público, pesquisadores e ativistas.

Considerações finais

Este texto reuniu elementos da trajetória do MPA, descrevendo transformações e permanências em suas pautas, discursos e na materialidade de suas práticas por mais de 20 anos. Dialogando com a forma-movimento, a descrição das páginas precedentes permite argumentar que aquele formato, que contribuiu para que o MPA emergisse na cena pública na década de

1990 foi transformado por suas ferramentas e pequenas propriedades em busca de crédito e melhores condições de vida e produção, mas continua sendo empregado. Bonés, bandeiras, gestos, o hino, a participação em protestos e manifestações e, mais raramente, acampamentos estão presentes. Todos eles foram vistos no 1º Congresso Nacional do Movimento, em 2015.

Porém, a existência pública do MPA atualmente agrega outros elementos – alguns já presentes nos primeiros anos. Agora rearticulados e com maior visibilidade estão o contínuo esforço de produzir conceitos em diálogo com a base e com pesquisadores e pesquisadoras, as conexões com os debates internacionais da Via Campesina e, novamente, a incorporação e reformulação de conceitos e categorias. Por fim, está a ênfase nos projetos produtivos que, espalhados pelo país, buscam conferir materialidade às propostas. O MPA e seus militantes vinculam ideias e estruturas de produção que, juntas, dão existência a um conjunto de performances que possibilitam a existência do movimento e prefiguram o mundo preconizado por ele (LAW, 2004).

Em termos teóricos, as categorias de agenciamentos e modos de compilar são ferramentas analíticas que temos empregado no intuito de descrever os movimentos não como coletivos fixos, mas como articulações de elementos que são transformados ao longo do tempo, em uma contínua tensão entre permanências e mudanças. Essas transformações são evidentemente influenciadas pelas interações com o poder público e outros atores, mas são vistas aqui a partir da perspectiva de como ocorrem no interior de um coletivo específico, na medida em que as interações com atores externos e as formulações internas vão continuamente transformando os elementos que são reunidos, agregados e colocados em fluxo pelos movimentos. Assim, mais do que uma determinação do cenário externo – seja do capitalismo ou das instituições políticas nacionais – a existência dos movimentos é resultado da interação entre a ação e os elementos externos. Este tipo de abordagem teórica busca, justamente, lentes capazes de se manterem atentas ao que se move nos movimentos.

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana (2004), "Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357.

ALVAREZ, Sonia (2019), "Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta". *Revista Punto Género* nº 11. Junio, p.73-102.

BOLTER, Jairo (2013), *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar:* uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

CADONÁ, Célio (2004), *Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA*: o novo nasce nas estradas. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) – Ijuí (RS), 283p.

CAMACHO, Rodrigo (2013), "Soberania alimentar e energética: a proposição camponesa para uma nova relação sociedade/natureza". *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, v. 9, n. 10, p. 76–91, 2013.

CARLOTO, Andréa.; ATIYEL, Carima (2014) "Políticas sociais no meio rural: a conquista do programa nacional de habitação rural". *Anais do 6°. Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas*. Unioeste, 2014. ISSN: 2358-7563

CARVALHO, Horácio Martins (2005), *O Campesinato no Século XXI* - Possibilidades e condicionantes para o desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes.

CARVALHO, Horácio Martins.; MOTTA, Márcia.; ZARTH, Paulo (coord.) (2008), "Apresentação à Coleção". In: NEVES, Delma P.; SILVA, Maria A. (org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD (Coleção História social do campesinato brasileiro).

CARVALHO, Priscila D. (2018), *A produção do transnacional:compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte.

CAVALETT, Otavio; LEAL, Marcelo.; RYDBERG, Torbjörn (2010), "Avaliação energética de sistema camponês de produção de álcool, alimentos e serviços ambientais". In: LEAL, Marcelo. *Agricultura e mudanças climáticas*. A contribuição dos sistemas camponeses de produção para uma agricultura sustentável. Palmeira das Missões: MPA.

COSTA, Maria José. (2014), *Construção do Plano Camponês*: experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Presidente Prudente.

DESMARAIS, Annete (2013), *A Via Campesina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix (1995), *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia, vol.2, São Paulo: Editora 34.

FAVARETO, Arilson (2006), "Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil." *Rev. bras. Ci. Soc*. [online], vol.21, n.62, pp.27-44.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (2010), "Formação e territorialização do MST no Brasil". In: CARTER, Miguel (ed.). *Combatendo a desigualdade social*. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161–197.

GÖRGEN, Sergio (1998), *A resistência dos pequenos gigantes* - A luta e a organização dos Pequenos Agricultores. Petrópolis: Vozes.

GUZMÁN, Eduardo. MOLINA, Manuel (2013), *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular.

LAW, John (2004), *After Method*. Mess in social science research. New York: Routledge.

LATOUR, Bruno (2005). *Reassembling the Social*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEAL, Marcelo.; GÖRGEN, Sergio (2015), "Desafios da agricultura camponesa no século XXI". In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luiza. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil 2006:* relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Outras Expressões, pp. 87–96.

MARTINS, José de Souza (org.) (2003), *Travessias*. A vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

MEDEIROS, Leonilde S. (1989*), História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio (org.) (1999), *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade UFRGS; CPDA.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES– MPA (2001), Pauta de lutas para o ano 2001.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA (2005), Grupos de base: o alicerce do MPA.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA (2013), Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça IV. *Plano Nacional de Ações para a Soberania Alimentar desde uma Perspectiva de Gênero*. Brasília: MPA.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA *(2015), Caderno de estudos* n.1 - I Congresso Nacional do MPA. Brasília: MPA.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST (1996), Pequenos agricultores do Sul lutam por política agrícola. *Jornal Sem Terra*, Ano XV, n° 155, Janeiro-Fevereiro, p. 13.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST (2001), Somente lutando outro mundo é possível. *Jornal Sem Terra*, Ano XIX, n° 207, p.11, fevereiro. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985. Acesso em: 01 de abril de 2020.

NAVARRO, Zander (2005), "Mobilização sem emancipação: as luas socais dos sem-terra no Brasil". In: SANTOS, Boaventura. *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.189-232.

NEVES, Delma. P.; MEDEIROS, Leonilde. S. (org.) (2013), *Mulheres Camponesas* - trabalho produtivo e engajamentos políticos**.** Niterói: Alternativa.

NEVES, Delma P. (2005), "Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena". *Revista NERA*, v. 8, n. 7, p. 68–93.

NIEMEYER, Carolina. B. (2014), *Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a Soberania Alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)*. Tese de Doutorado (Sociologia/Iesp). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro.

ODERICH, Edmundo (2014), *Desempenho e potencial agroeconômico da produção de etanol em microdestilarias em pequenas propriedades na região nordeste do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

ORTIZ, Lucia (coord.) (2007), "Despoluindo Incertezas. Impactos locais da expansão das monoculturas energéticas no Brasil e Replicabilidade de Modelos Sustentáveis de Produção e Uso de Biocombustíveis"**.** *Relatório*. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/nat_sucroalcooleiro/Documentos/documentos_art/06.pdf. Acesso em 01 de abril de 2020.

PENNA, Camila (2018), "Gênese da relação de parceria entre Incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária". *Lua Nova* [online], n.105, pp.115-148.

PICOLOTTO, Everton (2007), "Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas". *Revista Ideas* - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 1, n. 1, pp. 60–77.

PICOLOTTO, Everton (2011), *As Mãos que Alimentam a Nação*: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.

ROSA, Marcelo (2010), "Para além do MST: O impacto nos movimentos sociais brasileiros". In: CARTER, Miguel (ed.). *Combatendo a desigualdade social.* O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, p. 461–447.

ROSA, Marcelo (2011), *O engenho dos movimentos sociais*. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**.** Rio de Janeiro: Garamond.

ROSA, Marcelo (2015), "A journey with the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) across Brazil and on to South Africa". *Études Rurales*, v. 196, p. 43–56.

SANTOS, Ricardo M.; CONCEIÇÃO, Alexandrina. L. (2013), O movimento dos pequenos agricultores - MPA e a soberania alimentar: outra perspectiva para o campo sergipano. *Anais NPGEO 30 anos de contribuição à Geografia*, Aracaju.

SIGAUD, Lygia (2000), "A forma acampamento. Notas a partir da versão Pernambucana". *Novos estudos CEBRAP*, v. 58, p. 73–92.

SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo (2010). *Ocupações e acampamentos*. Rio de Janeiro: Garamond.

SILVA, Valter. I (2011). *Histórico e Organicidade do MPA* - 15 anos de história do Movimento dos Pequenos Agricultores. Mimeo.

Submetido em 12 de dezembro de 2019
Aprovado em 21 de fevereiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.511

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Associations Between Performance on the Entrance Exam and Subsequent Academic Performance at the Federal University of Minas Gerais

André Braz Golgher*

ABSTRACT

This paper analyses associations between performance on the entrance exams and subsequent academic performance at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Results clearly indicate that minority students catchup with other students while attending the university. For those who entered this institution in 2009, when the first stage of the selection process was UFMG's own exam, the Portuguese, Mathematics, and Science exams had a larger predictive power, while the humanities and foreign language exams showed non-significant results or played smaller roles in predicting GPA outcomes. For those who were selectedin the entrance exam of 2012, when the National Exam of the Secondary Level (ENEM) was used as the first stage of the selection process, all four exams (Language, Mathematics, Humanities, and Science) showed positive and significant results. In addition, the second stage of UFMG's exam had a greater predictive power when ENEM was used as the first stage of the selection process.

Keywords: Minorities; Performance; UFMG.

* Doutor em Demografia pela UFMG. Professor Associado do Cedeplar e do Departamento de Economia da UFMG. E-mail: agolgher@cedeplar.ufmg.br

RESUMO

ASSOCIAÇÕES ENTRE DESEMPENHO NO VESTIBULAR E DESEMPENHO ACADÊMICO SUBSEQUENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Esse artigo analisa a relação entre o desempenho no exame de entrada e o posterior desempenho acadêmico na UFMG. Os resultados indicam uma convergência de resultados entre minorias e não minorias na universidade. Quando o exame próprio da UFMG for usado como primeira etapa do processo seletivo para aqueles que foram aprovados nessa instituição em 2009, as provas de português, matemática e ciências tinham um poder preditivo maior do que as provas de humanidades ou língua estrangeira com relação ao desempenho na universidade. Para aqueles que foram aprovados na UFMG em 2012, quando o ENEM foi usado como primeira etapa, todas as provas (linguagem, matemática, humanidades e ciências) tiveram coeficientes positivos e significativos. Além disso, a segunda etapa da UFMG teve o poder de previsão maior quando o ENEM foi usado como primeira etapa.
Palavras-chaves: Minorias; Desempenho; UFMG.

1 Introduction

Participation in tertiary education in Brazil varies remarkably among different population groups (PEDROSA *et al*., 2007). Household income, parents' educational attainment, and race are among the most decisive factors that impact the student's probability of attending an institution of higher education (SILVA and HASENBALG, 2002). In order to decrease inequalities, many public institutions in Brazil implemented affirmative action policies and increased the number of slots in recent decades (FRANCIS and TANNURI-PIANTO, 2012; PEDROSA *et al*., 2007; TELLES and PAIXÃO, 2013). Consequently, there was an increase in the proportion of Black/Pardo/Indigenous students and those from low-income families attending public universities in Brazil.

Moreover, other recent changes in the selection process may also affect the selection of students at federal public universities in Brazil. Until recently, most universities had their own exams; in recent years, the National Exam of the Secondary Level (ENEM) began to be used as part of, or as the unique exam for, the selection of students for tertiary education (LIMA and MACHADO, 2016).

In particular at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), until 2010 two stages of a UFMG-specific exam were used to select students. From 2011

to 2013, four of the ENEM exams (Mathematics, Language, Science, and Humanities) were used as the first stage, while the second stage continued to be UFMG's own exams combined with the composition score from the ENEM. Since 2014 the five ENEM exams and the Unified Selection System (SISU) have been used as the main methods of student selection (LIMA and MACHADO, 2016; NOGUEIRA *et al.*, 2017).

All these policy changes may have influenced the associations between performance in the entrance exams and posterior academic performance at institutions of higher education in Brazil. This paper has three main objectives associated with these relation ships: to address the determinants of academic performance, to analyze whether temporal trends exist, and to observe whether there are differences between the results for 2009 and 2012 due to the change in the entrance exam.

Other authors discussed similar topics in different settings (BAI and CHI, 2011; BETTINGER *et al.*, 2013; FRYER JR. *et al.*, 2008; LEONARD and JIANG, 1999; LOURY and GARMAN, 1993; ROTHSTEIN, 2004). However, this paper analyses the three questions mentioned above within a developing country where there have been many recent changes in the process by which public universities select students. To the best of my know ledge, these investigations have not yet been addressed with Brazilian data.

The paper uses official records of UFMG developed by the Permanent Commission of the Vestibular (COPEVE) and by the Department of Academic Registry (DRCA). The databases were kindly made available for research purposes, and the anonymity of the students was preserved.

Besides this introduction, the paper is further divided into four sections. Section Two presents the literature review. Section Three describes the methodology. Section Four depicts the empirical results, and the last section concludes the paper.

2 Literature review

This section is divided into two subsections. The first briefly presents the recent expansion of tertiary education in Brazil. The second describes some of the factors associated with academic performance at institutions of higher education.

2.1 Recent expansion of higher education in Brazil

Higher education in Brazil expanded remarkably recently (BARROS, 2015; SALATA, 2018). Barros (2015) shows that the number of students participating in tertiary education in Brazil increased from a little over 3 million in 2001 to over 6.3 million in 2010. This increase was mostly in private institutions, but public institutions also showed an amazing increase in the number of students. Salata (2018) shows that this tendency continued at least until 2014.

The number of annual slots also increased in institutions of higher education in Brazil, from fewer than 1.5 million in 2001 to more than 3 million in 2010. However, the number of secondary school graduates did not increase between 2001 and 2010. Consequently, the number of empty slots increased from less than 400,000 in 2001 to more than 1.5 million in 2010, the great majority of which were in private institutions (BARROS, 2015).

According to Barros (2015) and Salata (2018), some recently implemented policies were partially responsible for these tendencies. These include the Educational Loans Program (Fies), the University for All Program (ProUni), and the Support Program for the Restructuring and Expansion of Federal Universities (Reuni). Fies was implemented in 1999 and provides low-interest loans for students in private institutions of higher education. Pro Uni was implemented in 2005 and has as its main purpose to give scholarships to students from low-income households. In 2011, more than 250,000 students had partial or full scholarships. The Reuni policy was implemented in 2007 and had as its main objective to increase the number of slots in public institutions of higher education. All three policies promoted an increase in the number of students, especially from low-income households, in private and public institutions. Moreover, the Brazilian Open University (UAB)was created in 2006 with the promotion of on-line courses.

2.2 Factors associated with academic performance

Many factors are associated with academic performance at different schooling levels. Among these determinants are individual attributes (sex, race, age, etc.), household characteristics (parents' schooling level, income, number of siblings, etc.), and school factors (infrastructure, administration,

teachers, etc.) (BARROS *et al*., 2001). Many authors described these determinants with Brazilian data using standardized tests for elementary and secondary students (ARAÚJO and SIQUEIRA, 2010; FERNANDES and NATENZON, 2003; MACHADO *et al*., 2008; SOARES, 2005; SOARES and ALVEZ, 2013).

Nonetheless, the focus here is on higher education. In particular for this level in Brazil, Francis and Tannuri-Pianto (2012) observed that male, Pardo, and Indigenous students had lower academic performances. Golgher *et al*. (2015) verified that students at UFMG who had studied at municipal, federal or private secondary schools, who hadn't attended a specific course preparing for the entrance exams of institutions of higher education (*pré-vestibular*), who did not work or who worked up to twenty hours per week, who came from higher-income households, and who had computers at home had higher performances.

Besides the above-mentioned socioeconomic and demographic determinants of academic performance at the tertiary level, performance on the entrance exams of institutions of higher education may also affect academic performance at these institutions. Concerning this topic, Bai and Chi (2011) investigated whether the Chinese College Entrance Examination score predicted college academic success. They found that the total and subject test scores of this exam predicted undergraduate GPAs for all four years in college. They present other results, including the findings that females had a better GPA than males and that minorities had similar performances to non-minorities.

Loury and Garman (1993) compared SAT scores with GPAs of Whites and Blacks attending institutions of higher education at different levels of selectivity. The authors observed that higher SAT scores were positively correlated with GPAs for both groups. Similarly, Fryer Jr. *et al*. (2008) also analyzed the determinants of college GPA sincluding SAT scores as the explanatory variable. They observed a positive correlation between both. In addition, they verified that parental education was positively correlated with academic performance.

Bettinger *et al*. (2013) emphasized that improving college performance and retention can be difficult and costly. They proposed a simple and low-cost change in the way colleges use the ACT exam in their admission decisions. The ACT covers four subjects, Mathematics, English, Reading, and Science,

and nearly all colleges use a composite score of the four exams of the test in their admissions process. Similarly to the authors mentioned previously, they observed a strong positive correlation between ACT composite scores and college outcomes. However, they observed that the use of only two exams, Mathematics and English, could effectively predictoutcomes in college GPA for the first and third years. They concluded that Reading and Science tests did not contribute effectivelyto the selection of students.

Leonard and Jiang (1999) observed that exams such as the ACT and SAT under-predicted women's performance in tertiary education, as women obtain higher grades in college than men with identical scores in the entrance exam. Thus, females tend to be under representedamong selected freshmen when the selection process is based on the SAT exam. Similarly, Rothstein (2004) observed that female students had higher freshman GPAs, but lower SAT scores than males.

Lastly, authors described some of the limitations of using exams such as the SAT for student selection. Rothstein (2004) observed that many studies have found that exam scores are given disproportionate weight relative to their predictive power and tend to disadvantage lower-income and minority students; he stressed that, as a consequence, several colleges had deemphasized the SAT exam in the selection process. He points out that, if academic success is the main objective for admissions, other information besides SAT scores should be included in student selection. Scott-Clayton *et al.* (2014) also proposed the use of other types of information.

Similarly to the studies mentioned above, this paper analyses associations between performance on UFMG's entrance exams in 2009 and in 2012 and subsequent academic performance at this institution. The focuses are the recent policy changes in the selection process. The applied methodology is detailed in the next section.

3 Methodology

The methodological section is divided into three subsections. The first describes the policies implemented at UFMG between 2009 and 2016, the second presents the database, and the third details the empirical strategy.

3.1 - Policies implemented at UFMG between 2009 and 2016

This subsection describes the main changes that occurred at UFMG regarding the affirmative action policies, the number of slots, and the student selection exams. Table 1 presents the main changes that occurred at this university between 2009 and 2016. Aranha *et al*. (2012) describe some of these policies in detail.

UFMG implemented a bonus policy in the entrance exam of 2009. This policy increased by 10% the grades obtained in the entrance exam by individuals who had attended public schools in the last seven years of elementary and secondary education. In addition, an extra 5% bonus was given to those who considered themselves Black/Pardo/Indigenous. This policy, with minor changes, remained valid until the entrance exam of 2012. In 2012 the national federal law on quotas was passed; this law was implemented in all federal higher education institutions over four years (TELLES and PAIXÃO, 2013). Beginning with the entrance exam of 2013, at least 12.5% of the students in each course had to have attended public secondary schools. This number increased to 25%, 37.5%, and 50% respectively in the years of 2014, 2015, and 2016.

Although they have similar final objectives, bonus and quota polices differ in some aspects. In a quota system, spots are reserved for minorities as a proportion of the student body. In contrast, the bonus policy gives students additional points that are proportional to their performance. The bonus policy has some advantages over quota policy (PEDROSA *et al.*, 2007); however, this type of policy does not guarantee the participation of a minimum number of individuals from minorities in each course. Hence, minorities may be underrepresented in more competitive courses, as observed at UFMG by Golgher *et al*. (2014, 2015).

UFMG also implemented other policies over this period. Mostly due to the Reuni policy, there was a remarkable increase in the number of slots between 2008 and 2012, from 4,600 to 6,600 annually (ARANHA *et al*, 2012; LIMA and MACHADO, 2016). During this period, 27 new courses were created and 23 preexisting courses increased their number of slots. Nearly all of this increase took place in the years 2009 and 2010.

Moreover, there were changes in the entrance exam. Until recently, most universities had their own exams. In recent years, the ENEM exam began to

be used as the first stage or as the sole exam used by institutions of higher education to select students (LIMA and MACHADO, 2016). In UFMG, there have been two changes in the entrance exam since 2009. Until 2010, there was a UFMG-specific exam in two stages. From 2011 to 2013, the ENEM was used as the first stage, while there was a UFMG-specific exam for the second stage. Since 2014, the ENEM and SISU has been used as the main method for student selection (LIMA and MACHADO, 2016).

The government predicted three positive results of the implementation of ENEM/SISU (NOGUEIRA *et al*., 2017). Students' spatial mobility was expected to increase, as the same exam could be used in all states and at most public universities in Brazil. Students of secondary schools in one state could apply to institutions of higher education in another state with little cost. The government also predicted that costs would be lowered and the selection process would become more efficient, with a decrease in the proportion of empty slots. Finally, there was to be an increase in the proportion of minorities in the university, particularly because of the quota policy, but also due to the reduction of costs of the selection process for individuals (NOGUEIRA *et al*., 2017). Nonetheless, Nogueira *et al*. (2017) and Silveira *et al*. (2015) concluded that these expectations were not fulfilled.

In addition, there are other differences between selecting students based on UFMG's own exam and selecting them using ENEM as the first or unique stage. The exams differ in size and scope. The first stage of UFMG's own exam had eight multiple-choice questions in each of the following subjects: Biology, Physics, Geography, History, Foreign Languages, Portuguese, Brazilian Literature, Mathematics, and Chemistry (UFMG, 2008). The ENEM has 180 multiple choice questions divided among four exams: Natural Sciences, Human Sciences, Mathematics, and Language. Moreover, Sobrinho and Dos Santos (2014) explain that another of the focal point of the ENEM is contextualization. Oliveira (2014) argues that anemphas is on contextualized learning has among its objectives, not only to provide required knowledge in many subjects, but also to enhance the practice of citizenship.

Table 1 – Policies of students selection in UFMG between 2009 and 2016.

Year	Affirmative action policy	Slots	Exam for selection
2009	Bonus policy: 10%/15%	Increased remarkably	UFMG exam in the two stages
2010			
2011		Approximately constant	ENEM in the first stage and UFMG exam in the second
2012			
2013	Quota policy: 12.5%		
2014	Quota policy: 25%		ENEM as a sole stage
2015	Quota policy: 37.5%		
2016	Quota policy: 50%		

3.2 - Databases

The paper uses as databases official records of UFMG that were developed by COPEVE and by DRCA. The databases were kindly made available for research purposes, and the anonymity of the students was preserved. They contain information for all students who applied, were selected, and registered at UFMG in 2009 and in 2012. The databases are continuously updated, but are not continuously available for research purposes, only for administrative objectives. Besides the administrative information, the databases contain affirmative action policy information and socioeconomic variables, as all students who register at UFMG answer a survey which collects non-administrative information. Details about some of the variables in the database are given in subsection 3.3. These or similar databases were used in other studies (GOLGHER *et al*., 2014, 2015); however, these other analyses had different approaches and objectives.

Among students who had registered in 2009, 5,809 had a GPA record in at least one semester; however, the database does not include socioeconomic data on some of these students. This number for 2012 is 6,438. Many students dropout of UFMG. Others temporarily stop attending this institution and return after a short period. To prevent this last group of students who show a null GPA in specific semesters from biasing the analysis, only students with positive GPA in a specific semester were included in the empirical analysis. The numbers of students who had available data on socioeconomic variables and a positive GPA in 2009 were 4,992, 4,644 and 4,222, respectively in the first, third and sixth semester. These same numbers for 2012, for the first and third semesters only, were 5,335 and 4,826. The number of observations

decreases mostly due to students dropping out. Thus, most students had a positive GPA in the three semesters, but a sizable minority did not. Only students who did not change courses were included in the analysis.

3.3 Empirical strategy

The main questions which this paper empirically addresses are: 1) What are the associations between performance on the entrance exams and subsequent academic performance at UFMG?; 2) Have these associations altered due to changes in the first stage of the selection process?; 3) How do these associations change when freshmen are compared to sophomores and to juniors?

The dependent variable is the GPA in each specific semester. For students who entered UFMG in 2009 there was data available for eight semesters. I selected three of them: the first, the third, and the sixth semesters. By doing so, I could analyze time trends. Besides, I avoided later semesters when many students may have already graduated. For students who entered UFMG in 2012, there was data for the first four semesters. I selected the first and the third semesters in order to make comparisons with the data from 2009.

Given that GPA is continuous and approximately normally distributed, OLS models with robust and clustered standard errors could be used. Another possibility would be to transform the GPA into an ordered variable by rounding the continuous variable. A multinomial ordered model could be used in this case. However, these approaches would result in the loss of information. Hence, I choose to use the GPA as a continuous variable.

However, academic performance can only vary between 0 and 5. That is, the dependent variable is censored, which is a very common feature in microeconomic data (GREENE, 2003). Here, as GPA is continuous and approximately normally distributed, it is assumed that GPS has a truncated standard normal distribution. For values that would be negative, it is given the value zero. For values that would be above five, the value five was given. Based on these features, following this author, double-censored Tobit models were used.

Initially, the explanatory variables of main interest are performance on the first stage of UFMG's own exam in 2009 and onthe ENEM in 2012. In

the first stage of the selection process, all applicants do the same exams. In 2009, the exams were Portuguese, Foreign Language, Mathematics, Science, and Humanities. The first two exams are grouped in the ENEM in order to make comparison between 2009 and 2012 more insightful. The results of the ENEM's composition exam were not included in the first set of analysis.

The second-stage exams differ depending on the chosen course. To analyze each course separately is not feasible due to small sample limitations. However, groups of courses with similar entrance exams in the second stage were analyzed separately, and this analysis was also incorporated into the paper.

The groups of courses are the following, with the second-stage exams in brackets: Medicine (Biochemistry); Language and Linguistics (Portuguese and History); General Engineering, Physics, Chemistry, and Geology (Physics, Chemistry, and Mathematics); Architecture, Computers Science, Statistics, and Mathematics (Physics and Mathematics); Business, Accounting, Economics, and Information Science (History, Geography and Mathematics); Agricultural and Husbandry Sciences, Health Sciences, Biology, and Dentistry (Biology and Chemistry); and Social Science, Law, and Teaching (History and Geography). All individuals took a composition exam. The results in these exams are also explanatory variables of main interest in this paper.

The models also included several control variables: features of the individuals (sex, race, civil status, workload, whether the individual had already graduated, previous attendance at a *pré-vestibular*, previous knowledge in reading foreign languages, and place of residence), characteristics of the household (the father's and the mother's schooling levels, the household income, and the father's and the mother's occupations), features related to the student's secondary education (years since high school graduation, regime of secondary school, and type of secondary school) and assets in the household (domestic servant, fridge, car, and computer). Most of these variables are commonly used in studies that address the determinants of schooling performance at different levels, as described in the theoretical section. Moreover, a dummy for each course was also included in the models.

In a similar vein to Bettinger *et al*. (2013), I estimated the following equation, which was estimated for each of the specific semesters mentioned above:

$GPA_i = \alpha + \sum \beta_{1j} Subject_{1j} + \sum_k \beta_{2k} Subject_{2k} + \delta X_i + \varepsilon_i$, where i represents individuals, $Subject_{1j}$ is the performance of i in the subject j in the first stage of the selection process, $Subject_{2k}$ is the performance of i in the subject k in the second stage of the selection process, X_i is a set of controls, and ε_i are the stochastic errors.

4 Results

The results are presented in two subsections. The first presents descriptive statistics and the second shows the results of the econometric models.

4.1 Descriptive statistics

Table 2 shows the mean values for selected explanatory variables for entrance exam scores in the first stage of the UFMG exam and for GPAs in the first, third and sixth semester for students who registered at UFMG in 2009. I included these three different semesters in order to observe whether students from certain categories caught up with their peers in academic performance while at UFMG. Those in the third semester would still be near the beginning of the course, while those in the sixth semester would be close to graduating. The results for those who registered at UFMG in 2012 were very similar and are not shown.

The results of the entrance exam are those of the first stage, at which all students did the same exam. They were transformedin to a normal distribution with mean zero and variance one. The GPAs vary between 0 and 5, but only positive values were entered into the statistics; data on students who temporarily or permanently left UFMG is not included. As already mentioned, the numbers of observations are respectively 4,992, 4,644, and 4,222 for the first, third and sixth semesters. That is, the number of observations decreases due to students dropping out.

Dropout rates at Brazilian universities are not strongly correlated with race and income. Pedrosa *et al*. (2007) observed that the socioeconomic profile of those who dropped out from the university was similar to that

of those who graduated. Francis and Tannuri-Pianto (2012) verified that Black students had similar college attrition to lighter-skinned siblings. In particular for UFMG, Aranha *et al*. (2012) analyzed dropout rates between 2009 and 2010 for those who did and did not benefit from the bonus policy and observed that those who benefitted from the bonus policy were less likely to drop out in nearly all fields of study. These results suggest that dropout rates for disadvantaged students may be similar to or lower than those of their more advantaged peers in Brazil.

The discussion of the results in table 2 has three main objectives. The first is to observe differences for each category for each selected explanatory variable for the results of the entrance exam and academic performance at UFMG. The second is to compare the results of the entrance exam with those for academic performance at the tertiary level. The third is to observe the dynamics of the academic performance of the different groups during the students' trajectory at an institution of higher education.

The statistical significance of the differences between categories in a particular variable was accessed. For dummy variables, a two-group comparison, the means were compared by t-tests. Comparisons that showed statistically significant differences are marked with asterisks. For categorical variables, ANOVA and *ad hoc* Bonferroni tests were used to compare more than two groups. **M** stands for the larger value and **m** stands for the smaller value in a particular comparison if differences were statistically significant. As multiple comparisons can be done, numbers are included in the table to represent each comparison. Further explanations are given as the results are presented.

Differences between males and females are all statistically significant, as shown by the asterisks. Males performed better in the entrance exam, but showed a worse GPA in all three semesters in the university, without any signaling of catching up. This results are similar to those observed by Leonard and Jiang (1999) and by Rothstein (2004).

For race, differences were statically significant for the results of the entrance exam and for GPAs in the first and third semesters. The values for the sixth semester did not differ significantly between racial groups. The results for the entrance exam indicate that the value for those who did not declare their race was statistically larger than for those who self-declared as Black/Pardo/Indigenous. The letters **M1** and **m1** respectively for these two

groups show that the difference between them was significant**.** Similarly, the value for White/Asian individuals was statistically larger than for Black/Pardo/Indigenous individuals, as shown by the letters **M2** and **m2.** No other comparisons were statistically significant. Concerning GPA differences in the first semester, those who did not declare their race had a value larger than that of either of the other two categories (M1 against m1). White/Asian individuals had a value larger than that of Black/Pardo/Indigenous individuals (M2 against m2). The results for the third semester indicate that the values for those who did not declare their race and for White/Asian individuals were statistically larger than for Black/Pardo/Indigenous individuals. Not all the differences were statistically significant in the sixth semester, indicating that Black/Pardo/Indigenous individuals catch up while at the university.

Those who did not work had the best performance in the three categories of the work variable (M1 against m1), and those who worked more than twenty hours per week had the worst performance in the entrance exam (M2 against m2). For GPA in the first semester, those who didn't work or who worked up to twenty hours had the best performances. In the third semester, those who worked up to 20 hours weekly had the highest GPAs, even higher than those who did not work (M1 against m1), suggesting that they may represent a positively selected sample. The results for GPA in the sixth semester were similar to those in the first. All these results suggest that it is feasible to work and study if workloads are not large.

For father's and mother's schooling, the results for the entrance exam indicate that those with more educated parents had higher performances (Notice that m1-3 indicate that the categories had a smaller value than the categories marked M1, M2 and M3). However, differences for GPA are mostly non-significant for the third and sixth semester, and they are significant in the first semester only for the father's education. Similar trends were observed for house hold income. This is a clear indication that minorities do catchup while at the university, despite their worse results on the entrance exam.

Finally, differences in entrance exam scores for students from different types of secondary school attended are as expected. Students from private and federal schools had better performances than those from state and municipal schools. For GPA in the first semester, students from state secondary schools had a lower performance, but those from municipal schools showed statistically similar results to those who had attended private and federal

secondary schools. All differences in the third and sixth semesters were non-significant, indicating, once more, that minorities catch up while at the university. This catching-up could be partially caused by selective dropout rates. However, as discussed by Aranha *et al.* (2012), Francis and Tannuri-Pianto (2012) and Pedrosa *et al*. (2007), this is not expected.

Table 2 – Performance on UFMG's entrance exam and in selected academic semesters for different groups of students who entered UFMG in 2009

Variables	Categories	Entrance exam	GPA		
			First semester	Third semester	Sixth semester
Sex	Female	-0.23*	3.55*	3.43*	3.65*
	Male	0.25*	3.24*	3.02*	3.20*
Race	Did not declare	0.25^{M1}	3.56^{M1}	3.38^{M1}	3.49
	White/Asian	0.18^{M2}	3.44^{m1,M2}	3.26^{M2}	3.47
	Black/Pardo/Indigenous	-0.25^{m1,m2}	3.33^{m1,m2}	3.18^{m1,m2}	3.39
Work	Did not work	0.14^{M1}	3.43^{M1}	3.24^{m1}	3.45^{M1}
	Up to 20 hours weekly	-0.24^{m1,M2}	3.43^{M2}	3.43^{M1}	3.58^{M2}
	More than 20 hours weekly	-0.48^{m1,m2}	3.27^{m1,m2}	3.16^{m1}	3.35^{m1,m2}
Father´s schooling level	Did not know/did not answer	-0.40^{m1,m2}	3.21^{m1,m2}	3.13	3.41
	Less than elementary	-0.57$^{m1-3,M4}$	3.32^{m1}	3.27	3.52
	Elementary	-0.42^{m1,m2,M3}	3.35^{m1,m2}	3.25	3.48
	Secondary	-0.06^{m1,M2}	3.42^{m1,M2}	3.23	3.42
	Tertiary	0.43^{M1}	3.45^{M1}	3.24	3.41
Mother´s schooling level	Did not know/did not answer	-0.36^{m1}	3.17	3.16	3.55
	Less than elementary	-0.64^{m1-3}	3.34	3.31	3.55^{M}
	Elementary	-0.43$^{m1-m2,M3}$	3.37	3.22	3.46
	Secondary	-0.09^{m1,M2}	3.40	3.23	3.42
	Tertiary	0.41^{M1}	3.43	3.22	3.41^{m}
Household income	Less than 2x minimum wage	-0.76^{m1-4}	3.35	3.31	3.57^{M}
	Between 2x and 5x minimum wage	-0.35$^{m1-3,M4}$	3.36	3.22	3.46
	Between 5x and 10x minimum wage	0.03^{m1,m2,M3}	3.45	3.26	3.40^{m}
	Between 10x and 20x minimum wage	0.42^{m1,M2}	3.43	3.23	3.42
	More than 20x	0.73^{M1}	3.41	3.21	3.40
Type of secondary school	Private	0.33^{M2}	3.44^{M2}	3.27	3.44
	State	-0.62^{m1,m2}	3.29^{m1,m2}	3.19	3.45
	Municipal	-0.63^{m1,m2}	3.41	3.35	3.57
	Federal	0.31^{M1}	3.51^{M1}	3.18	3.37

4.2 Econometric models

This section presents the results of the econometric models. The objectives are three fold: to address the determinants of academic performance in a

more controlled analysis, to analyze whether temporal trends exist, and to observe whether there are differences between 2009 and 2012 due to the change in the entrance exam. Table 3 shows the results for four models that address this first objective. All models include dummies for courses as controls. Results are not shown for these coefficients.

Concerning the first model, the dependent variable is the results on the entrance exam in the first stage of the selection process in 2009. I briefly comment on the results here, as this is not the focus of the paper. This dependent variable is continuous and normally distributed. The model is an OLS with robust and clustered errors, as shown in the last line of the table. Individuals who were male, who did not declare their race, who knew how to read foreign languages besides Spanish, who lived in higher-income households, who had attended secondary regular schools, and who had attended secondary private or federal schools had higher performances. Notice that most of these results are expected; however, they are biased, as the database includes only those who were selected and registered at UFMG.

The dependent variable in the next three models is the GPA in the first semester for students who entered UFMG in 2009. Different models were estimated with the objective of observing the determinants of GPA performance with different sets of explanatory variables. Notice that this justifies the slightly different number of observations due to missing data on some variables. All of three models were estimated as double censored Tobit models, as shown in the last line of the table.

Model 1 has only one explanatory variable besides the controls for courses. GPA in the first semester was positively correlated with the general results in the first stage of the entrance exam, as expected. Model 2 divides the entrance exam results into five subjects: Portuguese, Mathematics, Humanities (History and Geography), Foreign Language (English, French or Spanish), and Science (Physics, Chemistry and Biology). Notice that only three exams showed significant and positive correlations, the first two and the last. That is, as also found by Bettinger *et al*. (2013), only some subject test results seems to effectively predict GPA in the first semester. Model 3 includes the socioeconomic and demographic variables as controls. The model shows that all exams had significant and positive coefficients after controlling for the socioeconomic and demographic variables, although Humanities and Foreign Language coefficients were of smaller magnitude. That is, all exams significantly explain variations

in GPA in the first semester, although Portuguese, Mathematics, and Science seemed to have a larger explanatory power.

Concerning the results of the sociodemographic variables, as observed by Leonard and Jiang (1999) and Rothstein (2004), female students had higher GPAs, although they had lower performances on the entrance exam. Black/Pardo/Indigenous individuals had worse performances on the entrance exam and in the first semester at UFMG, even in a more controlled analysis. A lack of ease in a new environment might partially explain this result, as model 3 controls for the results on the first stage of the entrance exam. Catchingup is expected, as is shown in the next table. Notice that White/Asian individuals had worse performances on the entrance exam than those who did not declare race. A detailed study of this last group is beyond the scope of this paper; however, it should be addressed in future analyses. Civil status showed non-significant coefficients for performance on the entrance exam and in the first semester's GPA.

Those who worked more than 20 hours weekly, who had not graduated from another undergraduate course, who came from higher-income households, who had graduated from secondary school more than four years prior to their entrance exams, and who had not attended regular or vocational schools had worse performances. Some explanations are readily available. Those who work more than 20 hours weekly may face a shortage of time. Those who have already graduated from another undergraduate course are a positively selected sample, with more experience, and possibly with positively selectedun observable traits. Those from lower-income households may be catchingup with their richer colleagues in the university. Those who have been out of high school for more than four years may have become unaccustomed to doing academic work. Those who have not attended regular or vocational schools may have attended lower-quality secondary schools that have features harming the potential to do academic work which are not captured by the worse performance on the entrance exam.

Moreover, other variables showed significant results. Students who had attended federal secondary schools had better performance. These schools have a strict process for selecting incoming students, and those who attend these schools tend to be a positively selected sample. Students who lived in a household without a fridge had worse performances, indicating that very low SES is prejudicial for performances.

Table 3 – Performance in the first semester for students who entered UFMG in 2009

Variables	Entrance exam	GPA		
		Model 1	Model 2	Model 3
Total on entrance exam		0.0281***		
		(0.00238)		
Portuguese			0.0477***	0.0417***
			(0.00931)	(0.00909)
Mathematics			0.0327***	0.0418***
			(0.00779)	(0.00772)
Humanities			0.00630	0.0114*
			(0.00595)	(0.00584)
Foreign language			0.00978	0.0157**
			(0.00727)	(0.00794)
Science			0.0400***	0.0468***
			(0.00448)	(0.00448)
Sex: male	1.093***			-0.255***
	(0.137)			(0.0248)
Race				
Did not declare	Ref.			Ref.
White/Asian	-0.833***			-0.0418
	(0.251)			(0.0388)
Black/Pardo/Indigenous	-1.116***			-0.0853**
	(0.237)			(0.0408)
Civil status: single	-0.0146			0.00327
	(0.297)			(0.0528)
Work				
Did not work	Ref.			Ref.
Up to 20 hours weekly	-0.240			0.0205
	(0.285)			(0.0487)
More than 20 hours weekly	0.0676			-0.0716**
	(0.194)			(0.0360)
Already graduated: yes	0.261			0.247***
	(0.384)			(0.0531)
Read foreign languages				
No	Ref.			Ref.
Only Spanish	0.00323			-0.0352
	(0.220)			(0.0391)
Another language	1.286***			-0.0230
	(0.233)			(0.0372)
Two or more languages	1.469***			-0.00273
	(0.236)			(0.0421)
Father´s schooling level				
Did not know/did not answer	Ref.			Ref.
Less than elementary	-0.142			0.0936
	(0.382)			(0.0765)
Elementary	-0.376			0.0551
	(0.411)			(0.0786)
Secondary	0.0657			0.119
	(0.391)			(0.0741)
Tertiary	0.0132			0.123
	(0.434)			(0.0775)
Mother´s schooling level				
Did not know/did not answer	Ref.			Ref.
Less than elementary	-0.298			0.0348
	(0.613)			(0.120)
Elementary	-0.290			0.0729
	(0.603)			(0.120)
Secondary	-0.208			-0.00791
	(0.583)			(0.118)
Tertiary	0.175			-0.0241
	(0.602)			(0.119)

Continua

Household income				
Less than 2xminimum wage	Ref.			Ref.
Between 2x and 5x minimum wage	0.495**			-0.000541
	(0.205)			(0.0442)
Between 5x and 10x minimum wage	0.732***			-0.0151
	(0.247)			(0.0502)
Between 10x and 20x minimum wage	0.985***			-0.0978*
	(0.281)			(0.0560)
More than 20x	1.495***			-0.211***
	(0.409)			(0.0659)
Years since high school graduation				
Four or more	Ref.			Ref.
From two to three	-0.503**			0.0542*
	(0.211)			(0.0319)
Fewer than two	-0.233			0.177***
	(0.236)			(0.0359)
Type of regime				
Regular	Ref.			Ref.
Vocational	-0.786***			0.0292
	(0.256)			(0.0425)
Other	-0.857*			-0.170**
	(0.445)			(0.0684)
Type of secondary school				
Private	Ref.			Ref.
State	-2.727***			-0.00355
	(0.188)			(0.0335)
Municipal	-2.630***			0.0690
	(0.328)			(0.0566)
Federal	-0.476			0.149***
	(0.297)			(0.0460)
Domestic servants in home				
No	Ref.			Ref.
One	-0.206			-0.0253
	(0.166)			(0.0319)
Two or more	-0.351			-0.0466
	(0.299)			(0.0575)
Fridge: yes	0.870*			0.180**
	(0.516)			(0.0900)
Car				
No	Ref.			Ref.
One	-0.143			0.00776
	(0.176)			(0.0299)
Two or more	0.159			0.0468
	(0.219)			(0.0382)
Computer				
No	Ref.			Ref.
One	-0.235			0.0513
	(0.222)			(0.0375)
Two or more	0.140			0.0328
	(0.256)			(0.0461)
Constant	41.79***	1.817***	1.851***	1.371***
	(0.966)	(0.157)	(0.161)	(0.243)
Observations	4,985	4,992	4,992	4,985
R-squared (OLS models) Pseudo R-squared (Tobit models)	0.745	0.166	0.168	0.194
Model	OLS	Tobit	Tobit	Tobit

Standard errors in parentheses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Controls for courses, *pré-vestibular*, place of residence before attending the university, and father's and mother's occupations

The next analysis has two main objectives: to observe time trends in selected variables, and to compare the results for 2009 and 2012 as the first stage in the entrance exam changed from the UFMG's own exam to the ENEM. Table 4 presents five models, all with the same set of explanatory variables and estimated as a Tobit model. The variables Portuguese and Foreign Language were grouped in the 2009 data in order to make comparisons with 2012 more insightful, as the ENEM has only four exams instead of the five mentioned in table 3.

In order to apprehend time trends while students progress at the university, for 2009 data, results for the first, third, and sixth semesters are shown. For 2012, results for the first and third are shown, as data for the sixth was not available. Notice that the pseudo R^2 decrease with time at the university. That is, the predictive power of the explanatory variables decreases as the students advance at university.

First, notice that performance on most subject tests of the entrance exam showed positive and significant coefficients. For UFMG's own exam in 2009, the exams for Humanities lost their significance in the third and sixth semesters. For the ENEM in 2012, all coefficients were positive and significant. These results are similar to those observed by Bai and Chi (2011) for China.

The presentation continues with the time trends of the selected socioeconomic and demographic variables. Males had worse performances in all models and did not show any tendency to catch up to females. Black/Pardo/Indigenous individuals had a worse performance only in the first semester for those who entered UFMG in 2009. All coefficients for 2012 data were non-significant. That is, the slight difference between races disappeared during their university attendance.

Those who worked more than 20 hours weekly caught up with those who did not work for 2009 data. Differences for 2012 data were non-significant. Those who worked up to 20 hours showed better performance after a time at the university for those who entered UFMG in 2009, suggesting a positively selected group of students. Again, differences for 2012 data were non-significant.

Concerning SES, most income coefficients were non-significant, but those who lived in higher-income households had worse performance in the first and third semester in 2009. Conversely, those who did not had a fridge

at home, mostly poor individuals, showed a worse performance in the first semesters in 2009 and 2012, but differences were non-significant for the third and sixth semesters, indicating that poor individuals catch up with other students.

Those who had finished high school four years or more before entering the university, and those who had not attended regular or vocational schools, showed lower performances in most or all models, with no clear catching-up trend. That is, apparently these two features negatively affect academic performance at institutions of higher education, and limitations caused by them are not overcome as the students advance at the university. Concerning the type of secondary school, those who had attended secondary federal schools tend to lose their initial advantage, and those from municipal or state schools tend to catch-up with other students.

All the other results were non-significant, including those for the variables included as controls, as shown in the bottom of the table.

Table 4 – Performance in the different semesters for students who entered UFMG in 2009 or in 2012

Variables	2009			2012	
	1st semester	3rd semester	6th semester	1st semester	3rd semester
Language	0.0271***	0.0342***	0.0226***	0.00103***	0.00155***
	(0.00576)	(0.00669)	(0.00752)	(0.000330)	(0.000395)
Mathematics	0.0421***	0.0229**	0.0243**	0.000548***	0.000734***
	(0.00772)	(0.00904)	(0.0101)	(0.000188)	(0.000225)
Humanities	0.0122**	0.00417	0.00270	0.00167***	0.00195***
	(0.00583)	(0.00683)	(0.00764)	(0.000311)	(0.000367)
Science	0.0470***	0.0428***	0.0244***	0.00285***	0.00256***
	(0.00448)	(0.00526)	(0.00589)	(0.000281)	(0.000327)
Sex: male	-0.258***	-0.225***	-0.290***	-0.245***	-0.285***
	(0.0248)	(0.0289)	(0.0323)	(0.0256)	(0.0301)
Race					
Did not declare	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
White/Asian	-0.0415	-0.00268	0.0546	0.00698	0.0479
	(0.0389)	(0.0455)	(0.0523)	(0.0434)	(0.0517)
Black/Pardo/ Indigenous	-0.0830**	-0.0501	-0.0368	-0.0528	-0.0145
	(0.0408)	(0.0475)	(0.0546)	(0.0448)	(0.0535)
Work					
Did not work	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Up to 20 hours weekly	0.0182	0.150**	0.170***	-0.0188	-0.00603
	(0.0487)	(0.0582)	(0.0656)	(0.0468)	(0.0558)
More than 20 hours weekly	-0.0695*	0.0205	-0.0359	-0.0208	0.00672
	(0.0360)	(0.0420)	(0.0473)	(0.0367)	(0.0439)

Household income					
Less than 2x minimum wage	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Between 2x and 5x minimum wage	-0.00138	-0.00789	0.0242	0.0281	-0.0106
	(0.0442)	(0.0515)	(0.0580)	(0.0387)	(0.0460)
Between 5x and 10x minimum wage	-0.0174	-0.0573	-0.0663	0.00525	0.0133
	(0.0502)	(0.0585)	(0.0657)	(0.0465)	(0.0557)
Between 10x and 20x minimum wages	-0.100*	-0.115*	-0.0601	-0.0335	-0.0431
	(0.0560)	(0.0654)	(0.0738)	(0.0542)	(0.0648)
More than 20x	-0.215***	-0.219***	-0.108	0.0429	-0.128
	(0.0660)	(0.0770)	(0.0868)	(0.0669)	(0.0797)
Years since high school graduation					
Four or more	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
From two to three	0.0562*	0.122***	0.110***	0.102**	0.0134
	(0.0319)	(0.0371)	(0.0414)	(0.0414)	(0.0492)
Fewer than two	0.179***	0.268***	0.256***	0.122***	0.163***
	(0.0359)	(0.0420)	(0.0473)	(0.0378)	(0.0452)
Type of regime					
Regular	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Vocational	0.0289	0.0882*	0.0502	0.174***	0.155***
	(0.0425)	(0.0499)	(0.0555)	(0.0452)	(0.0536)
Other	-0.170**	-0.283***	-0.374***	-0.236***	-0.354***
	(0.0684)	(0.0833)	(0.0963)	(0.0673)	(0.0841)
Type of secondary school					
Private	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
State	-0.00233	-0.0337	0.0169	0.0806**	0.172***
	(0.0335)	(0.0392)	(0.0437)	(0.0348)	(0.0415)
Municipal	0.0722	0.106	0.136*	-0.0724	0.104
	(0.0566)	(0.0656)	(0.0731)	(0.0567)	(0.0675)
Federal	0.147***	0.0328	0.0621	0.0669	0.0323
	(0.0460)	(0.0538)	(0.0594)	(0.0506)	(0.0594)
Fridge: yes	0.175*	0.0680	0.0890	0.169*	-0.0152
	(0.0900)	(0.108)	(0.120)	(0.0947)	(0.117)
Observations	4,985	4,641	4,216	5,326	4,820
Pseudo R-squared	0.194	0.156	0.125	0.199	0.137

Standard errors in parentheses
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Controls for courses, place of residence before attending the university, father´s and mother's occupation, previous knowledge of reading in foreign language, civil status, previous graduation, and prior attendance at a *pré-vestibular*.

The last two analyses include the results of the second stage of the selection process. As described in the methodology, seven groups of courses were created: medicine; language and linguistics; general engineering, physics, chemistry, and geology; architecture, computer science, statistics, and mathematics; business, accounting, economics, and information science; agricultural and husbandry sciences, health sciences, biology, and dentistry; and social sciences, law, and teaching.

Tables 5 and 6 show the results for GPAs in the first semester for these groups of courses, respectively for those who entered UFMG in 2009 and in 2012. The upper panels show the results of the Tobit models with all the controls. Results for controls are not shown. The objective is to observe which exams in the first and second stage had a significant predictive power when both stages are included in the analysis. The bottom panel shows the good ness of fit for models that includes different sets of controls. The objective is to observe the predictive power of sets of controls, similarly to what was done by Rothstein (2004).

For Medicine (group 1), none of the variables were significant for those who entered UFMG in 2009. That is, none of the exams in the first or second stage had a significant predictive power for first-semester GPAs. For the 2012 data, the ENEM's Humanities and Science exams showed positive and significant coefficients. Moreover, the biochemistry exam in the second stage also showed a positive and significant coefficient. These results suggest that the use of the ENEM has a greater predictive power for academic performance than the use of UFMG´s own exam. Besides, the second stage of UFMG's exam became significant with the use of ENEM as the first stage. Concerning the predictive power of sets of controls shown in the bottom panel, the UFMG's exam in 2009 showed a very small pseudo R^2 of 0.008. The explanatory variables used as controls had a much larger predictive power, as pseudo R^2 increased to 0.136. The results for 2012 (table 6) show that the first stage had a much greater explanatory power than that observed in 2009, 0.030, but still most of the predictive power was due to the controls.

For Language and Linguistics (group 2), the coefficients in the second stage for composition and Portuguese in both years, and for History in 2012, were positive and significant. Language, Humanities, and Science in the first stage showed non-significant predictive power. Moreover, the coefficient for the first-stage mathematics exam was positive and significant in both models, suggesting that this last exam captures features that are not

represented in the second stage.The predictive power of the entrance exams in 2009 and 2012 were much larger than previously observed for medicine. The magnitudes of the predictive power of both stages were reasonably close to the magnitude observed for the predictive power of the controls.

For group 3, comprising general engineering, physics, chemistry, and geology, most coefficients in the second stage were significant, including composition. Conversely, only one coefficient inthe first stage was significant, which was language in 2009. That is, the second stage of the entrance exam apparently had most of the predictive power, especially in 2009. Notice that the predictive powers of the exams net of the predictive power of the courses are similar to the predictive powers observed for the controls.

The fourth group of courses is composed of architecture, computer science, statistics, and mathematics. For the second stage, both coefficients for mathematics and one for physics were significant, but none for composition. For the first stage, only coefficients for mathematics and science were significant, while for language and humanities they were not significant. For this group, the predictive power of the controls seems to be greater, although the predictive powers of the exams are not negligible.

For business, accounting, economics, and information science (group 5), regarding the second stage, all coefficients for composition were non-significant, while all for mathematics, one for geography, and one for history were significant. In the first stage, all coefficients in 2009 were non-significant. In 2012, humanities showed a negative coefficient, which was not anticipated, and science showed a positive coefficient. Similarly to the previous group, the predictive power of the controls for this group seems to be greater, although the predictive power of the exams is not minor.

For agricultural and husbandry sciences, health sciences, biology, and dentistry (group 6), for the first stage,the coefficients for science were significant and positive in both models and for humanities this happened in 2012. In 2009, only chemistry showed a significant coefficient in the second stage. When the ENEM was used as the first stage, all the coefficients in the second stage were significant. This suggests that the use of ENEM as the first stage increased the predictive power of the use of UFMG exam in the second stage. For this group, the predictive power of exams and controls are quite similar.

Finally, for social sciences, law, and teaching (group 7), the first stage shows mostly non-significant coefficients, while the coefficient

for mathematics in 2012 is negative and significant. That is, apparently the first stage has a very small predictive power, as also observed in the bottom panel. The composition and history coefficients of the second stage were significant in both models, while geography showed non-significant coefficients. However, the predictive power of the second stage is small. That is, most of the predictive power is due to controls.

Overall, one out of fourteen coefficients was significant for language. The ENEM exam for language showed only non-significant results. Correlations between language in the first stage and the other exams in the first and second are much stronger with the ENEM exam, and this might explain part of this results. For mathematics in the first stage, four coefficients were significant, but one was negative, contrary to expectations. Two of the positive and significant coefficients were for the language and linguistics group that does not have mathematics in the second stage. That is, except for this group, the predictive power of mathematics in the first stage is close to non-significant. All the coefficients for humanities in the first stage in UFMG's own exam were non-significant, and two coefficients for the ENEM were positive and significant, while one was negative. That is, the predictive power of this exam is also small. Five of the coefficients for science were significant, although the results of this exam are highly correlated with math, physics, chemistry, and biology in the second stage. Taking the four exams together, only science seems to have a reasonable predictive power when a second stage is included as explanatory variable. Comparing the results of the bottom panel for courses, and courses and first stage, the predictivepower of the ENEM's first stage is much larger that that observed for UFMG's own exam.

Notice that the coefficients for composition were significant in seven models, including both models for groups 2, 3, and 7. Correlations with other exams were much smaller than those observed for other exams. Is this because other features are tested? All coefficients for mathematics, Portuguese, and chemistry in the second stage were significant. For physics, biology, history, geography and biochemistry, most coefficients were non-significant in 2009 and most were significant in 2012, although correlations with the exams in the first stage were much higher for the latter. Comparing the results of the bottom panel for courses and first stage with courses, and first and second stages with courses, the predictive power of the second stage is similar in both years

Comparing the results of the bottom panel for courses; courses and first and second stage; and courses, first and second stage and controls, the predictive power of UFMG's own exam in two stages had a predictive power smaller than that of the controls, while results for ENEM's first stage and UFMG's second stage were similar to that observed for controls.

Table 5 – Performance in the first semester for students who entered UFMG in 2009 in different groups of courses

Variables	Groups						
	1	2	3	4	5	6	7
	First stage						
Language	0.00792	-0.00350	0.0278*	-0.000456	0.0240	0.0121	0.00865
	(0.0237)	(0.0219)	(0.0146)	(0.0254)	(0.0277)	(0.0103)	(0.0106)
Mathematics	0.00309	0.0836**	0.0149	0.0477	-0.00763	-0.0170	-0.00892
	(0.0271)	(0.0341)	(0.0205)	(0.0389)	(0.0350)	(0.0140)	(0.0146)
Humanities	-0.0250	-0.0138	0.00686	-0.0313	0.0234	0.0145	-0.0119
	(0.0251)	(0.0242)	(0.0155)	(0.0268)	(0.0294)	(0.0107)	(0.0114)
Science	0.0161	0.0154	0.0208	0.0563**	0.0277	0.0158*	-0.00238
	(0.0234)	(0.0185)	(0.0131)	(0.0223)	(0.0198)	(0.00887)	(0.00850)
Second stage							
Composition	-0.00597	0.0234***	0.00746**	0.00409	-0.00398	0.00343	0.00542**
	(0.00601)	(0.00514)	(0.00324)	(0.00527)	(0.00531)	(0.00224)	(0.00238)
Mathematics			0.0141***	0.0115**	0.0208***		
			(0.00228)	(0.00444)	(0.00383)		
Portuguese		0.00647**					
		(0.00311)					
Physics			0.00287	0.00501			
			(0.00213)	(0.00436)			
Chemistry			0.0155***			0.0126***	
			(0.00326)			(0.00180)	
Biology						0.00114	
						(0.00187)	
Geography					0.00913**		0.00307
					(0.00403)		(0.00231)
History		0.00362			-0.00770		0.00360**
		(0.00310)			(0.00586)		(0.00177)
Biochemistry	0.00623						
	(0.00497)						
Observations	302	327	1,028	334	262	1,063	886
Goodness of fit (pseudo R squared)							
Courses	0.0000	0.008	0.083	0.137	0.076	0.178	0.180
Courses and first stage	0.004	0.026	0.098	0.165	0.102	0.196	0.183
Courses, first and second stage	0.008	0.061	0.131	0.176	0.146	0.216	0.191
Courses, first and second stage, and all controls	0.136	0.163	0.189	0.256	0.247	0.268	0.236

Standard errors in parentheses
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Controls for courses, place of residence before attending the university, father's and mother's occupations, previous knowledge of reading in a foreign language, civil status, previous graduation, prioratten dance at a *pré-vestibular,* SES levels, high school variables, workload, race, and sex.

Table 6 – Performance in the first semester for students who entered UFMG in 2012 in different groups of courses

Variables	Groups						
	1	2	3	4	5	6	7
First stage							
Language	0.00190	0.000635	0.00119	0.00161	0.00125	-0.000539	0.00107
	(0.00152)	(0.00130)	(0.000810)	(0.00149)	(0.00130)	(0.000644)	(0.000681)
Mathematics	0.000959	0.00142**	0.000947	0.00257**	-0.00152	-8.35e-05	-0.000814**
	(0.00122)	(0.000581)	(0.000586)	(0.00110)	(0.000924)	(0.000342)	(0.000347)
Humanities	0.00300**	-1.58e-05	0.000572	0.000221	-0.00218*	0.00103*	0.000509
	(0.00127)	(0.00132)	(0.000774)	(0.00146)	(0.00130)	(0.000603)	(0.000705)
Science	0.00272**	-0.000935	0.00124	0.000434	0.00479***	0.00190***	0.000854
	(0.00135)	(0.00104)	(0.000761)	(0.00138)	(0.00118)	(0.000566)	(0.000564)
Second stage							
Composition	-0.0180	0.0417*	0.0389***	-0.000543	0.0134	0.0181*	0.0393***
	(0.0283)	(0.0216)	(0.0142)	(0.0277)	(0.0221)	(0.0106)	(0.0120)
Mathematics			0.00648***	0.00983**	0.00897**		
			(0.00236)	(0.00464)	(0.00365)		
Portuguese		0.0196***					
		(0.00446)					
Physics			0.0168***	0.00980**			
			(0.00253)	(0.00486)			
Chemistry			0.0167***			0.0108***	
			(0.00331)			(0.00242)	
Biology						0.00617**	
						(0.00284)	
Geography					0.00344		0.00187
					(0.00615)		(0.00330)
History		0.0128**			0.0169***		0.0112***
		(0.00519)			(0.00563)		(0.00303)
Biochemistry	0.0145*						
	(0.00804)						
Observations	236	316	1,063	306	314	1,254	1,011
Goodness of fit							
Courses	0	0.109	0.056	0.198	0.110	0.150	0.102
Courses and first stage	0.030	0.183	0.086	0.228	0.149	0.173	0.115
Courses, first and second stage	0.037	0.227	0.120	0.237	0.168	0.182	0.126
Courses, first and second stage, and all controls	0.152	0.287	0.171	0.305	0.278	0.219	0.165

Standard errors in parentheses
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Controls for courses, place of residence before attending the university, father´s and mother's occupations, previous knowledge of reading in a foreign language, civil status, previous graduation, prior attendance at a *pré-vestibular,* SES levels, high school variables, workload, race, and sex.

5 Conclusion

There were many recent changes in the selection process of institutions of higher education in Brazil, such as changes in affirmative action policies, the passage of the Reuni policy, and the implementation of the ENEM as part of or as the unique exam for student selection for tertiary education. All these policy changes may have influenced the associations between performance in the entrance exams and subsequent academic performance at the university. The main objective of this paper was to analyze these associations at UFMG in the years of 2009 and 2012. Some of the main results are summarized below.

Results clearly indicate that minority students catch up while at the university.

For students who entered UFMG in 2009 and took UFMG's own first-stage exams, Portuguese, Mathematics and Science exams had a larger predictive power, while Humanities and Foreign Language exams played smaller roles in predicting GPA outcomes. For those who were approved in the entrance exam of 2012, when the ENEM was used as a first stage of the selection process, all four exams (language, mathematics, humanities, and science) showed positive and significant results. When both stages were analyzed conjointly, the predictive power of the first stage was much smaller.

For the second stage, the coefficients for composition were significant for only a few courses, indicating the specificity of the predictive power of the exam. All coefficients for mathematics, Portuguese, and chemistry in the second stage were significant. For physics, biology, history, geography, and biochemistry, most coefficients were non-significant in 2009 and most were significant in 2012. These results suggest that the second stage of UFMG's exam had a greater predictive power when ENEM was used as the first stage of the selection process.

Among the four subjects of the ACT exam – mathematics, English, reading, and science – Bettinger *et al*. (2013) proposed that the selection process should include only the first two. Based on the empirical results of the present paper, could I propose something similar? Not really. Nowadays the ENEM is basically the unique exam used to select students in federal universities in Brazil. All four exams had significant

and positive coefficients in the models without the results of the second stage as explanatory for those who entered UFMG in 2012, indicating the significant predictive power of all exams.

Rothstein (2004) proposed that information other than SAT scores should be use din the student's selection. Based on the empirical results above, could I propose something similar? Given that controls have a significant predictive power and that minorities catch up during their time at the university, affirmative action policies based on socioeconomic and demographic variables, such as those implemented by the quota system, may not harm overall performance at the university if they are well designed. Thus, periodical analysis of this topic should be performed to evaluate such policies.

Finally, the results of the second stage are mostly significant when the ENEM is used as the first stage. Thus, the implementation of an ENEM second stage, similar in some aspects to the second stage of UFMG's own exam, would be a good choice to better select students, improving academic performance, while inducing changes at the secondary level, in particular regarding the depth and coverage of lectures on particular subjects.

References

ARANHA, Antônia; PENA, Carolina; RIBEIRO, Sérgio (2012), "Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência". *Educação em Revista*, v. 28, n. 04, pp. 317-345.

ARAÚJO, Fernando; SIQUEIRA, Liedge (2010), "Determinantes do desempenho escolar dos alunos da 4ª série do ensino fundamental no Brasil". *Economia e Desenvolvimento* v.9, n. 1, pp. 70-103.

BAI, Chong-em; CHI, Wei. (2010), "Determinants of undergraduate GPAs in China: college entrance examination scores, high school achievement, and admission route". *MPRA*[S.l.] v.5, n. 1.

BARROS, Aparecida. (2015), "Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades." *Educ. Soc*. v. 36, n. 131, pp. 361-390.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosana; SANTOS, Daniel; QUINTÃES, Giovani (2001), "Determinantes do desempenho educacional do Brasil." *Pesquisa e Planejamento Econômico* v. 31, n. 1, pp. 1-42.

BEHRENDT, Amy; EISENACH, Jeffrey and JOHNSON, Willian.(1986), "Selectivity bias and the determinants of SAT scores". *Economics of Education Review* v. 5, n. 4, pp. 363-371.

BETTINGER, Eric; EVANS, Bent; POPE, Devin. (2013), "Improving college performance and retention the easy way: unpacking the ACT exam". *American Economic Journal*: Economic Policy v. 5, n. 2, pp. 26-52.

FERNANDES, Reynaldo; NATENZON, Paulo. (2003), "A evolução recente do rendimento escolar das crianças brasileiras: uma reavaliação dos dados do Saeb". *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 28, pp. 3-22.

FRANCIS, Andrew; TANNURI-PIANTO, Maria (2012), "Using Brazil's racial continuum to examine the short-term effects of affirmative action in higher education." *Journal of Human Resources* v. 47, n. 3, pp. 754-784.

FRYER, Roland; LOURY, Glenn; YURET, Tolga (2008), "An Economic Analysis of Color-Blind Affirmative Action". *Journal of Law*, Economics and Organization v. 24, n. 2, pp. 319-355.

GOLGHER, André; AMARAL, Ernesto; NEVES, Alan (2014), "Avaliação de impacto do bônus sociorracial da UFMG no desempenho acadêmico dos estudantes". *Mediações* - Revista de Ciências Sociais v. 19, n. 1, pp. 214-248.

_____ (2015), "Desempenho acadêmico dos estudantes da UFMG: uma análise da política de bônus sociorracial". *Ciências Sociais em Perspectiva* v.14, n. 26, pp. 120-145.

GREENE, Willian (2003), *Econometric Analysis*. 5. Ed. Upper Saddle River: Prentice Hall.

LEONARD, David; JIANG, Jiming (1999), "Gender Bias and the College Predictions of the SATs: A Cry of Despair". *Research in Higher Education* v. 40, n. 4, pp. 375-407.

LIMA, Edileusa; MACHADO, Lucília (2016), "Reuni e Expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012". *Educação e Realidade* v. 41, n. 2, pp. 383-406.

LOURY, Linda; GARMAN, David (1993), "Affirmative action in higher education". *American Economic Review* v. 83, n. 2, pp. 144-158.

MACHADO, Ana Flávia; MORO, Sueli; MARTINS, Ludiemyand; RIOS, Juan (2007), "Qualidade do ensino em matemática: determinantes do desempenho de alunos em escolas públicas estaduais mineiras". *Economia* v. 9, n. 1, pp.23-45.

NOGUEIRA, Claudio; NONATO, Bréscia; RIBEIRO, Gustavo; FlONTINO, Sandra. (2017),"Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais". *Educação em Revista* n. 33, pp. 61-90.

PEDROSA, Renato; DACHS, Norberto; MAIA, Rafael; ANDRADE, Cibele (2007), "Academic performance, students' background and affirmative action at a Brazilian university". *Higher Education Management and Policy* v. 19, n. 3, pp. 58-77.

ROTHSTEIN, Jesse. (2004), "College Performance Predictions and the SAT". *Journal of Econometrics* v. 121, n. 1-2, pp.297-317.

SALATA, André (2018), "Ensino superior no Brasil das últimas décadas – Redução nas desigualdades de acesso?". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP v. 30, n. 2, pp. 219-253.

SCOTT-CLAYTON, Judith; CROSTA, Peter; BELFIELD, Clive (2014), "Improving the targeting of treatment: evidence from college remediation". *Educ. Eval. Policy Analysis,* v. 36, n. 3, pp. 371-393.

SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos (2002), "Recursos Familiares e Transições Educacionais". *Cadernos de Saúde Pública*, n. 18 (suplemento), pp. 670-76.

SILVEIRA, Fernando; BARBOSA, Márcia; SILVA, Roberto (2015), "Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica". *Revista Brasileira de Ensino de Física* v. 37, n. 1, pp. 1101.

SOARES, Tufi (2005), "Modelo de três níveis hierárquicos para a proficiência dos alunos de 4ª série avaliados no teste de língua portuguesa do SIMAVE/PROEB-2002". *Revista Brasileira de Educação* n. 29, pp. 73-88.

SOARES, José; ALVES, Maria (2013), "Effects of schools and municipalities in the quality of basic education". *Cad. Pesqui* v. 43, n. 149, pp. 493-517.

TELLES, Edward; PAIXÃO, Marcelo (2013), "Affirmative action in Brazil". *LASA FORUM* v. 14, n. 2, pp.10-12.

Submetido em 16 de dezembro de 2019
Aprovado em 15 de janeiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.53

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Características Demográficas do Centro Histórico de São Luís

João Ricardo Costa Silva*
José Odval Alcântara Júnior**

RESUMO

O artigo tem por objetivo fazer uma análise sobre as alterações demográficas no centro histórico de São Luís no decorrer de três décadas, através da aglutinação de dados estatísticos, nas quais projetos e ações urbanísticas de preservação do conjunto arquitetônico, transformaram o referido local no principal símbolo representativo da cidade. Na reflexão, são trazidos dados de natureza empírica oriundos de uma classificação dos moradores residentes e domicílios do referido espaço urbano, tendo por escopo contribuir para o melhor refinamento das reflexões sobre as políticas públicas para preservação do centro histórico de São Luís.
Palavras-chaves: Patrimônio histórico; Preservação; Demografia.

* Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão.
** Sociólogo, docente no Curso de Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFMA. Doutorado em Ciências Sociais/PUC-SP.
Este artigo baseou-se na Tese intitulada: "Patrimônio Arquitetônico: os desafios para a preservação do Centro Histórico de São Luís", de autoria do primeiro autor e orientação do segundo autor, defendida em 2016, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

ABSTRACT

DEMOGRAPHIC CHARACTERISTICS OF THE HISTORIC CENTER OF SÃO LUÍS

The objective of this article is to analyze the demographic changes in the historical center of São Luís over three decades, through the agglutination of statistical data, in which projects and urbanistic actions to protect the architectural complex, transformed the said place into the main representative of the city. The research is traced by empirical data, that is, one of the resident and domiciled domains of urban space, aiming to contribute to a better refinement of the reflections on public policies for the preservation of the historical center of São Luís.
Keywords: Heritage; Preservation; Demography.

Introdução

Um obstáculo às pesquisas sobre a área de preservação histórica de São Luís se perfaz na pouca disponibilidade de dados empíricos sociodemográficos que possam servir como meio de análise para cotejar variações ao longo do tempo em relação aos projetos de políticas públicas executadas desde o início da década de 1980. A recomendação de Nairóbi, já apontava sobre a importância de estudos na esfera do patrimônio arquitetônico para além da estrutura edificada.

> Além dessa investigação arquitetónica, são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, económicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das actividades económicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infraestrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas. As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda (UNESCO, 2009, p. 197).

Aludida recomendação realça o aspecto demográfico, dentre outros, como de caráter essencial para o embasamento de políticas públicas de preservação de conjuntos históricos.

O conjunto arquitetônico possui uma área extensa com 250 hectares, qualquer tentativa de trabalhar com dados quantitativos torna-se um desafio

o levantamento dos mesmos. Visando contornar essa dificuldade de obter dados quantitativos para auxiliar na construção de um quadro de possíveis variações das características da população residente na área de tombamento federal foi realizado um levantamento de dados oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o intuito de levantar e analisar criticamente categorias estatísticas sobre o referido espaço no sentido de "desembocar em informações específicas e novas que apresentem um interesse peculiar" (MERLLIÉ, 1996, p. 109).

Foram classificados dados dos três últimos Censos Demográficos, por ser "a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do Território Nacional" (IBGE, 2011). A utilização dos censos demográficos foi tomada por pesquisarem todos os domicílios do País, desta forma, constituem uma grande fonte de referência para o conhecimento das características das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos.

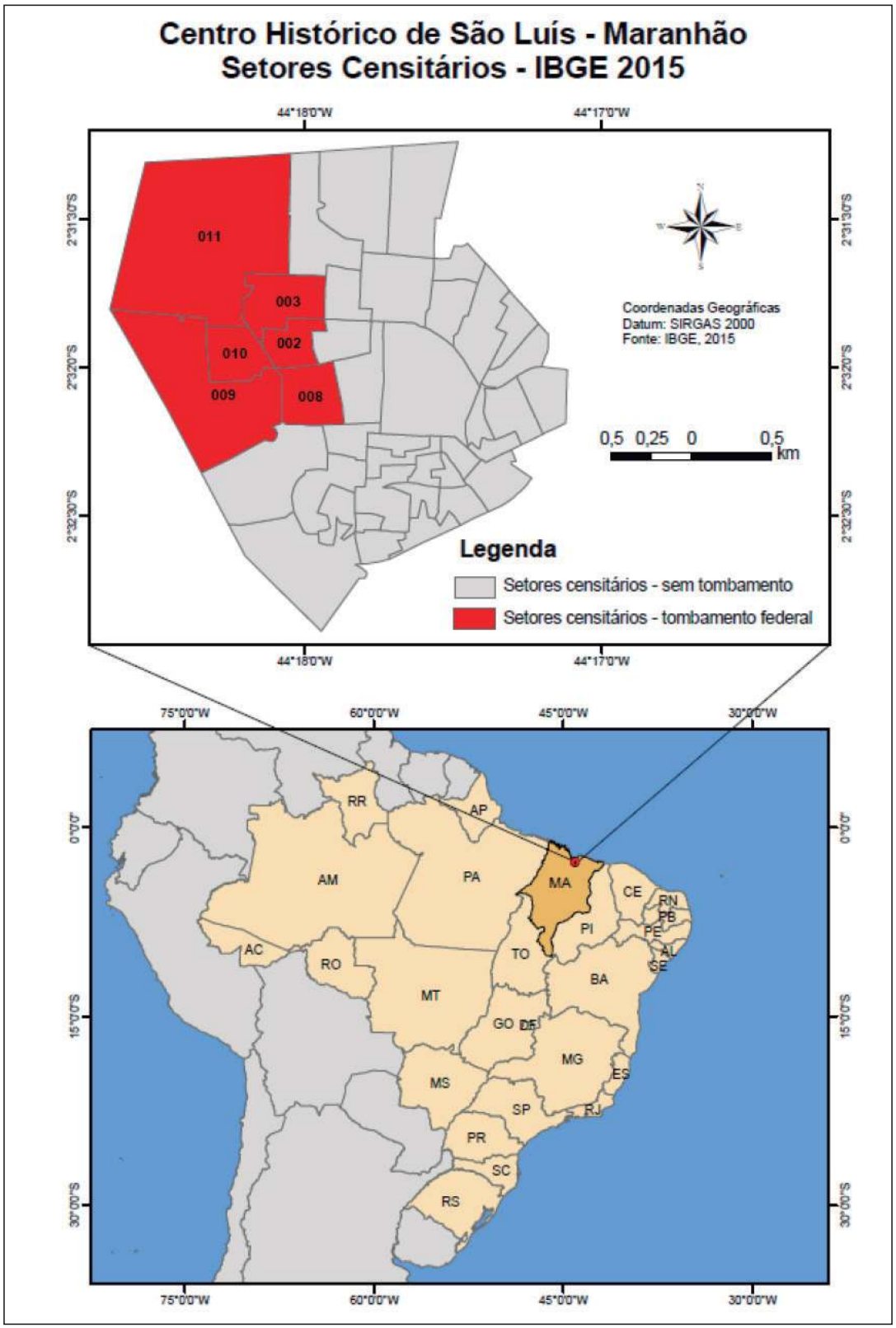
Contudo, inicialmente, esbarrou-se no problema da falta de norma legal que delimitasse os bairros de São Luís por ausência de legislação para regulamentação da temática. Para superar esse obstáculo a pesquisa trabalhou com o denominado setor censitário[1], que é a menor unidade geográfica utilizada pelo IBGE, sendo formado em áreas urbanas por um ou mais conjuntos de quadras de acordo com o quantitativo de domicílios existentes.

Assim, foram tabulados em planilhas dados selecionados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010[2], com utilização dos agregados por setor censitário. Um dado agregado é obtido através do somatório dos valores de quesitos contidos em um questionário respondido pelos informantes da pesquisa, podendo serem associados a unidades territoriais ou recortes cronológicos que o qualificam.

1 O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País (IBGE, 2003, p. 3).

2 A ideia inicial era fazer uma séria estatística desde de 1980, contudo não se foi possível localizar um mapa de setores censitários de 1980 para o município de São Luís, e assim, sem uma plena confirmação da manutenção dos setores, se preferiu não inserir dados daquela época.

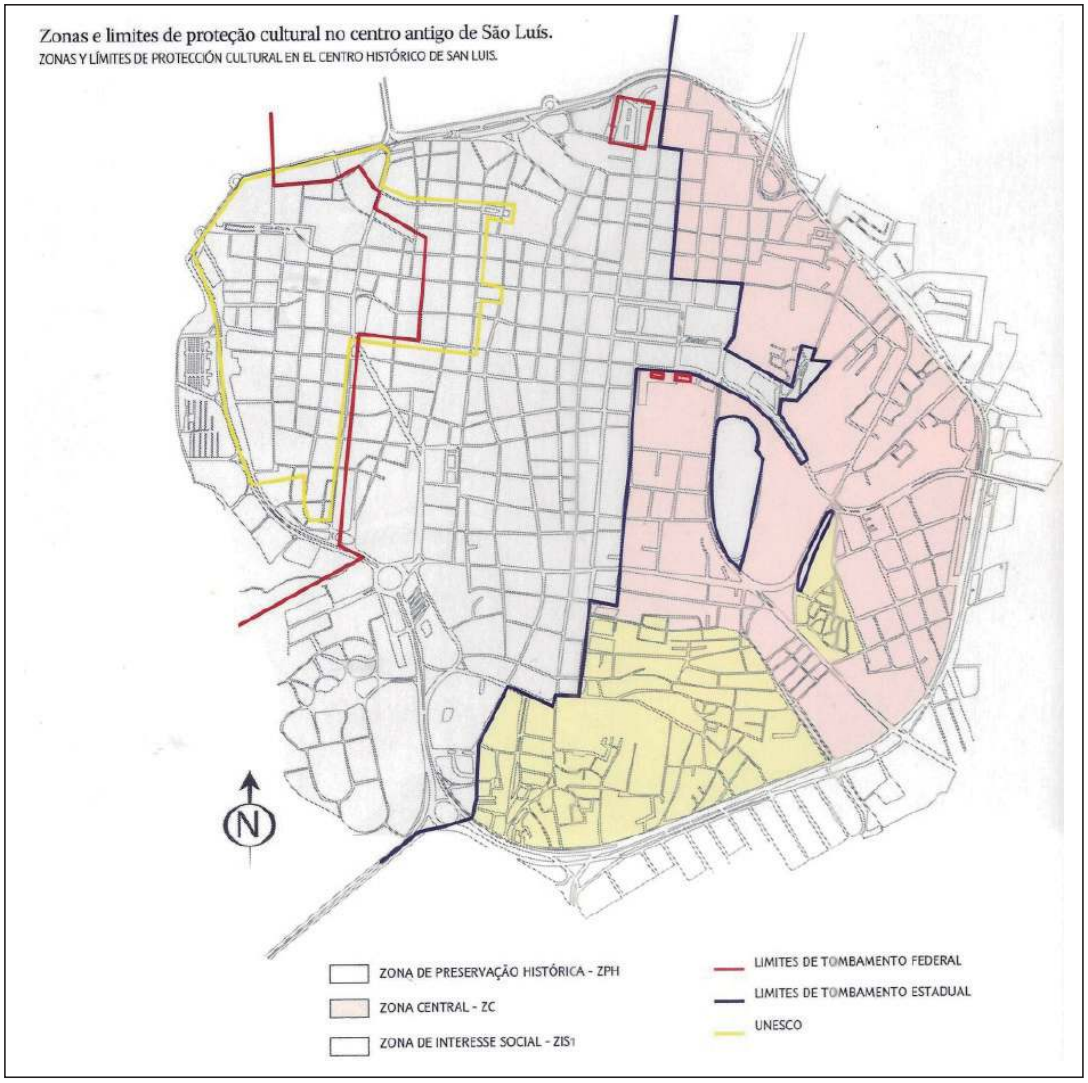
Figura nº 1 – Mapa de localização dos setores censitários.



Fonte: IBGE

Os agregados do censo foram concebidos como cadastros básicos de áreas para a seleção de amostras para as pesquisas domiciliares. De acordo com a publicação Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo do Censo, 2ª edição de 2000, "as variáveis de descrição da divisão territorial brasileira e algumas variáveis de porte ou tamanho dos setores, para estratificação dos setores e seleção de amostras com probabilidades desiguais" (IBGE, 2003, p. 3).

Figura 2 – Limites do Centro Histórico.



Fonte: LOPES, 2008, p. 46

A utilização dos agregados de setores censitários se apresentou como um caminho viável, pois a partir do Censo Demográfico de 1991, estes arquivos "passaram a incorporar mais variáveis em nível de setor, como forma de

produzir rapidamente resultados para subdivisões geográficas[3] não atendidas pelas publicações do censo" (IBGE, 2003, p. 3). Desse modo, em razão da ausência de delimitação legal dos Bairros em São Luís, ocorre uma não divulgação de dados neste nível geográfico. O fato do município não dispor da referida delimitação oficial interna é fator negativo para uma melhor organização de seu espaço territorial, bem como para o planejamento e monitoramento de políticas públicas.

Como forma de conseguir trabalhar com os dados quantitativos oriundos da área do perímetro federal de tombamento fez-se a confrontação entre os setores censitários e a área histórica, como metodologia adotada para superar a inexistência da delimitação legal de Bairros. Deste cruzamento foram selecionados os seguintes setores: 211130005000002, 211130005000003, 211130005000008, 211130005000009, 211130005000010 e 211130005000011. Esses seis setores reunidos não possuem perímetro exato ao da área federal (figura nº 2), mas se apresentam de forma bastante aproximada, conforme da comparação com a figura nº 1.

Após seleção dos seis setores censitários realizou-se a delimitação de quais temas, dentre os inúmeros existentes, seriam escolhidos para tratamento e construção de tabulações que informassem a situação da área. Os temas selecionados foram: características gerais dos moradores e dos domicílios. Com os dados brutos foram estabelecidas as variáveis para serem analisadas, e com isso, passou-se para a etapa de tabulação.

Os autores do presente artigo, consideraram essa aglomeração de setores censitários através da reunião de setores censitários agregados, de modo a se formar uma unidade de análise espacial (área de tombamento federal). Com essa unidade, foram elaboradas tabulações para constituição de indicadores demográficos dos moradores e domicílios do centro histórico de São Luís. As informações decorrentes do estudo são pertinentes, pois permitem a utilização de informações precisas na elaboração das políticas públicas para essa área singular da cidade.

Com base no tratamento dos dados brutos quantitativos e sua transformação em conhecimento, foram construídos gráficos, que serviram como material para melhor mensuração visual das reflexões qualitativas desenvol-

3 Alguns dos níveis territoriais do Censo Demográfico: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Bairros e Distritos.

vidas, pois a proteção de centros históricos implica em um universo de campos inter-relacionados para um tratamento integral do patrimônio histórico incluindo o componente demográfico.

A dinâmica demográfica do Centro Histórico

A reflexão dos projetos e ações patrimoniais e seu impacto sociodemográfico no tecido social do centro histórico é um elemento capaz de possibilitar novos debates sobre como em mais de três décadas de ações dos órgãos responsáveis na gestão do patrimônio orientaram e deliberaram prioridades desde suas primeiras intervenções.

As primeiras obras do Programa de Preservação e Revitalização do centro histórico de São Luís – PPRCH, iniciadas através do Subprograma de Obras da Praça do Comércio em pontos da Praia Grande nos anos de 1981 e 1982, "com a realização das obras da Feira da Praia Grande, Albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral, representando investimentos da ordem de 2,5 milhões" (ANDRÈS, 1998, p.85). Todas as referidas obras se encontravam no perímetro de tombamento federal.

Ao montar uma classificação dos moradores do centro histórico se torna possível traçar uma melhor configuração do perfil das pessoas residentes na área tombada, inclusive com dados fidedignos da variação do número de residentes ao longo das décadas, pois inúmeros trabalhos aduzem sobre o esvaziamento populacional na área nas últimas décadas, mas sem apontarem dados empíricos do fenômeno.

Em mais de três séculos, a ocupação urbana ficou restrita basicamente ao núcleo fundacional até meados século XIX, confinada em pequena área geográfica delimitada pelos rios Anil e Bacanga, tendo começado sua expansão além dos limites do núcleo urbano antigo em direção ao interior da ilha através do denominado "Caminho Grande" (LOPES, 2008, p. 14).

A pesquisa aponta que, passados dez anos das primeiras intervenções do PPRCH no início da década de 1980, na tentativa de reverter a situação de abandono e degradação do conjunto arquitetônico tombado, o referido espaço se apresentava com uma população residente que somava 5.447 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete) pessoas de acordo com a tabulação construída com dados oriundos do censo demográfico de 1991, sendo destaque a predominância feminina. Do total de pessoas residentes no centro histórico

de São Luís, 3.187 (três mil, cento e oitenta e sete) era do sexo feminino e 2.260 (dois mil, duzentos e sessenta) do sexo masculino.

Essa característica demográfica, no perfil dos residentes por sexo, com um número de indivíduos do gênero feminino bem acima do masculino também é observada na última jornada censitária do século XX, que também foi a primeira após a inserção do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade ocorrida no ano 2000. Isso mostra uma pequena variação negativa no número total de residentes no centro histórico. Em 2000 esse número decaiu para 4.645 (quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco) residentes. Assim, no espaço de nove anos ocorreu uma variação negativa de 14,73% no total de residentes. É necessário enfatizar que a inserção na Lista do Patrimônio Mundial em 1997 não conseguiu ter efeito na atração/manutenção de residentes na área.

No que se refere à divisão por gênero foi mantida a predominância feminina sobre a masculina. Destarte, no último censo do século XX, 2.708 (duas mil, setecentos e oito) eram do sexo feminino e 1.937 (mil, novecentos e trinta e sete) do sexo masculino. A diferença populacional entre os sexos na área tombada é superior da apresentada na cidade de São Luís[4].

O primeiro censo demográfico do século XXI, ocorrido em 2010[5], evidencia uma aceleração do esvaziamento populacional de residentes no centro histórico, sendo recenseadas 2.993 (duas mil, novecentos e noventa e três) pessoas residindo na área. Esse número demonstra uma significativa diminuição de 35,57% em comparação ao apurado dez anos antes.

Essa informação é de suma relevância, pois apesar de todo o investimento das políticas de preservação do centro histórico e da existência desde primórdios do PPRCH de uma diretriz de habitação, os dados apontam para uma constante redução do número de moradores, fato este intensificado no decorrer do primeiro decênio do século XXI.

No tocante ao quantitativo da população residente por gênero, manteve-se inalterado a relação percentual existente em 2000. Desse modo, pode-se afirmar que a redução dos residentes ocorreu de forma simétrica entre decla-

4 O Censo Demográfico 2000 registrou na cidade de São Luís percentual de 46,71% residentes do sexo masculino e 53,29% do sexo feminino. Em 2010, foram recenseadas 46,81% pessoas do sexo masculino e 53,19% do sexo feminino.

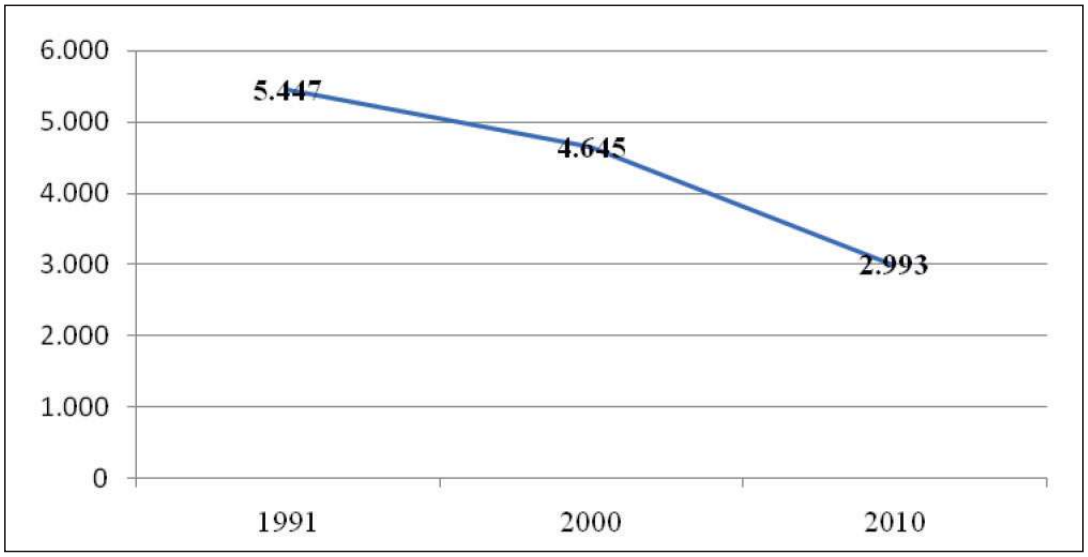
5 A população do município de São Luís foi recenseada com uma população de 460.320 pessoas em 1980, 695.199 em 1991, 868.047 em 2000 e 1.014.837 em 2010.

rados do sexo masculino e feminino. Assim, foram contabilizados no censo demográfico de 2010 um total de 1.726 (mil, setecentos e vinte e seis) pessoas do sexo feminino e 1.267 (mil, duzentos e sessenta e sete) do sexo masculino, representando em termos percentuais de 58% e 42% respectivamente.

Apesar da ampla exposição, devido à inserção na Lista do Patrimônio Mundial e dos efusivos discursos de autoridades e gestores públicos, as informações populacionais demonstram o desafio dos órgãos de gestão do patrimônio para efetivação da diretriz de "propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico" (MARANHÃO, 1986, p. 18), pois os dados tabulados apontam uma tendência de esvaziamento populacional ao longo das últimas décadas.

O gráfico nº 01 denota como apesar de toda a ênfase na importância e relevância do conjunto arquitetônico, nas falas dos agentes responsáveis por sua preservação, que os projetos para salvaguarda do patrimônio não conseguiram fazer com que essa área da cidade voltasse a ter uma nova dinâmica social e econômica. Ao contrário, verifica-se que ao longo das três últimas décadas ocorreu um progressivo esvaziamento do centro histórico com a saída de forma contínua de moradores.

Gráfico nº 01 - Variação do número de residentes.



Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE

No gráfico se visualiza a redução de quase metade do número absoluto de moradores com uma redução de 45% em duas décadas. Fatores podem ser apresentados para compreensão desse fenômeno, sendo ressaltado, con-

forme Georgia Patrícia da Silva (2010, p. 83): "O princípio da revitalização do bairro da Praia Grande recaiu na criação de mais um ponto turístico na cidade". Assim, em torno dessa premissa, foi estruturado todo o discurso de preservação do centro histórico de São Luís através dos investimentos físicos e simbólicos de proteção do patrimônio.

Em que pese, desde o nascedouro dos projetos de preservação do conjunto arquitetônico de tipologia lusa de São Luís apresentarem uma gama de diretrizes abrangentes, no intuito de buscar um amplo plano de recuperação física e funcional para o sítio histórico, o confronto entre os inúmeros projetos e planos com as informações sociodemográficas produzidas através dos dados estatísticos apontam para fragilidade das ações desenvolvidas para integração da área histórica na vida atual da urbe.

Um dos entraves para o alcance das diretrizes de revitalização no centro histórico de São Luís se assenta na falta de continuidade dos projetos ao longo do tempo, conforme asseverado por Georgia Patrícia da Silva (2010, p. 83) ao afirmar que "As descontinuidades entre as propostas voltadas para o plano e as práticas efetivas de uso do espaço emergiram, no entanto, no decorrer do tempo". Várias ações se sucederam nas últimas décadas, mas sem fluírem dentro de um amplo e perene projeto de preservação da área tombada.

O processo de esvaziamento do centro histórico não pode ser imputado somente à ausência de uma política pública consolidada de preservação do acervo urbano, mas também se evidencia com o surgimento de uma nova configuração de ocupação do solo urbano da cidade, através da construção de novas vias e principalmente das pontes sobre o rio Anil e Bacanga.

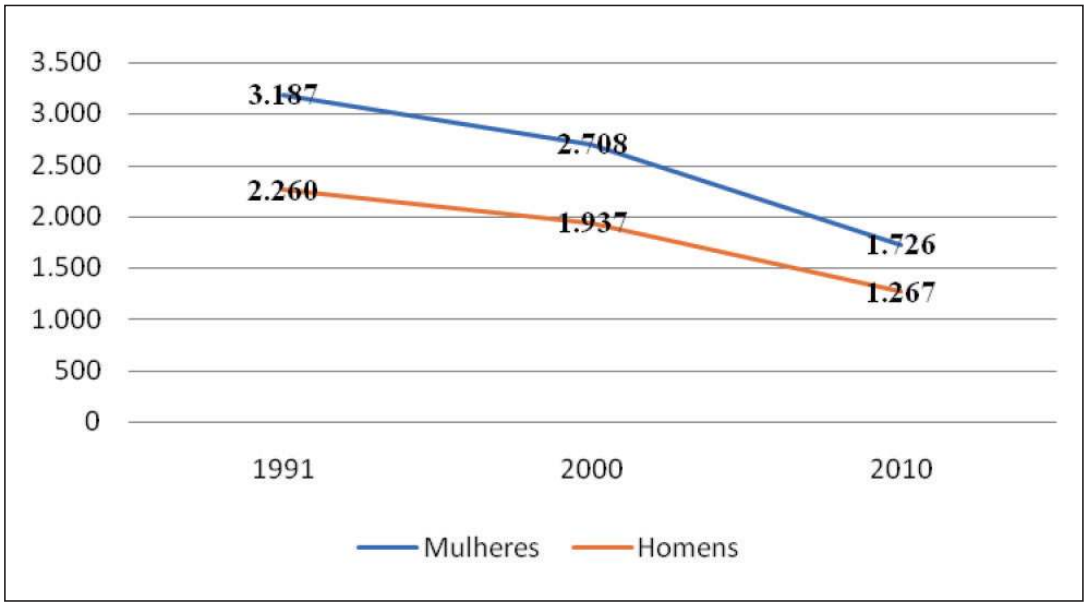
> A orla marítima passa a ser ocupada por uma classe com poder econômico mais elevado, enquanto a parte sul e sudoeste se configuram por assentamentos de origem informal iniciados por trabalhadores de baixo poder aquisitivo e que não possuem acesso a uma moradia de qualidade, e que também não é ofertada pelo Estado. Surgem conjuntos habitacionais, com uma política de habitação ao trabalhador, implantados em locais muito distantes do centro da cidade, representando um tempo muito maior de deslocamento do que aquelas ocupações próximas ao centro (PEREIRA; ALCÂNTARA JÚNIOR, 2017, p. 991).

Apesar dessa expansão para outras áreas da cidade também ser um fator de esvaziamento do centro histórico, é necessário ressaltar que a área tombada também teve destaque dentro da elaboração de novas vias, sendo

construído um anel viário em torno do centro histórico, tornando-o "um eixo de conexão intermediária entre os deslocamentos de pessoas que ocupam a porção norte da Ilha, situada na região da orla marítima, e a parte oeste-sul, que engloba a região do Distrito Industrial e do Maracanã" (PEREIRA; ALCÂNTARA JÚNIOR, 2017, p. 985).

Andrès (1998), Silva (2009), Reis (2010) e Lima (2014) destacam como essas descontinuidades possuem relação com a dinâmica política local, onde sucessivos governos utilizaram o patrimônio como vetor político fazendo com que as políticas do patrimônio tivessem distintos momentos. Ressalte-se, que a redução do número de residentes ocorre de forma relativamente equilibrada entre o sexo masculino e feminino, como se observa no gráfico nº 02.

Gráfico nº 02 - Variação do número de residentes por Sexo.



Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE

A classificação por faixas etárias desses moradores é um elemento interessante para um melhor embasamento sobre o perfil populacional dos residentes, bem como perceber se além do decréscimo populacional está ocorrendo também um vertiginoso envelhecimento que pode contribuir para continuidade dessa redução.

Em relação às faixas etárias da população residente foram segmentados quatro grupos para compreender variações no perfil de idade. Na categoria de criança e adolescente, se considerou o indivíduo com até quatorze anos completos. Para ser caracterizado como jovem foi utilizado como referência

etária de 15 até 29 anos, os adultos as pessoas de 30 a 59 anos e na categoria de idosos todas as pessoas com 60 anos ou mais de idade[6].

Em 1991, a faixa etária com maior número de indivíduos era a de jovens respondendo por 35% (trinta e cinco por cento). Em seguida, a faixa etária das crianças e adolescentes com 26% (vinte e seis por cento). Somadas essas duas faixas etárias tem-se uma população de 61% (sessenta e um por cento) dos residentes com até 29 anos de idade, o que denota a predominância de uma população jovem.

Na parte de cima da pirâmide a população em idade adulta correspondia por 25% (vinte e cinco por cento) e os idosos somente por 14% (quatorze por cento). Essa era a composição etária da população residente no centro histórico em 1991.

Em 2000 a pirâmide etária denota modificações na estrutura dos grupos de idade na população com um aumento da proporção de indivíduos do meio para o topo da pirâmide através do incremento de pessoas classificadas como adultas e idosas.

Os dados apontam para o contínuo processo de envelhecimento da população moradora do centro histórico, pois no censo de 1991 a faixa etária com o maior número de pessoas era a dos enquadrados como jovens, que em 2000 perde o posto para a dos adultos. Esse fenômeno encontra-se situado dentro do que vem ocorrendo no perfil populacional brasileiro, através da mudança demográfica que se torna mais nítida a partir da década de 1970 do século XX (MIRANDA, 2016, p. 508).

Com relação aos idosos, apesar do número em termos absolutos continuar na última posição, em termos proporcionais passa a ter maior peso na pirâmide etária, visto que apesar da diminuição do número residentes no centro histórico, o número absoluto de idosos no Censo 2000 se apresenta em quantitativo superior ao do recenseamento anterior.

Reportagem da edição de 08.09.2001 do jornal O Estado do Maranhão apresenta entrevistas com senhoras idosas residentes em casarões do centro histórico de São Luís. Exemplos emblemáticos da vida nas edificações tom-

6 Foi considerada para formulação da pirâmide etária a seguinte legislação: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 e a Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Ressalta-se que em razão da Lei 8.069 e da Lei 12.852 referirem-se de forma simultânea aos indivíduos de 15 a 18 anos – cada uma dentro de sua abrangência – optou-se por caracterizar essas pessoas como jovens.

badas. A matéria inicia reproduzindo a relação da senhora Laura Rosa de Sousa Pires Neves Braúna com o seu casarão situado no Beco da Pacotilha.

Dona Laura na época com seus 87 anos residia "com um filho adotivo e uma auxiliar", bem como na companhia de seus nove gatos. Em razão da dificuldade de locomoção pela idade a anciã já não circulava por todos os ambientes devido o acesso ser dificultado pela existência de uma escada. Por esse motivo a idosa manifestava seu desejo de se mudar do centro histórico: "Dona Rosita diz que quer se desfazer do casarão onde mora. Para isso, vai tentar vendê-lo ao governo e, com o dinheiro, comprar uma casa menor e sem escadas" (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 11).

Figura 03 - Dona Laura e seus felinos.



Fonte: O Estado do Maranhão, 2001, Caderno especial 389 anos, p. 11.

A reportagem traz ainda histórias da vida de Dona Nenen de 88 anos, que é moradora de um antigo casarão próximo ao de Dona Rosita, com toda sua família: "Filhos, netos e bisnetos" como costuma frisar. Ao contrário de Dona Rosita, que não possui condições de subir escadas, Dona Nenen costuma subir até o mirante do casarão para admirar a paisagem da Baía de São Marcos "mesmo depois de estar morando no lugar há 60 anos" (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 11). Outro exemplo marcante de relação entre moradores e seus imóveis históricos é o de Dona Vitória Perez Santos Castro, 85 anos.

> A relação de Dona Vitória com casarão localizado na rua Humberto de Campos, 200, esquina com a Praça João Lisboa, existe há muitos anos, mas só se tornou pública no dia 28 de abril de 1999, quando ela foi retirada do sobrado praticamente à força pelos soldados do Corpo de Bombeiros. O sobrado ameaçava ruir e ela se negava a deixá-lo. Para sua segurança teve que ser retirada (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 13).

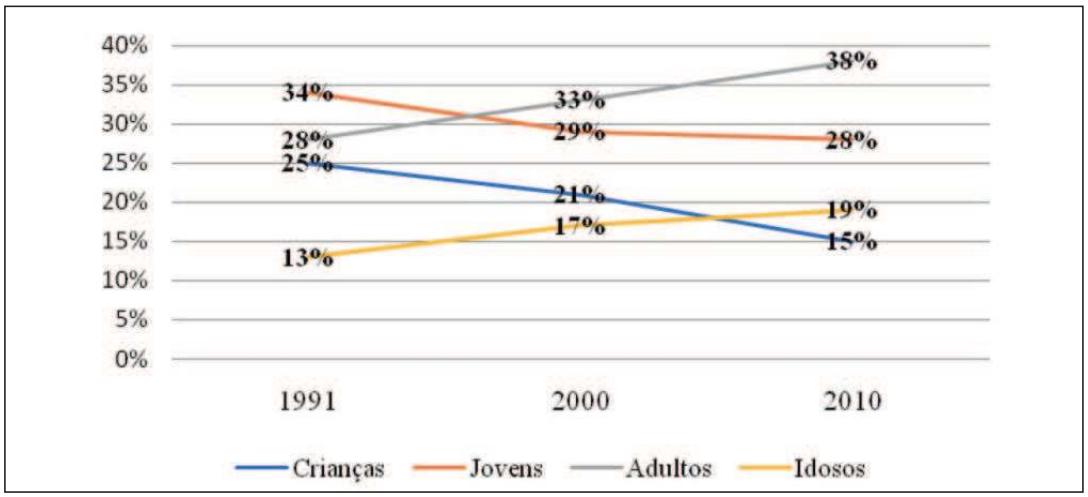
Segundo a reportagem do periódico, Dona Vitória sempre teve sua vida relacionada com os casarões desde o seu nascimento. E almeja só sair do casarão da Rua Humberto de Campos após seu falecimento. Por isso, a idosa ainda guarda na lembrança detalhes e mágoa da sua abrupta retirada do imóvel em que residia. "Não me deram nem satisfação. Amarraram meu corpo nos braços e me levaram mesmo contra minha vontade. Não perdoo os bombeiros por isso" (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 13). Essas histórias de vida demonstram um apego especial das pessoas que durante décadas mantiveram suas residências e suas vidas em imóveis do centro histórico.

O aumento do número de residentes idosos no centro histórico é registrado com a construção da pirâmide etária para examinar a distribuição nas faixas de idade existentes do Censo Demográfico 2010. Na referida jornada censitária a composição das faixas de idade dos residentes mantém a tendência capturada no censo anterior, na qual se apresenta diminuição da base e o alargamento do topo. Para fins de mensuração em 2000 a soma de adultos e idosos perfazia 50%, em 2010, esse percentual cresceu para 57%, superando pela primeira vez a soma de crianças, adolescentes e jovens.

Ao se confrontar os dados da população total de residentes da área com os obtidos na construção da pirâmide etária, constata-se que além de uma

redução constante, e inclusive mais acelerada entre os dois últimos censos demográficos, ocorre também um contínuo envelhecimento da população residente no centro histórico. Referido cenário aponta para uma situação de maior decréscimo populacional nas próximas décadas, se não ocorrerem políticas públicas na tentativa de reverter esse quadro.

Gráfico nº 03 - Variação dos grupos etários.



Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE

O gráfico de nº 03 permite uma melhor visualização do acentuado processo de envelhecimento da população residente no centro histórico, com a linha curva de crescimento ascendente para os grupos de idosos e adultos. Em sentido contrário, se apresenta decrescente a curva dos grupos etários de crianças e jovens, especialmente no caso das crianças e adolescentes.

Os dados do censo de 2010 possibilitaram a construção de gráfico da representação dos residentes por cor/raça[7]. Esse gráfico foi elaborado para ilustrar informações sobre como se autodeclaram em relação ao quesito cor/raça os residentes do centro histórico e com isso refinar melhor a caracterização dos residentes.

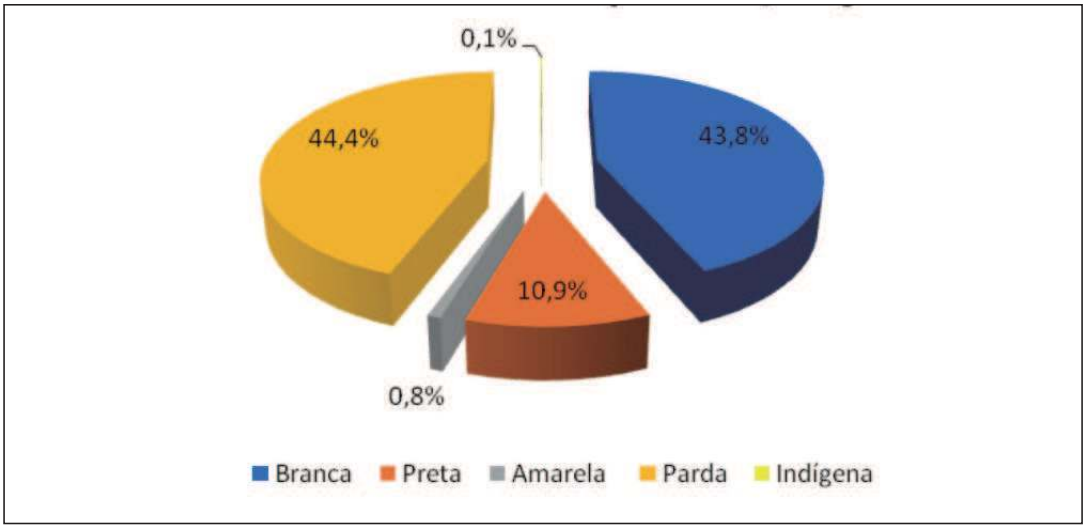
A composição racial obtida pelo Censo Demográfico de 2010 é oriunda da auto declaraçãode pertencimento atribuída pela própria pessoa respondente da pesquisa. Observa-se que os indivíduos autodeclarados como pardos são

7 Em 2010, último censo realizado, repetiram-se as mesmas categorias de classificação da pergunta, que voltou ao questionário básico aplicado à totalidade da população, sendo que, pela primeira vez, as pessoas identificadas como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada (IBGE, 2011).

maioria, sendo acompanhados por números bem próximos das pessoas que se declararam brancas. Esses dois grupos somados representam quase noventa por cento do total de residentes.

Apesar de em termos gerais os que se autodeclaram como de cor amarela representarem menos de um porcento do total de residentes é interessante acompanhar nas próximas jornadas censitárias se ocorre o aumento desse grupo, visto ser notório dentro da área do centro histórico de São Luís a fixação de pessoas de origem oriental nos últimos anos. Desse modo, será necessário esperar o próximo recenseamento para perceber se a chegada desses indivíduos terá capacidade de alterar de forma mais consistente a divisão apresentada pelo último censo demográfico.

Gráfico nº 04 - Residentes por cor/raça.



Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE

Com as informações construídas nos gráficos sobre as características gerais do moradores do centro histórico se depreende ser a área habitada em grande parte por uma população feminina autodeclarada parda/preta.

A configuração dos domicílios na área histórica

A tabulação de dados atinentes às características dos domicílios da área tombada possibilitou um conjunto de informações mais precisas sobre aspectos das residências no centro histórico, tais como: variação do número e do tipo de domicílios existentes na área.

O censo demográfico de 1991 apontou existirem de 1.161 (mil cento e sessenta e um) domicílios particulares permanentes[8], com o do tipo casa contando com 1.088 (mil e oitenta e oito) unidades. Ao se contar também os domicílios coletivos[9], que somavam 38 (trinta e oito), obtêm-se ao total de 1.199 (mil cento e noventa e nove) domicílios existentes.

O número de domicílios do tipo apartamento somava apenas 52 (cinquenta e duas) unidades e os classificados como cômodos, espécie classificada"por um ou mais aposentos localizados em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça de porco, etc." (IBGE, 2003, p. 10), perfazia um total de 21 (vinte uma) unidades domiciliares. Portanto, é possível afirmar que na área de preservação histórica, existe uma clara preponderância do tipo domiciliar classificado como casa. Tal fato não é de se estranhar em razão do transcurso de formação desse espaço urbano, bem como das limitações de caráter normativo oriundas dos tombamentos realizados.

Em relação às características dos domicílios, o censo demográfico de 2000 traz dados interessantes em relação aos tipos de domicílios existentes no centro histórico. No ano de 2000, os domicílios do tipo casa, apesar do decréscimo percentual verificado, ainda se apresentam como predominantes com 82,5% do total, contudo se esse tipo de unidade domiciliar ainda prepondera de forma majoritária, é necessário destacar que ocorre um significativo crescimento do tipo apartamento que salta de 4,5% para 7,1%, ou seja, um aumento de 58% entre 1991 e 2000.

O crescimento do número de apartamentos deve-se à implantação de projetos de moradia com a reforma e adaptação de imóveis em habitações no formato de apartamentos. Tal fato ocorreu dentro do planejamento de ações do poder público para dar nova destinação para imóveis de grande porte do conjunto arquitetônico tombado.

Em que pese a atuação governamental através de projetos de habitação o destaque negativo fica por conta do grande crescimento das moradias do tipo cômodos, denotando a formação de cortiços que saltam de 1,8% para

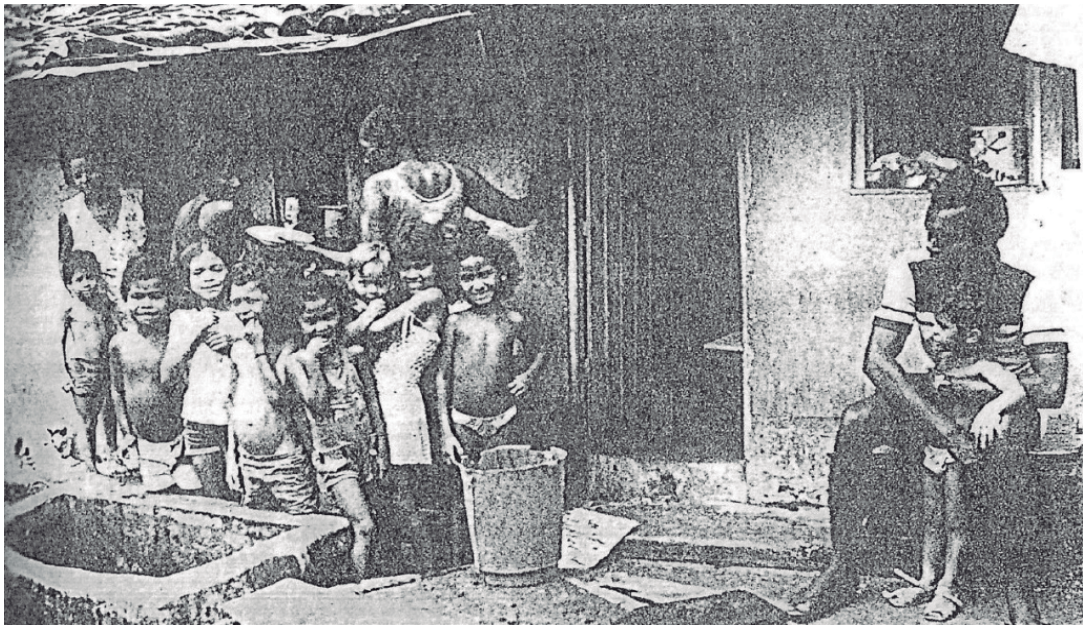
8 Domicílio particular permanente é a unidade construída para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2003, p. 9).

9 Domicílio coletivo, quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, *camping*, etc. (IBGE, 2003, p. 10).

10,4% dos domicílios. Esse tipo de unidade domiciliar teve o maior incremento dentre os dois períodos em comparação.

Esse aumento bastante significativo do tipo definido como cômodo inclusive fornece explicação para compreender a razão de apesar do número de residentes ter se reduzido entre os censos de 1991 e 2000, haver ocorrido um leve aumento do número total de domicílios particulares permanentes na área tombada entre 1991 e 2000.

Figura 05- Cortiço na zona histórica.



Fonte: MARANHÃO, 1986, p. 48

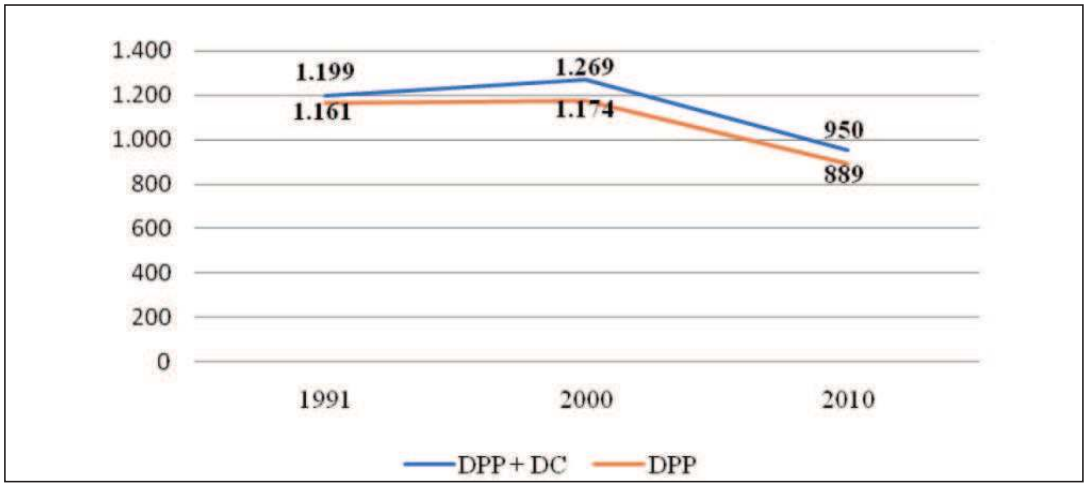
Se em 1991, foi apurada a existência de 1.161 domicílios, em 2000, esse número cresce para 1.174. Essa pequena variação positiva de treze unidades domiciliares encontra explicação na transformação de alguns imóveis em unidades do tipo apartamento, mas também no processo de encortiçamento verificado no período entre os dois censos mencionados.

> O fato é que o uso do solo e formas de ocupação pelas classes populares, no centro antigo de São Luís foram considerados como um problema, pois estes usos e formas tornaram-se indesejáveis e inadequados aos olhos das instituições dominantes. Sabe-se que os resultados do projeto de intervenção foram restritos e, portanto, insuficientes para renovar as paisagens desejadas e eliminar na totalidade as que já historicamente estão posicionadas em função do contexto da reocupação do centro no passado (SILVA, 2010, p. 176).

O problema da forma de ocupação dos imóveis é um dos desafios para os órgãos de gestão do centro histórico. Cabe destacar que no censo de 2010, apesar da manutenção da predominância de unidades domicilares do tipo casa com 86% do total,os dados da jornada censitária apresentam uma significativa alteração, pois as unidades do tipo apartamento superam o número de domicílios do tipo cômodos. O percentual de cômodos ainda existentes demonstra que o quesito habitação necessita de atenção dos órgãos de gestão patrimonial, através da implantação de uma política habitacional, que além do caráter social, poderia ter o fito de estancar o esvaziamento do centro histórico

O gráfico nº 05 permite visualizar uma série histórica da variação do número de domicílios, na qual emergem números interessantes para reflexão da situação do centro histórico de São Luís. Ao contrário do ocorrido com o número de residentes, que apresenta queda de forma ininterrupta no período pesquisado, o quantitativo total de domicílios perpassa entre os anos de 1991 e 2000, por uma pequena elevação, tanto dos domicílios particulares permanentes ou mesmo da soma destes acrescentados aos domicílios coletivos existentes.

Gráfico nº 05 – Variação do número de domicílios.



Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE

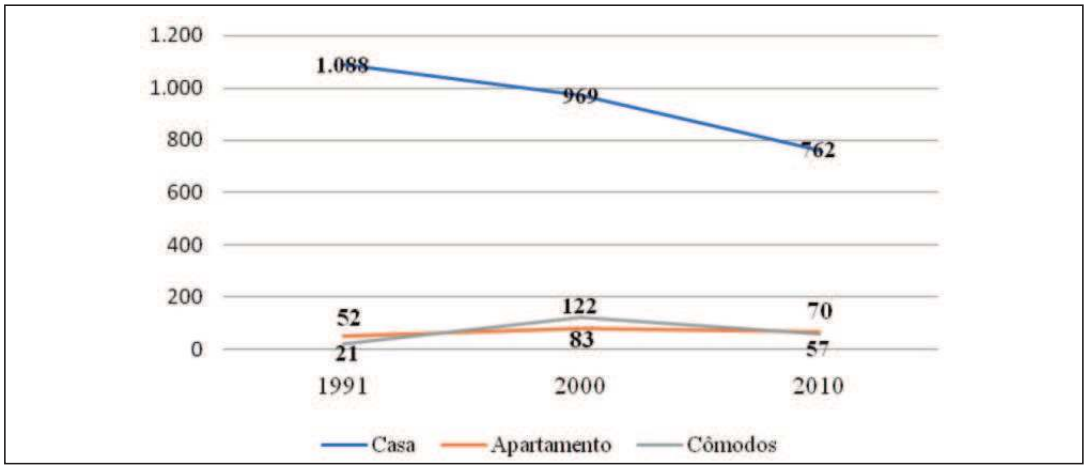
Essa variação ocorrida inicialmente no período de análise pode ser atribuída em parte ao programa de habitação desenvolvido na área onde imóveis foram reformados e passando a ser utilizado como apartamentos. Em 1993 um sobrado em ruínas, habitado como cortiço, foi reconstruído e adap-

tado em formato de apartamentos para famílias de trabalhadores e antigos moradores (ANDRÈS, 2012, p. 11).

Apesar dessa iniciativa que rememorava ao planejamento dos primórdios do PPRCH, o aumento do número absoluto de domicílios ocorreu também em razão da transformação de alguns imóveis em cortiços.

A afirmação exposta se escora na visualização do gráfico nº 06, através do qual pode-se conceber uma série histórica da representação por tipo de domicílio, é possível visualizar de forma mais significativa no tempo a dinâmica domiciliar.

Gráfico nº 06 – Variação do tipo de domicílio.



Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE

Apesar do aumento do número total de domicílios entre os anos de 1991 e 2000, recordando-se que no mesmo período ocorreu a redução do número de moradores, esse acréscimo não foi de maneira uniforme entre os tipos de domicílio. Ao contrário, ocorre uma permanente redução do domicílio do tipo casa, mas os do tipo apartamento e cômodos, entre os anos de 1991 e 2000, experimentam um acréscimo para no decênio seguinte também sofrerem redução.

Os domicílios do tipo apartamento e cômodos aumentam em número de unidades: 59,62% e 480,25% respectivamente entre os anos de 1991 e 2000. Com relação aos números apresentados chama atenção o grande aumento de três dígitos dos domicílios do tipo cômodos. Demonstrando que muitos dos imóveis tombados se encontravam em processo de encortiçamento, o que denota um crescimento da pobreza na área tombada.

Entretanto, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010 acompanhando a acentuada diminuição do número de residentes, ocorre dimi-

nuição de todos os três tipos de domicílio, em especial os do tipo cômodos, que recuam em torno de 53,27%.

Os números registrados nos gráficos indicam, com suas permanências e variações no decorrer das décadas analisadas, marcantes mudanças nas características dos moradores e dos domicílios no centro histórico. De forma inequívoca está configurando o fenômeno do esvaziamento populacional no centro histórico, a despeito das políticas públicas de investimento em projetos de revitalização na área. Esse fato decorre não somente da ausência de uma política pública consistente para a área tombada, mas também da própria dinâmica de organização espacial da cidade de São Luís.

Conclusão

O uso dos agregados por setores censitários para elaboração de uma classificação da evolução demográfica do centro histórico de São Luís, através da formulação de séries estatísticas com informações múltiplas das pessoas residentes e dos domicílios é uma valiosa fonte para se analisar permanências e/ou variações demográfica socorridas no decorrer de mais de três décadas de ações patrimoniais.

Com base nas informações estruturadas, é possível afirmar que a política patrimonial de reformas pontuais em imóveis no centro histórico de São Luís foi capaz de proteger apenas uma porção ínfima dos exemplares monumentais de edificações, assim como salvaguardando algumas das mais excepcionais construções, que sem a contribuição dos programas de preservação provavelmente teriam sido destruídas ao longo dos anos. Contudo, não se implantou um plano de intervenções abrangente e com capacidade de integrar o centro histórico, através da reutilização de seu conjunto urbano, no sentido de torná-lo novamente um local atrativo de fixação de residências. Esse cenário atrelado ao rápido processo de expansão da cidade no último quartel do século XX para sua parte norte, orla marítima, e sul, distrito industrial, são os elementos do vertiginoso e contínuo declínio populacional de residentes na área.

Desse modo, apresenta-se como fundamental a formulação de políticas públicas de longo prazo e ações no intuito de reverter essa tendência, pois mantido o atual cenário, o acervo arquitetônico de tipologia lusa tombado será reduzido a um local essencialmente de visitação turística, em razão do

contínuo esvaziamento das edificações, inclusive contribuindo para sua deterioração dos inúmeros imóveis fechados/abandonados.

Para evitar esse quadro é essencial que as políticas públicas de preservação do patrimônio histórico considerem de forma prioritária, dentro do processo de revitalização do acervo arquitetônico, temas como: instalação de serviços e equipamentos públicos, mobilidade urbana e habitação. Essas diretrizes precisam ser consideradas pelos agentes governamentais, mas com a participação dos moradores, usuários e agentes econômicos da área na elaboração de políticas e ações no intuito de uma plena reabilitaçãode maneira democrática e sustentável do centro histórico de São Luís.

Referências

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Coord.) (1998). *Centro Histórico de São Luís-MA.* Patrimônio mundial. São Paulo: Audichomo.

_____, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (2012), *Reabilitação do Centro Histórico-Patrimônio da Humanidade*.

GIOVANNONI, Gustavo (2009), *Gustavo Giovanonni:* Textos Escolhidos. Cotia, São Paulo: Fapesp.

IBGE (2003), *Censo Demográfico 2000:* Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (2011), *Características étnico-raciais da população*: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (2011), *Base de informações do Censo Demográfico 2010:* Resultados do Universo por setor censitário, Rio de Janeiro: IBGE.

LIMA. Elaine Ferreira (2014), *Da nação ao mercado*: patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada. 271 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP.

LINO. Fernanda Noia da Costa (2010). *A preservação do patrimônio cultural urbano:* fundamentos, agentes e práticas urbanísticas. 187 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP.

LOPES, José Antonio Viana (org) (2008), *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara:* guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilingüe. Sevilla: Consejaría de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda.

MARANHÃO, Secretaria de Coordenação e Planejamento (1986a). *Projeto*

de Urbanização da Praia Grande - 1ª etapa: Plano de Circulação no Centro Histórico (PCCH). São Luís, 1981. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Praia Grande) – versão preliminar período 1987/1991. São Luís/MA.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrada da (2016), "O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras". *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, Jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000300507 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Jan. 2019.

MERLLIÉ, Dominique et al (1996). *Iniciação a prática sociológica*. Petrópolis: Vozes.

O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 2001 (jornal).

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; ALCANTARA JR, José O. (2017), "A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano". *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 977-998, Dez. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000300977&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jan. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4012.

REIS, Eliana Tavares dos (2010), "Em nome da "cultura": porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão". *Soc. estado* [online], vol. 25, n.3, pp. 499-523. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 de abril de 2020.

SILVA, Georgia Patrícia da (2010). *De volta à Praia Grande*: o "velho" centro com o "novo" discurso. 200 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SILVA, João Ricardo Costa (2009), *A Construção do Patrimônio: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís*. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

UNESCO (2009), "Carta de Nairobi 1976 - Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea". *Cadernos de Sociomuseologia, América do Norte*, 15. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/339/248>. Acesso em: 20 Dez. 2018.

Submetido em 30 de junho de 2019
Aprovado em 21 de janeiro de 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.462

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Evocações e Disputas Sobre o "Clima da Abertura" Durante o Período de Transição no Brasil (1974-1985)

Paulo Gajanigo*

RESUMO

"O período de abertura" não foi um rótulo posterior para os anos entre 1974 e 1985. Foi, na verdade, uma autoimagem social do período. A percepção de que se vivia um período de abertura circulou amplamente, sendo este rótulo um elemento ativo no processo. Este artigo busca ajudar na compreensão desse processo, focando-se nas disputas envoltas do termo "clima de abertura". Analisamos as profusas evocações do "clima de abertura", delineando como essas evocações foram parte das disputas do processo de abertura entre governo e oposição, mas também na sociedade civil. Para isso, articulamos a compreensão desse processo com uma pesquisa preliminar das citações do "clima de abertura" em três importantes jornais brasileiros.
Palavras-chaves: Abertura Política (1974-1985); Clima; Ditadura.

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFF, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF e do Programa de Cultura e Territorialedades da UFF.

ABSTRACT

EVOCATIONS AND DISPUTES ABOUT THE "CLIMATE OF OPENNESS" DURING THE TRANSITIONAL PERIOD IN BRAZIL (1974-1985)

"The opening period" was not a posterior label given to the years between 1974 and 1984. The label was rather a social self-image of the period. The perception that this was an opening period circulates widely, rather than a posterior construction, this label was an active element of the process. This paper aims at contributing to this analysis, particularly focusing on what was known at the time as the "climate of openness". We analyze the profuse evocations to the concept, delineating how these evocations were part of the disputes during the opening processbetween government and political opposition, but also in civil society. To do so, we articulate the understanding of this process with a preliminary research on quotes about the "climate of openness" in three of Brazil's most important newspapers.
Keywords: Political Opening (1974-1985); Climate; Dictatorship.

Introdução

Em 1984, o programa de TV "Bar Academia" apresentou entrevista com Gonzaguinha. Num bate-bola editado, o apresentador Walmor Chagas pergunta: "Abertura?". E segue a resposta do cantor e compositor: "À medida que as pessoas vão me gravando é à medida em que vou abrindo a minha pessoa para que as pessoas possam me gravar". Não fica claro, pela edição do programa, se de fato Gonzaguinha estava respondendo a essa pergunta, ou se a edição teria pinçado a frase e selecionado para o tema sobre abertura. Para meu interesse, trata-se de um aspecto secundário. Em 1984, o debate público acerca de abertura já completava 10 anos, chegando ao episódio decisivo a respeito da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente. Esse trecho chamou a minha atenção pela forma sentimental com que a ideia de abertura se apresentou.

O que este trecho insinua é que abertura não foi um tema restrito ao debate diretamente político, mas circulou em diversos campos e deu sentido a práticas variadas. Sugere também que o rótulo de "período da abertura" não foi apenas uma forma posterior em que se caracterizaram os anos entre 1974 e 1985; foi uma autoimagem social do período. A ideia de que se vivia uma abertura circulou amplamente, de modo que sua recorrência precisa ser considerada ao se estudar a dinâmica da abertura. Tal rótulo não seria fruto

de uma elaboração posterior de categorização do período, mas um elemento atuante do próprio processo. O artigo que apresento aqui é uma contribuição para essa tarefa, particularmente, com foco no que ficou conhecido, no período da transição,como "clima de abertura". Por meio da problematização das profusas evocações durante esse período ao "clima de abertura", busca-se delinear como essas evocações atuaram na disputa sobre o processo de abertura. Para tanto, articulamos a compreensão desse processo com uma pesquisa preliminar das citações da expressão "clima de abertura" em três jornais de grande circulação no país[1].

A política da abertura

Num amplo sentido, o debate sobre abertura política começou bem antes do período em que podemos identificar medidas de transição, a partir de 1974. Se considerarmos que boa parte da justificativa do golpe militar de 1964 estava em interromper um processo de agitação social para normalizar a vida política do país, podem ser encontradas indicações, sugestões e imaginações, ainda que bem vagas, sobre essa normalização em anos não tão distantes, temporalmente, do golpe.

No discurso de posse, Costa e Silva (presidente de 1966 a 1969) se comprometeu em "conciliar as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução" e "de manter o país entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964" (COSTA, 1967). Ao lado da proclamada Revolução, contrapunha-se a democracia como ponto a se chegar, sem que se deixasse imaginar como seria alcançado. Ressalta-se, fundamentalmente, a necessidade de mais medidas para evitar um retorno a 1964. O medo que foi lastro para o golpe é usado ainda para se caminhar nas ações de exceção, seja na economia, na política ou na segurança.

Médici, em sua posse três anos depois, apresentara um quadro levemente diferente: "O Estado Revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica

1 Agradeço ao trabalho dos estagiários de pesquisa, Kelly Velasco e Erick Givigi, e a bolsista de Iniciação Científica, Maria Clara Oliveira.

capazes de promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar" (MÉDICI, 1970). Médici busca justificar a provisoriedade dos mecanismos de exceção: "Reitero que usarei esses poderes e instrumentos extraordinários do Executivo exatamente para criar aquelas condições em que eles possam ser dispensáveis"(MÉDICI, 1970). A diferença discursiva entre os dois generais – Médici, mais do que Costa e Silva, assume o incômodo da demora da Revolução – aponta para uma mudança na opinião pública. Já se iniciava um debate, especialmente entre políticos e empresários, sobre uma necessária transição.

Um dos pontos de partida ocorreu em 1969, com a 1ª Mesa-Redonda de Ciência Política na América Latina, organizada pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) e pela Associação Brasileira de Ciência Política (LEMOS, 2014). O evento, que teve como figura mais proeminente Samuel Huntington, contou com pesquisadores de vários países e esteve marcado pela discussão sobre a transição política, como fica evidente na palestra de Simon Schwartzman sobre "Desenvolvimento e Abertura Política"(1969).

Huntington, professor de Harvard e próximo de Henry Kissinger, fez visitas constantes ao Brasil desde 1965, participando de seminários com pesquisadores e realizando conversas com figuras importantes do regime. Sua influência sobre a formulação da transição é algo a ser detalhado ainda, mas, como apontam Renato Lemos (2014) e Rejane Hoeveler (2012), sabe-se que Huntington colaborou estreitamente com dois chefes da casa civil, Leitão de Abreu, do governo Médici, e Golbery, do governo Geisel, produzindo, inclusive, um documento em 1973 a pedido de Leitão de Abreu com sugestões para a transição brasileira.

Ainda que não se saiba o quanto esse documento possa ter inspirado à transição, há uma sintonia evidente entre o que é apontado e a forma como a transição foi se dando pelo governo. Para Huntington, "A descompressão eficaz e duradoura deve [...] ser um processo gradual sobre o que o governo mantenha um firme controle" (1973, p. 2). Para tanto, Huntington apresenta três frentes de ação do governo: a institucionalização das sucessões dos cargos públicos; a ampliação dos setores que participam do governo; liberação das restrições aos direitos políticos e civis e discussão pública aberta (1973, p. 1). A institucionalização serviria para que a transição não significasse uma volta à situação pré-64, a mesma preocupação apontada por Costa e Silva em sua posse. A ampliação na representação seria uma forma de antecipar-se

à oposição, não permitindo que esta acumulasse força para uma ruptura. No que tange à liberalização, a medida parece responder ao prognóstico de Huntington de que haveria uma tendência ao surgimento de mais conflitos dado o período de desenvolvimento econômico pelo qual passava o Brasil. A prioridade, o autor deixa claro, seria a da institucionalização.

Quando Geisel tomou posse, havia uma nova conjuntura. O discurso da ameaça comunista vinha perdendo força com o êxito da política de repressão. De outro lado, o milagre econômico não tinha mais fôlego. A transição passa então a ser tema central e a fonte principal para legitimação do governo (DINIZ, 1985, p. 335). Podemos identificar, portanto, que será no governo Geisel que a transição deixará de ser um tema discutido somente nos bastidores, para ocupar um espaço significativo no debate público amplo.

As primeiras ações de Geisel no sentido de apontar uma transição foram: diminuir a censura à imprensa; e ampliar o espaço na mídia dos candidatos às eleições de 1974. O foco inicial na imprensa ajudou o tema da abertura a ganhar destaque público imediato, com a adesão de boa parte da mídia à ideia de uma transição política (RIBEIRO e BOTELHO, 2005). Celina Duarte aponta que:

> [...] Antes de tomar posse, seus principais assessores reuniram-se por diversas vezes com jornalistas proeminentes, aos quais apresentavam o projeto político do novo governo e garantiam que a censura seria brevemente suspensa. Estabeleceu-se de imediato um clima de grande esperança. Nos meses imediatamente anteriores à posse de Geisel, no final de 1973 e começo de 1974, já se começava a tratar com desembaraço diversos temas antes intocáveis (como a situação econômica e a questão da democracia) e a recorrer a sátiras e ironias mais contundentes. (1983, p. 189-190)

Segundo Celina Duarte, a diminuição da censura tinha como objetivo fortalecer canais de negociação e diálogo do governo com a sociedade civil, estabelecer um debate público um pouco mais aberto e que permitisse a construção de referências e representações dos setores da sociedade civil. Serviria, também, segundo Duarte, para ajudar Geisel a enfrentar setores mais radicais nas Forças Armadas. O fortalecimento do debate público aumentaria o constrangimento desse setor e Geisel poderia assim usar a pressão midiática contra a tortura, censura, entre outros,. para reforçar o seu papel como mediador.

As primeiras medidas de abertura permitiram um avanço das posições divergentes do governo não só na mídia, mas também na arena política. A maior exposição midiática ajudou no sucesso eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições legislativas de 1974, que venceu na maioria dos Estados e ampliou sua representação no Congresso, frustrando a expectativa do governo de ter um Congresso controlado para conduzir a distensão de forma segura. De outro lado, o setor mais radical das Forças Armadas continuava a agir. A polarização se fortalecia. O assassinato de Herzog, em 25 de outubro de 1975, foi emblemático. Demonstrava que a repressão continuava de um lado, e de outro, que a resistência à ditadura ganhava nova força visível na manifestação silenciosa em seu enterro e na cobrança da opinião pública sobre seu assassinato. A reação do governo foi retroceder em algumas medidas, principalmente, eleitorais. Nas eleições municipais de 1976, alterou-se a legislação eleitoral restringindo os espaços de campanha. Nas eleições legislativas de 1978, reduziu-se também o espaço na mídia aos candidatos. A abertura lenta e gradual ia ganhando outra qualidade: reticente.

Em sintonia com a proposta de Huntington, a abertura política coordenada pelo governo foi um exercício complexo de "*timing*", numa busca rítmica que fosse clara o suficiente para que a oposição não obtivesse tanta força em articular as insatisfações dos vários setores (como a imprensa, o empresariado, os trabalhadores, etc.), mas que não fosse muito rápida a ponto de fazer parecer que o governo estaria a reboque da oposição e de perder apoio de setores mais radicais das Forças Armadas (CODATO, 2005, p. 94). Geisel, em entrevista dada nos anos 90, fala desse exercício: "Não se podia liberar o país e, daí a pouco, ter que voltar atrás. Era uma operação gradativa, lenta. Esse era mais ou menos o conceito que se tinha dentro das Forças Armadas" (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 260). Segundo Geisel: "Toda vez que a oposição, nos seus discursos, nos seus pronunciamentos, fazia declarações ou reivindicava posições extremadas e investia contra as Forças Armadas, evidentemente, vinha a reação do outro lado, e assim se criavam para mim grandes dificuldades" (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 377).

Eli Diniz afirma que a estratégia do governo era uma consequência de várias pressões e resistências.

> O processo de abertura, [...]extrapolando as intenções da elite governamental, sofreria o impacto permanente do conjunto das forças sociais e

> políticas. Daí a não-linearidade de sua evolução, marcada por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis. (DINIZ, 1985, p. 334)

O processo de aberturado regime, dessa forma, dependia de inúmeros fatores. Sua centralização combinava-se com o desenvolvimento de uma ampla área de contato que permitia a percepção e o diálogo com os movimentos da oposição, da linha dura, dos diversos setores da sociedade civil.

Essa nova área de contato permitiu a intervenção do empresariado nacional, das camadas médias e dos trabalhadores no jogo político (CODATO, 2005, p. 94). Em síntese, esse processo significou a incorporação de novos sujeitos políticos no debate público, mas sob o controle constante do governo.

A abertura como clima

Bresser-Pereira (1983) argumenta que a centralidade do termo "abertura" para pensar o período de transição foi uma vitória discursiva do governo. O termo venceu o de "democratização". Segundo Bresser-Pereira, abertura tinha a vantagem, para o governo, de evocar o controle do processo de transição, de cima para baixo. Como diz Danielle Forget: "É o governo, enfim, que oferece, decide e controla a abertura" (FORGET, 1994, p. 104). A imagem de abertura parece então servir para não somente representar, mas efetivamente incentivar e indicar uma forma centralizada de processo de transição.

O termo não foi o único a ter relevância para a disputa sobre o processo de transição. Outro termo foi usado com bastante frequência e, muitas vezes, compondo uma expressão com aquele: "clima". Na primeira reunião ministerial, o recém-empossado presidente Geisel expressa a ideia de criar um novo clima:

> O governo realizará sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um **clima** salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964. (AS GRANDES, 1974 – grifo nosso).

Este clima será reivindicado inúmeras vezes pelos representantes do governo, tanto para indicar uma mudança na forma de tratar com repre-

sentantes de setores da sociedade civil quanto para cobrar desses mesmos representantes que moderem suas atitudes. Em março de 1974, por exemplo, Petrônio Portela, presidente do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), argumenta que haveria um novo ambiente político e uma mudança de estilo entre o governo Médici e o de Geisel no que se refere à relação com os políticos (PETRÔNIO, 1974). De 1974 a 1985, encontramos 277 ocorrências da expressão "clima de abertura" somando os três jornais, "O Globo" (97 ocorrências), "O Estado de São Paulo" (68 ocorrências) e "Folha de S. Paulo" (112 ocorrências).

O desafio eleito pelo governo de realizar um processo centralizado de transição – balizando-se na certeza, dada pelas derrotas políticas de 1974, de que seria necessário pensar o fim do regime ditatorial; no medo de a oposição ocupar esse espaço de poder; e na necessidade de segurar a extrema-direita militar dentro do exército – fez do "clima" um termo relevante nos discursos políticos. A ideia de constituição de um clima, para o governo, seria menos um incentivo ao processo de democratização e mais a criação de um espaço de educação afetiva com o objetivo de que, ao final da transição, a considerada radicalidade dos movimentos sociais e partidos políticos se reduzisse. O longo processo de abertura, fortemente controlado, teria como meio de realização uma alteração climática.

Dessa maneira, o clima de abertura seria o campo no qual a luta política deveria ocorrer. Ao estabelecer essa condição, o governo pretendia excluir do terreno da legitimidade saídas por rupturas (de esquerda) e também propostas que mantinham a perspectiva das restrições dos direitos políticos justificadas por uma ameaça comunista (a extrema-direita militar); ao mesmo tempo, propunha uma gramática política que abria o terreno para diálogos com movimentos sociais, sindicatos, empresariado, etc., desde que realizado sob extremo controle e tutela do governo.

Dentro dos estudos sobre a abertura política, a ideia de "clima de abertura" não tem sido problematizada, ou seja, não se tem questionado por que essa expressão foi relevante e constantemente evocada naquele período. Seria necessário, ao nosso ver, considerar o que se mobiliza quando se evoca a ideia de clima. Esse aspecto não nos parece lateral, especialmente, se considerarmos os estudos que tomam o clima como um conceito da pesquisa dos processos sociais.

O conceito de clima

O clima já é objeto de estudo desde o meio do século passado especialmente na Psicologia social, chamado, principalmente, de clima organizacional ou clima social. Em geral, foi usado para pensar como o ambiente de certa instituição influenciava no comportamento dos indivíduos. Destaca-se o pioneiro experimento social de Kurt Lewin, Ronald Lippitt e Ralph White (1939). Os psicólogos buscaram avaliar como três tipos de lideranças (autoritária, democrática e libertária) impactavam o comportamento de jovens dirigidos por essas lideranças e, assim, constituíam "climas sociais" distintos em cada grupo.

Mais recentemente, surgiram estudos que buscaram pensar o clima em contextos mais amplos, como o clima nacional. Joseph de Rivera (1992) cunhou o conceito de *clima emocional* para tratar de um clima não ligado a um grupo ou ambiente específico. Susan Conejero e Itziar Etxebarria, ao tratarem do ambiente após o atentado de Madrid de 2011, usam o conceito de clima emocional para se "referir ao conjunto de emoções percebidas na sociedade que são relevantes para sua situação sociopolítica"[2] (CONEJERO; ETXEBARRIA, 2007, p. 274). Tais climas são "socialmente construídos e percebidos pelos indivíduos, são objetivos no sentido de que são percebidos como existentes para além dos sentimentos pessoais dos indivíduos. Eles refletem a maneira que os indivíduos pensam como a maioria dos outros estão sentindo na atual situação do grupo"[3] (DE RIVERA, 2007, p. 234).

Nos Estudos Culturais, há também um acúmulo de pesquisas, conquanto mais recentes, que, ao se dedicar ao conceito de *mood*, nos ajuda a compreender as dinâmicas climáticas[4]. Podemos traduzir o termo *mood* por "humores" ou "clima", pois evoca um processo duplo subjetivo e objetivo, externo e interno de sintonização: diz respeito tanto ao sentimento, à disposição interna,

2 Tradução de "Emotional climate refers to the set of emotions perceived in society that are relevant to its sociopolitical situation".

3 Tradução de "Although such climates are socially constructed and perceived by individuals, they are objective in the sense that they are perceived as existing apart from an individual's personal feelings. They reflect how individuals think the majority of others are feeling in the group's current situation".

4 As principais discussões sobre o conceito datam dos últimos dez anos e estão, fundamentalmente, centradas no trabalho de pesquisa realizado nas universidades de países anglófonos, especialmente na Inglaterra e nos EUA. Em 2012 e 2014, foram publicados dois dossiês sobre o tema em revistas especializadas (respectivamente na *New Literary History*, organizado por Rita Felski e Susan Fraiman, e na *New Formations*, organizado por Ben Highmore e Jenny Bourne Taylor).

quanto a algo que parece estar no ar, na atmosfera. A expressão "*I'm not in the mood*" sugere isso. Em português, dizemos "Não estou no clima". *Mood* seria, assim sendo, ao mesmo tempo, nosso humor e o clima em que nos colocamos.

Os estudos de *mood* geralmente partem do conceito alemão de *Stimmung* como seu correlato e muitos se apoiam na acepção e no uso desse conceito pelo filósofo Martin Heidegger. *Stimmung* traz a ideia de afinação musical. Em inglês, o termo foi recorrentemente traduzido por *mood* e *attunement*; em português, também há uma oscilação entre humor e afinação, mas podendo ser traduzido também por atmosfera (INWOOD, 2002, p. 93). Para Hans Ulrich Gumbrecht (2015), em inglês, pode-se traduzir o conceito tanto por *mood* quanto por *climate*, sendo que cada um realçaria mais um aspecto: *mood* mais interno e subjetivo e *climate* mais externo e objetivo. No entanto, o termo *mood*, ao nosso ver, já traria essa ambiguidade como expressa bem Freiman e Felski:

> Nosso humor/*mood* parece mais amplo do que somos, sua localização é difícil de determinar ou fixar. Nosso humor cinzento aborrece a todos; uma sensação de alegria banha tudo com uma luz rosa. No entanto, pensamos em nós como estando num certo estado de ânimo (e não o contrário); estamos envolvidos ou tomados por um clima. *Mood* é um sentimento de eu-e-mundo juntos[5]. (2012, p. vii)

As autoras continuam: "*Moods*, então, são frequentemente compartilhados, coletivos e sociais, dão forma à nossa experiência de estar com os outros"[6] (2012, p. vii). Isso é realçado por Jonathan Flatley: "Nós nos encontramos em *moods* que já foram habitados por outros, que já foram moldados e postos em circulação, e que já nos circundam"[7]. (2008, p. 5). Os aspectos coletivos do *mood* são bem próximos do conceito de "clima social". Destarte, ao nosso ver, podemos trabalhar o conceito de "clima social" a partir dessas contribuições sobre *mood*.

Os estudos de *mood,* como aponta Ben Highmore (2013),fazem parte da crescente atenção, nas ciências humanas, às questões sobre emoções, sentimentos e afetos, aquilo que ficou conhecido como "virada afetiva" (CLOU-

5 Tradução de: "Our mood often seems larger than we are, its location difficult to ascertain or pin down. The greyness of our mood dulls the whole world; a sense of elation bathes everything in a rosy light. Yet we think of ourselves as being in a mood (and not the other way around); we are enveloped or assailed by a mood. Mood is a feeling of I-and-world together".

6 Tradução de: "Moods, then, are often shared, collective, and social, shaping our experience of being with others".

7 Tradução de: "We find ourselves in moods that have already been inhabited by others, that have already been shaped or put into circulation, and that are already there around us."

GH, 2008). Para Patricia Clough, a virada afetiva representou uma ruptura com o pós-estruturalismo. Ainda que compartilhe com este a crítica à centralidade do sujeito, afasta-se ao focar nos aspectos corpóreos e materiais em geral (2008, p.1). Fortemente influenciados pelas leituras contemporâneas da teoria de Espinosa, os estudiosos do afeto têm se dedicado a compreender os processos sociais no seu aspecto extralinguístico e não conscientes – o "*in-between-ness*" (SEIGWORTH, 2010, p. 1), ou o "*excluded middle*" (MASSUMI, 2002, p. 32).

Ao trazermos para o estudo dos processos políticos o foco sobre esses aspectos afetivos, é possível problematizar e desnaturalizar a ideia de que simplesmente se vivia um "clima de abertura". O clima não é apenas uma consequência de um estado de coisas, mas é alvo de ações bem como é modulador de práticas. A ideia de sintonização que está na formulação alemã é chave para nosso estudo. Quando se age sobre o clima de um ambiente, de uma situação social, age-se sobre a referência afetiva da prática dos sujeitos. Toda prática social está já imbuída em um clima que é social, é a sintonização dos sujeitos ao clima que os faz interessados e interessantes no mundo. Nesse sentido, o conceito de clima explora um aspecto que não está evidente nos estudos sobre discurso, a saber, as condições afetivas ambientais (a sintonização) que permitem um sujeito agir numa certa situação social. Por essa razão, afirmamos que a disputa pelo clima de um debate público é um aspecto relevante na compreensão dos conflitos políticos, pois é por meio dela que se configura o que é ou não audível.

O foco no clima também sugere a relevância dos instrumentos de ambientação social, ou seja, instituições, mecanismos, aparelhos que atuam na configuração social do clima. Nesse sentido, a conexão com o conceito de "estrutura de sentimentos" de Raymond Williams ajuda a compreender a centralidade da cultura na disputa sobre como sentir e seu aspecto intrinsecamente político[8].

8 A aproximação entre o conceito de mood e estruturas de sentimentos tem sido frequente. Vale ressaltar as semelhanças que se dão no caráter social das formas de sentir que apontam para uma relação específica entre cultura e política. Uma diferenciação entre os dois conceitos nos parece importante: estruturas de sentimentos estão geralmente ligadas a grupos e gerações, o "clima" aponta com mais facilidade para um estado afetivo mais básico de uma situação social, de forma que é possível pensar em certas situações sociais que têm um clima mas em que várias estruturas de sentimentos estão presentes (sobre essa diferenciação, ver Ben Anderson - 2014, p.164).

Considerando, deste modo, esses aspectos que envolvem o uso do termo "clima", podemos afirmar que as evocações de um novo clima, por parte do governo, estavam de acordo e eram ações relevantes para os objetivos do regime: o estabelecimento de uma sensação coletiva de que se estava em outro momento do regime, e, por isso, com uma nova gramática política que buscasse regular as ações e formas de agir da oposição, e, também, ir educando afetivamente o povo para um período mais democrático, mas com alto grau de controle social. O caráter etéreo e ao mesmo tempo afetivo constitutivo do clima tem afinidade essencial com essa política de abertura, de forma que a política de abertura era uma política climática em sua configuração mais fundamental.

Clima: controle e disputas

Argumentou-se aqui que o clima de abertura foi meio central para o processo de transição. Fundamentalmente, foi evocado, num primeiro momento, pelo governo para distensionar a oposição estimulando expectativas e,em seguida, pela oposição partidária e diversos setores da sociedade civil como forma de exigir medidas e políticas. O clima, nesse caso, foi usado como lastro de legitimidade dos discursos, seja para cobrar moderação da oposição, seja para se cobrar efetividade do governo.

O projeto da distensão, como processo centralizado, só funcionaria se fosse um processo de estímulo ao posicionamento e, ao mesmo tempo, de moderação e controle deste. Por vezes, o clima de abertura era visto como incentivador do próprio conflito. O jornal "Folha de S.Paulo", ao tratar da visita ao Congresso de Mario Henrique Simonsen, ministro da Fazenda, e Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, aponta para esse aspecto. Segundo o jornal, Delfim Neto deveria esperar "interrogadores já não tão dóceis como eram os parlamentares no tempo de sua gestão no Ministério da Fazenda. Há um novo clima de abertura política que exigirá dele habilidades nunca antes cobradas"(DELFIM, 1978). O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, resumiu: "No clima de abertura, temos que aprender a conviver com a greve" (FRASES, 1979). Celito de Grandi, secretário de Relações do Trabalho do governo Figueiredo, declarou, ao ser questionado sobre a greve dos metalúrgicos de São Paulo que envolveu mais de 200 mil trabalhadores, que: "[...] as greves que têm ocorrido são consequência do clima de abertura política que vivemos.[...] E o fato de essa greve ser a mais expressiva numericamente - a

maior desde maio de 1964 - não é razão suficiente para mudarmos nossa posição."(A POSIÇÃO, 1978). Nesse último caso, observa-se que, além de ser apontado como um incentivador do conflito, o clima de abertura aparece como forma de dar lastro ao governo, justificando as turbulências como derivadas da própria ação governamental e não como demonstrações de debilidade ou fraqueza políticas.

No entanto, para os representantes do governo, estar no clima da abertura significaria também uma moderação nas atitudes da oposição. O deputado da Arena Dib Cheren, em tribuna, afirmou que "o maior obstáculo à distensão continua sendo o radicalismo de muitos, o espírito contestatório de alguns e a intransigência de outros" (ARENISTAS, 1977). Segundo a reportagem, Cheren "[admitiu], entretanto, que, malgrado a posição radical de certos setores marginais do MDB, o clima de abertura persiste e as tentativas de diálogo continuam [...]" (ARENISTAS, 1977). A posição está em consonância com a visão de Geisel, de que atitudes mais radicais da oposição poderiam atingir o processo de abertura já que alimentariam as alas radicais do exército.

A oposição política principal, o MDB, ficou num dilema: engajar-se na proposta de Geisel, entrar no clima, ou rejeitá-la denunciando sua pouca efetividade. O MDB, partido bastante heterogêneo, demorou para aderir a proposta e só o fez no momento em que o clima parecia ter esfriado. No início de 1979, o então senador Franco Montoro propôs a criação de um clima nacional pela abertura política, "para a concretização da almejada redemocratização" (MONTORO, 1979). A movimentação não foi de adesão total à proposta do governo, mas de cobrança. Como vimos acima, após algumas medidas que apontaram para uma maior institucionalização, liberdade de imprensa e criação de canais de diálogo com a sociedade civil, o governo apresentou medidas que retrocederam na ideia de abertura, como a eleição indireta para um terço do Senado em 1978. Montoro, ao reivindicar a criação de um clima, está, primeiramente, acusando o governo de o ter aniquilado, mas também está aceitando os termos e, portanto, o caminho proposto pelo governo. Sua crítica não se refere à abertura como uma política climática, mas à pouca efetividade das ações pela abertura.

Essa reivindicação do clima de abertura realizada por Montoro foi a tônica de boa parte dos críticos do governo. O sucesso em estabelecer o clima é demonstrado pelo fato de a parte principal da crítica ao governo ocorrer a

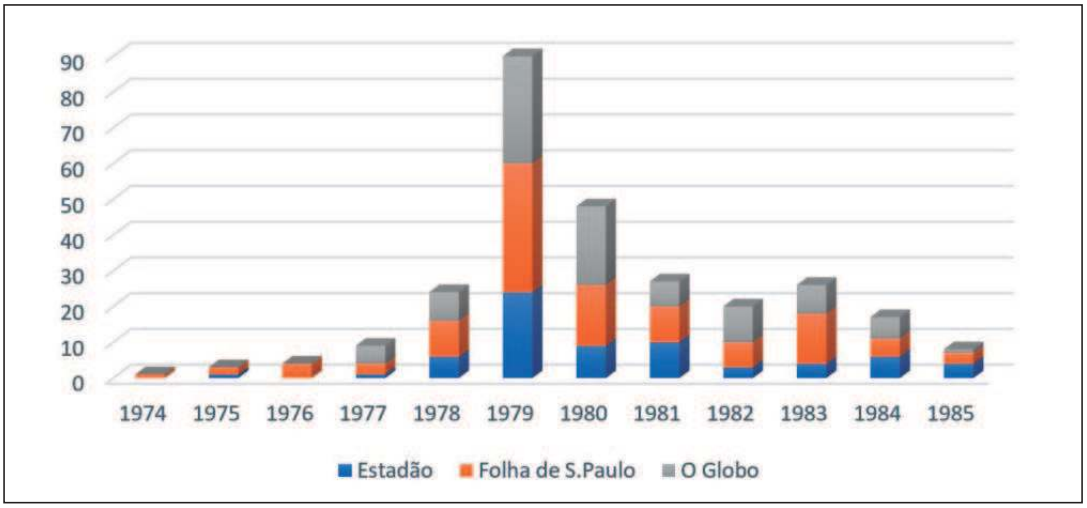
partir da ideia de que não se estava abrindo o suficiente. Podemos observar esse argumento em diversas esferas. Por exemplo, o então diretor do Departamento de Telecomunicações da TV Cultura, Paulo Roberto Leandro, afirmou que,mesmo sendo natural, "este clima de abertura que está chegando a todas as atividades tenha atingido também o telejornalismo". Até agora, "a abertura é mais um estado de espírito: o único dado concreto de que dispomos é que a censura formal acabou. A prática é que irá demonstrar o que é possível fazer" (TELEJORNALISMO, 1980). O mesmo sentido é visto na reportagem sobre a questão indígena: "O coronel Nobre da Veiga, até ser nomeado para a Presidência da Funai, era chefe de serviço de Segurança e Informação da Docegeo. Sua nomeação dá a clara impressão de que os povos indígenas ainda não foram atingidos pelo clima de abertura, e que estão em pleno regime ditatorial" (CIMI, 1979).

Curiosamente, foi a debilidade da abertura que fez com que o "clima de abertura" fosse amplamente reivindicado. O editorial da Folha de S.Paulo, de 13 de fevereiro de 1977, resume bem essa movimentação.

> Desde o início do governo Geisel, porém, o espírito distensionista tem-se irradiado por todo o tecido social. A imprensa, a Universidade, a Igreja (que de certa forma ajudaram a deflagrar o processo) foram sendo paulatinamente permeadas pela abertura política, e passaram a reproduzir, nessa mesma medida, a influência que sofriam.
> A melhor prova disso, tivemo-la há uma semana quando importantes segmentos do empresariado passaram a utilizar-se, também eles, do clima de abertura política para reivindicar seus interesses.
> Estimulada, por outro lado, pela pressão das dificuldades materiais ensejadas pela crise econômica, a distensão – ou, antes, seu espírito – foi-se passando para o âmbito da sociedade civil. (CREPÚSCULO, 1977)

Se olharmos para os números das ocorrências da expressão "clima de abertura" nos principais jornais (*Estadão, O Globo* e *Folha de S. Paulo*), é possível perceber como seu uso se intensifica exatamente nos anos de 1977 e 1978, o período em que o governo retrocede nas suas medidas de transição e abertura (especialmente pelo chamado Pacote de Abril, que, além da eleição indireta de um terço do Senado, estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos, reduziu de dois terços para a maioria absoluta o quórum para aprovação de alterações constitucionais, entre outras medidas).

Figura 1 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura".



Desde as primeiras medidas, em 1974 e 1975, o governo não apresentara nenhuma outra de impacto que pudesse demonstrar esforços ao processo de abertura. Em 1979, as evocações ao clima de abertura chegaram ao ápice por uma conjuntura bastante específica. A adesão à reivindicação de um clima de abertura pela oposição, frustrada com relação às poucas medidas governamentais, se somou ao novo fôlego do governo com a revogação do AI-5 em dezembro de 1978, pelo presidente Geisel, a chegada ao poder do novo presidente, Figueiredo, e a Lei da Anistia, que evocava em si a ideia de abertura com a ideia de abrir o país para os exilados. Dessa forma, o clima de abertura apareceu como um pressuposto amplamente compartilhado, seja para legitimar o governo, seja para legitimar reivindicações em campos variados.

Analisando as notícias e os textos jornalísticos de 1979, parecia haver consenso de que se vivia neste momento um clima de abertura, mesmo que não houvesse, longe disso, na verdade, consenso sobre o processo de abertura. Da sua evocação inicial pelo governo, acompanhada de algumas pequenas medidas legitimadoras, passando por sua forte contestação pelos retrocessos na abertura política nos anos seguintes, chega-se ao estabelecimento deste clima. Diferentemente do processo de abertura, que pode ser analisado por meio de medidas e ações, o estabelecimento do clima ocorre em outro nível da vida social. De forma que fracassos ou retrocessos na política de abertura não significaram recuo no estabelecimento do clima, ao contrário, podemos dizer que os questionamentos e as críticas ampliaram o escopo das evocações ao clima e, como um profeta, ao evocar, ia se tornando real.

Como vimos acima, parte das críticas ao governo se referia ao fato de o clima de abertura ter ficado restrito a certos campos, não chegando na questão indígena, por exemplo, ou na comunicação. Essas reivindicações levavam o próprio clima para essas áreas – indicando uma das características do clima, o contágio, o desprezo pelas fronteiras entre as esferas sociais. Nos jornais, as evocações iam se espalhando para outros cadernos. É o que podemos perceber nos jornais O Globo e Folha de São Paulo[9].

Figura 2 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura" em O Globo.

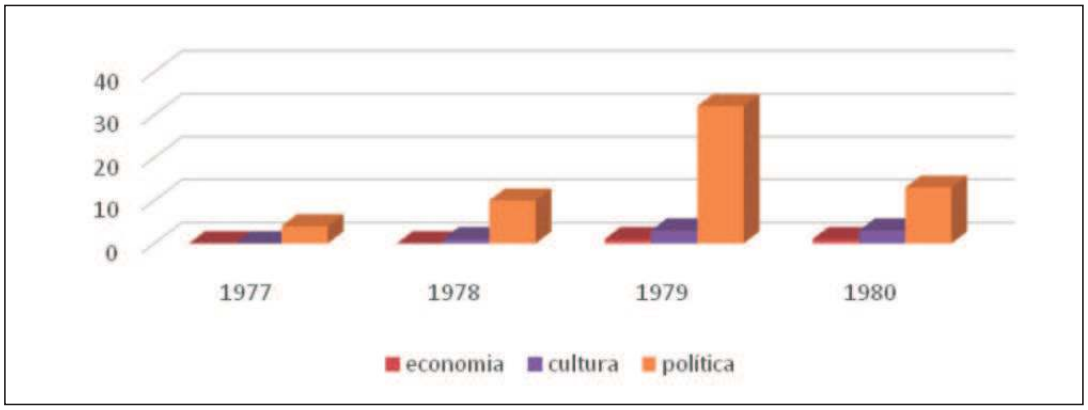
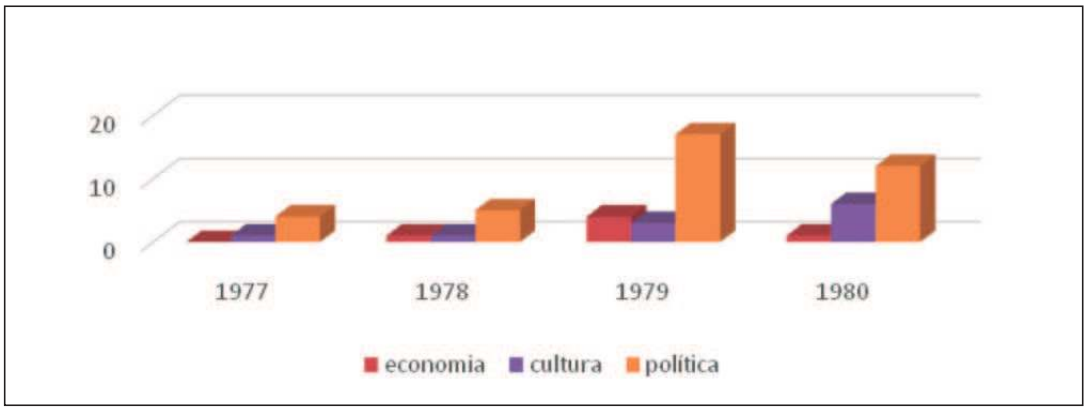


Figura 3 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura" em Folha de S. Paulo



Percebe-se que, nos assuntos de cultura, as ocorrências continuam crescendo, mesmo quando há redução na pauta política. Em 14 de dezembro de 1980, em reportagem sobre o crítico teatral Sábato Malgadi, afirma-se: "Para ele [Malgadi], o teatro não está sensibilizando o público porque a dra-

9 Optamos por esses dois jornais, pois O Estado de São Paulo não possuía uma divisão clara dos cadernos.

maturgia está cheia de metáforas e de contestações que já não têm sentido dentro de um clima de abertura que o Brasil vive" (METÁFORAS, 1980). No resumo diário de novelas, encontramos o seguinte sobre a novela "Memórias de amor": "O clima de abertura que envolve o país chegou à novela das seis. Tanto isso é verdade que o capítulo tratou, basicamente, de sexo". (MEMÓRIAS, 1979).

Em sua coluna, Artur da Távola elogiou os dois novos programas jornalísticos na televisão, "Canal Livre", na Bandeirantes e "Brasil-Debate", na Globo: "Louve-se o alto nível de ambos os debates e o invejável clima de abertura e franqueza nas perguntas e respostas em ambos os canais". (TÁVOLA, 1980).Em entrevista ao jornal O Globo, o músico Ruy Maurity foi perguntado: "O disco dá a impressão de que vocês estão mais à vontade, falando menos através de metáforas. O clima de abertura terá contribuído para isso?". Em resposta, afirmou: "Inconscientemente, influiu. Tivemos, anteriormente, poucos problemas com a Censura. Mas o eventual clima de liberdade relativa por ter influído numa descontração maior para compor, sobre isso não há dúvida" (CHRYSÓSTOMO, 1980).

Esses dois exemplos acima indicam um aspecto marcante do clima como fenômeno social. O clima é uma forma de sintonização coletiva, um ajuste coletivo de humores. Como estabeleceu Heiddeger ao tratar do conceito de *Stimmung*, existe a necessidade de sintonia do ser-aí e o mundo. O clima pode ser compreendido como essa frequência em que o sujeito se engaja, ou se vê nela e que é a disposição afetiva básica pela qual sente e age. As evocações nesses dois exemplos tratam dessa postura, da disposição existente no músico, nos entrevistadores e entrevistados que, mesmo que de aparência espontânea, vão dando um sentido de ambiência comum.

Figura 4 - Propaganda em O Globo, Rio de Janeiro. 27 de outubro de 1978. Rio. p. 15.



Considerações finais

No documento de 1973, Huntington postulou que uma das estratégias necessárias para a transição era criar uma base política em que as divergências fossem negociadas. Sugeriu o fortalecimento de um partido que pudesse servir de base de negociação entre setores da sociedade (usando o exemplo do PRI mexicano). Esse não foi o caminho seguido pelo governo brasileiro. Arena não teria a capacidade de se tornar um PRI, nem se tentou a criação de outro partido, como aventara Huntington. O caminho foi outro. Logo nos seus primeiros discursos como presidente, Geisel postulou um novo clima, de diálogo mais aberto. Este clima se constituiria como um espaço de negociação entre Arena e MDB e também de diálogo com lideranças da sociedade civil. Em certo sentido, a via pelo clima foi o complemento necessário para a transição da frágil institucionalidade partidária no Brasil.

As evocações, portanto, de um novo clima estavam direcionadas para as representações políticas e de setores, categorias e classes. Trata-se de um clima para negociações políticas, de identificação de demandas, formação de consensos. O clima, dessa forma, deveria ser usado para ajuste dos com-

portamentos políticos desses setores, abrir espaços a eles, aproximá-los para ganhar legitimidade e, ao mesmo tempo, adequá-los numa modulação que não assustasse os mais radicais no governo e nas Forças Armadas.

Dessa forma, o clima passou a ser um meio de legitimidade ou uma nova gramática política. Para ser ouvido, a fim de conseguir espaço, dever-se-ia evocá-lo. Passou a fazer parte do protocolo político. Há um caso curioso que mostra a extensão dessa gramática. Por terem participado de um protesto na visita do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, à cidade de São Carlos, estudantes e professores foram intimados a prestarem depoimento na delegacia. A reportagem do Estado de São Paulo afirma que, "Depois de uma rápida identificação dos presentes, o delegado Heleodoro fez uma explanação sobre o clima de abertura que vive o país, dissertou sobre a função do Deops e iniciou a tomada de depoimentos dos estudantes, prometendo liberá-los às 2 horas" (DELEGADO, 1980).

Como meio de legitimidade, o clima tem suas especificidades. Pelas características, como vimos acima, enfocava aspectos sutis e, muitas vezes, imprecisos dos posicionamentos. Considerando um contexto ditatorial, como saber o que rompe ou não com o clima? O clima de abertura como meio de disputa se constituiu de forma bastante desigual. Era como se qualquer desatenção da oposição pudesse ser a gota d'água. Qual seria a modulação aceitável para o governo? Se a mesa de negociação tem como base um clima, passa a ser alvo da ação ditatorial não só os posicionamentos, mas aspectos sutis ou formais. Esse excesso de controle não era novo, ao contrário, já havia *expertise* acumulada nos quadros e nas instituições governamentais por causa das censuras aos meios de comunicação e às artes. Opiniões e julgamentos do que deveria ou não ser adequado, que comportamentos, que conteúdos televisivos, que recursos poéticos eram válidos ou não, tudo isso já estava no ambiente. A política de transição por via climática mobilizava esse tipo de controle para a formação lenta e gradual do debate político.

O clima como objeto da política, no entanto, não revela apenas a busca por um controle afetivo e educação dos sujeitos políticos com fins, nesse caso, de evitar o elemento imprevisível da democratização. De outro lado, pela disputa do processo político, o clima passa a ser arma da oposição para cobrar medidas de democratização. Foi o que se vê a partir de 1977. Passa à oposição a palavra de ordem por um clima de abertura, incluindo a adjetivação que clama por efetividade, concretude. Nesse processo, o vazamento

do clima para outros aspectos da vida se torna frequente. A demanda por um novo clima vai contagiando as pautas mais diversas. Dessa forma, o clima passou a ser constatado como algo que envolveria ou deveria envolver toda a vida social, o ar pelo qual respirávamos o país. As consequências políticas e sociais desse contágio merecem atenção. Se a abertura foi um processo controlado de transição, cabe perguntarmos o que o clima de abertura produziu socialmente.

Referências

ANDERSON, Ben (2014), *Encountering affect: capacities, apparatuses, conditions*. Burlington: Ashgate.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos(1983), "Os limites da 'abertura' e a sociedade civil". *Revista de Administração de Empresas*, v. 23, n.4, pp.05-14.

CLOUGH, Patricia(2008),"The Affective Turn Political Economy, Biomedia and Bodies". Theory, *Culture & Society*, v. 25, n.1, pp. 1–22.

CODATO, Adriano(2005), "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia". *Rev. Sociologia e Política*, n. 25, pp. 83-106.

CONEJERO, Susan; ETXEBARRIA, Itziar (2007). "The Impact of the Madrid Bombing on Personal Emotions, Emotional Atmosphere and Emotional Climate". *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, pp. 273-287.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (1997), *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

DE RIVERA, Joseph(1992), "Emotional climate: Social structure and emotional dynamics". In: STRONGMAN, K. T. (org.), *International review of studies on emotion*, New York: John Wiley & Sons, pp.197–218.

DE RIVERA, Joseph; PAEZ, Darío (2007), "Emotional Climate, Human Security, and Cultures of Peace". *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, pp. 233-253.

DINIZ, Eli(1985), "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura". *Dados*, v. 28, n. 3, pp.329-346.

DUARTE, Celina (1983), "Imprensa e redemocratização no Brasil". *Dados*, v. 26, n. 2, pp. 181-195.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan (2012), "Introduction". *New Literary History*, v. 3, n. 43, pp. v-xii.

FLATLEY, Jonathan (2008), *Affective Mapping*: Melancholia and the Politics of Modernism. Cambridge: Harvard University Press.

FORGET, Danielle(1994). *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo: EDUSP.

GUMBRECHT, Hans Ulrich (2015), *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

HIGHMORE, Ben (2013), "Feeling our way: mood and cultural studies". *Communication and Critical/Cultural Studies*. v. 10, n. 4, pp. 427-438.

HOEVELER, Rejane (2012), Samuel Huntington e a transição gradualista no Brasil (1972-1974). *Colóquio Internacional Colapso das Ditaduras: Sul da Europa, América Latina, Leste Europeu e África do Sul* – História e Memória, Rio de Janeiro, Brasil, 24 a 26 de outubro.

HUNTINGTON, Samuel(1973), *Abordagens da descompressão política*. Manuscrito disponível no Arquivo do CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, Fundo Hebert José de Souza.

INWOOD, Michael (2002), *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LEMOS, Renato (2014), "A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64". *Tempos Históricos*, v. 18, 2º sem., p. 559-590.

LEWIN, Kurt; LIPPITT, Ronald; WHITE, Ralph (1939), "Patterns of aggressive behavior in experimentally created 'social climates'". *Journal of Social Psychology*, n. 10, pp. 271-299.

MASSUMI, Brian (2002), *Parallels of virtual: movement, affect, sensation*. Durham: Duke Universtity Press.

RIBEIRO, Santuza; BOTELHO, Isaura(2005), "A televisão e o poder autoritário". In: NOVAES, A. (org.). *Anos 70: ainda sobre a tempestade.* Rio de Janeiro: Aeroplano; Senac Rio, pp. 473-477.

SCHWARTZMAN, Simon (1969), "Desenvolvimento e abertura política" *Dados,* n. 6, pp. 24-56.

SEIGWORTH, Greg (2003), "Fashioning a stave, or, singing life". In: SLACK, J. D. (org.). *Animations of Deleuze and Guattari*, New York: Peter Lang, pp. 75-105.

Fontes:

A POSIÇÃO do governo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 de outubro de 1978, p.32.

ARENISTA: Radicais do MDB impedem distensão. *O Glob***o**, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1977, O País, p.6.

AS GRANDES metas do governo Geisel. *O Globo,* Rio de Janeiro. 20 de março de 1974, Capa, p.1.

AS GRANDES metas do governo Geisel. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1974. Capa, p.1.

CHRYSOSTOMO, A. "'Natureza', o sertão urbanizado na música de Ruy Maurity". *O Globo*, Rio de Janeiro. 15 de maio de 1980, p. 35.

CIMI faz crítica à nomeação na Funai. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 02 de novembro de 1979, p. 9.

COSTA expõe diretrizes do governo ao Ministério. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 de março de 1967. Primeiro caderno, p. 6.

CREPÚSCULO e alvorada. *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 13 de fevereiro de 1977. Primeiro caderno, p. 2.

DELEGADO detém os estudantes. *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, 25 de março de 1980. p. 2.

DELFIM e Simonsen irão depor na CPI dos salários. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 de agosto de 1978. Primeiro caderno, p. 47.

FRASES. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 de abril de 1979. Primeiro caderno, p. 2.

MÉDICI define os objetivos prioritários do governo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 3.

MEMÓRIAS de amor. *Folha de S. Paulo.* São Paulo. 19 de abril de 1979. Ilustrada, p. 48.

METÁFORAS e contestações, coisas de um teatro chato. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 14 de dezembro de 1980. Folhetim, p.9.

MONTORO quer criar clima para abertura. *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, 07 de fevereiro de 1979, p. 4.

PETRÔNIO: A democracia está sendo consolidada. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01 de março de 1974. O País, p. 3.

TÁVOLA, Arthur. "E de repente o Brasil também virou protagonista na televisão". *O Globo,* Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1980, p. 36.

TELEJORNALISMO, anos 80: terminou a censura, mas nem tudo está no vídeo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 03 de fevereiro de 1980, p.37.

Submetido em 22 de outubro de 2019
Aprovado em 17 de dezembro de 2019

(cc) BY

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.515

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Juventude e Políticas Ambientais: A Percepção e os Discursos de Jovens Brasileiros

Antonio Teixeira de Barros*

RESUMO

Este artigo analisa as percepções e os discursos de jovens brasileiros sobre as políticas ambientais na atualidade, com base em questionário com perguntas abertas e fechadas. Enfatiza-se as respostas abertas, as quais apresentam as justificações dos respondentes para as questões postas. O suporte teórico utiliza contribuições da sociologia ambiental e da sociologia da juventude. As principais conclusões indicam que a percepção dos respondentes é predominantemente pessimista, acreditando que o Brasil está regredindo em suas políticas ambientais. Quanto às autoridades eleitas que atuam ou já atuaram na defesa do meio ambiente, os jovens reconhecem em especial os vereadores, prefeitos e deputados estaduais, o que demonstra a primazia das políticas locais na percepção da juventude. Mais do que o ato de proferir discursos, os jovens atribuem importância à participação dos agentes públicos no debate ambiental qualificado com vistas à proposição de mudanças ou de aperfeiçoamentos das políticas ambientais.

Palavras-chaves: Juventude; Meio ambiente; Políticas ambientais.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

YOUTH AND ENVIRONMENTAL POLICIES: THE PERCEPTION AND THE DISCOURSES OF BRAZILIANS YOUNG

This article analyzes the perceptions and discourses of Brazilian young people about environmental policies today, based on a questionnaire with open and closed questions. The emphasis is on the open answers, which present the justifications of the respondents for the questions posed. The theoretical support uses contributions from environmental sociology and the sociology of youth.The main conclusions indicate that the respondents' perception is predominantly pessimistic, believing that Brazil is regressing in its environmental policies. As for the elected authorities that act or have already been active in the defense of the environment, young people especially recognize councilors, mayors and state deputies, which demonstrates the primacy of local politics in the perception of youth.More than giving speeches, young people attach importance to the participation of public agents in the qualified environmental debate with a view to proposing changes or improvements in environmental policies.
Keywords: Youth; Environment; Environmental policies.

Introdução

Para Acselrad (2001), o desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil está diretamente relacionado à consolidação do regime democrático e à capacidade do Estado de atender a demandas sociais sobre qualidade de vida e sustentabilidade ecológica. A sustentabilidade é definida como a capacidade de uma comunidade ou sociedade satisfazer suas próprias necessidades sem reduzir ou comprometer as oportunidades das gerações futuras (BROWN, 1988; BURNS, 2016). Como se pode observar, a questão geracional já está implícita no próprio conceito. Além disso, a cultura da sustentabilidade passou a ser associada diretamente à juventude (AUTIO; HEINONEN, 2004; BARROS, 2015a; PITELIS, 2013).

Segundo projeções oficiais, quase 33% dos 210 milhões de brasileiros são jovens e 85% deles vivem em centros urbanos com reconhecidos problemas ambientais. Esses cidadãosvivenciam variados modos de debate sobre a agenda verde, a qual provocou discussões que "permeiam diversas áreas da nossa vida, influenciando as regras que precisamos seguir ou mesmo buscando regular o modo de vida a ser vivido"(SILVA, 2016, p.206).

Do ponto de vista das políticas ambientais, o Estado exerce um papel central. Trata-se de uma concepção próxima à ideia de Giddens (2009, p.

96) de *Estado assegurador*, ou seja, significa que "o Estado é responsável por monitorar os objetivos políticos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável". Trata-se de uma visão similar desenvolvida por Sachs (2007) em seu conceito de *ecossocioeconomia*, segundo o qualo Estado também exerce protagonismo na definição de políticas de desenvolvimento sustentável em áreas estratégicas, como inovação tecnológica, industrial e energética (BARROS, 2015a; 2015b; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b).

Com base nesse cenário mais amplo, o artigo tem como objetivo analisar as percepções e os discursos da juventude brasileira sobre as políticas ambientais na atualidade, com foco nos atores institucionais dessas políticas, especialmente o Estado, os órgãos ambientais e os partidos políticos. Tal abordagem se justifica em razão dos argumentos apresentados acima acerca do papel do Estado e dos atores políticos na formulação e revisão das políticas ambientais, incluindo as leis.

O referencial teórico reúne contribuições da Sociologia Ambiental e da Sociologia da Juventude, a partir da constatação de que no Brasil, "a investigação em torno da relação entre juventude e meio ambiente tem se apresentado como campo de estudo ainda bastante incipiente tanto do ponto de vista da Sociologia Ambiental quanto da Sociologia da Juventude" (SILVA, 2016, p.220). Para o autor, a atenção dada às percepções juvenis sobre as questões socioambientais, salvo raras exceções, "aparece como subproduto de estudos que procuram traçar um perfil da juventude brasileira e, portanto, secundarizada em termos de fenômeno e interesse sociológico" (p.220). Esse vazio de investigações, no seu entender, com o qual concordamos, "tende a corroborar a necessidade de um investimento mais amplo em pesquisas, dentro da especificidade da temática, para que seja possível identificar um processo mais amplo, ou não, de ambientalização dos discursos e de práticas juvenis" (SILVA, 2016, p.220)

A metodologia consistiu na aplicação de *survey* aplicado com uma amostragem nacionala 1.225 jovens de 15 a 29, com questões fechadas e abertas, durante o mês de outubro de 2018. O questionário foi aplicado no formato do *Google Forms*, para facilitar a coleta de dados. Para a construção do questionário, utilizamos a técnica do *painel delphi* (LINSTONE; TUROFF, 1975; MARQUES; FREITAS, 2018). Trata-se de uma técnica que, entre outras finalidades, consiste na consulta à opinião de especialistas sobre as questões

mais adequadas para a elaboração de um questionário de pesquisa, a fim de conferir maior validade ao instrumento de coleta de dados de um *survey*. Foram oito os especialistas consultados, entre sociólogos, cientistas políticos e estudiosos sobre juventude.

A divulgação da pesquisa foi realizada durante dois meses (setembro e outubro de 2016) por meio das redes sociais digitais como *Facebook, Twitter, Google+* e *WhatApp*. Outra estratégia foi a divulgação entre websites e perfis de redes sociais de escolas, universidades e coletivos de jovens, abrangendo as cinco regiões geográficas do Brasil.O critério etário (15 a 29 anos) tem como base o Estatuto da Juventude (Lei Federal n. 12.852/2013), que estabelece as diretrizes gerais para as políticas de juventude no Brasil. Segundo essa lei,são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

As justificativas apresentadas nos itens abertos para comentários ajudam a compreender as percepções expressas nas respostas das questões fechadas. Isso porque os comentários livresapresentam visões muito diversificadas. Optamos, portanto, por agrupar os principais argumentos-chave, seguindo a técnica qualitativa da análise temática, entendida como agrupamento semântico das respostas, conforme o tema abordado pelos informantes(BARDIN, 2005).

Meio Ambiente e Juventude

McNeill (2001) considera o século XX como o século do ambientalismo. Para o autor, a história da política internacional é mais frequentemente contada através das guerras mundiais, da ascensão e queda de regimes políticos ou das crises econômicas. No caso do século XX, contudo, para o autor, apesar de eventos críticos como as guerras mundiais e a derrocada do comunismo, a história ambiental seria o principal legado do século XX. O debate sobre a crise envolvendo os *global commons* e osriscos ambientais também contribui para que o tema fosse posto em relevo na agenda pública global (HARDIN, 1998; VOGLER, 2012; ROHRSCHNEIDER; MILES, 2015; CHAFFIN et al., 2016; PEPERMANS, 2016; BIERMANN, 2017; RYAN, 2017).

Antes de serem incorporadas às arenas políticas, as pautas ambientais passaram por uma longa e complexa trajetória de variados tipos de ambientalismos, dos mais radicais (ecossocialismo), aos mais moderados que resultaram no chamado capitalismo verde ou ambientalismo liberal (SMITH,

2016; BRAND, 2015; CHAMBOREDON, 2015; WANNER, 2015).Destaca-se ainda o socioambientalismo, ao propor a superação das dicotomias existentes entre as questões sociais e ambientais, além de defender maior participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas ambientais (SANTILLI, 2005).[1]Diversos discursos se formaram antes das convergências para desenvolvimento e sustentabilidade ambiental (BARROS, 2015a; PERSSON, 2018; LIM, SØGAARD; WYBORN, 2018). Cada vertente possui a sua própria identidade, visto que cada uma delas constitui um campo particular de disputas, com sua natureza própria, seus interesses, suas lógicas e estratégias de ação (IRWIN, 2013). O reconhecimento de tal pluralidade é indispensável para evitar o equívoco do pressuposto de um pensamento ecológico único e monolítico, mesmo quando se trata do conceito de capitalismo verde ou ambientalismo liberal (YEARLEY, 2014; CHAKRABARTY, 2017; BARROS, 2018).

Conforme Inglehart (1977), o ambientalismo insere-se em uma nova ordem de necessidades, que transcende a esfera material e coloca na cena pública o debate sobre temas cuja força principal está no conteúdo simbólico, imaterial e intangível, embora o caráter econômico não seja excluído. Nesse sentido, para o autor, o ambientalismo provocou uma *revolução silenciosa* na política contemporânea, em termos de mudança de valores, especialmente nas sociedades mais avançadas, nas quais a agenda pós-materialista é mais intensa, especialmente nas metrópoles (IRAZÁBAL, 2017; IRWIN, 2013;HANNIGAN, 2014; DUNLAP; BRULLE, 2015). O debate sobre mudanças climáticas foi outro fator relevante nesse processo (LUKE, 2015; DUNLAP; MCCRIGHT; JERROD. 2016), combinado com outras questões associadas à sustentabilidade em suas várias dimensões (HANNIGAN, 2014; LEFF, 2015; JACOBBI; GIATTI, 2017; FRANCHINI, 2017; LEFF, 2017; IRAZÁBAL, 2017).

As gerações que atualmente estão na escola, na universidade ou ingressando no mercado de trabalho passaram por uma socialização em que o consumo passou a ser questionado e associado à crise ambiental (SCHARF; ROSA; OLIVEIRA, 2012). Assim, a socialização da juventude em contexto de crise ambiental e climática contribuiu para a construção de uma afinidade maior dos jovens em relação ao debate ecológico. A escola, enquanto espaço

1 Convém ressaltar que a literatura registra uma diversidade de nomenclaturas e classificações dos discursos ambientais. Dryzek (1997) ressalta quatro categorias: sobrevivencialismo, resolução de problemas, sustentabilidade e radicalismo verde.

educativo formal e de socialização, também passou a exercer um papel significativo para a formação dessas das gerações, no que tange às discussões sobre meio ambiente (CRISTO, 2017).

Em razão disso, alguns autores (KRISCHKE, 2008; SILVA, 2016) têm chamado a atenção para o fato de que a agenda ambiental tem representado um campo importante para o estabelecimento de nova cultura política entre os jovens. Além de uma sensibilidade maior dos públicos juvenis às informações e mensagens relativas às temáticas ecológicas, existem predisposições próprias da idade que favorecem o engajamento em projetos e práticas relacionados à sustentabilidade. Alguns estudos ressaltam que é notório o papel central da juventude na transformação dos modelos socioambientais (CARVALHO, 2012; SILVA, 2016). Apesar disso, outros autores chamam a atenção para a necessidade de um olhar mais crítico sobre esse engajamento:

> a associação mais imediata entre a juventude e o meio ambiente aponta para uma convergência incompleta, em que se percebe que os discursos de parte destes jovens estão bem distantes da prática efetiva de defesa, proteção e cuidados socioambientais. No entanto, isso não contradiz o fato de que a revalorização da natureza se tem se mostrado particularmente atrativa para o engajamento juvenil nas questões ambientais (SILVA, 2016, p.221)

Várias pesquisas sobre a relação entre juventude e política mostram que o afastamento dos jovens da política partidária não implica apatia ou rejeição à democracia (AUGUSTO, 2008; FLORENTINO, 2009; BARROS, 2018). Oliveira (2018, p.62) registra que os jovens passaram a preferir formas despartidarizadas de ação política. Como exemplo o autor cita a adesão preferencial de jovens a "grupos alternativos de arte, cultura, música, meio ambiente, movimentos de identidades, movimentos anarquistas, movimento étnico, dentre outros". Para o autor,

> a grande participação da juventude nesses grupos, se dá porque muitos desses espaços dialogam com as questões, necessidades e demandas juvenis. Além disso, são nesses espaços que muitos jovens se sentem inseridos, ganhando visibilidade, voz e participação, funcionando também como importantes espaços de afirmação (OLIVEIRA, 2018, p.62).

Outra forma de participação política e de ação associativa que atrai os jovens são os coletivos (MAIA, 2013), caracterizados pela liderança horizontal, a cooperação e o uso das mídias sociais. Isso explica a predisposição de segmentos juvenis para a participação democrática em coletivos, políticas e projetos ambientais, inclusive no âmbito governamental. Nesse processo, o consumo consciente passou a fazer parte das pautas e da agenda política da juventude, impulsionando projetos de ação coletiva juvenil voltados para a sustentabilidade e o combate ao excessivo consumo de produtos descartáveis, como os plásticos que se acumulam atualmente nos oceanos e prejudicam a fauna e os ecossistemas marinhos (DE LA TORRE, 2017).

No âmbito governamental, um exemplo específico de participação democrática juvenil na área ambiental foi o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), finalizado em 2015. O referido plano é considerado uma política pública "construída a partir da demanda das organizações juvenis" (SOUSA, 2017, p.13). Na mesma perspectiva, Batista, Becker e Cassol (2015, p.172) ressaltam que o PNJMA tinha entre seus princípios orientadores a participação juvenil em todas as suas etapas. Os autores destacam ainda que a concepção do PNJMA levou em conta o papel estratégico da juventude como agente de transformação frente à crise ambiental, no sentido de (re) construção de novos estilos de vida, em consonância com as diretrizes para uma sociedade mais sustentável, pautada pela noção de justiça ambiental. Outro exemplo é a pesquisa de Fernandes (2010, p.11), que aponta a relevância da participação juvenil nas políticas de educação ambiental, reconhecendo esse campo como um espaço de protagonismo dos jovens.

Os exemplos citados se referem à participação de segmentos muito específicos, mediante a atuação de representantes de entidades juvenis. Faltam espaços mais amplos para a participação juvenil nas políticas ambientais, especialmente no plano local(DE LA TORRE, 2017). Além disso, é cabível questionar até que ponto a representação na participação desses representantes é de fato democrática. Nesse sentido, é oportuno mencionar o estudo de Lüchmann (2007), que chama a atenção para a necessidade de se considerar o caráter democrático da representação no interior das práticas de participação.

Estudar as relações dos jovens com a sustentabilidade requer uma breve abordagem sobre o jovem como sujeito político. Segundo Bourdieu (1983, p.112), a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e

que o fato de "falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente".

Convém mencionar aqui o conceito de geração, que é central na sociologia da juventude, desde os estudos pioneiros de Karl Mannheim (1968), entendido como além da faixa etária, ou seja, no sentido de compartilhamento de determinadas experiências de vida, de construção de referências socioculturais. Cabe ressaltar o argumento de Mannheim de que a simples coexistência no mundo, no sentido cronológico, não pode ser considerado fator decisivo para assegurar que um grupo faça parte da mesma geração (COFFEY; FARRUGIA, 2014; ATTIAS-DONFUT, 2015; WALLACE; CROSS, 2018).

O estudo sociológico das gerações tem uma longa tradição, que remete a pensadores como Auguste Comte, François Mentré, Ortega y Gasset, Julian Marías, Karl Manhein e Wilhelm Dilthey, entre outros. A questão inicial, de ordem cronológica e biológica, estava centrada no tempo, ou seja, quando uma geração termina e a outra começa.Para Corsten (1999), no estudo das gerações, é necessário considerar um horizonte interpretativo, de fundo cognitivo, como catalisador de uma coincidência de diferentes perspectivas de tempo, que são biográficos, históricos e tempos de geração. O vínculo geracional é ancorado na vivência e na reflexão coletiva acerca desses acontecimentos. Dessa forma, as gerações participam dos mesmos acontecimentos históricos e compartilham estilos e regimes de vida, por meio da socialização (FEIXA; LECCARDI, 2010; BARGEL; DARMON, 2016).

No caso da relação entre gerações e sustentabilidade, é necessário considerar a multiplicidade de fatores que condicionam as experiências sociais dos jovens com as questões e práticas ecológicas, como, por exemplo, "a classe social de sua família, se sua moradia é em área rural ou urbana, se pertence ou não a grupos étnicos marginalizados, seu gênero, opção religiosa, dentre tantos outros recortes possíveis" (FLORENTINO, 2009, p.217).

Em outras palavras, embora a juventude seja representada sociologicamente como "uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencentes a uma dada faixa etária" (GOHN, 2013, p.205), as pesquisas recentes mostram que existem várias juventudes. Cada vez mais, os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente, o que requer olhares menos simplificadores. De modo geral, as culturas juvenis são mais fartamente associadas aos movimentos culturais, ao lazer, à contes-

tação política e às transformações sociais dos costumes e dos modos de vida (ROBERTS; PARSELL, 1990). O envolvimento das juventudes com a sustentabilidade é mais frequentemente associado ao senso de responsabilidade que aumenta na fase de transição para a adultez (MÜLLER, 2009; BRUNET; PIZZI, 2013;LOZANO VICENTE, 2014; VAN DE VELDE, 2015).

Na sociologia da juventude, é consensual a ideia de que os jovens não são uma categoria unívoca, mas uma categoria construída culturalmente. Chamama atenção, ainda, as múltiplas configurações e perfis de juventudes e as pluralidades de culturas juvenis, condicionadas pela época, pela globalização cultural, pelos contextos e locais, além das especificidades e variações da conjuntura econômica, política, cultural e educacional (LAGREE, 1992; GAUTHIER, 2002; REVILLA CASTRO, 2001; GALLAND, 2017).

Trata-se de uma crítica às abordagens essencialistas, que desconsideram as especificidades e contextualidades que interferem na produção social dos comportamentos e das condições do juvenil (REGUILLO, 2003). Numa perspectiva histórica, Castro (2009), argumenta que a categoria geração é processada pela história, a cultura e o contexto. Em outras palavras, mais do que um marcador social, a idade tem mais relação com a época em que o indivíduo é socializado e suas questões.

Análise dos Dados

O perfil dos respondentes mostra equilíbrio entre homens e mulheres, com 50,69 % do sexo masculino e 49,31% do sexo feminino, como se vê no Quadro 1. Os três níveis de faixa etária estão bem representados, predominando os de 15 a 19 anos, com 40,41%. Quanto à renda familiar, os segmentos mais expressivos encontram-se na escala de até cinco salários-mínimos (65,23%). Em relação à escolaridade, predominam os que estão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (90,44). Os residentes em capitais e regiões metropolitanas estão em maioria, com 72,16%, respectivamente. No que se refere à região geográfica, prevalecem os residentes nas regiões Norte e Centro-Oeste (63,51%), exatamente as que concentram as maiores quantidades de jovens do Brasil.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

SEXO	N	%
Masculino	621	50,69
Feminino	604	49,31
Subtotal	1225	100,00
FAIXA ETÁRIA		
15 a 19 anos	495	40,41
20 a 24 anos	386	31,51
25 a 29 anos	344	28,08
Subtotal	1225	100
RENDA FAMILIAR		
Até 2 salários-mínimos	402	32,82
3 a 5 salários-mínimos	397	32,41
6 a 10 salários-mínimos	205	16,73
11 a 14 salários-mínimos	123	10,04
Acima de 15 salários-mínimos	98	8,00
Subtotal	1225	100
ESCOLARIDADE		
Ensino Fundamental Completo	411	32,75
Ensino Médio Incompleto	398	31,71
Ensino Médio Completo	326	25,98
Curso Superior Incompleto	43	3,43
Curso Superior Completo	29	2,31
Pós-Graduação Incompleta	27	2,15
Pós-Graduação Completa	21	1,67
Subtotal	1255	100
LOCAL DE RESIDÊNCIA		
Capital	523	42,69
Região Metropolitana	361	29,47
Cidade do Interior	249	20,33
Povoado	92	7,51
Subtotal	1225	100
REGIÃO GEOGRÁFICA		
Norte	391	31,92
Centro-Oeste	387	31,59
Nordeste	219	17,88
Sudeste	126	10,29
Sul	102	8,33
Subtotal	1225	100

Fonte: Dados dos autores, 2018.

O questionário aplicado apresenta um conjunto de questões cujo foco são as políticas ambientais de responsabilidade de órgãos governamentais e atores políticos federais, estaduais e municipais. A principal justificativa para o enfoque representado pelo conjunto de perguntas aqui adotado deve-se à baixa quantidade de estudos que exploram tal perspectiva. Como já foi demonstrado anteriormente, o foco das pesquisas sobre juventude e meio ambiente tem explorado mais o engajamento em ações protagonizadas por coletivos, entidades do terceiro setor e voluntariado (FERNANDES, 2010; MAIA, 2013; DE LA TORRE, 2017).

A percepção dos respondentes sobre o ritmo das políticas ambientais brasileiras é bem diversificada, com perspectivas otimistas e pessimistas. Predominam, contudo, as visões dos que acham que o país está regredindo muito (43,43%) e dos que avaliam que o progresso é lento (20,73%). Aqueles que pensam que o Brasil já esteve melhor em relação às políticas ambientais somam 24,37%, os que avaliam que está progredindo somam 10,66%.

O pessimismo é justificado pelos respondentes, com base em exemplos recentes que são avaliados por eles como "retrocessos irreparáveis", como as modificações feitas pelo Congresso Nacional no Código Florestal em 2012. "As alterações feitas só favorecem o agronegócio e prejudicam os biomas brasileiros, com impactos ambientais muito negativos", como afirma um dos respondentes. Outros argumentos acionados se referem aos desastres ambientais, a exemplo do rompimento da barragem em Mariana, no Estado de Minas Gerais, em 2015. "Esses desastres não podem ser considerados acidentes e o Governo também é responsável, porque não pune de forma adequada os responsáveis e isso estimula a impunidade", argumenta outro informante.

Nesse sentido, os jovens que avaliam que as políticas ambientais estão progredindo explicam que isso se deve principalmente "às pressões internacionais, pois os casos de degradação da Amazônia chamam a atenção do mundo inteiro e isso força o Governo a adotar medidas legais para a proteção ambiental", conforme explica um dos informantes. Outro argumento complementar é que o"Brasil está sempre em evidência na mídia internacional devido aos problemas ambientais, principalmente pelo desmatamento da Amazônia, o que obriga os governantes a tomarem alguma medida legal". Nessa perspectiva, os jovens compreendem as políticas ambientais como reativas, ou seja, como resposta às pressões internacionais. É oportuno ressaltar que essa interpretação também aparece na literatura, conforme aponta

Barros (2015), ao analisar como a agenda internacional influenciou a formulação de políticas públicas ambientais no Brasil, desde a década de 1970, após a Conferência de Estocolmo, até a atualidade.

Na opinião dos que acham que o Brasil está progredindo, mas lentamente, ainda existem muitos entraves que impedem um avanço mais expressivo das políticas ambientais no Brasil, "[...] como a própria burocracia estatal, os interesses econômicos envolvidos e falta de compromisso governamental com políticas efetivas de combate aos crimes ambientais", conforme relata um dos informantes. Para os que pensam que o Brasil já esteve melhor em relação às políticas ambientais, a principal justificativa é que "os interesses do agronegócio estão cada vez mais fortes e evidentes, inclusive com a ampliação do número de parlamentares comprometidos com esse setor no Congresso Nacional". Para outro informante, "o predomínio dos interesses econômicos dos ruralistas no parlamento impede o avanço de políticas ambientais e de leis mais adequadas para garantir a preservação". Os que pensam que o Brasil está regredindo usam justificativas similares, mas de forma mais dramática, sob o argumento de que "o Congresso Nacional aprova anistia para os latifundiários e flexibiliza os critérios de fiscalização, a fim de evitar a punição dos grandes produtores da agricultura e da pecuária".

Esse panorama sobre as percepções e os discursos dos jovens é relevante para demonstrar a heterogeneidade de visões, a qual certamente resulta da diferenciação de experiências desses sujeitos no que se refere às políticas ambientais. Além disso, é necessário ressaltar a heterogeneidade de juventudes e de culturas juvenis, noção que também deve ser considerada quando se trata da questão ambiental (KRISCHKE, 2008). No caso do Brasil, isso é ainda mais evidente, considerando as diferenciais regionais e as experiências desses jovens no âmbito ecológico quando se trata de metrópoles, cidades médias e pequenas.

Perguntados se conhecem alguma lei de caráter ambiental aprovada nos últimos cinco anos, a maioria respondeu que sim (52,49%). Nesse caso, a lei mais citada foi o Novo Código Florestal, aprovado em 2012 (Lei Federal n. 12.727/12). Os que sabem que existem tais leis, mas não conseguem mencioná-las somam 37,22% e apenas 10,29% afirmam não conhecer as leis ambientais recentes. A menção quase unânime dos 52,49% mencionados certamente se deve à ampla visibilidade midiática do tema em função das controvérsias políticas geradas, conforme registra Ab'Sáber (2010). Segundo o autor, enquanto o debate internacional colocava em foco a adoção de me-

didas para reduzir as emissões de CO2, o projeto aprovado pelo Congresso Nacional teve como eixo a revisão das normas legais para flexibilizar a legislação brasileira, considerada pelos congressistas excessivamente rigorosa.

Além do Novo Código Florestal, também foi mencionada pelos informantes a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n.12.305/2010). Os jovens que a mencionaram destacam que "essa lei, apesar de ser muito importante para a qualidade de vida e a saúde da população, na verdade, ainda é uma promessa, pois aqui onde eu moro ainda não está sendo cumprida e o lixo ainda causa problemas à população local". Outro depoimento destaca a falta de fiscalização e de punição rigorosa para quem não cumpre a lei: "até o momento, não soube de nenhum tipo de punição para as Prefeituras que não fizeram seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, o que estimula a impunidade e o não cumprimento da lei".

Também foram mencionadas, em menor escala, a lei que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável (Lei federal 11.284/2006) e a lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal n.12.187/2009). Ambas foram lembradas pelos jovens sob uma perspectiva crítica. Quanto à primeira, um dos relatos destaca que se trata "de uma lei muito importante, mas que praticamente foi esquecida e quase não se fala mais dela e dos benefícios que ela poderia gerar para a preservação das florestas, mesmo permitindo a exploração econômica". A segunda foi mencionada por um dos respondentes como "uma lei para inglês ver, ou seja, foi anunciada somente para o Brasil ficar bem perante os demais países, sem nenhum efeito prático no plano interno".

Apesar de terem sido mencionadas apenas quatro leis, é interessante destacar como os discursos dos jovens revelam conhecimento crítico sobre a finalidade e os efeitos da legislação ambiental brasileira. Cabe destacar ainda que se trata de leis com ampla visibilidade midiática e uma com fortes vínculos com a cultura da Amazônia. Tanto é que a lei sobre as florestas foi lembrada e criticada por jovens da Região Norte do País.

Quanto à agenda legislativa sobre meio ambiente, ou seja, os projetos de leis em discussão, o maior nível de conhecimento dos informantes diz respeito ao nível local, o que compreende os projetos em discussão nas Câmaras Municipais dosVereadores, com 95,76% de respostas. No tópico do questionário aberto para comentários, os jovens justificam as razões que explicam essa preocupação maior com a agenda local.Os comentários se referem a

projetos de leis sobre a destinação de resíduos sólidos, planos municipais de meio ambiente, política municipal de proteção de mananciais e arborização de praças e parques públicos.

Além de estarem atentos à agenda ecológica local, os jovens manifestam preocupações e críticas acerca da condução e do andamento dessa agenda, especialmente quando se trata dos acordos políticos locais que, na maioria das vezes, segundo a interpretação deles, "dificultam a aprovação de leis ambientais ou resultam em leis mais brandas e menos eficientes para a proteção do meio ambiente", conforme revela um dos depoimentos. Outro informante ressalta que "parece que os políticos locais pensam mais em defender os interesses dos latifundiários, dos grandes produtores rurais e empresários do agronegócio do que na defesa ambiental propriamente dita".

É importante registrar que mais de 90% das menções a projetos de leis referiam-se ao âmbito das Câmaras Municipais dosVereadores e cerca de 10% das Assembleias Legislativas estaduais. Não houve menção a projetos de leis em discussão na Câmara dos Deputados e nem no Senado Federal. Esse vínculo preferencial dos jovens com o ambiente local reforça estudos que mostram que a vivência democrática tem como base o âmbito local, no qual o cidadão tem suas experiências mais concretas (BAQUERO; CREMONESE, 2009).

Segundo essa ótica, o espaço urbano local passa a ser concebido como estruturador da cultura, de suas dinâmicas e conflitos, incluindo os jovens e sua relação com o meio ambiente. Trata-se de uma visão ancorada na representação da cidade como território político (ACSELRAD, 2011), entendido como espaço de uso coletivo, de habitação, de trânsitos e de tensões entre habitantes, lideranças políticas e outros atores locais. Por essas razões, quando se trata de estudos sobre as juventudes, as relações políticas tecidas no âmbito local constituem "campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado aparecem de forma mais clara" (SPOSITO, 2006, p.239).

Nesse sentido, o estudo de Barros (2018c) mostra que, apesar do desencanto da juventude com a política e a democracia representativa, há maior afinidade desse segmento com as políticas locais. A explicação existente na literatura é que os jovens tendem a se envolver mais com as questões relacionadas a seu contexto político imediato, marcado pela constituição de suas relações sociais, da construção de seus interesses e suas preferências, com as mediações das relações de reciprocidade e proximidade física e simbólica (AUGUSTO, 2005; AUGUSTO, 2008; TEIXEIRA COELHO, 1997).

Estudos recentes mostram que o lugar (cidade, bairro, rua) constituiuma importante relação com a identidade dos jovens, um relevante marcador simbólico que representa a diferença em relação aos jovens que residem em outro local. O lugar também significa segurança, devido ao sentimento de pertencimento (MENEZES, 2015; JUNQUEIRA ET AL, 2015). A relação da juventude com o território vai além da dimensão material e política, pois implica sentimentos e afetos. A criação de laços sociais é que mobiliza esses atores para o cuidado em relação ao espaço onde (con)vivem (JUNQUEIRA ET AL, 2015). Essas razões reforçam as explicações sobre o maior interesse dos jovens inquiridos pelas políticas ambientais locais.

Conforme se lê no Quadro 2, os jovens consideram as ONGs ambientalistas as instituições mais atuantes na defesa do meio ambiente no Brasil, com 30,84%. O Ibama aparece em segundo lugar, com 18,78%. As demais instituições são pouco expressivas na percepção dos jovens, inclusive aquelas cuja atribuição principal é a defesa do meio ambiente, como a polícia ambiental (3,69%).Evidencia-se, ainda, o baixo reconhecimento dos partidos ecológicos, com apenas 2,99%, apesar de existirem três partidos de orientação ecológica no Brasil: o Partido Verde (PV), o Partido Ecológico Nacional (PEN)[2] e a Rede Sustentabilidade. Certamente, esse tipo de posicionamento dos jovens reflete a baixa confiança nos partidos políticos e nas instituições do Estado de modo geral, conforme mostram Barros e Martins (2016). No espaço do questionário destinado aos comentários, só houve registros de opiniões sobre a atuação das ONGs, os quais podem ser resumidos no seguinte relato: "Eu prefiro confiar nas ONGs, pois elas são mais transparentes e mostram que efetivamente estão empenhadas na defesa das causas ambientais".

É oportuno frisar o silêncio dos jovens em relação aos órgãos institucionais quando se trata das políticas ambientais. Apesar das menções ao Ibama (19,14%), não houve registro de comentários ou críticas à atuação de tal instituição. Destaca-se, outrossim, a baixa menção aos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais no âmbito local, como as Prefeituras (7,02%) e a falta de depoimentos sobre a atuação dessas instituições. Cabe ressaltar que o silêncio também funda e fundamenta o sentido (ORLANDI, 1997). Na visão da autora, o silêncio sobre algo chama a atenção para significar que se

2 O PEN mudou sua denominação para Patriota, em 2017, mas manteve em seu programa a proposta ecológica original, além de incorporar outros temas, como segurança pública e combate à criminalidade.

estabelece pela ausência ou pela *política do silêncio*, ou seja, o apagamento instituído de certos sentidos em determinadas conjunturas. Nessestermos, cabe questionar o que significa o silêncio dos jovens sobre a atuação das instituições públicas e dos partidos políticos na área ambiental.

Tais percepções são constituídas certamente pela relação dos públicos jovens com as fontes de informação ambiental, especialmente sob a perspectiva da confiança desses públicos nos emissores. Quanto a isso, o estudo de Gonzalez-Gaudiano e Maldonado-Gonzalez (2014)revela que as principais fontes de informação ambiental para a juventude são a TV em primeiro lugar, seguida das mídias sociais, professores, familiares, amigos, jornalistas e ambientalistas. Entretanto, ao serem indagados sobre a confiança nas informações relativas a questões ambientais, em primeiro lugar, estão os cientistas, seguidos dos ambientalistas, educadores ambientais, organismos ligados às Nações Unidas, aos professores, meios de comunicação, amigos e familiares. As fontes menos confiáveis para esse público são: empresários, Prefeituras Municipais, Governos estaduais e órgãos do Governo Federal. Isso explica grande parte dos dados expostos no Quadro 2, especialmente no que se refere às percepções positivas acerca das ONGs ambientalistas e o crédito menor aos órgãos governamentais, como as Prefeituras, o Governo federal, Congresso Nacional, Câmaras Municipais e Governos Estaduais, entre outros.

Quadro 2 - Que instituições você considera mais atuantes na defesa do meio ambiente no Brasil?

RESPOSTAS	N	%
ONGs ambientalistas	568	31,42
Ibama	346	19,14
Prefeituras	127	7,02
Governo Federal	121	6,69
Congresso Nacional	118	6,53
Câmaras Municipais dosVereadores	113	6,25
Governo do Estado	99	5,48
Poder Judiciário	93	5,14
Assembleias Legislativas estaduais	89	4,92
Polícia Ambiental	68	3,76
Partidos políticos alinhados com temáticas ecológicas	54	2,99
Outros	12	0,66
Não sei avaliar	0	-
TOTAL	1808	100

Fonte: Dados dos autores, 2018.

Em relação às autoridades eleitas que atuam ou já aturam na defesa do meio ambiente, os jovens mostram maior conhecimento sobre as autoridades locais, especialmente os vereadores (45,05%) e prefeitos (23,19%), seguidos dos deputados estaduais (21,33%), como se lê no Quadro 3. Novamente, observa-se maior conexão dos jovens com o âmbito local, quando se trata das políticas ambientais, conforme já foi ressaltado anteriormente. Entretanto, mais uma vez, não há registros de avaliações dos jovens acerca da atuação dessas autoridades, embora houvesse um campo no questionário para esse fim. Predominou o silêncio novamente, o que também é sintomático. Os jovens revelam que conhecem essas autoridades, principalmente os vereadores (45,05%) e prefeitos (23, 19%), mas manifestaram pouco entusiasmo para avaliar a atuação desses agentes públicos. Tal postura pode ser explicada certamente pela baixa confiança dos segmentos juvenis nos órgãos e atores governamentais, conforme já foi apontado anteriormente pelos estudos de Gonzalez-Gaudiano e Maldonado-Gonzalez (2014) e Barros (2018c).

Na análise das poucas respostas abertas, o "conhecer" limita-se praticamente à visibilidade pela mídia local. Certamente, essa é a principal forma de contato entre representantes e representados na atualidade, mas como se trata principalmente dos vereadores e dos prefeitos, é relevante o fato de haver pouca interlocução entre esses agentes públicos e a juventude, o que indica a baixa interação mediante eventos, conferências, debates e demais formas de discussão política presencial, uma das alternativas consideradas pelas teorias democráticas como viáveis no âmbito local, a exemplo dos minipúblicos e das células democráticas (FUNG, 2004).

Quadro 3 - Você conhece autoridades eleitas que atuam ou já atuaram na defesa do meio ambiente?

RESPOSTAS	N	%
Vereador	678	45,05
Prefeito	349	23,19
Deputado estadual	321	21,33
Governador	124	8,24
Deputado federal	23	1,53
Senador	6	0,4
Presidente da República	2	0,13
Não lembro	2	0,13
Não conheço	0	-
TOTAL	1.505	100

Fonte: Dados dos autores, 2018.

Ao serem questionados sobre as contribuições dessas autoridades, os informantes destacam o papel que elas exercem na qualificação do debate ambiental (14,29%), conforme exposto no Quadro 4. Praticamente com os mesmos percentuais, estão a apresentação de propostas para aperfeiçoar a legislação ambiental, a cobrança para melhorias na fiscalização, as denúncias em casos de omissão ou falta de atuação adequada dos órgãos ambientais e a apresentação de projetos de leis. As atribuições menos valorizadas pelos informantes são as campanhas de educação para a sustentabilidade, os possíveis alertas sobre riscos ambientais e os discursos. Isso mostra que os jovens valorizam mais aspectos pragmáticos do que discursivos quando se trata de políticas ecológicas, embora a qualificação do debate ambiental esteja em primeiro lugar.

A análise das repostas abertas mostra que, na visão deles, há uma diferença entre qualificar o debate ambiental e fazer discursos sobre temas ecológicos. No primeiro caso, estão comentários que associam essa qualificação diretamente com a formulação de propostas concretas, enquanto os discursos são associados a um modo de falar sem propósitos definidos e sem vínculo direto com um plano de ação. "Uma coisa é discutir para se tomar a melhor decisão e trazer benefícios para a cidade. Outra coisa é fazer discursos aleatórios, vazios de sentido e de aplicação", relatou um dos informantes da pesquisa. Outro jovem também é enfático, ao afirmar que "eu não tenho o menor interesse por discussões extensas e vazias, sem um objetivo definido e sem um plano concreto de ação". Por essa razão, os discursos de vereadores e prefeitos que se enquadram nessa perspectiva são criticados, por serem considerados "eleitoreiros", ou seja, com a única finalidade de obter votos, como mostra um dos depoimentos:

> O discurso ambiental eleitoreiro é repugnante, dá nojo e isso é muito comum durante as campanhas eleitorais, embora também ocorra durante todo o mandato de alguns políticos. É um discurso oportunista no pior sentido da palavra. A gente vê claramente que o cara não tem a menor afinidade com o tema, que nunca fez nada pela cidade em termos de ecologia, mas tem a cara de pau de se apresentar como defensor da natureza, quando se sabe que na prática defende os interesses de grandes produtores e devastadores.

Quadro 4 - De que forma essas autoridades contribuem para o aperfeiçoamento das políticas ambientais?

RESPOSTAS	N	%
Ajudam a qualificar o debate ambiental	237	14,29
Apresentam propostas para aperfeiçoar a gestão ambiental	232	13,98
Atuam na cobrança para aperfeiçoar a fiscalização ambiental	231	13,92
Denunciam casos de omissão ou de falta de atuação adequada dos órgãos ambientais	226	13,62
Apresentam projetos para aperfeiçoar as leis ambientais	217	13,08
Fazem discursos sobre temas ambientais	211	12,72
Alertam a sociedade e o cidadão sobre riscos ambientais	162	9,76
Promovem campanhas e ações de educação para a sustentabilidade	121	7,29
Outros	22	1,33
TOTAL	1.659	100,00

Fonte: Dados dos autores, 2018.

Em termos de políticas de sustentabilidade, a literatura sociológica atribui expressiva relevância ao papel do Estado, como indutor do desenvolvimento sustentável em áreas estratégicas. O foco é o desenvolvimento tecnológico e industrial, conduzido mediante novos modelos de planejamento, gestão e regulação, a cargo do Estado, ou seja, em consonância com o modelo de *Estado assegurador* (GIDDENS, 2010) e de *ecossocioeconomia* de Sachs (2007). É nesse sentido que os jovens reivindicam do Estado brasileiro, em primeiro lugar,medidas para reduzir o desmatamento das florestas (18,73%), leis mais severas para coibir as práticas prejudiciais à sustentabilidade (18,62%) e incentivos fiscais para empresas que adotem protocolos ecoeficientes na sua linha de produção (16,78%), entre outras medidas.

Até mesmo a ambientalização das práticas burocráticas é lembrada pelos jovens por meio da adoção de licitações verdes nas compras públicas (12,53%). Entre outras medidas relevantes na perspectiva dos jovens, estão incentivos fiscais para empreendimentos verdes na construção civil, na indústria automotiva e na fabricação de bens ecoeficientes (10,86%), aumento dos investimentos para pesquisa e inovação tecnológica sustentáveis (10,40%), incentivos fiscais para os consumidores que economizarem energia, água e gás (8,27%) e oferta de transportes públicos eficientes para evitar o uso individual de automóveis (8,27%). Em compensação, o apoio à criação de impostos verdes é baixíssimo (1,46%), consoante com os dados do Quadro 5.

Quanto aos discursos dos jovens, a ênfase está na falta de assertividade do Governo Federal para combater e reduzir os desmatamentos. Para a maioria dos informantes que se manifestaram no campo destinado à opinião, "é inaceitável que o Governo Federal não consiga conter a destruição das matas e florestas, a nossa maior riqueza natural", conforme manifestou-se um dos depoentes. Outro alega que o Governo "é incompetente para fiscalizar e punir os responsáveis pela destruição do verde, contribuindo para estimular ainda mais a devastação, por causa da impunidade. Outro jovem declara que "é vergonhoso para o Brasil o que acontece diariamente na Amazônia, com o desmatamento para o plantio de pasto e a venda ilegal de madeira". Em suma, os jovens atribuem ao Governo a responsabilidade pelo desmatamento, visto que a fiscalização é ineficiente: "Se o Governo não pune é porque não tem interesse de fato em combater o desmatamento", sentenciou um dos informantes da pesquisa.

Quadro 5 - Quanto ao papel do Governo Federal, quais os aspectos que você considera mais eficientes para o setor ambiental?

RESPOSTAS	N	%
Adoção de medidas para reduzir o desmatamento das florestas	978	18,73
Adoção de leis mais severas para coibir as práticas prejudiciais à sustentabilidade	972	18,62
Incentivos fiscais para empresas que adotem protocolos ecoeficientes na sua linha de produção	876	16,78
Adoção de licitações verdes nas compras públicas	654	12,53
Incentivos fiscais para empreendimentos verdes na construção civil, na indústria automotiva e na fabricação de bens ecoeficientes	567	10,86
Aumento dos investimentos para pesquisa e inovação tecnológica sustentáveis	543	10,40
Incentivos fiscais para os consumidores que economizarem energia, água e gás	432	8,27
Oferta de transportes públicos eficientes para evitar o uso individual de automóveis	123	2,36
Instituição de impostos para financiar projetos sustentáveis	76	1,46
TOTAL	5221	100

Fonte: Dados dos autores, 2018.

Conclusões

O foco do estudo foi analisar as percepções da juventude brasileira sobre as políticas ambientais, privilegiando a esfera governamental. A percepção dos respondentes é predominantemente pessimista, ao acreditarem que o Brasil está regredindo do ponto de vista de suas políticas para o setor ambiental. Essa percepção é influenciada por fatos recentes, como as alterações

no Código Florestal em 2012, flexibilização dos critérios para a liberação de agrotóxicos e falta de medidas efetivas para a punição de grandes empresas de mineração em casos de rompimentos de barragens.

No caso específico da revisão do Código Florestal, as alterações são avaliadas de forma negativa pelos informantes, sob a justificativa de que "foi um grande retrocesso em termos ambientais, pois favoreceu o desmatamento para a plantação de espécies agrícolas pelos grandes produtores do ramo do agronegócio". Outro dado que merece destaque é que a lei ambiental mais conhecida pelos jovens é o Novo Código Florestal, aprovado em 2012, embora seja também a mais criticada. As críticas e controvérsias certamente contribuíram para que a referida lei obtivesse maior visibilidade perante o público.

Quanto aos projetos em discussão, os informantes mostram maior conexão com a agenda ecológica local. Aqui é oportuno retomar os estudos citados na primeira parte do texto, que mostram essa afinidade dos segmentos juvenis com a esfera política local em seu sentido mais amplo, incluindo as políticas ambientais (BARROS, 2018c; MENEZES, 2015; JUNQUEIRA ET AL, 2015). Além da importância para a construção da identidade dos jovens, os espaços onde eles vivem e circulam geram vínculos de pertencimento, contribuindo para maior mobilização e engajamento em torno das questões que dizem respeito ao seu entorno imediato. Ademais, trata-se das gerações socializadas no contexto de intensos debates sobre a crise climática e apelos promovidos pelas mídias e pela escola em prol da conservação e proteção dos recursos naturais e o cuidado com o ambiente local (KRISCHKE, 2008; SCHARF; ROSA; CARVALHO, 2012; OLIVEIRA, 2012; CRISTO, 2017; SILVA, 2016).

É evidenciado o apreço dos jovens que participaram da pesquisa pelas ONGs ambientalistas no que se refere à atuação dessas entidades na defesa do meio ambiente. Essa preferência também foi registrada pela pesquisa de Gonzalez-Gaudiano; Maldonado-Gonzalez(2014). As instituições do Estado são pouco reconhecidas pelos respondentes. Até mesmo os três partidos políticos de orientação ecológica não gozam de visibilidade e reconhecimento dos jovens, um sinal de que esses partidos não conseguem estabelecer comunicação com a juventude. Esses dados reforçam e reiteram os estudos que mostram o distanciamento das juventudes da política representativa e dos partidos políticos (AUGUSTO, 2008; FLORENTINO, 2009; BARROS; MARTINS, 2016; BARROS, 2018c).

Quanto às autoridades eleitas que atuam ou já atuaram na defesa do meio ambiente, os jovens reconhecem em especial os vereadores, prefeitos e deputados estaduais, o que demonstra a primazia das políticas locais na percepção da juventude. Mais uma vez, registra-se a relevância do contexto local para os jovens informantes da pesquisa. Mais do que o ato de proferir discursos, os jovens atribuem importância ao debate ambiental qualificado com vistas à proposição de mudanças ou de aperfeiçoamentos das políticas ambientais.

Em relação ao Governo Federal, os jovens o concebem como um ator indutor, regulador e assegurador da sustentabilidade ambiental, devido à sua relevância nas políticas ambientais. O foco da atenção dos jovens é o desenvolvimento tecnológico e industrial, modulado por novos modelos de planejamento, gestão e regulação, a cargo do Estado, ou seja, em consonância com o modelo de *Estado assegurador* (GIDDENS, 2010). Nesse sentido, os jovens reivindicam do Estado brasileiro, em primeiro lugar,medidas para reduzir o desmatamento das florestas, leis mais severas para coibir as práticas prejudiciais à sustentabilidade e incentivos fiscais para as empresas adotarem medidas ecoeficientes.

Do ponto de vista específico dos discursos dos jovens, a análise das respostas abertas nos mostra que se trata de perspectivas altamente críticas, especialmente em relação à ineficiência do Governo Federal no que diz respeito às políticas de combate ao desmatamento na Amazônia e aos desastres ambientais. Os jovens também são críticos em relação ao âmbito local, especialmente no caso dos políticos que adotam o que eles denominam de "discurso ambiental eleitoreiro", ou seja, manifestações em defesa da preservação ambiental apenas com a finalidade de conquistar votos do eleitorado.

Em linhas gerias, a pesquisa mostra que, sob a perspectiva das políticas em prol da sustentabilidade ambiental, os jovens são atores relevantes na transformação social. Apesar de ainda haver poucos estudos com esse enquadramento, os dados mostram como os eles são agentes desse novo processo civilizador, representado pela ambientalização das práticas, das relações sociais e dos discursos sociais, especialmente no caso da (re)formulação e execução das políticas ambientais.

Nessa ordem de ideias, seria positivo para o protagonismo juvenil nesse processo de ambientalização das práticas sociais a oferta pelo Estado de um leque maior de mecanismos para promover a inclusão dos jovens na (re) formulação das políticas ambientais. Apesar de haver estudos que ressaltam

como a participação democrática de alguns segmentos juvenis foi positiva na área ambiental, a exemplo do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente (SOUSA, 2017; BATISTA, BECKER e CASSOL 2015), ainda há muitos espaços para incrementar essa participação, a qual poderia ser beneficiada pela predisposição das juventudes para o engajamento em atividades e projetos da área ambiental.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. (2010) Do código florestal para o código da biodiversidade. *Biota Neotropica*, v.10, n.4, p.331-335.

ACSELRAD, Henri. (2011) Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* v.1, n.1, p.79-90.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. (2015) *Sociologie des générations: l'empreinte du temps*. Paris: Fenix.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. (2005) Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social.* v.17, n.2, p.11-33.

AUGUSTO, Nuno Miguel. (2008) A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.81, p.155-177.

AUTIO, Minna; HEINONEN, Visa. (2004) To consume or not to consume? Young people's environmentalism in the affluent Finnish society. *Young*, v.12, n.2, p.137-153.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. (2009) *Eleições municipais 2008*: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Editora da UNIJUÍ.

BARDIN, L. (2005) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BATISTA, Natália Lampert; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. (2015) Um breve olhar sobre o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. *GeoTextos*, v.11, n.1, p.167-192.

BARGEL, Lucie; DARMON, Muriel.(2016) *Socialisation politique*. Paris: Centre Européen de Sociologie et de Science Politique.

BARROS, Antonio Teixeira. (2015) A Agenda Verde Internacional e seus Impactos no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.9, n.2, p.169-183.

BARROS, Antonio Teixeira; MARTINS, Lúcio Meireles (2016) Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na motivação e participação política partidária dos egressos**.** *Revista Debates*, v.10, n.2, p.95-114.

BARROS, Antonio T; MARTINS, Lúcio M. (2017) Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013). *Revista Latitudes*, v.11, n.1, p. 205-254.

BARROS, Antonio Teixeira. (2015a) Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. *Opinião Pública*, v.21, n.3, p.693-733.

BARROS, Antonio Teixeira.Agenda Verde Internacional e seus Impactos no Brasil. (2015b) *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, v.9, p. 160-191, 2015b.

BARROS, Antonio Teixeira. (2017a) The Internet as environmental media: strategies of Brazilian political parties. *Ambiente & Sociedade,* v.20, n.1, p.183-202.

BARROS, Antonio Teixeira. (2017b) Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena. *Contexto Internacional*, v.39, n.2, p. 421-442..

BARROS, Antonio Teixeira. (2018a) Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde. *Colombia Internacional*, v.94, p.111-141.

BARROS, Antonio Teixeira. (2018b) A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil. *Dados,* v. 61, n.2, p. 503-540.

BARROS, Antonio Teixeira (2018c). Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. *Sociedade e Estado, v.*33, n.3, p.849-886.

BIERMANN, Frank. (2017) *A World Environment Organization: solution or threat for effective international environmental governance?* London: Routledge.

BOURDIEU, Pierre. (1983) A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, p.112-121.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. Strategies of a Green Economy, contours of a Green Capitalism. 2015. In: VAN DER PIJL, Kees (Ed.). *Handbook of the international political economy of production.* Northampton: Edward Elgar Publishing.

BROWN, Lester R.; WOLF, Edward C. (1988) *Reclaiming the future*. New York: W.W. Norton..

BRUNET, Ignasi; PIZZI, Alejandro. (2013) La delimitación sociológica de la juventud. *Última década*, v. 21, n. 38, p.11-36.

BURNS, Tom R. (2016) Sustainable development: Agents, systems and the environment. *Current Sociology*, v.64, n.6, p.875-906.

CARVALHO, I. C. M.(2012) Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico (6ª ed.). 6. ed. São Paulo: Cortez

CASTRO, Lucia Rabello de. (2009) Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e* Pesquisa, v.25, n.4, p. 479-487.

CHAFFIN, Brian C. et al. (2016) Transformative environmental governance. *Annual Review of Environment and Resources*, v.41, n.123, p.399-423.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2017) The politics of climate change is more than the politics of capitalism. *Theory, Culture & Society*, v. 34, n. 2-3, p. 25-37.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. (2015) *Jeunesse et classes sociales*. Paris: Éditions Rue d'Ulm.

COFFEY, Julia; FARRUGIA, David. (2014) Unpacking the black box: The problem of agency in the sociology of youth. *Journal of Youth Studies*, v. 17, n. 4, p. 461-474.

CORSTEN, Michael. (1999) The time of generations. *Time & Society*, v.8, n.2-3, p. 249-272.

CRISTO, Hélio Souza de. (2017) *Juventude e meio ambiente*: narrativa de jovens ambientalistas do estado da Bahia. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação.

DE LA TORRE, Héctor M. G. (2017) Sostenibilidad de la acción colectiva en el marco de las políticas, programas y proyectos de juventud. Caracterización de una experiencia en México (2004-2015). *Ultima década*, Santiago , v. 25, n. 47, p. 3-43.

DRYZEK, J. (1997) *The Politics of the Earth*: environmental discourses. New York: Oxford University Press.

DUNLAP, Riley E.; BRULLE, Robert J. (2015) *Climate change and society*: Sociological perspectives. Oxford University Press.

DUNLAP, Riley; MCCRIGHT, Aaron; Yarosh H. JERROD. (2016). The political divide on climate change: Partisan polarization widens in the U.S. *Environment***:** *Science and Policy for Sustainable Development,* v.58, n.5: 4-23.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. (2010) O conceito de geração nas teorias sobre juventude.*Sociedade & Estado*, Brasília, Vl. 25 n. 2.

FERNANDES, Jaqueline. (2010) *Entre juventude e educação ambiental*: relações e reciprocidades na caminhada dos jovens do Projeto Sombra da Mata. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília.

FLORENTINO, Renata. (2009) Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens.*Opinião Pública*, v.14, n.1, p. 205-235.

FUNG, Archon. (2004) Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: Coelho, V. S. P., Nobre, M. *Participação e deliberação*: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: editora 34, p.173-209.

FRANCHINI, Matías et al. (2017) The challenges of the anthropocene: from international environmental politics to global governance. *Ambiente & Sociedade*, v.20, n.3,p.177-202.

GAUTHIER, Madeleine. (2002) La jeunesse: un mot, mais combien de définitions. *Définir la jeunesse*, n.43,p.9-27.

GALLAND, Olivier. (2017) *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin.

GIDDENS, Anthony. (2019) *The politics of climate change*. Cambridge, Cambridge University Press.

GOHN, Maria da Glória. (2013) Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n.2, p.205-221.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. (2019) O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Cadernos Gestão Social,* v. 2, n.1, p.9-26.

GONZALEZ-GAUDIANO, Edgar J.; MALDONADO-GONZALEZ, Ana Lucía. (2014) ¿Qué piensan, dicen y hacen los jóvenes universitarios sobre el cambio climático? Un estudio de representaciones sociales. *Educar em Revista***.** Curitiba , n. spe3, p. 35-55.

HANNIGAN, John. (2014) *Environmental sociology*. London: Routledge.

HARDIN, Garrett. Extensions of the tragedy of the commons. (1998) *Science, v.* 280, n.5364, p. 682-683.

INGLEHART, Ronald. (1977) *La revolución silenciosa*. Princeton: Princeton University Press.

IRAZÁBAL, Clara. (2017) *City making and urban governance in the Americas:* Curitiba and Portland. London: Routledge.

IRWIN, Alan. (2013) *Sociology and the environment*: a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: John Wiley & Sons.

JACOBBI, Pedro; GIATTI, Leandro Luiz. (2017) Nexos para a sustentabilidade: a busca por uma nova racionalidade. *Ambiente & Sociedade*, v.20, n.2, p.12-24.

JUNQUEIRA, Alice; SCARPELINI, João Felipe; MONTIEL,Talita. LA SALA, Safira de; QUENTAL, Cesar Augusto; CUNHA, Diego da; TANAKA, Emi et al. (2015) *Juventude e Território*: Um olhar jovem sobre governança da cidade. United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT).

KRISCHKE, Paulo J. (2008) Ecologia, juventude e cultura política. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, **v.**3, n. 2, p. 161-167.

LAGREE, Jean Claude. (1992) De la sociologie de la jeunesse à la sociologie des générations. *Les Sciences de l'éducation pour l'ère nouvelle*, v.3, n.4, p. 19-27.

LEFÈVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; Teixeira, Jorge Juarez Vieira. (2000) *O Discurso do Sujeito Coletivo.* Uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EdUCS.

LEFF, Henrique. (2015) Political ecology: a Latin American perspective. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.35, p.29-64.

LEFF, Henrique. (2017) Power-knowledge relations in the field of political ecology. *Ambiente & Sociedade*, v.20, n.3, p.225-256.

LIM, Michelle; SØGAARD JØRGENSEN, Peter; WYBORN, Carina. (2018) Reframing the sustainable development goals to achieve sustainable development in the Anthropocene—A systems approach. *Ecology and Society*, v. 23, n.3, sem paginação.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. (1975) *The Delphi method*: techniques and applications. Massachusetts: Addison-Wesley.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. (2007) A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova, n.* 70, p.139-170.

LOZANO VICENTE, (2014) Agustín. Teoría de teorías sobre la adolescencia. Última década, v. 22, n. 40, p.11-36.

LUKE, Timothy W. (2015) The climate change imaginary. *Current Sociology*, v.63, n.2, p.280-296.

MAIA, Gretha Leite. (2013) A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v.* 8, no. 1, p.58-73.

MANNHEIM, Karl. (1968) *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: Sociologia da Juventude, I. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. (2018) Método DELPHI. *Pro-Posições,* v. 29, n.2, p. 389-415.

MCNEILL, John Robert. (2001) *Something new under the sun***:** An environmental history of the twentieth-century world (the global century series). Norton & Company: New York / London.

MENEZES, Elisangela Ferreira. (2015) *A representação do lugar*: um estudo sobre juventude ribeirinha da comunidade de Nazaré-RO. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

MÜLLER, Elaine. (2009) Repensando a problemática da transição à adultez: contribuições para uma antropologia das idades. *Política & Trabalho*, v. 31, p.107-125.

OLIVEIRA, Sidney Santos. (2018) Juventudes e política: uma análise das formas e modalidades de participação dos jovens universitários da Grande Recife. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v.1, no. 12: 60-82.

ORLANDI, Eni. (1997) *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*.São Paulo: Cortez.

PEPERMANS, Yves and Maeseele, Pieter. (2016) The politicization of climate change: problem or solution? *Wires Climate Change*, v.7, n.4, p.478-485.

PERSSON, Johannes et al. (2018) Toward an alternative dialogue between the social and natural sciences. *Ecology and Society*, v.23, n.4, p.14-31.

PITELIS, Christos N. (2013) Towards a more 'ethically correct' governance for economic sustainability. *Journal of Business Ethics*, v.118, n.3, p.655-665.

REGUILLO, Rossana. (2003) Ciudadanías juveniles en América latina. *Última década*, v.11, n.19, p.11-30.

REVILLA CASTRO, Juan Carlos. (2001) La construcción discursiva de la juventud. *Papers:* revista de sociologia, n.63/64, p. 103-122.

ROHRSCHNEIDER, Robert and Miles, Matthew. (2015) Representation through parties? Environmental attitudes and party stances in Europe in 2013. *Environmental Politics*, v.24, n.4, p.617-640.

ROBERTS, Ken; PARSELL, Glennys. (1992) The Stratification of Youth Training. *British Journal of Education and Work*, v. 5, n.1, p. 65-83.

RYAN, Daniel. (2017) Politics and climate change: exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America. *Ambiente & Sociedade*, v.20, n.3, p.271-286.

SACHS, Ignacy. (2007) *Rumo à ecossocioeconomia:* teoria e prática do desenvolvimento. Cortez.

SCHARF, Edson Roberto; ROSA, Célio Paulo; Denise OLIVEIRA. (2012) Os hábitos de consumo das gerações y e z: a dimensão ambiental nos contextos familiar e escolar. *Contextus*, v. 10, n.11, p.48-60.

SANTILLI, Juliana. (2005) *Socioambientalismo e novos direitos*: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis LTDA.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves. (2016) Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? *Ciências Sociais Unisinos*, v. 52, n.2,p.214, 222.

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira. (2016) Reflexões teóricas acerca da "crise ambiental": possibilidades de novas orientações para as políticas públicas ambientais. *Ciências Sociais Unisinos, v.* 52, n. 2, p.205-213

SMITH, Richard et al. (2016) *Green capitalism: the god that faile***d**. London: College Publications.

TEIXEIRA COELHO, José. (1997) Cultura e cultura política dos jovens. *Revista USP*, n. 32, p. 156-165.

VAN DE VELDE, Cécile. (2015) *Sociologie des âges de la vie*. Paris: Armand Colin.

VOGLER, John. (2012) Global commons revisited. *Global Policy, v.* 3, no. 1, p. 61-71.

YEARLEY, Steven. (2014) The Green Case (Routledge Revivals): *A Sociology of Environmental Issues*, Arguments and Politics. London: Routledge.

WALLACE, Claire; CROSS, Malcolm. (2018) *Youth in transition: the sociology of youth and youth policy*. London: Routledge.

WANNER, Thomas. (2015) The new 'passive revolution'of the green economy and growth discourse: maintaining the 'sustainable development'of neoliberal capitalism. *New Political Economy*, v.20, n.1, p.21-41.

Submetido em 18 de fevereiro de 2019
Aprovado em 21 de outubro de 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: hhttp://dx.doi.org/10.20336/rbs.499

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma Análise Discursiva do Processo de Construção do Território da Tradição

Marcelo de Souza Marques*

RESUMO

Objeto de inúmeras pesquisas, a "arte de fazer panela de barro" na região de Goiabeiras, Vitória-ES, é um importante elemento da cultura capixaba. Contudo, algumas questões ainda carecem de maiores problematizações. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender o processo de construção discursiva do Território da Tradição, isto é, Goiabeiras-Velha. A metodologia consistiu em um estudo qualitativo, contando como principal instrumento metodológico a técnica de entrevista em profundidade. Os resultados demonstram que a construção desse território se relaciona a um processo discursivo de esvaziamento do espaço físico da região de Goiabeiras, englobando uma área para além do bairro de Goiabeiras.

Palavras-chaves: Paneleiras de Goiabeiras; Goiabeiras-Velha; Território da Tradição.

* É Cientista Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente, cursa o Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde integra o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE).
Email: marcelo.marques.cso@gmail.com

ABSTRACT

THE PANELEIRAS OF GOIABEIRAS VELHA A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF THE TERRITORY OF TRADITION

Object of several researches, the "art of make clay pans" in the region of Goiabeiras, Vitória-ES, is a important element of capixaba culture. However, some questions still needed greater problematization. In this sense, the present article aims understands the process of discursive construction of the Territory of Tradition, that is, Goiabeiras-Velha. The methodology consisted in a qualitative study, having as main methodological instrument the in-depth interview technique. The results demonstrate that the construction of this territory is related with a discursive process of empty of physical space of Goiabeiras region, includes an area beyond the neighborhood of Goiabeiras.
Keywords: The Paneleiras of Goiabeiras; Goiabeiras-Velha; Territory of Tradition.

Introdução

A região de Goiabeiras Velha, localizada na cidade de Vitória, capital capixaba, é nacionalmente conhecida como o "lugar" das Paneleiras, onde se situa o principal núcleo produtor de panela de barro no Espírito Santo[1]. Embora vastamente difundido pela mídia local e facilmente encontrada nas mais diferentes produções acadêmicas, a ideia de Goiabeiras-Velha[2] ainda carece de alguns esclarecimentos. Com o intento de contribuir com a temática, o objetivo neste artigo é compreender a construção discursiva do significante Goiabeiras-Velha como o "Território da Tradição das Paneleiras". Como argumentarei ao longo do artigo, ser Paneleira de Goiabeiras-Velha significa uma construção discursiva de uma inscrição territorial especial, indo além dos limites geográficos do bairro de Goiabeiras.

Seguindo uma agenda de pesquisa em desenvolvimento (NICOLE *et. al.* 2012; MARQUES; CALOTI, 2013; MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]), para este estudo, foram realizadas novas entrevistas em profundidade. Ao todo, foram entrevistados, entre 2015 e 2016, dezoito Paneleiras, o

1 Além de Goiabeiras, atualmente, existem pelo menos mais quatro polos produtores de panela de barro no Espírito Santo, a saber: Guarapari, Viana e Vila Velha, todos localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória, e São Mateus, na região Norte do estado.

2 A escrita Goiabeiras-Velha, com hífen, indica uma unidade de sentido especial, um elemento discursivo. Utilizarei a escrita Goiabeiras Velha, sem hífen, para indicar a região geográfica.

ex-prefeito de Vitória, Vitor Buais, a ex-diretora da 6ª Sub-Regional do Iphan no Espírito Santo, T. C. A., a gerente de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), P. B., e a então assistente social da PMV na época da construção da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), Julimar França[3].

Visando a uma melhor apresentação, a discussão foi estruturada em três subseções. Na primeira seção, abordarei teoricamente as noções de *memória* e *lugares de memória*, destacando a evocação discursiva de quatro significantes na estruturação da memória coletiva dos sujeitos. Na sequência, abordarei o processo de esvaziamento das fronteiras geográfico-espaciais que envolve a significação de Goiabeiras-Velha. Por fim, apresentarei as considerações, as quais destacam a construção do Território da Tradição para além de suas dimensões geográfico-espaciais e indicam a posição discursiva assumida pelas Paneleiras no contexto político-cultural local.

1. Goiabeiras-Velha: memória e lugares de memória na construção discursiva do Território da Tradição

A região de Goiabeiras, situada na capital capixaba, é nacionalmente conhecida como o local das Paneleiras[4], artesãs que produzem as famosas panelas de barro capixabas, utensílios diretamente relacionados ao preparo da igualmente conhecida moqueca capixaba. Essa identificação do bairro de Goiabeiras como o "território das Paneleiras" é um processo verificado desde os anos 1960 (PEROTA *et. al*. 1997; DIAS, 2006a; DOSSIÊ IPHAN , 2006; SIMÃO, 2008). Entretanto, foi somente a partir dos anos 1990, muito em con-

3 Vale destacar que nem todas as entrevistas referidas foram citadas diretamente neste trabalho, que é parte dos resultados de pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2017. Contudo, todas foram fundamentais para o desenvolvimento da análise de discurso empreendida no presente estudo.

4 Já no título do artigo, utilizei o termo "Paneleiras", no feminino. Como já problematizamos em outra oportunidade (NICOLE *et. al*., 2012), o ofício não é uma atividade exercida exclusivamente por mulheres. No entanto, embora a presença de homens na produção tenha aumentado desde a década de 1990, como já aponta Dias (2006a), e que hoje seja comum a presença masculina em todo o processo produtivo, e não apenas no auxílio em determinadas etapas, como foi em décadas anteriores, a confecção de panelas de barro é uma tradição marcada não só pelo grande número de mulheres em comparação ao de homens, mas, sobretudo, pela centralidade da figura feminina nas relações sociais que perpassam a cultura local. Devido a isso, manterei o uso do termo no feminino para indicar todos os sujeitos envolvidos na produção de panelas de barro em Goiabeiras – os homens envolvidos no processo produtivo se autonominan "artesãos".

sequência da construção do Galpão e da realização da Festa das Paneleiras, que a região fora potencializada como ponto turístico.

Voltando um pouco mais no processo histórico, considerando apenas os dados historiográficos, cujos primeiros registros documentais sobre a confecção de artefatos cerâmicos na região de Goiabeiras datam de 1815 – refiro-me especialmente às narrativas de Saint-Hilaire (1974) –, percebe-se que a identificação da região de Goiabeiras com a produção cerâmica é ainda mais antiga. Indo além do século XIX, Perota et. al (1997) destacam que sítios arqueológicos encontrados na região atestam a atividade cerâmica de grupos pré-históricos há cerca de 2.500 anos. Já na memória coletiva dos sujeitos, sobressai o discurso de "400 anos de história da tradição":

> Goiabeiras Velha, então... Acho que isso tem muita; alguma coisa a ver com essa cultura nossa, porque ela é muito antiga (...) eu acho que *aqui em Goiabeiras deve ter uns 400 anos só de panela de barro* (J. F. S., Artesão, 52 anos. Entrevista cedida no dia 13 de fevereiro de 2016).

> É uma cultura, do Estado é... Uma coisa típica do Estado; e também uma data pra ser comemorada, *que já é uma tradição há mais de 400 anos* (...). *Isso aqui é uma tradição que existe há mais de 400 anos*, que não pode ser mudada na área da forma de fazer (...). (L. J. S., Paneleira, 41 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2016).

> Essa argila aqui foi descoberta pelos índios. Eles ainda fizeram panela aqui ainda (...). Os índios que descobriram essa argila (...). *400 e poucos anos* (M. C. G. B., Paneleira, 86 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016)[5].

Sem o objetivo de traçar a genealogia da tradição, o fato que chama a atenção é que a produção de artefatos cerâmicos, destacadamente as panelas de barro, é uma atividade que se confunde com a própria história da região de Goiabeiras e da capital Vitória: o bairro passou a ser significado pelos sujeitos como o "local" dessa tradição, um "local" construído como uma forma de se distinguir de outros núcleos produtores de panela de barro e, assim,

5 A transcrição das entrevistas com as Paneleiras foi realizada mantendo-se o mais fiel possível à oralidade dos entrevistados.

demarcar politicamente o Território da Tradição.

A construção discursiva do Território da Tradição, cujo processo busca atribuir uma historicidade e apresentar lugares comuns em torno dos quais giram diferentes significações dos sujeitos, evidencia o que, a partir de um diálogo com Nora (1993), compreendo como a *necessidade de memória*: os sujeitos necessitam ansiosamente atribuir certo *fundamento* à própria existência enquanto grupo, "sedimentando-o como verdade[6]".

A *necessidade de memória* surge "porque ela [a memória] não existe mais" e se há locais de memória é "porque não há mais meios de memória" (NORA, 1993, p. 7). Essa *falta*, expressa na afirmação do autor "porque ela não existe mais", não é algo que simplesmente escapa aos sujeitos pela impossibilidade de acessar a uma "memória" que por ventura poderia ser considerada como "verdadeira", mas, também, por ser uma *falta constitutiva* que, ao se fazer e não se fazer presente, expressa, simultaneamente, *impossibilidade* e *necessidade*: não podendo acessar a uma (suposta) "verdadeira memória", uma vez que a possibilidade de uma significação final da realidade escapa constantemente aos sujeitos, faz-se necessário aos sujeitos acessar alguma memória como atribuição de sentido, mais ou menos coerente, ao ambiente no qual está inserido.

Nesse processo, ao enquadrarem-na discursivamente, os sujeitos criam suas memórias, seus mitos de origens, suas tradições. Nesse sentido, Pollak (1992) sustenta que o "trabalho de enquadramento da memória" não se limita aos historiadores e ao campo da História. Trata-se de qualquer ação voltada à atribuição de coerência ao social a partir do preenchimento da *falta* realizado pela evocação da memória coletiva; algo que, como destaca Guarinello (1994, p. 1989), acontece o "tempo todo" como "um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder".

É nesse sentido que a *falta* é, ela mesma, *constitutiva*. Isso indica que, na impossibilidade de um centro fundante, de uma verdadeira origem do social, abrem-se possibilidades de estabelecimento de *fundamentos parciais* que cumpram essa função, "sedimentando-se como verdade". Pensando em termos de memória, isso significa que se abrem possibilidades de diferentes

6 Ao dizer "sedimentando-o como verdade", estou apresentando um argumento propositalmente redundante. Isso porque a ideia de *sedimentação* indica a busca pelo ocultamento da contingencialidade e da precariedade de todo e qualquer discurso, apresentando-o como verdade, fundamento (LACLAU, 2000).

significações da ideia de memória, tornando-a possível como um esforço parcial de construção dos mitos de origem de um determinado local, de uma determinada cultura. Em outras palavras, uma invenção mítica, enquanto centro fundante, que visa atribuir certa coerência ao social (*sedimentação discursiva*). Isso permite dizer que a "não existência da memória", entendida como um ponto de origem singular, um *fundamento último* do social, é sua própria condição de existência[7].

Essa busca pela memória, como destaca Halbwachs (1990), por mais individual que possa parecer, será sempre um ato de (re)construção coletiva, uma fixação histórica coletiva que remete à interação com o "Outro", mas que, contrariando Halbwachs, não indica uma ação integradora, e sim de diferentes memórias que podem entrar em disputa. Isso porque, como nos chama a atenção Guarinello:

> A memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes (GUARINELLO, 1994, p. 189).

Não há, nesses termos, uma memória verdadeira a ser descoberta, decifrada. A memória "é um fenômeno construído" (POLLAK, 1992, p. 204), logo, não há nada de essencial em si. A memória, portanto, é (re)negociada, (re)inventada, flutua no decorrer das relações sociais cotidianas (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992). Como veremos na sequência, a construção do significante Goiabeiras-Velha está diretamente relacionado à evocação da memória coletiva dos sujeitos operada a partir de um conflito com o Governo do Estado entre finais dos anos 1980 e ao longo da década seguinte.

A memória, assim compreendida, é sempre uma "invenção" (HOBSBAWM, 2008). Nesse processo, evidenciam-se as evocações de *lugares de memória*, entendidos de forma ampla como lugares espaciais, lugares abstratos, lugares simbólicos, monumentos, festividades, datas, entre outros que passam a ser mobilizados na construção da memória (NORA, 1993, p. 13 [Grifos meus]):

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há

7 Para uma leitura sobre os processos de fundamentação, desfundamentação e fundamentos parciais, conferir Graeff, Nascimento e Marques (2019).

> memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memórias.

Significados pelos sujeitos, os *lugares de memória* evidenciam a produção de um sistema de diferença, de uma unidade de sentido. Embora os *lugares de memória*, sobretudo os lugares físico-naturais, sejam lugares que "sempre estiveram ali", nem sempre, "existiram" como pontos de identificação na construção da memória coletiva dos sujeitos. Os "lugares" só se tornam *lugares de memória* quando significados pelos sujeitos como pontos de identificação de seu discurso. Esse processo, contudo, deve ser compreendido a partir do contexto, pois nem todos os objetos do mundo da vida (*Lebenswelt*) são significados como *lugares de memória*, ou não são significados como tais em um determinado momento.

No caso das Paneleiras de Goiabeiras, quatro elementos surgem como *lugares de memória* no processo de *sedimentação discursiva* dos sujeitos na construção de seu território, isto é, Goiabeiras-Velha, quais sejam: o barreiro[8], o manguezal, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) e a Festa das Paneleiras. A evocação desses significantes em um determinado contexto, e sua sustentação ao longo do tempo, é fundamental para a compreensão da construção da ideia de Goiabeiras-Velha.

1.1. Os *lugares de memória*: o barreiro e o manguezal

O barreiro e o manguezal são lugares que, embora de grande importância para a existência e manutenção do ofício das Paneleiras, somente a partir de um contexto mais ou menos específico que passaram a ser significados pelos sujeitos como *lugares de memória*.

O momento detonador do processo de significação desses significantes

8 Denominação popular para a área de extração do barro utilizado na confecção das peças cerâmicas.

ocorreu entre os anos 1980 e 1990. Naquele contexto, as Paneleiras encontravam-se diante de dois problemas. De um lado, sentiam a crescente dificuldade de manter a produção e a comercialização das peças cerâmicas nos quintais de suas casas. De outro, viram-se diante do risco iminente da perda do acesso à principal matéria-prima, o barro.

Antes de adentrar na questão da evocação do barreiro e do manguezal como *lugares de memória*, uma rápida digressão se faz necessária para uma visão mais abrangente desses dois problemas. Além disso, a retomada desse contexto permitirá uma melhor compreensão do processo de criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), outro importante elemento presente no discurso de tradição desses sujeitos.

Com relação à dificuldade de manter a produção e a comercialização das peças cerâmicas nos quintais de suas casas, havia uma ligação direta entre a redução do espaço dos quintais, verificada já a partir dos anos 1970, e as modificações urbanísticas e populacionais pelas quais passou a região de Goiabeiras. Como destaca Simão (2008), até os anos 1940, Goiabeiras era uma área rural, com infraestrutura deficiente e isolada do restante da capital. Os poucos núcleos familiares da região tinham como principal atividade econômica e de subsistência a pesca, a cata de mariscos e a produção de panela de barro.

Esse quadro começou a ser alterado a partir dos anos 1960-1970, momento em que Vitória passou a contar com uma série de investimentos públicos e de setores privados que modificariam radicalmente a cidade. Naquele período, como destaca o Dossiê IPHAN 3 (2006, p. 19), a região de Goiabeiras, que até então havia ficado relativamente fora do processo de urbanização da capital, presenciou a implementação do "campus da Universidade Federal do Espírito Santo, seu primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação e as correspondentes vias de acesso".

Paulatinamente, a então vila de pescadores e de Paneleiras passou a receber novos fluxos populacionais e sentiu os reflexos da expansão e dos novos investimentos da região, sobretudo a expansão da atividade portuária do Porto de Tubarão. A região chegaria aos anos 1980, completamente modificada em relação à estrutura de três décadas anteriores (DIAS, 2006a; SIMÃO, 2008).

Até meados dos anos 1980, o processo produtivo e comercial das panelas de barro em Goiabeiras ainda se concentrava nos quintais e nas garagens das casas das famílias produtoras. Como observa Simão (2008), a produção

de panela de barro no ambiente residencial estava inscrito em um sistema social mais amplo e complexo, marcado por interações socioculturais que englobavam o próprio fazer: o fazer panela de barro, nos quintais, envolvia não só a família proprietária do quintal, mas também contava com a ajuda de amigos e parentes. Mais do que a produção de um bem cultural com valor der troca, esse momento de ajuda mútua significava o fortalecimento do capital social local (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Os quintais, desse modo, representavam mais do que o "simples" local de produção de panela de barro. Naquele contexto, também eram "lugares de produção de sociabilidade, de extensão e de ajuda mútua, que muito contribui para a compreensão das relações sociais de produção dessa localidade" (SIMÃO, 2008, p. 168).

Todavia, com as modificações em curso na região de Goiabeiras, desde os anos 1960, aos poucos, os quintais foram pressionados pelo avanço imobiliário; Goiabeiras passou a receber novos moradores. Outro fato a ser destacado refere-se aos novos núcleos familiares das Paneleiras. Com os casamentos de filhos(as) e netos(as), novas casas e "puxadinhos" foram construídos, diminuindo o espaço livre dos quintais.

Além desse processo gradativo de diminuição dos quintais, as Paneleiras se deparavam com as consequências advindas do desenvolvimento urbano da capital. Com as melhorias de infraestrutura pelas quais passou a região, aos poucos Goiabeiras se tornou mais acessível aos consumidores, turistas e comerciantes que passaram a ir diretamente a Goiabeiras comprar as peças cerâmicas, potencializando a mercantilização dos produtos (DIAS, 2006a; 2006b; MARQUES; CALOTI, 2013).

Assim sendo, as Paneleiras se viram diante da dificuldade em manter a produção nos quintais e de ampliarem-na frente ao aumento da demanda. Diante disso, muitas se viram obrigadas a trabalhar para outras Paneleiras que ainda possuíam quintais amplos, como foi o caso de Dona Melchiadia, ou para o Sr. Arnaldo, que possuía um Galpão e contava com mão de obra das artesãs; é o que nos narra uma das entrevistas:

> Olha, naquela época num existia ainda o galpão das Paneleiras, nós trabalhava nas casas. Eu tenho minha tia Melchiadia, eu trabalhava pra ela, eu, minha irmã, minha cunhada, minhas irmãs tudo trabalhava na casa dela. Nós trabalhava assim pra ela, ela pagava a gente, assim, um jeito que desse pra ela pagar, ela pagava, e na época antes

> de eu fazer panela ainda, como minha mãe fazia, existia um moço aqui que o nome dele era "seu Arnaldo", ele tinha um galpão, que era lá na avenida, [para] quem vai para o aeroporto. Ele que comprava a panela deles pra revender ou se não, muitas vezes ele botava panela dentro de um saco de estopa e ia pra Vila Rubim vender (B. C. N. Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Foi diante desse quadro que, nos anos 1980, as Paneleiras passaram a se organizar e a reivindicar um local coletivo que permitisse manterem-se ativas em seu fazer. Essa foi a principal reivindicação das artesãs após a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), em março de 1987. Esse fato se confirma entre os objetivos constantes do Estatuto da APG (1987), a saber: "Construir sede própria, com um galpão para administração, depósito, comercialização e produção" (1987, s/p). No ano seguinte à criação da APG, as Paneleiras, apoiadas pela municipalidade de Vitória, conseguiram seu primeiro Galpão e, na sequência, organizaram, juntamente à Prefeitura, a primeira Festa das Paneleiras.

Após essa breve contextualização, voltarei às questões relacionadas à evocação do barreiro e do manguezal como *lugares de memória*. Foi também nesse contexto dos anos 1980 e 1990 que as Paneleiras se depararam com o risco de perda do acesso ao barro. Isso porque o Governo do Estado, por meio da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), intentava a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área do barreiro. O início do conflito ocorreu em 1988, quando o Governo do Estado decretou como utilidade pública e desapropriou a área do Vale do Mulembá, onde se localiza o barreiro, para a construção do empreendimento[9]. Foi diante desse conflito que as Paneleiras passaram a significar o barreiro como *lugar de memória*.

A relação antagônica com a CESAN, percebida como um "inimigo" que colocava em risco o acesso à principal matéria-prima da produção cerâmica local e, com isso, a manutenção do saber-fazer e dos próprios sujeitos em sua identificação como Paneleiras, foi determinante para que os sujeitos passassem a se articular politicamente entre si e com setores do Estado, como a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que passou a assessorá-los no processo de construção e organização da APG, e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, já na década de 1990, iniciaria

9 Decreto n° 3690-E, de 25 de janeiro de 1988.

a pesquisa que asseguraria o Registro do Ofício das Paneleiras como Patrimônio Imaterial do Brasil, o que aconteceu no ano de 2002.

Nesse processo, os sujeitos passaram a atribuir certos sentidos ao barreiro, fazendo alusão *à tradição do ofício no local* (discurso de "400 anos de história da tradição"), ao direito ancestral de utilização e exploração da jazida ("barro usado por nossas avós, bisavós, ou, antes mesmo, pelos índios"), evidenciando que o barreiro era um *local especial para os sujeitos e sua cultura*. Como destaca Dias (2006a):

> O Barreiro foi reivindicado como fonte "inesgotável" da matéria-prima que fundamenta o processo produtivo do grupo, de modo que sua preservação significava a continuidade da estrutura que as mulheres criaram para si. O Barreiro, como o lugar da matéria dessa tradição, é parte do território, assim como Goiabeiras. O Barreiro representava o local onde as mulheres buscavam a legitimação "ancestral" do seu fazer (…) já que extraem barro dali desde que começaram a fazer panelas. Lutavam pelo que acreditavam ser seu por direito, mas também pelo reconhecimento (DIAS, 2006a, p. 94).

Esses sentidos discursivos foram reafirmados pelas instâncias estatais que se encontravam articuladas às Paneleiras. Tanto a PMV como o IPHAN passaram a destacar a importância do barreiro para as Paneleiras e para a cultural local. Essa ampliação da *articulação discursiva*[10] em torno do barreiro e das Paneleiras fica claro na fala de Vitor Buaiz, então Prefeito de Vitória no contexto do conflito com a CESAN:

10 A partir da teoria do discurso em Laclau e Mouffe (2015), articulação discursa é compreendida como o processo de constituição do discurso propriamente dito. Nessa prática, diferentes *elementos* (identidades diferenciais) passam a se articular discursivamente em torno de um corte antagônico (exterior constitutivo), apresentando demandas especiais. No processo de articulação, instante em que os *elementos* passam a compartilhar suas particularidades, tornam-se *momentos* (identididades equivalenciais) em relação à articulação, formando uma estrutura discursiva. O início da construção do dicurso de "tradição" das Panelerias, o que perpassa a significação do "local da tradição", isto é, Goiabeiras-Velha, envolveu diferentes *elementos* (as Paneleiras, a PMV, o IPHAN) na relação antagônica com a CESAN, que colocava em risco o acesso à principal matéria prima das Paneleiras e, consequentemente, a perpertuação do ofício dos sujeitos. Para a PMV, que, entre outas demandas, visava à divulgação turística da capial, bem como para o IPHAN, que estava iniciando a pesquisa que daria origem ao Registro do Ofício das Paneleiras, as pretenções da CESAN também colocavam em risco suas demandas. Ao se articularem às Paneleiras, tornaram-se *momentos* em relação à *articulação discursiva* em torno do discurso de tradição das Panelerias.

> Tinha que preservar aquele mangue ali da ilha de Vitória, um dos maiores do país, (...) e garantir que aquilo continuasse sendo uma tradição da cultura capixaba e pudesse chegar aonde chegou hoje (...). Também teve a discussão com a CESAN, porque o barreiro era o único que havia aqui na cidade de Vitória, e a CESAN queria construir uma estação de tratamento de esgoto... Então a Prefeitura comprou a briga, comprou a briga porque não tinha como você deixar que elas perdessem (...), isso é uma cultura que veio de pais, mães para filhas, isso para nós foi muito determinante para que a gente decidisse a posição de que lado nós estávamos (Vitor Buaiz, ex-prefeito de Vitória. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2016).

Não é possível assegurar que o barreiro, antes desse conflito com a CESAN, fosse percebido pelos sujeitos como um "lugar especial". O fato, hoje, é que ao analisar os discursos, não restam dúvidas da importância desse local atribuída pelos sujeitos e para as instâncias estatais.

Os vários significados atribuídos ao barreiro são claros nas narrativas das Paneleiras. Além de significar um local de trabalho, de extração de umas das principais matérias-primas, significa, sobretudo ao retratarem um passado recente, um dos poucos momentos de lazer e local de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os sujeitos. Para muitos, a história do trabalho no barreiro se confunde com a história pessoal:

> Vamos começar pela extração do barro... A extração do barro era combinada e as famílias, né, tiravam o barro num dia só também. Chegava lá, tirava; o caminhão já ia buscar no mesmo dia. Isso aí sem contar a história que eles buscavam de canoa, né (...). Não tinha estrada, não tinha nada. Mas aí era bem familiar o barreiro, várias famílias retirando barro, aí no final... Aí no meio... Meio dia, fazia confraternização, né... De almoço, suco... Aí a mãe levava os filhos, netos... Vó levava neto... Era uma brincadeira, uma festa danada... Era praticamente a diversão (F. F. S., Artesão, 40 anos. Entrevista cedida no dia 24 de fevereiro de 2016).

> (...) muita coisa aconteceu dentro daquele barreiro, teve meu pai mesmo lá que cavando barro lá dentro ele enfartou (...) ele saiu pra ir tirar barro, ele falou "Berenícia!" eu falei: o que papai. "você vai comigo hoje pro barreiro". "Uai, tá querendo me levar pro barreiro, ele nunca me chama[ava] pra ir no barreiro com ele". Nisso eu fui, e todo mundo com ele, minhas tias, o pessoal tudo contente pela estrada a fora (...). Aí, chegando lá, ele entrou lá naquele buraco grande (...) cavou o barro lá, eles brincando tudo, depois ele deu uma sumidinha... Saiu. Aí eu lá

> pensei assim: "Ah papai saiu não voltou mais", depois ouvi a voz dele: "Berenícia vem cá"; aí eu falei: "o senhor tá onde? " Ele falou: "vem cá, eu tô em tal lugar". Aí eu fui, cheguei lá ele tava sentado de côcora; aí ele foi e... Falou assim: "oh, fala pra suas tias que eu não vou voltar lá mais pra cavá o barro não". Aí eu falei assim: "por que meu pai você não vai voltar mais lá?" "É que eu não tô passando bem". Aí eu fui lá, falei com eles, quando ele falou isso comigo, as duas orelhas dele já tavam pretinhas, roxa já, aí eu fui lá chamei o pessoal que tava lá, vieram todo mundo pra ver, e ele ali, tava ali se torcendo de dor. Aí uma tia minha falou assim: vai embora cumpadi, vai com Berenícia embora pra casa. Ele: "Lucia, não, eu não vou não, que com minhas pernas não sei, que eu não vou chegar em casa com minhas pernas".... A única coisa que ele pediu: "me deita numa sombra"... Aí tinha um pé de árvore assim, acho, mais de um metro e meio de altura, tinha uma sombrinha assim, até boa, ele pediu pra deitar na sombra, quando deitou ele ali na sombra, ali ele faleceu... E aquilo ali foi uma gritaria, eu saí, eu vim de lá, eu tinha onze anos, eu vim de lá [barreiro], correndo até aqui em Goiabeiras (...) passei pela ponte ali correndo, cheguei... Num vim pra casa, não. Entrei na delegacia aqui de Goiabeiras, avisei o que tinha acontecido lá, e vim e saí da delegacia, e vim correndo pra casa, aí foi aquele desespero dos meus irmãos que tava em casa, da minha tia que ele tinha ido tirar o barro pra ela, ele tinha saído. Ele avisava minha irmã: "oh tô indo pro barreiro, mas quando eu voltar eu quero encontrar aqueles caranguejos que eu deixei aí cozido pra mim comer". Aí tudo bem, estava aguardando a hora. Aí chegou em casa, chegou dentro do caixão. Ele enfartou lá dentro do barreiro, e não teve como sair de lá pra ir pra médico (...). É muito mais do que isso [lugar de extração da argila, lugar de trabalho], é história longa pra contar... É divertida, é gostoso, mais tem um lado triste também né? (B. C. N., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Todos esses significados foram mobilizados na luta das Paneleiras contra o seu "inimigo" no contexto dos anos 1980. O barreiro logo se tornaria um dos *significantes vazios*[11] na articulação discursiva que se iniciava naquele

11 Um signficiante vazio, como afirma categoricamente Laclau (2011, p. 67), "é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado". Um significante sem significado não quer dizer que não possua qualquer significado, e sim que não há significado particular. No caso das Paneleiras, o barreiro deixou de possuir um significado particular, passando a abarcar uma gama de sentidos atribuídos pelos sujeitos, tais como: local de trabalho; local de extração de umas das principais matérias-primas para seu ofício; momentos de lazer; local de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os sujeitos.

momento com a Prefeitura Municipal de Vitória e Iphan contra as pretensões da construção da ETE por parte do Governo do Estado.

Apesar da resolução do conflito entre a APG e a Cesan em 2001, quando foi acordada entre as partes a construção da ETE no local, a valorização do barreiro se mantém nos dias atuais. Para todos os fins, o saldo desse conflito foi que o barreiro se manteve como fundamental significante do discurso de construção do Território da Tradição das Paneleiras, pois, como comumente destacam as Paneleiras, é do barreiro, cuja argila não se encontra em nenhum outro local, que se extrai uma das principais matérias-primas utilizadas na feitura da "autêntica" panela de barro, há mais de 400 anos.

Outro significante que passou a ser destacado nesse contexto foi o manguezal. Tal qual o barreiro, o manguezal tem importância decisiva como fonte de matéria-prima; é do manguezal que os sujeitos extraem a casca do mangue-vermelho, insumo indispensável à produção das peças cerâmicas em Goiabeiras[12].

Diferentemente do caso do barreiro, as Paneleiras não se depararam com o risco de limitações no acesso ao manguezal por ações externas, bem como não foi alvo de conflitos políticos. A preocupação, a partir dos anos 1990, como destacado por uma das entrevistadas, foi com relação ao adequado manejo da casca do mangue-vermelho, para evitar a degradação da vegetação. Como observa a Paneleira, se "tirar a tinta de qualquer maneira (...) vão matar a árvore, se matar a árvore, além de acabar com a tinta, ainda somos prejudicados pelo Ibama, né? Pelo Iema (...) aí nós temos de quê? Preservar tanto o barreiro como o manguezal" (B. C. N. Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Como narram as Paneleiras, essa preocupação nem sempre existiu entre os sujeitos. Somente com ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e por órgãos de controle ambiental, que as Paneleiras tomaram conhecimento de que a casca do mangue-vermelho não poderia ser retirada formando "anéis" nos troncos das árvores, o que condena a vegeta-

12 É com a casca do mangue-velho (*Rhizophoramangle*) que as Paneleiras preparam a tintura utilizada no açoite das peças. Após extração da casca, as Paneleiras a colocam de molho por alguns dias. O resultado é uma tintura escurecida, avermelhada. O açoite ocorre no momento da "queima" das peças cerâmicas. Ainda quentes, recém-retiradas da "fogueira", as peças são tingidas com a tintura. É esse processo que garante a tonalidade escurecida às peças cerâmicas produzidas em Goiabeiras. Para imagens e maior detalhamento deste processo, conferir Nicole *et. al*. (2012).

ção. Atualmente, as Paneleiras estão cientes de que preservação do manguezal se faz necessária e correlacionam esse fato à manutenção do ofício, uma vez que uma das marcas de distinção das panelas de Goiabeiras em relação às produzidas em outros núcleos no Espírito Santo é o processo que garante a tonalidade escurecida das peças. Como fazem questão de distinguir, as "verdadeiras" panelas são produzidas manualmente, sem uso do torno, e tingidas com a tinta do mangue.

Assim como ocorre com o barreiro, o manguezal é significado pelos sujeitos como "momento de lazer", "momento de confraternização", sobretudo quando remetem suas narrativas ao passado. É o que nos diz o artesão F. F. S.: "A infância era maravilhosa ali, tomava banho, brincava... Era uma diversão! (...) Vou ainda... todo final de semana eu tô lá". A mesma alusão a momentos de lazer é percebida na fala de Dona V. V. L.: "A gente gostava de ir no mangue, ia escondido. É porque criança quando é pequena não pode ir na praia sozinho... Vai pra maré, assim mesmo, escondido da mãe, né? Era uma diversão só!"

Além das narrativas voltadas para os momentos de diversão e confraternização entre os sujeitos, sobretudo durante a infância, o manguezal também é significado a partir de ideias de "trabalho/matéria-prima" e "manutenção do ofício/renda". Trata-se, afinal, do local de extração de outra matéria-prima indispensável na confecção das peças cerâmicas:

> A importância [do barreiro e do manguezal] para nós é tudo de bom, por quê? Se não tiver o barro, a gente não faz panela, não trabalha; e se não tiver a tinta, o mangue também é importante, se não tiver a tinta, como que nós vamos fazer a panela, pra pintar a panela? Porque a tradição dela é essa cor preta (E. A. C., Paneleira, 63 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

> Ah, a importância! Não pode acabar, a gente tem que cuidar, né? Igual, nós tivemos a orientação da... Do manguezal, como não destruir; nós tivemos palestras! Antigamente o casqueiro [pessoa paga para retirar a casca do mangue-vermelho] ia lá em cima e descascava o pé de mangue todo (...). Aquela árvore ali já não vivia (...). Então, aí o... Meio ambiente [IBAMA] veio e fez uma palestra com a gente... Vai conservar. Qual é a importância, não desmatando tudo, mas sim 50% (E. C. M., Paneleira, 50 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2016).

> É daqui [manguezal] que você tira os crustáceos, mariscos, tudo que se usa dentro da panela de barro, que é o que dá nome também. A panela

> é preta, tradição, porque tem a casca (V. V. L., Paneleira, 52 anos. Entrevista cedida no dia 04 de março de 2016).

O manguezal, portanto, é significado tanto com relação aos momentos de distração dos sujeitos, sobretudo durante a infância, quanto às fonte de matéria-prima, estando diretamente relacionado ao saber-fazer panela de barro em Goiabeiras. Junto com o barreiro, são dois importantes *lugares de memória* "físico-naturais" evocados pelos sujeitos no processo de construção de sua identidade e do discurso de "tradição", afinal, como rementem as narrativas, as "autênticas" panelas de barro capixaba são aquelas produzidas com o mesmo barro há 400 anos, feitas manualmente, queimadas na fogueira e tingidas com a tintura do mangue.

1.2. A Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) e a Festa das Paneleiras

Diferentemente do barreiro e do manguezal, que podem ser tomados como *lugares de memória* "físico-naturais", a APG e a Festa das Paneleiras foram construídas a partir de articulações com instâncias estatais e governos locais no contexto de conflito com a Cesan. Esses dois *lugares de memória*, portanto, podem ser compreendidos como tendo sido criados e significados com tais fins.

Como visto anteriormente, o contexto de luta pela manutenção do barreiro foi fundamental na organização das artesãs enquanto grupo político em torno da APG e, em grande medida, do Galpão da Associação (DIAS, 2006a; 2006b). Foi através da luta pelo barreiro e de alianças políticas com setores do Estado e com governos, sobretudo com a gestão municipal de Vitor Buaiz (PT), entre 1989-1992, que se percebeu a construção da APG "como um corpo coletivo, que passou a se constituir como categoria reconhecida, com uma identidade social e uma ação politicamente localizada no contexto cultural e social do estado" (DIAS, 2006a, p. 95).

Além da necessidade de se organizarem politicamente na defesa do barreiro, havia, do mesmo modo, uma crescente insatisfação das Paneleiras com relação aos atravessadores que compravam as peças e as revendiam em outros pontos da cidade. Essa forma de vender sua produção deixava os sujeitos atrelados a terceiros, impactando diretamente o valor do produto. Além

disso, essa relação não conferia visibilidade às Paneleiras. Isso fica claro nas narrativas dos sujeitos ao serem indagados sobre os motivos que levaram à criação da Associação para além do conflito com a Cesan:

> Nós ficamos conhecidas pela Associação (...). Agora tem turistas, turista é coisa nova (...). Aumentou por causa da divulgação da Associação, porque tem as Paneleiras de Goiabeiras, são divulgadas mundialmente (...) aí todos os turistas que vêm, quer conhecer as Paneleiras (E. A. C., Paneleira, 63 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

> Elas [as Paneleiras antigas] estavam cansadas; a dona Melchiadia já tava cansada de ver os atravessadores só chegando e levando, só chegando e levando. Aí ela era mulher valente, dona Melchiadia era uma mulher valente (...). A [construção da APG] foi para fortalecer as Paneleiras, as mulheres! (E. F. C., Paneleira, 53 anos. Entrevista cedida no dia 24 de fevereiro de 2016).

> Pra que você não tivesse que ir atrás do cliente, pra que você tivesse que... Estar tão exposto a atravessadores, e... Numa Associação, lógico, acho que houve interesse de quem criou, e inventou e criou, alimentou a ideia de formar uma Associação, foi exatamente por esses interesses de tá fora de atravessadores, ter ajuda, ter mais ajuda, ser mais reconhecido lá fora... Até mundialmente, né... E o turista vem direto, diretamente pra panela de barro, comprar uma panela de barro, né, o turista, o cliente de forma geral, né? (J. F. S., Artesão, 52 anos. Entrevista cedida no dia 13 de fevereiro de 2016).

No processo de construção da Associação, as Paneleiras não se viram sozinhas. Diferentes ações de representantes do poder público local foram fundamentais, tais como o papel desempenhado por Etta de Assis, então vereadora da capital, e a atuação da Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura de Vitória, durante a gestão de Vitor Buaiz (PT).

O primeiro relato das ações de Etta de Assis junto à APG foi apresentado por Perota *et. al.* (1997). Segundo os autores, a vereadora teve papel decisivo junto à APG, inclusive, o primeiro estatuto da Associação foi elaborado pela então vereadora. A mesma informação é encontrada em Dias:

> Seu estatuto foi elaborado pela vereadora Etta de Assis, do PMDB, que presidiu a assembleia de fundação, no governo de Albuíno Azeredo.

> Segundo documento do governo do Estado de 1993 sobre o "complexo das Paneleiras", a criação da Associação surgiu do interesse da vereadora, que pensava "ser essa uma das formas de as Paneleiras adquirirem recursos, além de criar uma entidade que representasse o interesse das artesãs" (DIAS, 2006a, p. 91).

Pela citação, percebe-se que a influência de Etta de Assis possivelmente foi mais do que uma assessoria no processo de organização das artesãs e na criação do primeiro estatuto da Associação; sua atuação foi mais profunda e verticalizada. Foi Etta de Assis quem também indicou a primeira presidente da Associação, dona Melchiadia:

> […] mediante ação externa e pessoal, [a vereadora] nomeou também a presidente, sem eleições ou qualquer tipo de participação das Paneleiras, mesmo porque neste momento as mulheres ainda não constituíam um grupo de identidade e trabalhavam isoladas em suas casas ou como empregadas no Galpão de Arnaldo Gomes ou no quintal de Melchiadia (DIAS, 2006a, p. 38).

Melchiadia, já falecida, foi uma personagem fundamental no processo de criação e estruturação da APG, inclusive, ainda hoje, é reconhecida entre as Paneleiras como liderança fundamental naquele processo; era ela quem mantinha relações mais diretas com Etta de Assis e fazia as articulações políticas.

Nessa nova pesquisa, todavia, a figura da ex-vereadora pouco veio à tona, com exceção de algumas Paneleiras que eram mais próximas à Melchiadia durante o processo de criação da APG e, mesmo assim, só surgiu a partir de uma pergunta direta sobre "Quem foi Etta de Assis?". A figura que surgiu com facilidade, sem indagações diretas, foi da então assistente social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Julimar França, que esteve à frente das ações do poder público municipal junto às Paneleiras.

Como destaca Dias (2006a, p. 38), coube a Julimar França trabalhar com as Paneleiras a partir da principal demanda na época, isto é, apoiar a "organização da associação já fundada [em] questões relacionadas diretamente à produção, tais como o acesso e transporte da matéria-prima, local de trabalho, etc.". Ainda segundo a autora:

> A equipe da Prefeitura foi fundamental para a formação da identidade das Paneleiras, que se percebiam como empregadas, mas que a partir

> de então criaram uma identidade para o grupo, estabelecendo a categoria socioprofissional e cultural pela qual desejaram ser reconhecidas. Este apoio possibilitou às mulheres o acesso a mecanismos institucionais até então inalcançáveis. Assim, as políticas públicas petistas criaram condições para definir uma identidade de Paneleira, já que antes elas eram artesãs, mas não Paneleiras. Surge então um novo padrão histórico de interação intragrupo (DIAS, 2006a, p. 93).

Com a construção da APG, levada a cabo no dia 25 de março de 1987, e do Galpão, concluído no ano seguinte, as Paneleiras, principalmente aquelas que trabalham no interior do Galpão, passaram a ter uma nova referência, seja na representação política dos interesses coletivos, que no contexto de sua criação estava diretamente relacionada ao conflito com a Cesan, seja como divulgação das Paneleiras e de seu ofício, rompendo com o sistema comercial que contava com a figura dos atravessadores.

Atualmente, chama a atenção o fato de que muitas alusões aos "benefícios", "contribuições" e "ajuda" por parte da Associação às Paneleiras sejam resumidas à representação do espaço físico Galpão (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Na maioria dos casos verificados, os significados atribuídos pelos sujeitos à APG, quando relacionados à "importância da APG", resumem-se à ideia de "local de trabalho" e de "divulgação turística e comercial das Paneleiras". Isto é, para muitos sujeitos, a APG, de grande importância política no contexto dos anos 1980-1990, significa, hoje, o "local de trabalho" e uma divulgação turística – o que também está relacionado ao "trabalho/venda".

Essa alusão à APG, restrita ao Galpão e às ideias de "lugar de trabalho" e "divulgação turística e comercial das Paneleiras", ficou ainda mais clara quando buscamos verificar a percepção sobre a "avaliação" da APG. De uma forma geral, a avaliação foi "negativa", a não ser quando o inquirido fez ou ainda faz parte da Diretoria da APG, nesse caso, a avaliação se mostrou "positiva" (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Embora tenhamos percebido certa "insatisfação", mais ou menos geral, entre os sujeitos em relação à APG – esse indício ainda carece de novos estudos de campo –, esta não deixa de ser um significante importante no discurso das Paneleiras, sobretudo quando os sujeitos se reportam ao contexto dos anos 1980-1990 e quando destacam o papel da APG como local de trabalho e divulgação do ofício e das próprias Paneleiras (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]).

Com relação aos esforços de divulgação do ofício e dos sujeitos detentores, observa-se, desde os anos 1990, a parceria entre APG e Prefeitura Municipal de Vitória em torno da Festa das Paneleiras, que também comemora o Dia das Paneleiras – passou a ser comemorado oficialmente a partir do dia 7 de julho de 1993, pela Lei municipal nº 3.944, de 2 julho de 1993[13].

A Festa tem sido fundamental no processo de valorização cultural das Paneleiras, tanto para os órgãos públicos e sociedade em geral, quanto para o próprio grupo, que passou a perceber a valorização do seu ofício. Isso ficou claro na narrativa de Julimar França, ao destacar que a Festa também foi uma forma encontrada pela PMV e pelas Paneleiras para envolver os sujeitos em torno da APG:

> [Foi] aí que a gente sentiu as Paneleiras começarem a ir para o galpão... Depois da Festa, depois da organização, as Paneleiras vieram, começaram a tomar posse da Associação (...). Aí elas fizeram a Festa. Depois da Festa elas se sentiram bem, porque elas já sabiam aonde ir, como ir [recorrer à Prefeitura para organizar as Festas seguintes]. Paralelo a isso, tinha a briga com a questão do barro, então, como eu te falei, eram várias brigas... Era briga pra organização da Associação, era organização da Festa pra elas se sentirem: "ah eu estou fazendo alguma coisa... eu sou dona". E aí enaltecê-las enquanto Paneleiras, entendeu? (...). Você fazendo uma festa, em que toda imprensa, todo mundo, vai lá e diz pra elas o quanto são importantes... Elas começaram a se sentir artesãs, começa a perder aquela vergonha de ser Paneleira (Julimar França. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2016).

No contexto dos anos 1990, a Festa, como argumenta Dias (2006, p. 1009), "legitima[va] a 'tradição' das mulheres mediante a ação institucional da Prefeitura; ao mesmo tempo, a própria 'tradição' legitima[va] a atuação da Prefeitura em relação à cultura e ao turismo". Esse reconhecimento institucional é algo vivenciado ainda nos dias de hoje:

> Hoje, quando falam em Paneleiras, falam do estado (...). [Se] você falar de Paneleiras fora do estado, as pessoas sabem, conhecem um pouco, tem sim uma importância para o estado todo... O Estado começou a ver as Paneleiras não como umas mulheres, não só assim, as panelas,

13 Disponível em: <http://www.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L39441993.html>. Acesso em: 19 dez. 2016.

> mas como artesãs, entendeu? E como um segmento cultural do estado (Julimar França. Entrevista concedida no dia 11 de agosto de 2016).
>
> Todo mundo tem uma relação forte com a panela de barro, nem que seja por conta da comida [moqueca capixaba], ou até a memória coletiva mesmo, ela é uma coisa muito presente (...) é uma coisa muito ligada à nossa identidade (P. B. G. Gestora pública. Entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2016).

Ao buscar compreender os significados atribuídos à Festa pelos sujeitos, deparei-me com o que Dias (2006a) já havia destacado: embora haja críticas sobre a organização e realização das últimas edições do evento, a Festa surge como elemento importante no processo de valorização cultural do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras e ajuda na compreensão da construção do significante Goiabeiras-Velha. Juntamente aos outros três *lugares de memória*, a Festa das Paneleiras, que também representa a comemoração do Dia das Paneleiras, muito informa acerca da construção discursiva de Goiabeiras-Velha como o Território da Tradição. Afinal, como resulta dos discursos dos sujeitos, é em Goiabeiras Velha onde se produzem as "autênticas" panelas de barro, como "há 400 anos", utilizando o mesmo barro, único no Espírito Santo, e tingindo com a tintura de tanino, como não se faz em nenhum outro local. Além disso, é em Goiabeiras Velha que, há mais de vinte anos, se realiza a Festa das Paneleiras, uma festa tradicional e conhecida em todo o país.

1.3. O esvaziamento das fronteiras geográfico-espaciais na construção discursiva do Território da Tradição

O termo Goiabeiras-Velha, vale destacar, não baliza as informações oficiais dos poderes públicos, a não ser quando surge indicando o "núcleo inicial de ocupação da região de Goiabeiras"[14]. Essa alusão, como já destacada por autores como Perota et. al. (1997), Abreu (2005), Dias (2006a) e Simão (2008), também foi percebida nas entrevistas realizadas com as Paneleiras ao longo da presente pesquisa.

14 Encontramos menção a Goiabeiras Velha no site da Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <*http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao6/goiabeiras.asp*>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Entretanto, os sentidos atribuídos pelos sujeitos não se limitam à dimensão histórica e geograficamente limitada ao bairro de Goiabeiras. Para as Paneleiras, há uma correlação entre Goiabeiras Velha, isto é, entre o local geograficamente situado da tradição, com o discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro em face de outros núcleos produtores: ao contrário dos demais polos produtores de panela de barro, constituídos por fluxos migratórios dos estados da Bahia (núcleo de São Mateus), Alagoas (núcleos de Viana e Vila Velha) e Pernambuco (núcleo de Guarapari), o polo cerâmico de Goiabeiras é próprio da região, transmitido por gerações aos dias atuais (PEROTA *et. al.*, 1997).

É nesse sentido que a ligação construída entre o local (Goiabeiras) e a tradição (discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras) é determinante para a compreensão da ideia de Paneleiras de Goiabeiras-Velha. Isso porque o termo, uma construção social que perpassa o processo de identificação dos sujeitos, extrapola os limites georreferenciados. Nessa construção discursiva, os sujeitos reivindicam a área do barreiro, cuja localização geográfica se encontra em Joana D'arc, bairro vizinho a Goiabeiras, em uma área mais conhecida como Vale do Mulembá – a imagem a seguir permite uma visualização panorâmica da localização geográfica do barreiro e o bairro de Goiabeiras, onde se localizam as unidades residenciais de produção de panela de barro e o Galpão da APG.

Até onde foi possível verificar, Dias (2006a; 2006b) foi a primeira pesquisadora a dissertar sobre a ideia de Goiabeira- Velha – ou pelo menos a primeira a apresentar uma discussão mais aprofundada sobre a questão, correlacionado o "local", isto é, o espaço discursivamente criado, à tradição:

> "Goiabeiras Velha" é o espaço pensado e representado pelas Paneleiras, responsáveis por sua distinção e pela forma de marcar e se diferenciar através da ocupação, um espaço que constroem como um desenho, a forma geográfica da tradição. Ser de Goiabeiras é um dos aspectos fundadores de sua identidade. As Paneleiras demarcam seu espaço mediante uma construção social que as identifica como sendo deste lugar, o componente geográfico de seu pertencimento social mais amplo. Este processo traz consigo uma construção histórica de certa forma delimitada. É também a partir da dimensão espacial que as mulheres, fazedoras de panelas, fazem referência às relações sociais (DIAS, 2006a, p. 40).

Imagem panorâmica da localização das unidades produtivas de panela de barro em Goiabeiras e do Vale do Mulembá, local de extração da argila utilziada na produção.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao longo da obra de Dias (2006a), é possível perceber a importância conferida à dimensão simbólica que envolve a construção do termo Goiabeiras-Velha. Todavia, ao manter uma concepção do Território da Tradição vinculada à dimensão geográfico-espacial, Dias acaba limitando a discussão do processo de significação dos sujeitos sobre seu território. Isso fica claro na citação a seguir:

> A história da "tradição" da panela de barro é construída a partir da ocupação de determinados espaços geográficos, de forma a demarcar territorialmente sua existência social. Goiabeiras Velha é o "lugar das panelas", como as mulheres e os moradores deste pequeno território composto por quarto ruas sem cruzamentos denominam o espaço que ocupam (DIAS, 2006a, p. 25-26).

A autora compreende bem os significados atribuídos pelos sujeitos a Goiabeiras Velha – tomada como núcleo inicial de ocupação e atentando-se às relações sociais nesse espaço. Porém, ao analisar aos discursos dos sujeitos, sobressai a ideia de Território das Paneleiras para além da dimensão geográfico-espacial. Isso porque, como argumentado até aqui, os discursos envolvem o barreiro como lugar representativo para os sujeitos, um importante significante da cadeia discursiva do discurso de tradição das Paneleiras. Dessa forma, percebo Goiabeiras-Velha um pouco diferente da forma como Dias (2006a; 2006b) apresenta. Ainda sobre a caracterização da autora:

> O termo Goiabeiras Velha designa uma área composta por quatro ruas, situadas entre uma grande avenida e o mangue, limites que permitem a visualização dos tempos passado e presente, à medida que representam as vias de acesso, os caminhos de chegada e de ligação. Apesar das transformações trazidas pelo crescimento da malha urbana, este pequeno território mantém características que denotam sua permanência, principalmente quanto ao ambiente natural, marcado ainda pelo manguezal e pela paisagem ritmada das águas que vão e vêm com a maré. O mangue continua sendo um dos componentes simbólicos que demarcam a ocupação deste espaço e a construção da tradição. Nas histórias que as mulheres contam, as águas do mangue estão sempre presentes, como fonte de matéria-prima. Como marca visível, o mangue expressa com nitidez a permanente ocupação do espaço geográfico e cultural (DIAS, 2006a, p. 32).

Como se percebe, a autora confere o devido destaque ao manguezal na construção da ideia de Goiabeiras-Velha. Todavia, chama a atenção o fato de que Dias não se atentou ao barreiro como corretamente fez com relação ao manguezal, isso devido à sua atenção ao espaço geográfico-espacial.

Mesmo não estando no espaço geográfico de Goiabeiras, o barreiro surge como um ponto de identificação do discurso das Paneleiras, também sendo reconhecido e legitimado por instâncias estatais, como a municipalidade de Vitória e o Iphan. É dessa forma que compreendo o Território da Tradição das Paneleiras como um local discursivamente construído, envolvendo diferentes lugares de memória, e que, ao ter seu conteúdo físico esvaziado, subverte as fronteiras geográfico-espaciais do bairro de Goiabeiras, englobando o barreiro, tornando-se um "espaço vazio". Esse, por sua vez, ao ser objeto de diferentes significações dos sujeitos e mesmo de instâncias estatais, como a

PMV e o Iphan, passa a envolver uma série de sentidos, deixando de possuir um conteúdo sígnico particular: o barreiro é fonte de matéria-prima, elemento essencial para a continuidade do ofício das Paneleiras, local de memória afetiva, de laços de solidariedade, espaço de lazer... Lugar das Paneleiras de Goiabeiras-Velha.

Considerações finais

Ao apresentar o processo de construção discursiva do Território da Tradição, destacando a evocação dos *lugares de memória* e o processo de identificação dos sujeitos com o seu território, isto é, Goiabeiras-Velha, abordei neste artigo as condições de emergência do discurso de tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras Velha em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990: o conflito entre as Paneleiras e o Governo do Estado, durante a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área do barreiro, o processo político que envolveu a construção da APG e os motivos pelos quais levaram as Paneleiras a buscar um local coletivo de trabalho – redução dos quintais e busca por desvinculação da produção e comercialização de seus produtos com os atravessadores. Esses são os elementos que estou a denominar de "elementos internos". Há outros elementos externos ao contexto de Goiabeiras em si, como as relações de conflito com os artesãos de Guarapari. Contudo, essa discussão será apresentada em outro momento[15].

Como busquei sustentar ao longo do artigo, o Território da Tradição não se limita a um espaço geográfico, isto é, ao bairro de Goiabeiras. Não se trata apenas de algumas ruas do núcleo inicial de ocupação do bairro, como tende a compreender Dias (2006b). Esse território, uma construção discursiva envolta de relações e articulações políticas, excede a noção de espaço geográfico, englobando também outra área, o barreiro, localizado em um bairro vizinho a Goiabeiras. Foi por meio dessa construção discursiva que os sujeitos, encontrando apoio no discurso institucional de instâncias estatais, como a municipalidade de Vitória e o Iphan, significaram os *lugares de memória* e sedimentaram o Território da Tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras-Velha, hoje reconhecido e vastamente difundido pelo discurso institucional.

15 Para uma primeira leitura sobre essas relações, conferir Marques e Caloti (2013) e Marques, Rodrigues e Fukuda (No prelo).

Por fim, corroborando Dias (2006a, p. 24), ser Paneleira é mais do que um trabalho artesanal; "[...] ser Paneleira significa ocupar um determinado lugar na sociedade, lugar que não existia *a priori*, mas que foi construído pelos sujeitos que o ocupam". Esse "lugar" é tanto o Território da Tradição quanto a sua posição de destaque no contexto político-cultural local, que extrapola o mercado cultural de panela de barro e ganha uma dimensão simbólica ainda mais interessante: perpassa a construção simbólica da cultura capixaba. Trata-se de uma posição politicamente construída, articulada e hegemonicamente estabelecida em relação aos demais polos produtores de panela de barro no Espírito Santo. Uma posição reconhecida e legitimada tanto pelo discurso institucional quanto pelo conjunto da sociedade local.

Referências

ABREU, Carol de. (2005), "Ofício de paneleira: conhecimento, reconhecimento e permanência". In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, pp. 15-23.

ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. (1987), *Estatuto da Associação das Paneleiras de Goiabeiras*. Vitória.

DIAS, Carla. (2006a), *Panela de Barro Preta*: a tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória – ES. Rio de Janeiro: Mauad X: Facitec.

_____. (2006b), "Ser paneleira não é brincadeira – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional". *Arquivos do Museu Nacional*, v. 64, n. 3, pp. 203-213.

DOSSIÊ IPHAN 3. (2006), *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Distrito Federal: IPHAN.

GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de S. (2019), "A crítica pós-fundacionalista: um debate em construção". *Norus*, v. 7, n. 11, pp. 580-599.

GUARINELLO, Noberto L. (1994), "Memória Coletiva e História Científica". Revista Brasileira de História, v. 14, n.28. *Revista Brasileira de Historia*, pp. 1980-193.

HALBWACHS, Maurice. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

HOBSBAWM, Eric J. (2008), "Introdução: A invenção das tradições". In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.

LACLAU, Ernesto. (2000), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2ª Ed. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (2011), *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (2015), *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

MARQUES, Marcelo de S.; CALOTI, Viniciu de A. (2013), "As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultural do Barro". *Sociologia*, v. 26, pp. 163-185.

MARQUES, Marcelo de S; RODRIGUES, Luiz H.; FUKUDA, Rachel F. (No prelo). "Capital social e a cultura política: algumas considerações sobre a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG)". *Simbiótica*. No prelo.

NICOLE, Braz C.; NASCIMENTO, Josué C do.; MARQUES, Marcelo de S.; COSTA, Matheus H. T.; PEREIRA, Pedro H. M; PRADO, Rodrigo V.; CALOTI, Vinicius de A. (2012), "As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro. Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro". *Simbiótica*, v.1 n. 1, pp. 16-52.

NORA, Pierre. (1993), "Entre memória e História: a problemática dos lugares". *Proj. História*, n. 10, pp. 07-28.

PEROTA, Celso; BELING NETO, Roberto A.; DOXSEY, Jaime R. (1997), *Paneleiras de Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura.

POLLAK, Michael. (1992), "Memória e Identidade. Estudos Históricos". *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, pp. 200-2012.

SIMÃO, Lucieni M de. (2008*). A semântica do intangível*: considerações sobre o Registro do ofício das Paneleiras do Espírito Santo. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense – Niterói.

SAINT-HILAIRE, Auguste. (1974), *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP.

Submetido em 4 de setembro de 2019
Aprovado em 21 de outubro de 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.521

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Biografias Necessárias: Vida e Lida de Adolescentes com Trajetória Infracional em Belo Horizonte

Cynthia Maria Santos Águido*
Rita de Cássia Fazzi**

RESUMO

O artigo apresenta resultados preliminares de pesquisa realizada com adolescentes autores de ato infracional em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade em Belo Horizonte. A partir da abordagem do curso de vida e de relatos biográficos, buscou-se compreender as sequências do ingresso e permanência de dois adolescentes em suas trajetórias infracionais, abordando a infância, interações sociais, adesão à prática infracional e aprofundamento do envolvimento no "mundo do crime". Apesar das especificidades e particularidades de cada trajetória e da forma única como os sujeitos constroem sua identidade ao longo de suas vivências e interações sociais, foi possível identificar semelhanças nas biografias narradas pelos adolescentes sujeitos da pesquisa.

Palavras-chaves: Adolescente autor de ato infracional; Relatos biográficos; Curso de vida.

* É graduada em Direito (UFMG) e em Serviço Social (PUC Minas), mestre e doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas. Servidora pública do Estado de Minas Gerais desde 2008, com atuação na política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas.

** É graduada em Ciências Sociais (UFJF), mestre em Sociologia (UFMG) e doutora em Sociologia pelo IUPERJ. Foi professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas até 2019. De 2003 a 2017 foi diretora do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA), desenvolvendo pesquisa extensionista e capacitação voltadas para a temática dos direitos da infância, adolescência e da juventude, sendo vinculado à Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas.

ABSTRACT

REQUESTED BIOGRAPHIES: LIFE AND WORK OF ADOLESCENTS WITH AN INFRACTION TRAJECTORY IN BELO HORIZONTE

This article presents preliminary results of a research carried out with adolescents in conflict with the law deprived of their liberty placed in a juvenile detention facility (semi-liberty socioeducational center for adolescents) in the city of Belo Horizonte. Based on the life course approach and biographical stories, it was sought to understand the circumstances of the involvement and permanence of two adolescents in their criminal trajectories, addressing childhood, socialization and integration, their engagement in criminal activities and deepening of the involvement in the "world of crime". Despite the specificities and particularities of each trajectory and the unique way in which the individuals construct their identity throughout their experiences and social interactions, it was possible to identify similarities in the biographies narrated by the adolescents involved in the research.
Keywords: Adolescent offender; Biographical stories; Life course.

Este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa realizada com adolescentes autores de ato infracional em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade em Belo Horizonte. A partir dos relatos biográficos dos adolescentes e da abordagem do curso de vida, buscou-se compreender as sequências do ingresso e a permanência dos adolescentes em suas trajetórias infracionais, abordando a infância, interações sociais na família e escola, adesão à prática infracional no início da adolescência e o aprofundamento do envolvimento até o acautelamento dos adolescentes. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2017 e 2018 em duas unidades de semiliberdade, sendo uma delas destinada a adolescentes do sexo feminino e outra ao sexo masculino.

O adolescente que se encontra em uma *Casa de semiliberdade* passou por um processo judicial em que lhe foi atribuída a autoria de um ato infracional, sendo-lhe determinada uma medida socioeducativa. A *semiliberdade* implica em restrição da liberdade do adolescente, que permanecerá em uma casa, localizada em ambiente urbano e residencial, onde pernoitará, fará as refeições, receberá atendimentos da equipe técnica (psicóloga, assistente social, pedagoga, advogada) e poderá realizar atividades externas. Assim sendo, a escola, os cursos profissionalizantes, as atividades culturais e esportivas e os atendimentos de saúde são todos realizados nos equipamentos e serviços

disponíveis na cidade. Além disso, é permitido ao adolescente passar finais de semana com sua família no seu domicílio.

Ao longo de toda a pesquisa, foram entrevistados 12 adolescentes do sexo masculino e seis adolescentes do sexo feminino, que tinham entre 16 e 18 anos de idade no momento da entrevista. Além disso, realizou-se análise dos prontuários institucionais desses 18 jovens. Neste trabalho, apresentaremos a trajetória de dois desses adolescentes.

A escolha por jovens em cumprimento de semiliberdade deve-se ao fato de se tratarem de indivíduos a quem se atribuiu a autoria de atos infracionais considerados graves ou por terem praticado infrações de maneira reiterada, tendo, pois, na maioria dos casos, um percurso infracional iniciado há mais tempo. Além disso, são adolescentes que continuam mantendo contato constante com o grupo familiar e a *quebrada*, não estando completamente privados de liberdade, mas sim em permanente relação tanto com a medida socioeducativa quanto com a cidade.

Importante destacar que a prática infracional certamente é realizada por adolescentes de todas as classes sociais, categorias de classificação racial e escolaridade, porém, os adolescentes mais captados e apreendidos pelo Sistema de Justiça Juvenil na capital mineira são, em sua maioria, do sexo masculino, têm entre 15 e 17 anos de idade, estão em situação de distorção idade-série, são estudantes de escolas públicas e declaram ser pretos ou pardos (MINAS GERAIS, 2018).

Antes das entrevistas, foram realizadas observações de atividades de rotina das Casas de semiliberdade, como oficinas pedagógicas e atividades de lazer. A partir da manifestação de interesse por parte dos adolescentes, as entrevistas foram agendadas. A proposta de ouvir os relatos biográficos dos adolescentes visava compreender as interpretações dos próprios indivíduos sobre suas experiências significativas na vida cotidiana e, para tanto, inspirou-nos a metodologia de narrativas biográficas aprimorada e utilizada por Rosenthal (2017).

Por meio da autoapresentação biográfica, o pesquisador pode acessar o processo de interiorização do mundo social vivenciado pelo sujeito ao longo da socialização, a integração das experiências biográficas no estoque de conhecimento e, por consequência, a constituição de esquemas de experiência que servem à orientação atual e futura do sujeito (ROSENTHAL, 2017, p. 19).

Importante destacar que o processo narrativo é atravessado pela intersubjetividade estabelecida na interação entre o sujeito biografado e o pes-

quisador. Assim como outras pesquisas demonstraram (MALVASI, 2012; SANTOS, 2012; BUGNON; DUPREZ, 2010; FELTRAN, 2008; entre outras), é possível acessar as situações passadas e as *experiências significativas* por meio de entrevistas em que se estabeleça uma relação de confiança entre entrevistado e pesquisador. Contudo, é importante ter em mente que uma situação de pesquisa desencadeia um processo de seleção feito pelo entrevistado: ele não acionará todas as suas experiências passadas, mas apenas uma parte delas, enquanto outra parte será negligenciada.

Na entrevista narrativa, o entrevistado é convidado a falar sobre um determinado fato, tema ou período de sua vida e, na primeira fase da entrevista, ele não é interrompido pelo pesquisador, sendo apenas estimulado de forma não verbal, principalmente. Apenas na segunda fase da entrevista é que o pesquisador apresenta questões ao entrevistado. Santos (2012) destaca que, quando o pesquisador apresenta questões explícitas e direcionadas, ele "empresta" seu sistema de relevância ao entrevistado, o que contribui para que ele apenas reaja aos temas predefinidos.

Partindo dessa escolha metodológica, buscou-se compreender os percursos de vida dos garotos e das garotas que compartilharam suas histórias de vida e quais os sentidos atribuídos por eles às experiências que consideram significativas. No momento da entrevista, após serem informados de que o tema da pesquisa era a trajetória de adolescentes que se encontravam em cumprimento da medida de semiliberdade, foi solicitado aos adolescentes que contassem sua história de vida. Paralelamente às entrevistas, foram realizadas a leitura e análise do prontuário socioeducativo de cada um dos adolescentes, que consiste em uma pasta com documentos diversos, como fichas de admissão, registros de atendimentos técnicos com o adolescente e familiares, registros de comissões disciplinares, relatórios, cópias de sentenças judiciais, entre outros.

Ao longo da organização cronológica e das análises dos caminhos trilhados pelos adolescentes até sua adesão a práticas infracionais e permanência no "mundo do crime"[1], utilizou-se da abordagem de Curso de Vida

1 Utilizamos o conceito de "mundo do crime" apresentado por Gabriel Feltran (2008): trata-se de um termo "nativo" das periferias onde o pesquisador realizou sua etnografia e designa "o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos." (FELTRAN, 2008, p. 31) segundo a perspectiva dos adolescentes e jovens. O "mundo do crime" está contido no mundo social, que é mais amplo, abarcando a totalidade das relações sociais das periferias.

de Michael Benson (2013), o qual ensina que o curso de vida de um indivíduo pode ser compreendido como o conjunto de trajetórias interligadas que ele vivencia. Trajetória é uma sequência de estados vinculados, que se encontram dentro de um domínio, como, por exemplo, a trajetória escolar, a trajetória profissional, a trajetória de maternidade ou de paternidade, a trajetória infracional, e outras mais. Por meio de transições, os indivíduos vão avançando sequencialmente pelos estados vinculados de cada trajetória.

A perspectiva do curso de vida se interessa por algumas dimensões da carreira criminal, como o início, o qual é marcado pela primeira vez que uma pessoa se envolve em um crime; a frequência; a gravidade das atuações; a duração da carreira e a desistência, ou seja, o ponto final de uma carreira criminosa (BENSON, 2013, p. 12) e agrega à tradição da carreira criminal um maior reconhecimento das conexões recíprocas entre trajetórias no crime e as trajetórias dos indivíduos em outros domínios de sua vida, como a trajetória familiar e escolar, o ingresso no mundo do trabalho, casamento, paternidade, entre outras. Assim, como ensina Benson (2013), as trajetórias no crime podem ser melhor compreendidas se forem analisadas dentro do contexto total da vida e do desenvolvimento do indivíduo.

Na análise do curso de vida de uma pessoa com trajetória infracional, é importante considerar a continuidade cumulativa, que se refere à maneira pela qual o comportamento em um momento da vida do indivíduo vai influenciar oportunidades e ações futuras. Assim, a continuidade cumulativa é um processo dinâmico em que o comportamento infrator em um ponto do tempo tem consequências que aumentam a probabilidade de o indivíduo continuar atuando em infrações em momentos posteriores, pois há um *acúmulo de desvantagens*, de experiências negativas que podem dificultar a saída ou desistência do crime (BENSON, 2013, p. 16). Essas desvantagens, como apreensões pela polícia, processos judiciais, encarceramento, processos de rotulação e estigmatização dos indivíduos como "infratores", têm um efeito de "bola de neve" e reduzem futuras oportunidades educacionais e de inclusão no mercado de trabalho legalizado (BENSON, 2013, p. 106). Mas, apesar desse efeito em cadeia do acúmulo de desvantagens, os processos sociais podem fazer com que mesmo indivíduos profundamente envolvidos com a criminalidade desistam do crime. Na pesquisa de Sampson e Laub, citada por Benson (2013), os autores defendem que essa mudança de rumos é possível e que a desistência pode ocorrer mais tarde, na fase adulta, por meio de processos que envolvem *pontos de virada* – fatos que

desencadeiam mudanças e experiências significativas na vida do indivíduo, como o casamento, nascimento de um filho ou um emprego -, contestando a ideia de que as pessoas seguem trajetórias fixas e imutáveis.

A abordagem do curso de vida salienta a importância da primeira infância, pois há padrões de comportamento estabelecidos durante essa fase da vida que estão ligados a ações futuras dos indivíduos. Nesta perspectiva, a família tem importante papel sobre as trajetórias de vida dos indivíduos, sejam pais biológicos ou qualquer adulto que exerça o papel de cuidador. Além da provisão de necessidades básicas essenciais, a família começa a socializar e nutrir emocionalmente as crianças logo que nascem. Estudos apresentados por Benson (2013) sinalizam que famílias as quais exercem controle firme, mas caloroso das crianças, que são sensíveis às suas necessidades, que estabelecem com elas uma relação de autoridade, mas também de carinho e afeição, promovendo um senso de pertencimento e a construção de laços fortes estão ajudando a prevenir o envolvimento delas no crime (BENSON, 2013, p. 63-64). Contudo, há outras pesquisas que indicam que o comportamento dos filhos pode influenciar no comportamento ou na resposta dos pais.

É preciso, pois, tomar cuidado para não atribuir à família a "culpa" pela "produção" de infratores, como é comum, inclusive, entre profissionais que atuam em políticas públicas destinadas aos adolescentes no Brasil. Adolescentes infratores e não infratores podem ter famílias que têm um modo de funcionar muito parecido. Além disso, na mesma família, há irmãos infratores e não infratores. De todo modo, estudos sinalizam que crianças que crescem em lares conflituosos, ou sob menor supervisão de adultos, que têm mais liberdade para fazerem o que querem, com pouca ou nenhuma orientação dos pais ou cuidadores, tendem a se envolver em atos infracionais.

Com a chegada da adolescência, os adultos que exerceram o papel de cuidadores passam a ter menos influência sobre os adolescentes. Além de um importante reposicionamento no status social, eles vivenciam significativas mudanças biológicas e psicológicas que impactam as demais dimensões de sua vida. Estudos sobre a relação entre idade e envolvimento em crimes demonstram que os indivíduos se envolvem mais em práticas infracionais exatamente nesse período da vida: a idade de pico para o início da trajetória infracional é entre os 14 e 15 anos de idade e, aos 20 anos, a maioria dos infratores já desistiu ou começou a reduzir sua participação em atividades criminosas, como revelam pesquisas longitudinais sobre curso de vida de infratores (BENSON, 2013).

Os adolescentes entrevistados nesta pesquisa se encontram entre seus 16 e 18 anos de idade, bastante jovens, portanto, e em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, não sendo possível, aqui, avaliar ou analisar com propriedade o fenômeno da desistência da prática infracional. Assim, a linha do tempo de cada adolescente entrevistado, que foi construída a partir das análises das narrativas e dos prontuários, expressa uma trajetória ainda em curso. Após a construção da linha do tempo, foram sistematizados trechos dos relatos e os sentidos atribuídos pelos adolescentes às experiências por eles vivenciadas. Foi possível perceber em todas as entrevistas que a trajetória infracional é uma entre várias trajetórias que o mesmo adolescente vivencia, como a trajetória familiar, a escolar, o trabalho, a religiosidade, as relações afetivo-sexuais, a maternidade, entre outras. Ninguém é infrator o tempo todo e a forma como compreendem seu percurso de vida não os coloca do lado oposto à "sociedade de bem", aos "humanos direitos".

Percebe-se que há um desconhecimento acerca desse adolescente a quem se atribui a autoria de atos infracionais, haja vista que as pesquisas enfatizam mais o "conflito com a lei" e menos o jovem, salvo exceções como os estudos de Feltran (2008), Malvasi (2012), Santos (2012) e Lyra (2013). Essa ausência do jovem como a ausência do objeto em si prevalece nos dados estatísticos, noticiários, relatórios e pesquisas técnicas que, muitas vezes, narram a história dos adolescentes à sua revelia. Mas é possível descobrir nesses jovens "algo mais que algozes sociais" (LYRA, 2013, p. 36), desconstruindo a ideia existente em tantos estudos de que as interações que esses adolescentes estabelecem com outros indivíduos são meras formas de instrumentalização do mundo da vida, como se fossem pessoas com uma única trajetória, o crime, e com a permanente disposição de praticar atos violentos.

Os Percursos de Anderson e Ingrid

> *"...creio que o mais difícil para mim era atestar a veracidade daquelas existências." (LYRA, 2013, p.60)*

"Minha mãe foi presa." Essa foi a primeira frase de Anderson após lhe ter sido solicitado que contasse sua história de vida. Um fato que aconteceu quando ele tinha nove anos de idade. Foi essa sua escolha para iniciar a narrativa:

> Minha mãe foi presa. (Pausa) Aí, minha mãe foi presa e… ela ficou um… um pouco lá detida, lá, né? Ela ficou uma cara presa. Aí nisso, eu fui crescendo. É, pá. Fui vendo aí o crime como é que era, né? O tráfico como é que era, né? Aí eu empolguei, né? Vi que era dinheiro fácil, vida fácil e pá. Aí, depois eu comecei a fumar um baseado e pá. Isso, aí, vai, né? Isso aí… foi… Aí eu fui lá e comecei a envolver mais, enturmar mais. Aí, depois, acabou que eu comecei a vender droga, também. Comecei a envolver. Pá. Na hora que eu fui ver, eu já, já tava envolvido, já, né? Já tava meio que envolvido. Aí, nisso aí, minha mãe saiu da cadeia e viu que eu tava envolvido. Depois ela saiu, também, não estava envolvendo mais. Aí, agora ela tá de boa. E eu tô aí. Eu fui lá e rodei. Agora tô pagando medida, uê. (Anderson)

Desde o nascimento, Anderson morou com a avó e a mãe, mas mantinha contato com o pai. Contou que os pais chegaram a morar juntos, mas por pouco tempo. Também moravam com eles dois irmãos maternos, em uma favela de Belo Horizonte. Naquela *quebrada,* Anderson nasceu e cresceu, fez amigos, conheceu o crime.

Quando tinha nove anos de idade, sua mãe foi presa por tráfico e ele ficou sob os cuidados da avó. Contou que antes de ela ser presa, nunca imaginou que a mãe fosse envolvida com o crime. Visitava-a no presídio com uma tia materna. Sobre essas visitas, relatou:

> Era *chaina*[2], era cadeia mesmo. Nós chegava lá tinha que fazer os procedimento. Aí, eles [agentes prisionais] pegava a comida e virava a comida. Pá! Eu nem sabia o quê que tava acontecendo. Perguntava o quê que pega, mas… eu era mais sem noção no começo, mas depois, tipo, foi passando. Eu fui crescendo. Tipo questão de um ano mesmo. Eu, tipo, já sabia o que passava. O que era cadeia, já. Aí, eu com onze anos, onze pra doze, eu parei de visitar ela. Eu nem quis ir visitar ela por conta própria. (Anderson)

Após a prisão da mãe, Anderson começou a ficar mais tempo na rua e a sair com amigos. Aos 10 anos de idade, iniciou uso de maconha e, tempos depois, começou a usar loló. Aos 12 anos se envolveu com o tráfico:

2 Situação difícil, complicada, "embaçado". Contrário de tranquilo.

> Eu já tava, já tava muito enturmado. Ficava só no meio dos cara, né. Aí de repente, tipo, os cara tava tudo lá, né, Zé? Aí, de repente, chegou uns cara que era, tipo, uns *cara de óculos*[3], mesmo, lá, tipo, os patrão já chegou e viu, tipo, via nós lá todo dia lá, né? Tinha um menino, que era parente… esse menino morreu, já. Mas é... quando eu fui entrar, eu andava muito com esse menino, aí. Aí, foi lá, esse patrão chegou e viu nós lá e, tipo, falou "não, eles vai ficar lá pra mim, não vai? Vai lá. Todo dia cês fica aqui. Vai lá. Vai lá." O primo desse menino era gerente lá. Aí, tipo, eu andava com ele desde pequeno, assim, junto com a família dele. Eu ia na casa dele, lá, ele ia na minha. Aí, eu andava muito com ele. Nós ficava só com o primo dele lá. Aí, de repente, chegou outro patrão de outra firma e falou "não, cês vai ficar lá pra mim. Fica lá. Fica lá. Todo dia cês fica aqui. Cês é de menor, dá nada não. Nós acabou que nós foi. Nós falou "Vão, Zé? Vão!" Um falou com o outro "vão". "Eu pago atividade pro cê, cê paga atividade pra mim". Acabou que nós foi. Pegou a droga e começou a vender. (Anderson)
>
> *Você já sabia o que tinha que fazer?*
>
> Já, ué. Eu já tava, tipo, muito enturmado, já, né? Igual esse primo desse menino era gerente, ele mandava nós ir lá nos menino dele que vendia, buscar o dinheiro e pá. (Anderson)

Aos 14 anos, Anderson começou a trabalhar como servente de pedreiro, mas não abandonou a atividade no tráfico de drogas. Seu irmão mais velho também já estava envolvido no crime. O pai se mudou do bairro onde moravam e eles perderam o contato. Gostava de futebol e era bom de bola. Fez testes para jogar em times profissionais, mas a rotina de treinos entrou em conflito com o trabalho no tráfico. Abandonou os treinos, mas sempre jogava bola com os amigos de infância. Aos 15 anos, foi apreendido pela primeira vez, por porte de armas e roubo, mas foi absolvido, pois estava num carro roubado com amigos, porém, não havia participado do roubo. Na mesma idade, evadiu da escola, depois de conseguir conciliar a trajetória infracional com a trajetória escolar por quase três anos.

> Eu estudava. Nunca tomei bomba não. Por isso que eu continuei estudando. Só que foi lá, chegou uma época que eu parei de estudar. No fi-

3 Chefe do tráfico, aquele que exerce a função também denominada como "patrão" do tráfico.

> nal do ano que eu tava no nono ano, eu parei de estudar. Ah, eu já tava muito envolvido, já, né? Chegou na época do Natal, eu tive que parar de ir pra escola. Eu estudava de manhã, tive que parar de ir pra escola pra vender droga, né? Pra ganhar dinheiro no Natal. Aí eu fui lá e parei de ir. Era época de prova e tudo, eu fui lá não passei. (Anderson)

Anderson iniciou a prática de roubos de carros aos 16 anos, mesma idade em que a mãe deixou o presídio. Foram cinco anos da vida de Anderson distantes da mãe e, por isso, ele considera que a avó assumiu a função materna em sua vida. Contou que a mãe ficou muito preocupada quando soube que ele estava envolvido com práticas infracionais e o orientava a deixar o crime.

Anderson iniciou trabalho como auxiliar de mecânico e continuou envolvido no tráfico e em roubos, mantendo uma trajetória infracional paralela à trajetória de trabalhos e "bicos" lícitos. Entre os 16 e os 17 anos, acumulou oito apreensões, sendo acusado de receptação, tráfico e roubos.

Começou a andar armado quando ia a bailes funk com os parceiros do tráfico. Depois, o uso de armas começou a ser mais frequente porque tinha guerras com grupos rivais.

Aos 17 anos, foi apreendido por roubo e porte de armas, sentenciado ao cumprimento da semiliberdade. Tatuagem do Tio Patinhas e a frase "Fique rico ou morra tentando". Retomou os estudos, fez cursos de profissionalização na área de marketing e empreendedorismo, mecânica de motos e informática. Nunca evadiu da Casa de semiliberdade. Contou que parou de vender drogas, mas continuou o uso de maconha. Disse que queria encontrar um emprego para não voltar para o tráfico, mas que gostava da época em que era envolvido. Cinco dos seus 17 anos de vida foram no *movimento*[4].

Foi desligado após sete meses na semiliberdade. Devido a ameaças no território de moradia, alugou um barracão em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Manteve o uso de drogas e vinha num esforço para não retomar as práticas infracionais. Devido a desavenças no novo local de moradia, mudou-se para outro bairro, em Belo Horizonte. Aos 18 anos de idade, em janeiro de 2019, Anderson foi assassinado devido aos conflitos decorrentes de seu envolvimento anterior com o tráfico de drogas.

4 Ser *do movimento* é estar envolvido com práticas infracionais, é "ser do crime". Usos: "Quando eu tava no movimento." "Ele também é do movimento".

Ingrid ria e sorria sempre. Divertiu-se com a entrevista e a possibilidade de narrar sua história. Ao iniciar, contou como era sua vida antes de conhecer o ex-namorado Robson:

> Bom... ah eu... eu jogava futsal, estudava também. Fazia aula de dança. Só que eu tinha um grupo de dança.. aí eu fazia isso tudo. Era até... eu nem ficava... nem ficava em casa direito de tanto de coisa que eu fazia. Aí eu comecei a namorar com o cara aí que...nó... fez eu parar com tudo, com tudo. Com dança, com futsal, com escola. Ele queria que eu vivesse a vida só com ele, sem fazer nada. Tudo que eu tinha que fazer era fazer pra ele e perto dele, com ele, 24 horas, 48... grudado. Aí eu fui e abandonei, afastei de algumas amizade minha por causa dele. Que ele fazia... nossa... muita coisa. Ele xingava os outro, ameaçava os outro por causa de mim. Aí eu fui parei. Aí eu tentei largar dele várias vezes, não consegui. Aí um dia... eu tinha saído... fui comemorar o aniversário do meu irmão. Aí ele pegou e foi lá na minha casa, pegou minhas coisa tudo e levou pra casa dele e mandou mensagem pra mim. Aí eu fui... tava curtindo com meu irmão e depois quando eu cheguei em casa que eu fui ver as mensagens. Aí ele tinha pegado um tanto de coisa minha dentro da minha casa. Aí eu fiquei doida porque eu queria trocar de roupa, né, pra mim dormir e num tinha roupa porque ele tinha pegado tudo. Aí eu fui na casa dele. Aí quando cheguei na casa dele, ele tava... falou que queria conversar comigo. Aí eu já fui pegando minhas coisas. "Eu num quero conversa com cê não! Num sei nem pra quê que cê fez isso tudo aqui, tal...". Aí ele foi trancou a porta. Aí já veio cá e como eu num queria conversar com ele, ele já veio agressivo pro meu lado. Aí ele me bateu. Começou a me bater, me deu duas facada. Aí eu fui, tomei a faca da mão dele e acertei ele. Pra mim, eu tinha acertado o braço dele. Só que eu acertei foi o coração dele. Só que aí eu fui... aí na mesma hora eu soltei a faca, né? E a faca caiu no chão... aí eu puxei... aí ele já começou a... a... ficar nervoso, né, porque ele tinha sido atingido com a faca. Aí eu fui... peguei e socorri ele. Chamei a família dele toda pra ajudar né? Só que eles achou que eu que tava ferida... porque eu tava ferida, né? Só que eles achou que eu que tava negoçando e me deixou né... fingiu que nem tava escutando eu chamar. Aí eu peguei socorri, chamei a polícia, chamei o bombeiro, chamei o SAMU... num tinha ambulância no momento. Aí na sorte encontrei um cara com carro e levei ele. Aí quando eu levei, levei ele, entreguei eu pra polícia. Aí quando chegou... chegou no hospital com vida. Depois de umas seis horas ele foi e morreu. Aí na hora que eu fui dar meu depoimento que chegou a notícia que ele tinha morrido, que ele não tinha aguentado. Aí eu tô aqui. (Ingrid)

Ingrid sempre morou com a mãe e irmãos em uma cidade da Região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. É a mais nova de quatro filhos, a única garota. Até seus quatro anos de idade, o pai também morava na mesma casa. Depois da separação, ele se mudou, mas continuaram mantendo contato frequente. Contou que, até os 13 anos de idade, estudava, praticava esportes e fazia aulas de dança. Um de seus irmãos era envolvido com o tráfico de drogas.

Aos 14 anos, mudanças significativas aconteceram em seu curso de vida: ela inicia o uso de maconha, envolvimento com o tráfico, abandona os estudos, o esporte e a dança:

> Eu vi todo mundo ganhando dinheiro e falei "Nossa! Então é isso que eu quero".Todo mundo da minha rua. Todos os menino. Tinha até menina na época. Aí eu fui, cheguei no cara que era da minha rua, conversei com ele. Falei "Nó, véi, tal... tô precisando ganhar uma nota, tô vendo que cê tá ganhando dinheiro e tal..." Aí ele foi e me explicou "Não, eu vou te dar uma carga de... tipo de 150, 50 é seu e 100 é meu." Aí ele foi me deu essa primeira carga de 15, aí eu fui vendi 15, ele foi e já meu deu de 300. (...) Aí, olha a minha rotina era acordar cinco e meia da manhã, saía pra rua. Cinco e meia eu tomava banho, escovava dente, ia pra rua, já fumava um... fumava um chá e ficava lá. (...) Aí eu ficava na rua o dia inteiro, o dia inteiro eu ficava na rua. Aí minha mãe parou de me dar comida. Só deixava eu entrar pra tomar banho e mal-mal dormia... e deixava eu ir lá dormir. Parou de fazer comida pra mim. Parou de me dar as coisas por causa que eu tava fazendo isso. Aí eu ia pra rua. (...) Ninguém me via fazer nada, só via eu com dinheiro. Almoçava meio dia na rua. Comprava marmita pra mim. Quatro horas eu tomava café e... oito, nove horas da noite eu comprava um lanche pra mim. Aí eu entrava umas meia-noite pra dentro, que era o horário que acabava o meu turno, né? Entrava meia-noite. Escondida também. Eu esperava eles dormir, aí quando dava meia-noite eu entrava, dormia e acordava cinco e meia. E continuava a mesma coisa, todo dia, todo dia. (Ingrid)

Perguntei o que ela achava que tinha acontecido aos 14 anos para que sua vida mudasse tanto:

> O meu pai. Falta do meu pai na minha vida. (...) Tipo assim... ah, eu envolvi mais porque... tipo... eu chegava na escola, as menina na sala tudo com trem novinho, chinelo novo, mochila nova e eu não podia

> ter porque era só minha mãe pra dar. Então, eu fui... daí eu revoltei com isso aí. Aí eu envolvi pra eu mesma comprar meus trem, num ficar pedindo minha mãe nada e nem meu pai. Porque a última vez que eu pedi ele dinheiro pra comprar o material pra mim, ele mandou é... eu falar pra minha mãe prostituir pra me dar. Aí eu tomei uma raiva danada dele. (Ingrid)

Ingrid começou a namorar um traficante, abandonou os estudos. Logo iniciou consumo abusivo de cocaína junto ao namorado. Chegou a praticar tentativa de homicídio com disparos de arma de fogo contra uma garota que teria disseminado inverdades sobre ela, mas nunca foi apreendida ou identificada como autora deste ato.

Aos 15 anos, estava vendendo tudo o que tinha adquirido com o tráfico (moto, anéis, cordões banhados a ouro) para consumir cocaína. Além disso, fumava quatro maços de cigarro de tabaco por dia. Contou que, certa vez, olhou-se no espelho e viu que estava muito diferente, "magra demais" e disse: "Vou abandonar isso." Na mesma época, vários amigos que eram envolvidos com o tráfico foram presos, incluindo o gerente local, colocando fim ao *movimento*. Ingrid deixou o tráfico. Sua mãe a matriculou novamente na escola e a adolescente voltou a fazer aulas de dança. Continuou o uso de maconha.

Pouco tempo depois, Ingrid conheceu Robson por meio de uma amiga. Seu ex-namorado traficante estava preso, o que facilitou a aproximação entre ela e Robson, que logo iniciaram namoro. Ele tinha 33 anos, ex-traficante, já havia sido preso, trabalhava com pintura de veículos. Era um homem ciumento e exigiu que a adolescente abandonasse os estudos e a dança. A relação do casal foi se tornando cada vez mais abusiva e violenta.

Aos 16 anos, Ingrid passou a morar com Robson, foi quando descobriu que ele havia voltado a vender drogas. Os dois iniciam um ciclo de brigas e desentendimentos, marcado por forte ciúme de ambos. Meses depois, Ingrid deixou a casa do namorado e terminou o relacionamento. Ela voltou a sair com amigas e conheceu Fernando, que é *patrão* no tráfico:

> Aí eu fui na casa dele [Fernando]. Tava tendo festa. Aí minha amiga me chamou, eu fui lá e conheci ele. Só que no primeiro dia que eu fui, eu só conheci ele. Só que... (risos)... uma coisa que eu num posso fazer é beber cerveja, porque se eu beber cerveja eu fico acorajada, eu tomo

> coragem pra fazer as coisa que eu não faço. Aí eu tomei cerveja. Aí ele tava me olhando. Aí, sabe quando cê fica naquela agonia que os outro fica te olhando toda hora? Aí eu falei com a minha amiga "Nó, esse cara tá me olhando demais". Aí ela "Ele é o *patrão* daqui. Ele tá de olho no cê porque ele gostou do cê." Aí eu falei... eu endoidei. (...) Aí eu falei: "Então eu quero ele, uê! Tô solteira mesmo". Aí eu fui pegar uma cerveja, ele foi e pediu pra ficar comigo. (Ingrid)

No dia seguinte, Fernando foi preso em casa, na companhia de outros traficantes e de Ingrid, mas ela foi liberada pela polícia. Ao saber desse ocorrido, Robson perseguiu e ameaçou Ingrid na rua e pelo telefone. Ela também o ameaçou por meio de mensagens de aplicativo de celular. Robson invadiu a casa de Ingrid quando não havia ninguém e levou as roupas e outros pertences dela para sua casa. Quando a adolescente foi até lá para buscar suas coisas, os dois brigaram de forma violenta, trocaram ameaças e agressões, o que culminou com a morte de Robson por uma facada desferida por Ingrid, conforme ela relatou no início de sua narrativa.

Como não há unidade socioeducativa feminina na cidade de Ingrid, ela foi transferida para Belo Horizonte. Entendendo que houve elementos de legítima defesa no caso, foi-lhe determinado o cumprimento de semiliberdade e não de internação, medida que comumente é aplicada em casos de homicídio. Ocorre que Ingrid não tinha registros de apreensões anteriores. Apesar de anos de envolvimento com o tráfico de drogas, ela nunca fora apreendida por isso. Foi considerada uma jovem sem antecedentes infracionais.

> Mas... as coisa eu sempre fazia na calada, os povos só... só ouviu falar, mas ninguém nunca viu, tipo "Ah, a Ingrid fez isso...". Nem os policial. Os policial era doido pra pôr a mão ne mim, prender eu. Eles ficava bolado porque toda vez que me pegava, eu tava de boa. Eles só olhava pra mim "Nó, véi, cê é a única pessoa que eu vejo que vende droga e num fica com flagrante.". "Eu num vendo droga não." Eu mentia na cara deles: "Num vendo droga não, moço." "Não? Cê fica o dia inteiro fazendo o quê?" "Eu fico o dia inteiro mexendo no celular, mexendo no wi-fi na rua. Só a internet cortando aqui, ó." (Ingrid)

Ingrid permaneceu em Belo Horizonte entre junho de 2017 e abril de 2018. Visitava sua família quinzenalmente em sua cidade natal, mas retornava sem problemas. Nunca evadiu da semiliberdade. Em uma dessas visitas,

reencontrou Fernando, que já havia sido solto, e iniciaram relacionamento. Contou que o namorado continuava sendo *patrão* do tráfico, mas que ela não estava mais envolvida, mantendo apenas o uso de maconha. Na Casa feminina, era uma líder, capaz de promover paz e guerra entre as adolescentes, mas, assim como na trajetória infracional, exercia essa função de forma velada.

Em sua narrativa, demonstrou ter iniciado um movimento de reflexão sobre o ato infracional praticado. Tinha receio de andar pelas ruas de sua cidade nos finais de semana em que fazia a visita à família, pois era vista como "assassina do namorado". Temia sofrer alguma represália. Contou que os atendimentos com o psicólogo e a advogada da Casa feminina foram muito importantes para ela e que, num dado momento, pensou em procurar a família de Robson e conversar sobre o ocorrido, numa tentativa de esclarecer que não tinha intenção de matá-lo:

> Eu ia chamar praticamente a família do cara pra conversar com eles, pra tentar explicar pra eles o quê que aconteceu. Só que... conversei com meu namorado [Fernando]. Ele falou: "Oh, Ingrid, cê acha que eles vão entender o quê que cê vai falar? Querendo ou não, cê tirou a vida do filho da mulher. Cê acha que ela vai te perdoar ocê falando que foi sem querer? Nunca que ela vai te perdoar." Aí... eu fiquei meio assim... Aí ele "Então num tem porque cê ficar se escondendo dos outro. Porque infelizmente cê tem que viver sua vida daqui pra frente e esquecer atrás. Num é fácil... cê dormiu e no outro dia cê esqueceu tudo, mas tem que ir indo". Aí eu to indo nessa aí, igual meu namorado falou. (Ingrid)
>
> *Mas cê tinha pensado em ter essa conversa com a família...*
>
> Pensei. Mas só que eu desisti, que esse povo é muito doido. Pensei quando eu tava cumprindo aqui. Pensei no que eu ia falar. Falei pro psicólogo. Chamei o psicólogo pra ter atendimento, né, pra mim perguntar. Perguntei ele. Aí ele falou assim: "Cê acha que cê falando isso vai resolver?". Aí eu pensava que sim, que ia resolver. Só que... aí eu fui vendo, vendo, vendo a situação e falei "Num vai resolver de nada." A minha verdade.... o que vai resolver é eu tomar coragem e enfrentar tudo de frente. Não tem como eu esconder mais. Aconteceu, filho. Posso até enfiar debaixo da terra e voltar que num... aconteceu do mesmo jeito. Então... aí eu fui falei, eu vou enfrentar de frente. Aí os outro vem e me pergunta eu sobre esses trem... Fala que... tipo... "Ah, que todo

> mundo fica falando que o cara te batia." Eu falei "Ah, no meu processo tá lá ó, que eu provei lá... é... meu corpo de delito. Eu tava agredida pra cacete, eu apanhei demais. Só que num é o motivo deu ter feito isso. Eu falei "Num é só porque eu apanhei que eu tive a intenção de matar". (Ingrid)

Aos 17 anos, foi desligada da Casa de semiliberdade e voltou a morar em sua cidade com a mãe e irmãos, não sendo apreendida posteriormente, ao menos até completar 18 anos de idade.

Essa breve construção do curso de vida de Anderson e Ingrid não contempla todas as experiências significativas apresentadas por eles durante as entrevistas, mas nos permitem verificar, como destacou Benson (2013), que as trajetórias no crime não ocorrem isoladas de outras trajetórias. O percurso na família de origem, na educação, no mundo do trabalho entre outros se cruza ao longo da vida e da construção do sujeito. O ingresso no mundo do crime se dá em um processo.

Dois adolescentes que nasceram e cresceram em comunidades pobres, assistindo à dinâmica do tráfico de drogas da porta de casa, antes mesmo de aderirem ao *movimento*, já conheciam pessoas envolvidas com o tráfico e, ainda que de longe, sabiam os passos para o ingresso. Anderson foi convidado a vender drogas, pois já conhecia os outros meninos envolvidos e estava sempre por ali, próximo dos locais de venda de drogas, já havia guardado dinheiro e feito algumas entregas. Ingrid procurou o chefe do tráfico e se ofereceu para ocupar uma vaga naquela firma. Aprendem olhando e convivendo com os amigos. Assumem responsabilidades, têm horário para chegar e sair, relação de subordinação, um plantão para cumprir. Ambos têm familiares com histórico de envolvimento no tráfico. Em determinado momento, fica incompatível continuar estudando e estar no *movimento*. Optam pelo tráfico. Anderson consegue desempenhar trabalhos lícitos ao longo dos anos em que também estava no *movimento*. Sinalizam satisfação, alegria, forte emoção e adrenalina ao relatarem seu envolvimento, episódios de fuga da polícia, poder de aquisição de bens e possibilidades de lazer e diversão. Mas ambos decidem deixar a trajetória infracional enquanto estão cumprindo a medida de semiliberdade. Fizeram cursos, voltaram a estudar, se reaproximaram das respectivas famílias.

Anderson e Ingrid não tiveram episódios de evasão. Contaram a respeito do processo de reflexão sobre a trajetória infracional que iniciaram a partir

dos atendimentos técnicos e das atividades na semiliberdade. Começaram a fazer planos para o futuro: ser mecânico e ser cabeleireira, formar a própria família. Até o momento em que consegui ter notícias deles, mesmo após o desligamento, soube que Ingrid continuou o namoro com Fernando, na esperança de que ele deixasse o crime, mas sabendo que, devido à guerra do tráfico em sua cidade, seria difícil que isso acontecesse, pois era uma forma de ele estar protegido, com armas e "soldados", segundo ela. Anderson buscou meios de se afastar de sua guerra. Mudou-se de cidade para adiar o destino certo, mas fez novos desafetos. Voltou para Belo Horizonte, não para sua quebrada de origem, pois era perigoso. Ainda assim, foi encontrado por rivais e morto a tiros. Mais um jovem de periferia, vítima de um homicídio sem solução.

Os dois jovens percorreram etapas de busca por independência e realização pessoal. Quando entram de cabeça no tráfico, já estão passando mais tempo na rua que em casa, distantes da supervisão de adultos cuidadores e logo proclamam sua autonomia em relação à família. Ainda que a questão material permeie todo o percurso, pois Anderson e Ingrid também buscavam oportunidades de prosperidade financeira quando aderiram ao tráfico, as narrativas também mencionam valores imateriais e simbólicos importantes como respeito, autonomia, poder, valorização do lugar do chefe/patrão, lealdade ao grupo.

Um ponto importante a ser destacado nas entrevistas é a escolha do início da narrativa, pois o evento selecionado pelo entrevistado para iniciar sua fala está intimamente vinculado à sua atual situação biográfica (ROSENTHAL, 2014; SANTOS, 2012). Esse ponto fica claro nas narrativas apresentadas: a primeira situação narrada pelos dois adolescentes referia-se a um momento de *virada biográfica*, ou seja, experiências que desencadearam uma série de mudanças na vida dos narradores (SANTOS, 2012), culminando em sua condição presente de socioeducando em uma unidade de semiliberdade. A virada biográfica é, pois, o evento com que o narrador estabelece um vínculo entre o passado e o presente, utilizando o seu estoque de experiências passadas para interpretar sua situação atual. Como destaca Rosenthal, a partir da virada biográfica, o narrador reinterpreta seu passado e passa a projetar seu futuro de uma nova maneira (ROSENTHAL, 2014, p.237).

Ingrid inicia contando que fazia várias atividades, estudava, fazia aulas de dança e esportes, tinha amigos e quase não ficava em casa, tomada por essas ocupações. Porém, após iniciar namoro com Robson, devido aos ciúmes

deste, teve que abandonar tudo e viver dedicada ao namorado. Ela continua narrando como era esse relacionamento, as violências sofridas, a decisão de terminar o namoro e a não aceitação de Robson, o que culminou com o assassinato dele durante uma briga do casal. Sua última frase na narrativa inicial foi "Aí eu tô aqui.", buscando indicar um caminho lógico, para ela, entre o início desse relacionamento e o ato infracional. Antes de iniciar a entrevista, apresentei a ela meu interesse em conhecer a trajetória de vida de adolescentes que estão cumprindo a semiliberdade. Em seu sistema de relevância e tipificações, Ingrid escolheu me contar como ela foi parar naquela instituição, acautelada pela prática de um homicídio. Poderia ter iniciado seu relato falando de seu nascimento, da família, da briga e rompimento dos vínculos com o pai. Ela decidiu saltar toda a sua trajetória anterior de envolvimento com o tráfico de drogas, que somente apareceu em um segundo momento da entrevista. Sua decisão foi de estabelecer uma conexão entre o seu passado e o seu presente: *o que me trouxe aqui*?

De modo semelhante, Anderson iniciou a narrativa contando que sua mãe havia sido presa. Voltou a um fato ocorrido quando tinha nove anos de idade. Também não escolheu iniciar falando de seu nascimento, tampouco do ato infracional (roubo) que deu origem ao cumprimento da medida de semiliberdade. Anderson estabeleceu uma conexão entre o início de sua trajetória infracional e o fato de sua mãe ter sido presa quando ele ainda era uma criança, quando ainda nem desconfiava do envolvimento dela e pouco sabia sobre o crime. Ele narra como foi se dando a descoberta acerca desse mundo e seu ingresso no tráfico de drogas: a mãe ausente, as visitas ao presídio, teve que passar pelos procedimentos de revista, a comida partida e virada num saco pelos agentes prisionais. Sem a supervisão da mãe, passava mais tempo na rua. Seu amigo de infância era primo do gerente do tráfico. Surge o convite e ele aceita. A última frase de sua narrativa inicial é: "E eu tô aí. Eu fui lá e rodei. Agora tô pagando medida, uê." Assim como Ingrid, pareceu-me que buscava responder a uma pergunta que não lhe foi feita diretamente: o que te trouxe aqui?

No Brasil, desde a década de 1970, várias pesquisas em Ciências Sociais se dedicam ao tema da criminalidade juvenil. Um número considerável de elementos foi indicado como causa do envolvimento infracional de jovens, como a precariedade material, a falta de supervisão dos pais, revolta, frustração, machismo, etos guerreiro, hedonismo, falta de perspectivas de ingresso

no mundo do trabalho (ZALUAR, 1985; 2007; 2014; CECHETTO; 2004). Nesse sentido, a exacerbação da masculinidade e do individualismo entre os jovens, na busca da satisfação imediata dos prazeres, explicaria em parte sua adesão ao tráfico de drogas. Ao compreender que se encontra em condições precárias de vida, ao não vislumbrar possibilidades de superação desse status por meio da inclusão no mercado de trabalho e, além disso, por sentir certo desprezo ou aversão pelo trabalho, já estando próximo das redes do tráfico de drogas em sua comunidade de origem, alguns adolescentes iniciariam, assim, sua trajetória infracional. Nesse movimento, os jovens passam a recusar o estilo de vida dos pais e, consequentemente, o estilo de vida e os valores da sociedade como um todo, na busca da realização pessoal. (LYRA, 2013, p.28).

Contudo, estudos como os de Feltran (2008; 2018), Malvasi (2012; 2013) e Lyra (2013), assim como o presente estudo, reconhecem os elementos imateriais e simbólicos da adesão do jovem ao crime, mas não sinalizam essa renúncia aos valores fundamentais da sociedade. Os jovens sujeitos de todas essas pesquisas também têm suas identidades forjadas sob os conceitos de honestidade, respeito aos familiares (mães e avós, principalmente), lealdade, "correr pelo certo", rejeição do "errado" (como o estupro, roubar do tráfico ou alcaguetar).

A trajetória infracional de Anderson correu paralela à trajetória escolar e à trajetória profissional por cerca de três anos. Apesar de cumprir um plantão no tráfico, continuou por bastante tempo frequentando as aulas e realizando trabalhos e bicos lícitos. Ingrid tinha uma rotina que sinalizava laços fortes com a escola, o grupo de dança e o time de futebol de salão dos quais fazia parte. Ao contrário do que se pode imaginar, não apenas jovens que vivem no ócio absoluto aderem às tramas do tráfico de drogas. Até os 13 anos, Ingrid tinha várias redes de apoio e de controle informal, mas algo muda aos 14 anos, como ela relatou.

No caso de Anderson, os laços familiares e o controle exercido por adultos cuidadores foram se tornando frouxos e frágeis ainda na infância, após a prisão da mãe,uma mãe envolvida com o tráfico de drogas, mas sem levantar a suspeita do filho. Anderson relata que passou a permanecer mais tempo na rua, sem a supervisão de adultos apenas após a prisão da mãe, que antes exercia autoridade sobre ele. O contato com a dinâmica de funcionamento de um presídio, o tráfico de drogas presente na vizinhança, a forte amizade com um adolescente cuja família era do *movimento* ofereceram oportunida-

des a fim de que Anderson voltasse seu olhar para o "mundo do crime", que passou a ser uma trajetória possível.

A partir do envolvimento, Anderson e Ingrid abandonam precocemente os estudos, a dança e o esporte, ambos considerados bons jogadores, o que limita suas possibilidades de acesso a determinados cargos no mercado de trabalho ou a um engajamento no esporte profissional. Separação dos pais, prisão da mãe, envolvimento de irmão no crime, interrupção das práticas esportivas, evasão escolar, apreensões pela polícia, processos judiciais, experiências de aprisionamento e de rotulação ("traficante", "assassina do namorado") integram o rol de desvantagens acumuladas por esses jovens, que podem dificultar uma possível saída do crime, caso queiram.

Desse modo, longe de se tratar de uma questão simples, o que move esses garotos e garotas, as interpretações que fazem sobre sua história para, em determinado momento da vida, optarem por aderir à prática infracional, não pode ser explicado como o início de um processo despertado por um desejo. Pelo contrário, como ensina Lyra (2013, p. 72), a adesão ao crime é parte de um processo social singular que teve início muito antes. É a *culminação de uma trama social*, como mostram as trajetórias de Anderson e Ingrid.

Considerações finais

A construção do curso de vida dos adolescentes a partir de seus relatos biográficos mostra como as trajetórias e também a vida dos sujeitos estão conectadas. A trajetória familiar, a trajetória escolar, a trajetória construída no território estão interligadas e, ao conhecer um pouco de cada uma delas, a partir das percepções dos próprios adolescentes, compreendemos como as ações dos sujeitos estão interligadas com o passado vivido e o presente que se coloca. O horizonte de oportunidades que está à frente do adolescente está absolutamente vinculado às suas trajetórias até então vivenciadas ao seu território e às relações ali estabelecidas desde a primeira infância, formando o sujeito. Além disso, o adolescente está conectado de maneira pessoal e profunda a outras vidas, outros corpos, como os pais, irmãos, avós, primos, amigos, namorados.

A pesquisa mostrou que todos os 18 adolescentes entrevistados, assim como Anderson e Ingrid, conviviam com familiares envolvidos na dinâmica criminal antes de aderirem a práticas infracionais. Essa conexão com outros

indivíduos que transitam pelo "mundo do crime" não é definidora da adesão do adolescente, mas contribui para a formação desse horizonte de oportunidades em que o envolvimento no tráfico ou em roubos se apresenta como um dos percursos possíveis. A partir dos relatos biográficos dos adolescentes, no que se refere às suas famílias, sobressai a complexidade das relações, das configurações e modos de vida. Esses grupos familiares não podem ser classificados de forma simplista como "protetores" ou "negligentes", como "famílias envolvidas no crime" ou "não envolvidas no crime". A mesma família que ora exerce papel de proteção também é formada por membros enlaçados na criminalidade.

Não há um determinismo que torna irresistível a adesão do adolescente ao "mundo do crime", mas assim como há várias diferenças entre as trajetórias dos entrevistados, há também vários pontos de convergência e semelhança, como a maior participação de mulheres (mães, avós e tias) e escassa participação de homens (pais, padrastos, tios, avôs) na criação dos adolescentes. A maioria reside em territórios onde estão mais expostos ao convívio com a dinâmica infracional; vivenciam ao longo de suas trajetórias um processo de acúmulo de desvantagens que podem ser obstáculos às mudanças de percurso, caso o adolescente assim deseje. Dentre as desvantagens acumuladas, estão a baixa escolaridade e evasão escolar, exposição a situações de violência e à criminalidade no território de moradia, pais ocupando cargos de baixa remuneração e expostos à precarização do trabalho, fragilização de vínculos familiares, histórico de apreensões, rotulação por policiais, vizinhos e outros, as passagens por unidades socioeducativas e a incorporação de uma linguagem e hábitos do "mundo do crime".

Como já destacado por Luiz Eduardo Soares (2004), existem laços prováveis entre as seguintes realidades: pobreza, baixa escolaridade, menor acesso a oportunidades de trabalho, maior chance de sofrer o desemprego e o desamparo econômico e social, angústia e insegurança, violência doméstica, uso abusivo de álcool e outras drogas, ambiente propício ao absenteísmo, à desatenção e à rejeição dos filhos. Esses elementos impactam na construção da identidade e na absorção de valores da sociedade. Soares (2004) salienta que crianças e adolescentes com esse histórico tendem a apresentar maior propensão a experimentar deficiências de aprendizado e que dificuldades na família, na escola e a pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho acabam por precipitar o abandono escolar, o que reduz ainda mais as chances

de acesso ao mercado de trabalho e amplia a probabilidade de reprodução do círculo da pobreza naquela geração (SOARES, 2004, p. 139-140).

Um ponto importante que se soma ao rol de desvantagens acumuladas ao longo do curso de vida é o ingresso do adolescente no Sistema de Justiça Juvenil. Quando o adolescente que praticou uma infração é apreendido pela polícia, é acionada uma engrenagem que pode alterar o status do adolescente frente a seus interlocutores, modificando as relações sociais com família, escola, vizinhança, a polícia, os juízes, os profissionais do Sistema Socioeducativo. O adolescente passa a "ter passagem" e cada nova apreensão vai se somando às anteriores, tornando o adolescente cada vez mais conhecido e rotulado, o que impacta em sua imagem pública e em sua autoimagem, como destaca Becker (2008).

A partir da análise dos relatos biográficos dos adolescentes, foi possível perceber que o engajamento e a permanência em uma trajetória infracional não ocorrem de forma inesperada, surpreendente, de uma hora para outra. Ao contrário, trata-se de um processo, um percurso que o adolescente está (ou estava) percorrendo, atravessado por elementos protetivos que poderiam ter dificultado sua adesão ao crime e elementos que o expuseram às dinâmicas infracionais. De um modo geral, os pontos de proteção parecem ter sido mais frágeis que os pontos de exposição às dinâmicas infracionais. Somados às decisões e ações individuais dos adolescentes e ao acúmulo de desvantagens ao longo do curso de vida, têm-se os elementos que podem nos ajudar a compreender o processo de adesão dos jovens à dinâmica infracional.

Como foi possível perceber a partir das entrevistas, não se trata de indivíduos que nasceram "bandidos desalmados". São bastante perceptíveis no curso de vida dos adolescentes os processos de aprendizagem vivenciados que contribuíram para que se tornassem infratores. Um aprendizado prático, transmitido dos mais velhos aos iniciantes, que engloba não apenas as formas de praticar infrações, mas também uma sociabilidade, um modo de ser e de viver, compartilhamento de valores, compreensão das implicações e perigos. Nesse processo, o adolescente aprende a atuar no tráfico de drogas, em roubos, a usar armas de fogo e aprende também a ter "maldade", uma expertise necessária à sobrevivência no crime.

Assim como o ingresso na criminalidade se dá de forma processual e as vivências em outras trajetórias são importantes para se compreender a adesão dos adolescentes a práticas infracionais, também o rompimento, quando

ocorre, se dá gradualmente e, antes de uma fragilização ou ruptura dos vínculos com o "mundo do crime", o adolescente inicia um processo interior e subjetivo de desenlace. Assim como no ingresso, cada jovem que rompe com a criminalidade tem seu próprio ritmo de desistência. Nesse processo, várias questões podem se apresentar ao adolescente: como não depender dos recursos oriundos das práticas infracionais? Como lidar com os inimigos, desafetos e policiais que continuam em "guerra"? Como ressignificar a sensação de pertencimento, o reconhecimento, a visibilidade e outros aspectos simbólicos que contribuíram para a permanência do adolescente no movimento? Como construir outras formas de resolução de conflitos não violentas?

Não apenas para os adolescentes entrevistados, mas para qualquer indivíduo, não é algo simples prospectar o futuro aos 16 ou 17 anos de idade. Cada pessoa faz planos para si mesma a partir de seu estoque de vivências e conhecimentos, das suas experiências significativas, considerando passado e presente. As possibilidades, novos e antigos percursos estão abertos a esses adolescentes que, como sujeitos de ação, desenharão seu futuro. A nenhum dos sujeitos desta pesquisa, está pré-determinado que continuem envolvidos ou saiam do "mundo do crime". Mas nessa construção, porém, não é possível desconsiderar as desvantagens acumuladas ao longo de cada curso de vida.

Por fim, gostaríamos de destacar que esta pesquisa buscou compreender e apresentar adolescentes *existindo*, construindo suas identidades, suas interpretações sobre as vivências, a forma como compreendem seu passado, presente e futuro, elementos que, muitas vezes, escapam das estatísticas. Esses adolescentes têm muito a nos dizer e precisamos fazer o exercício de escutá-los, de tentar compreendê-los. Assim como eles têm dificuldades em projetar o futuro, também nós, sociedade, pesquisadores, técnicos e gestores das políticas públicas, estamos ainda tateando e ensaiando planos possíveis para esses adolescentes. Precisamos nos questionar quanto às estratégias que temos elaborado e às quais temos submetido esses jovens nas escolas, instituições de acolhimento, projetos pedagógicos e esportivos e também nas medidas socioeducativas. Estratégias que construímos tantas vezes à revelia de seus destinatários e que nos fazem questionar como ainda podemos acreditar que intervenções "fabricadas" sem a participação e o protagonismo desses jovens podem ter efetividade.

Talvez, por meio da escuta ativa, de novas oportunidades e experiências de troca, norteadas pela horizontalidade, pelo acolhimento e pelo respeito, seja

possível construir novos percursos possíveis com esses adolescentes, para que tenham maior liberdade de avaliação e escolha acerca de seu futuro.

Referências

BECKER, Howard S. (2008) *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BENSON, Michael L. (2013) *Crime and the lifecourse: an introduction*. 2nd ed. New York: Routledge.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. (2014) *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 36 Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente* (1990). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.

BUGNON, Géraldine; DUPREZ, Dominique. (2010) Olhares cruzados sobre o atendimento institucional aos adolescentes infratores no Brasil. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 3, nº 7, Jan/Fev/Mar, p. 143-179.

CECHETTO, Fátima Regina. (2204) *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV.

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2008) *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

_____. *Irmãos: uma história do PCC*. (2008) 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LYRA, Diogo. (2013) *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e FAPERJ.

MALVASI, Paulo Artur. (2012) *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo (USP).

_____. (2013) A "mente" e o homicídio: a gestão da violência no tráfico de drogas em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* Vol. 6, nº 4, Out/Nov/Dez p. 675-698.

MINAS GERAIS. Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. (2018) *Relatório Estatístico 2017*. Belo Horizonte: Vara Infracional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. (2015) *Regimento único das unidades de execução da medida socioeducativa de semiliberdade*.

ROSENTHAL, Gabriele. (2014) História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. In*: Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, maio-ago, p.227-249.

_____. (2017) *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SANTOS, Hermílio. (2009) *Adolescentes infratores e interpretações do mundo da vida: alteridade e relações de gênero*. Comunicação apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro.

_____. (2012) Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. *Contemporânea* v. 2, n. 2, p. 489-512.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. (2014) Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira – revisão e perspectivas. In: *Civitas,* Porto Alegre, v. 14, n. 2, maio-ago., p. 359-382.

SOARES, Luiz Eduardo. (2004) Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, p.130-159

ZALUAR, Alba. (1985) *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2007) Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In: *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49.

_____. Etos guerreiro e criminalidade violenta. (2014) In: LIMA, Renato Ségio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo G. (Orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 35-50.

Submetido em 16 de julho de 2019
Aprovado em 19 de novembro de 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0